

ENSINO DE HISTÓRIA, PROTAGONISMO SOCIAL, MODOS DE VIDA, IDENTIDADES E (RE)EXISTÊNCIAS

Fernando Bagiotto Botton
Lêda Rodrigues Vieira
Organizadores



EDUESPI

Fernando Bagiotto Botton
Lêda Rodrigues Vieira
Organizadores

**ENSINO DE HISTÓRIA,
PROTAGONISMO SOCIAL, MODOS
DE VIDA, IDENTIDADES E
(RE)EXISTÊNCIAS**



EDUESPI



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ

Evandro Alberto de Sousa

Reitor

Jesus Antônio de Carvalho Abreu

Vice-Reitor

Mônica Maria Feitosa Braga Gentil

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Josiane Silva Araújo

Pró-Reitora Adj. de Ensino de Graduação

Raurys Alencar de Oliveira

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Fábia de Kássia Mendes Viana Buenos Aires

Pró-Reitora de Administração

Rosineide Candeia de Araújo

Pró-Reitora Adj. de Administração

Lucídio Beserra Primo

Pró-Reitor de Planejamento e Finanças

Joseane de Carvalho Leão

Pró-Reitora Adj. de Planejamento e Finanças

Ivoneide Pereira de Alencar

Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários

Marcelo de Sousa Neto

Editor da Universidade Estadual do Piauí

Universidade Estadual do Piauí

Rua João Cabral • n. 2231 • Bairro Pirajá • Teresina-PI

Todos os Direitos Reservados



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI



Rafael Tajra Fonteles **Governador do Estado**
Themístocles de Sampaio Pereira Filho **Vice-Governador do Estado**
Evandro Alberto de Sousa **Reitor**
Jesus Antônio de Carvalho Abreu **Vice-Reitor**

Administração Superior

Mônica Maria Feitosa Braga Gentil **Pró-Reitora de Ensino de Graduação**
Josiane Silva Araújo **Pró-Reitora Adj. de Ensino de Graduação**
Rauriys Alencar de Oliveira **Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**
Fábia de Kássia Mendes Viana Buenos Aires **Pró-Reitora de Administração**
Rosineide Candeia de Araújo **Pró-Reitora Adj. de Administração**
Lucídio Beserra Primo **Pró-Reitor de Planejamento e Finanças**
Joseane de Carvalho Leão **Pró-Reitora Adj. de Planejamento e Finanças**
Ivoneide Pereira de Alencar **Pró-Reitora de Extensão, Assuntos
Estudantis e Comunitários**

[Marcelo de Sousa Neto](#)

Editor

Autores

Revisão

Rebeca Lopes

Capa

[Lêda Rodrigues Vieira](#)

Diagramação

[Editora e Gráfica UESPI](#)

E-book

Endereço eletrônico da publicação: <https://editora.uespi.br/index.php/editora/catalog/book/245>

E56 Ensino de História, protagonismo social, modos de vida, identidades e (re)existências / Organizado por Lêda Rodrigues Vieira e Fernando Bagiotto Botton. - Teresina: FUESPI, 2025. 361p.: il.

ISBN Digital: 978-85-8320-257-8.

1. Ensino de História. 2. Protagonismo Social. 3. Modos de Vida. 4. Identidades. 5. Reexistências. I. Vieira, Lêda Rodrigues (Org.). II. Botton, Fernando Bagiotto (Org.). III. Título.

CDD 907

Ficha elaborada pelo Serviço de Catalogação da Universidade Estadual do Piauí – UESPI
JOSÉ EDIMAR LOPES DE SOUSA JÚNIOR (Bibliotecário) CRB-3º/1512

[Editora da Universidade Estadual do Piauí - EdUESPI](#)
Rua João Cabral • n. 2231 • Bairro Pirajá • Teresina-PI
Todos os Direitos Reservados

**VI SEMANA DE HISTÓRIA E
II SIMPÓSIO REGIONAL PROFHISTÓRIA UESPI/PARNAÍBA**

COORDENAÇÃO

Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Fernando Bagiotto Botton **Campus Prof. Alexandre Alves de
Oliveira**

COMISSÃO ORGANIZADORA

Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Fernando Bagiotto Botton **Campus Prof. Alexandre Alves de
Danilo Alves Bezerra **Oliveira****
Idelmar Gomes Cavalcante Júnior
Mary Angélica Costa Tourinho

Débora Strieder Kreuz **Campus Prof. Possidônio Queiroz**
Thiago Risdorfer

EQUIPE DE COLABORADORES

**Universidade Estadual do Piauí – UESPI
Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira**

Monitores do Curso de Licenciatura em História

Ana Carolina Pessoa	Laryssa dos Santos Ribeiro
Ana Vitória	Letícia Nascimento
Andreza Maria da Silva	Maria Júlia Hortêncio
Arnor Gomes	Paloma Tabosa
Clarice Maria	Paulina da Silva
Franklin Matheus	Quéren Luellen
Indhira Hanna	Raissa Raigonsley
Jamily Gonçalves	Rutiele Araújo
Jonatas Galeno	Sofia Silva
Kaylane Moraes	Sthephanny Cruz
Larissa de Abreu Freitas	Vitória Vitorino

Realização



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
---------------------------	-----------

Fernando Bagiotto Botton

PARTE I: HISTÓRIA, MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E HISTÓRIA REGIONAL

UM BALANÇO SOBRE A PRODUÇÃO DE PESQUISAS NO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA - CAMPUS PARNAÍBA	19
--	-----------

Luiz Ayrton Silva Furtado

CAMPUS AVANÇADO DA UESPI EM PARNAÍBA: PESQUISA HISTÓRICA E MEMÓRIA INSTITUCIONAL	33
---	-----------

Pedro Felipe Oliveira de Melo

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ARAIOSES-MA: UM ESTUDO SOBRE SINDICALISMO RURAL NA DITADURA CIVIL-MILITAR (1968-1982)	47
--	-----------

Viviane Beatriz Alves de Freitas

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro

PARTE II: ENSINO DE HISTÓRIA, MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E HISTÓRIA REGIONAL

POR UMA CARTOGRAFIA HISTÓRICA: ROTEIROS DE APRENDIZADO EM HISTÓRIA LOCAL DE CAMPO MAIOR – PI	71
---	-----------

Francivaldo Pereira da Silva

PARTE III: HISTÓRIA E INTERSEÇÕES: GÊNERO, RAÇA, CLASSE

**MOVIMENTO NEGRO: TRAJETÓRIAS POLÍTICAS
E SOCIAIS NO BRASIL 87**

Danúbia da Rocha Sousa

**“PRESSÃO”: SAQUES E INVASÕES COMO AÇÕES
DIRETAS DE FLAGELADOS NO NORDESTE
DURANTE A SECA DE 1970 103**

Francisco Nathan Castro de Carvalho

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro

**A SEXUALIZAÇÃO MIDIÁTICA DA MULHER NEGRA:
UMA ANÁLISE DA GLOBELEZA COMO CONTINUIDADE
DAS ESTRUTURAS COLONIAIS (1993-2020) 123**

Maria Júlia Silveira Hortencio

Stephanny Lima Cruz

PARTE IV: ENSINO DE HISTÓRIA E INTERSEÇÕES: GÊNERO, RAÇA, INFÂNCIAS E JUVENTUDES

**VIOLÊNCIA, PARTILHA DE BENS E GUARDA DE
FILHOS EM PARNAÍBA/PI NA DÉCADA DE 1970 149**

Ana Beatriz Araújo de Freitas

Erasmoo Carlos Amorim Moraes

**NARRATIVAS INFANTOJUVENIS SOBRE A DITADURA
MILITAR BRASILEIRA (1964-1985): DESAFIOS DE
VISIBILIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA 167**

Antonio Eldo Silva

**TRABALHO, COTIDIANO E SOBREVIVÊNCIA:
A MEMÓRIA DE TRABALHADORES E**

**TRABALHADORAS DOS RIOS E MANGUES
DE ILHA GRANDE, LITORAL DO PIAUÍ
(1960-2000)187**

Daniel Souza Braga

**ENSINO DE HISTÓRIA E LITERATURA
INFANTIL: EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA
E REPRESENTATIVIDADE NEGRA NOS ANOS
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL,
À LUZ DA LEI 10.639/2003209**

Suzana Macêdo Nunes Gomes

PARTE V: MÍDIAS, IMPRENSA E LINGUAGENS

**“QUEM VAI DEFENDER OS MORADORES?”:
MOVIMENTOS SOCIAIS DE BAIRRO NA
IMPRENSA ALTERNATIVA EM PARNAÍBA – PI
(DÉCADA DE 1980)231**

Andréia Gabriele Santana de Sousa

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro

**“HERÓIS DA PÁTRIA” E “FACINOROSOS” –
CAMINHOS PERCORRIDOS PELAS
CAMADAS POPULARES NAS LUTAS
PELA INDEPENDÊNCIA DO PIAUÍ255**

César Robério Soares do Monte

**CIGANOS COCATELHENSES E O ENSINO
DE HISTÓRIA277**

Denis da Costa Silva

**MARESIÁ POLÍTICA: DISCURSOS DO PODER
POLÍTICO NA FOLHA DO LITORAL DO**

PIAUÍ (1961-1964).....	293
<i>Everton Brito de Carvalho</i>	
<i>Danilo Alves Bezerra</i>	
O DISCURSO DA NOVA DIREITA NO BRASIL E EM PORTUGAL ACERCA DA HISTÓRIA E DA ALTERIDADE.....	315
<i>Kaylane Moraes da Costa</i>	
“HÉRCULES-QUASÍMODO”: O HOMEM SERTANEJO E REPRESENTAÇÕES NO CINEMA NACIONAL (1953-1964)	329
<i>Luiz Ayrton Silva Furtado</i>	
O ANUÁRIO ALMANAQUE DA PARNAÍBA E A EXALTAÇÃO DO PODER CONSTITUÍDO DURANTE O ESTADO NOVO.....	347
<i>Samylla de Sousa Pereira</i>	
SOBRE OS ORGANIZADORES DOS ANAIS E DOS EVENTOS CIENTÍFICOS	363

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea é produto de muito esforço intelectual e de diversas pesquisas desenvolvidas e empreendidas na Universidade Estadual do Piauí e em instituições circunvizinhas. Mas, além disso, é resultado de uma série de reflexões, propositalmente direcionadas, no sentido de garantir uma espécie de fotografia da produção historiográfica contemporânea regional, e isso se deu justamente como resposta a um evento que congregou essa série de autores que aqui trazem suas valiosas contribuições. O evento a que nos referimos foi a *VI Semana de História e II Simpósio Regional do ProfHistória UESPI: Protagonismo social, modos de vida, identidades e (re)existências*. A demanda desse evento se fez por duas frentes, a primeira é oriunda da ampliação da pesquisa no campo acadêmico nas graduações de História do Piauí, em especial, com relação à UESPI e UFPI, ambas as instituições que contam com maiores quadros discentes e docentes do estado. Ao levar em consideração um recente aumento na quantidade de bolsas de PIBIC, PIBID, PIBEU, Residência Pedagógica, além do próprio Trabalho de Conclusão de Curso, compreendemos que uma série de novas produções estavam sendo produzidas sem uma publicidade merecida, afinal, são pesquisas de inovação e responsabilidade teórico-metodológica que costumavam ficar engavetadas nos arquivos de alguma biblioteca pouco acessível, portanto, dar acesso e publicidade a pesquisas de graduação foi um dos nossos focos.

A segunda demanda veio da pós-graduação, afinal, em momento de plena expansão, o ProfHistória do campus de Parnaíba, único Programa de Pós-Graduação em História fora da capital e único da UESPI a contar com Doutorado próprio (que não está vinculado a acordo de DINTER) requer aumento da produtividade e demonstração de fôlego frente aos desafios acadêmicos que se avolumam com o aumento das turmas e ampliação do programa com a nova dimensão do Doutorado. Foi nesse sentido que necessitávamos realizar esse evento que se coloca como regionalmente relevante e, ao mesmo tempo, impactante nas formas de produção e escrita da história do e no Piauí.

Como proposta temática escolhemos quatro termos que parecem reunir uma série muito heterogênea, mas, ao mesmo tempo, extremamente consonante, de discussões atuais. O *protagonismo social* é uma tendência contemporânea de visibilizar as práticas comunitárias politicamente orientadas, seja pela consciência ou seja apenas por suas consequências. O que se conecta com a validação de modos de vida vistos pelos olhos imperiais e progressistas como ultrapassados, anacrônicos ou atrasados tais como povos indígenas, comunidades quilombolas, associações de trabalhos tradicionais como bordadeiras, marisqueiras e pescadoras etc. Uma série de existências vistas pelo neoliberalismo do desempenho como pobres, carentes e deficitárias, mas que garantem suas formas de vida, seus modos de viver e suas próprias existências no mundo, que são absolutamente resistentes frente a um capitalismo predatório que devora não apenas produtos, matérias primas, elementos naturais mas também meios de sobrevivência e de existência, verdadeiros modos de vida que se perdem com a crescente homogeneização cultural e epistêmica vividas globalmente. Por isso mesmo, movimentamos as tão polêmicas identidades, que são vistas por uns como formas de incomodar o *status quo* do homem-branco-heterossexual-cristão-cisgênero-classe média visto como única existência válida frente a outras formas de vida compreendidas como menores ou desempoderadas. É no afã de compreender uma historiografia política e regionalmente responsável, ativa e até mesmo militante que propomos esse evento, que culminou nessa obra que não representa somente seus anais, mas os esforços conjuntos na produção de uma coletânea considerável para a historiografia contemporânea.

Desta forma montamos as diretrizes da curadoria do evento e desses textos sob alguns pressupostos básicos, o primeiro deles é evitar todo tipo de colonialismo, seja da masculinidade hegemônica, seja dos centrismos que se colocam como moral ou academicamente superiores. Desta feita, não foram convidados para essa coletânea ou para o evento nenhum pesquisador considerado “grande nome”, não que não haja excelentes produtores de história no Brasil e no mundo contemporâneos, mas gostaríamos de demonstrar o protagonismo da produção local, com

potencial e fibra para se tornar relevante sem a demanda de pagar pedágio aos pesquisadores já consolidados no cenário nacional. Essa escolha deliberada garantiu um evento e uma coletânea comprometidos com as falas minoritárias, tanto em seus objetos de pesquisa quanto em seus próprios pesquisadores.

A segunda diretriz foi validar os conhecimentos tradicionais, de mestres e mestras de saber social reconhecido, para isso, nada mais importante que prestar uma merecida homenagem ao convidado mais ilustre que havíamos planejado, o intelectual quilombola piauiense Nego Bispo, seu rosto foi a porta de frente de nosso evento, inspiração para nossa reflexão, alguém que conheceu mais que ninguém os prenúncios da terra, das confluências e dos saberes que nascem não apenas na academia mas também na roça (Santos, 2023). Sua ausência se deu justamente porque sua passagem ocorreu no final de 2023, mas fizemos questão de demarcar nosso débito com suas ideias, seu brilhantismo e a influência que a semente por ele plantada germinou em mentes e pesquisas pelo mundo afora.

Também foi uma preocupação nossa rememorar os 60 anos do golpe de estado que culminou no doloroso período dominado pela ditadura militar brasileira, por mais que pareça dissonante aos desígnios de nosso evento, é importante remarcar que o assassinato de povos indígenas, a expulsão de povos quilombolas e demais populações ancestrais foi um dos principais, talvez o maior, dos crimes cometidos pelos militares por mais de vinte anos seguidos. Rebobinar esse passado doloroso é ativar uma história potencial, que não apenas vê a inexorabilidade do tempo permanente, mas deslinda os vaivéns da estática temporal, compreendendo não apenas aquilo que foi em um passado desconexo, mas as repercussões contemporâneas e até mesmo futuristas daqueles acontecimentos (Azoulay, 2024).

Por fim, privilegiamos a arte, a música e as imagens como manifestações existenciais ímpares, campo do inconsciente, do corpo, do impensado, mas refletido, território das emoções, da carne, das delícias e das dores. A música também foi um elemento importante de garantia de

existências, de formação e manutenção de subjetividades e de conservação de modos de vida, especialmente para comunidades não letradas que legam na sonoridade e na poesia suas maneiras ancestrais de coabitar os mundos.

Com tais ideias em mente passamos a pôr em prática um processo de construção de diálogos não impositivo, portanto, outra decisão estratégica nossa foi não estabelecer Grupos de Trabalho previamente definidos, que demandem temáticas ou abordagens específicas. Pelo contrário, a partir das diretrizes apontadas, passamos a receber uma gama de propostas de apresentações e colaborações que possuíam vieses comuns sem mesmo que se soubesse de sua sincronicidade ímpar. Coube a coordenação do congresso e os organizadores desse livro a confortável tarefa de sentir as ressonâncias e estabelecer linhas mestras de amplo escopo para organizar e permear as distintas colaborações. Desta forma, compreendemos que estávamos discutindo temáticas afins na dimensão investigativa e pedagógica, portanto, nossos seminários foram formulados exatamente no sentido de trazer um diálogo entre a prática da historiadora pesquisadora e da professora de história, compreendendo que não há diferença entre essas figuras por meio da imagem polivalente da professora-pesquisadora. Justamente nesse intuito criamos as partes *História, Memória, Patrimônio e História Regional* na mesma toada da parte *Ensino de História, Memória, Patrimônio e História Regional*. Trata-se de uma tendência absolutamente forte nos trabalhos acadêmicos regionais em que a preocupação com a memória e o patrimônio se imiscuem com as pesquisas de pequenas e médias cidades, num esforço de encontrar materialidades e imaterialidades socialmente significativas e simbólicas para o estabelecimento de uma memória coletiva para tais sociedades.

Outro grande eixo, que também envolveu a pesquisa e o ensino, foi intermediado pela parte *História e Interseções: Gênero, Raça, Classe* e a parte *Ensino de História e Interseções: Gênero, Raça, Infâncias e Juventudes*. Em meio a tais eixos vemos o impacto do conceito de interseccionalidade e suas reverberações absolutamente positivas e ricas que as terceiras ondas do feminismo acadêmico, bem como os novos estudos

afrodescendentes e abordagens mais contemporâneas da história social proporcionaram conjuntamente. A demanda de Patricia Hill Collins (2022) mesmo tardando a ser tomada a sério pela academia brasileira, serviu para que percebêssemos o quanto as categorias socio-identitárias são ricas quando trabalhadas em sincronia, uma vez que na esfera social não existem dimensões separadas, vivemos a raça, a classe e o gênero de formas intercambiáveis e simultâneas, sendo que todos são impactantes e formam distintas hierarquias até mesmo no interior de categorias identitárias classicamente e erroneamente compreendidas enquanto homogêneas.

Por fim, e não menos importante, também destacamos a parte *Mídias, Imprensa e Linguagens*, que se destacou como grande nexos de pesquisas do campo. Por mais que as abordagens ético-políticas e memorialistas sejam predominantes na historiografia regional, é importante destacar o forte trabalho metodológico que pesquisadores realizam frente à materialidade das fontes históricas e literárias. Não se trata de mero preciosismo empírico ou detalhismo linguístico. Trata-se, pelo contrário, da própria constituição de nossa disciplina enquanto elemento epistemologicamente válido, de forma que toda professora e historiadora escreve, e enquanto tal, depara-se com os intermédios e interstícios da linguagem tanto presente na produção imagética ou textual, seja ela documental ou literária. Saber que escrevemos nos coloca na pujante tarefa de refletir sobre o que foi escrito e aquilo que segue sendo válido em nossas pesquisas.

Frente a esse panorama todo desejamos que a leitora compreenda esse retrato historiográfico de uma época de produções acadêmicas como um diálogo contemporâneo da produção acadêmica e tradicional piauiense com o restante da historiografia nacional, enquanto um mosaico de peças multicoloridas, mas absolutamente congruentes no afã de entregar um conhecimento eticamente responsável, politicamente impactante e regionalmente relevante. Essa é nossa contribuição!

Fernando Bagiotto Botton

Professor Adjunto II de Licenciatura em História, UESPI/Parnaíba-PI

Referências

AZOULAY, Ariella Aïsha. *História Potencial: Desaprender o imperialismo*. São Paulo: Ubu Editora, 2024.

COLLINS, Patricia Hill. *Bem Mais que Ideias: a Interseccionalidade Como Teoria Social Crítica*. São Paulo: Boitempo, 2022.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

PARTE I

História, Memória, Patrimônio e História Regional



UM BALANÇO SOBRE A PRODUÇÃO DE PESQUISAS NO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA - CAMPUS PARNAÍBA

Luiz Ayrton Silva Furtado¹

Resumo: Esse estudo acerca dos trabalhos de conclusão de curso de História da UESPI - Campus Alexandre Alves de Oliveira resulta da compreensão dos temas das monografias e das análises realizadas pelos acadêmicos. Por meio do repositório digital da universidade, foi realizada a leitura e verificação de 62 produções, das mais variadas temáticas e perspectivas. Primeiramente, notou-se o distanciamento dos discursos históricos consolidados em Parnaíba, de caráter tradicionalista e memorialista, apontando o comércio e a política da cidade. Com o surgimento do curso de licenciatura em História, a nova historiografia parnaibana debate esses discursos consolidados, ao passo que produz novas perspectivas. Entre as novas abordagens, essas pesquisas realizadas descrevem as particularidades de outras cidades, o que demonstra a demanda para desenvolver estudos históricos metódicos além de Parnaíba, apontando para a importância de considerar essas localidades como lugares de memória, cultura e dimensões históricas. Com variadas temáticas, um destaque foi a realidade dos trabalhadores parnaibanos, tema que enfatiza uma parcela da população que frequentemente é ignorada. Outro tema bastante discutido nos trabalhos foi a questão do ensino, onde os autores apresentaram as diversas facetas da educação e, por meio da investigação do espaço escolar, as condições de professores em ambientes diversos ou o ensino de história, essas pesquisas apresentam a importância de discutir outras vivências ocasionadas pelo ensino. Por fim, muitos graduandos se interessaram em temas como cultura local, imprensa, raça e religião. As discussões em torno dos elementos citados foram presentes em vários

¹ Graduando de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. E-mail: layrtonsfurtado@aluno.uespi.br. Orientador: Prof. Dr. Felipe Augusto dos Santos Ribeiro.

momentos históricos de Parnaíba, tornando possível monografias que examinaram, os jornais, bandas, elementos musicais, cultos religiosos que existiram e existem na cidade, por exemplo. Assim, é possível compreender a importância dessas produções, que revelam muito da cidade de Parnaíba e regiões adjacentes, bem como descrevem as dimensões históricas, sociais, políticas e econômicas da região.

Palavras-chave: Historiografia; Produção Acadêmica; Parnaíba.

Introdução

O Curso de Licenciatura em História sediado no Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) foi criado em 2005 (CONSUN nº 007/2007) e sua primeira turma regular ingressou no ano de 2006. Tudo isso sem mencionar as turmas de licenciatura em História do chamado Período Especial, formadas entre os anos de 1998 e 2003.

[...] Os cursos de graduação em História só começaram a ser ministrados no município [de Parnaíba] em 1998, em turmas de período especial da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), no então Campus Avançado de Parnaíba, hoje Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira. Essas turmas especiais do Curso de Licenciatura Plena em História tinham como público-alvo docentes da Educação Básica que ministravam a respectiva disciplina, porém não possuíam formação na área: os chamados professores leigos. A última turma do período especial do curso de História da UESPI em Parnaíba foi concluída em 2003. Vale ressaltar que, dentre as exigências de aprovação em todas essas turmas, constava a defesa de um Trabalho de Conclusão de Curso [...] (Fialho; Ribeiro, 2021, p. 184-185).

Desde então, centenas de formandas e formandos defenderam suas pesquisas sobre os mais variados temas nesses cursos de licenciatura em História ministrados no Campus da UESPI em Parnaíba, sejam do período especial ou do período regular. Mais recentemente, em um projeto de extensão que visava disponibilizar esses Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) de forma organizada, online e gratuita para toda sociedade, foi criado o Repositório Digital da UESPI, disponível em <<https://repositorio.uespi.br>>. O referido projeto foi desenvolvido por meio de dois editais do Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBEU) e, até o presente momento, já foram inseridos nesta plataforma 64 (sessenta e quatro) TCC's do Curso de Licenciatura em História do Campus Parnaíba. Atualmente, o projeto está sendo mantido por meio da atuação de Bolsistas Trabalho que inserem periodicamente TCC's de diversos cursos sediados no referido campus da UESPI.

Tendo em vista a existência deste repositório e a ausência de “mapeamentos sobre a produção acadêmica defendida ao final dos cursos”, cujas pesquisas ainda “precisam ser lidas, sistematizadas e divulgadas para um público mais amplo, a começar pelos próprios cursos de graduação em História” (Fialho; Ribeiro, 2021, p. 198), o presente projeto de iniciação científica busca elaborar um balanço sobre as pesquisas de TCC realizadas no Curso de Licenciatura Plena de História – Campus Parnaíba disponibilizadas no Repositório Digital da UESPI, uma plataforma criada por meio de projetos de extensão desenvolvidos desde o ano de 2020, em uma parceria entre o Curso de Licenciatura em História e o Curso de Bacharelado em Ciências da Computação, ambos sediados no Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira. A importância e necessidade da presente pesquisa se justifica tanto para subsidiar o coletivo de pesquisadores e pesquisadoras em seus estudos, quanto para dimensionar a contribuição do curso no campo da pesquisa histórica nesses quase 20 anos de existência de turmas regulares, por meio da apresentação de um primeiro balanço dessa produção.

O objetivo geral da pesquisa é apresentar um balanço da produção de pesquisas de TCC defendidos no Curso de Licenciatura Plena em

História – Campus Parnaíba, a partir do acervo disponibilizado no Repositório Digital da UESPI. Já os objetivos específicos são: acessar o Repositório Digital da UESPI e selecionar os TCC's defendidos no curso; mapear, analisar e classificar os TCC's por temática; elaborar balanços parciais periódicos até a versão final, a fim de aprimorar a classificação; apontar temáticas com maior incidência e historicizá-las; identificar diálogos e desdobramentos das pesquisas de TCC; produzir relatórios de pesquisa que serão encaminhados a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da UESPI (de acordo com o cronograma) e também apresentados em eventos científicos da instituição ou externos; vislumbrar desdobramentos da pesquisa, seja para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e/ou para estimular publicações deste estudo em periódicos.

A metodologia a ser utilizada na presente pesquisa está baseada na elaboração de um balanço bibliográfico a partir dos TCC's do Curso de Licenciatura em História do Campus Parnaíba que estão disponíveis no Repositório Digital da UESPI. É importante apontar que um balanço ou panorama bibliográfico é um elemento basilar em qualquer projeto de pesquisa em História. Obviamente que em uma pesquisa específica, este balanço deverá “organizar-se em torno de um eixo temático bem definido desde o início” (Azevedo, 2011, p. 2). Neste caso, porém, tal balanço será sobre a produção de pesquisas de um curso de graduação específico, envolvendo variados temas, que deverão ser classificados e historicizados. A pesquisa é de caráter bibliográfico, com base em TCC's já defendidos e disponíveis em uma base de dados com acesso livre, o Repositório Digital da UESPI.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (Gil, 2002, p. 44). Ainda em diálogo com Antônio Gil (2002), inicialmente serão objeto de análise os resumos dos trabalhos mencionados, a partir de uma leitura exploratória, visando a elaboração de balanços parciais periódicos por temática. Em seguida, por meio de uma leitura

seletiva, os TCC's terão sua classificação por temática aprimorada. A partir das temáticas com maior incidência, os respectivos trabalhos passarão por uma leitura analítica, buscando historicizar essas produções em articulação às temáticas. Por fim, com o intuito de identificar diálogos e desdobramentos dessas pesquisas de TCC selecionadas, será realizada uma leitura interpretativa.

Desse modo, os procedimentos da presente pesquisa terão como principal fundamento aperfeiçoar os balanços parciais periódicos até sua versão final, com o intuito de apresentar um panorama da produção de pesquisas do curso, de forma complexa e crítica, com o devido rigor acadêmico e historiográfico, permitindo observar suas principais contribuições e potencialidades, bem como suas negligências ou carências de pesquisa. Portanto, prestes a completar vinte anos de funcionamento regular, o Curso de Licenciatura em História do Campus da UESPI em Parnaíba poderia avaliar e dimensionar sua relevância social na região em que atua, a partir desse balanço de produção de pesquisas, além de subsidiar de forma decisiva e colaborativa futuros estudos, de qualquer pesquisador ou pesquisadora, seja do próprio curso (discentes e docentes) ou fora dele.

Resultado

Com a seleção e análise dos TCC's armazenados digitalmente, foi possível uma averiguação acerca desses estudos anteriores, que tratam sobre muitos temas significativos, além de constatar como esses temas se destacam nas discussões propostas dos trabalhos de conclusão de curso. A princípio, uma questão que merece a devida atenção dos formandos é a cidade de Parnaíba, tema destaque que está presente no próprio título de muitos trabalhos analisados, bem como foi identificada como uma das palavras-chave com grande relevância nas monografias, logo, foi necessário considerar a importância de Parnaíba a partir do estudo destes trabalhos.

Revela-se um prestígio nos trabalhos acerca da cidade, prestígio

não somente histórico, mas também abrangido por dimensões sociais, culturais e econômicas, e sendo um lugar com densa atividade sociopolítica e econômica, com ações marcadas por sujeitos que conquistaram o título de “heróis”, bem como pelas famílias com sobrenomes que tornaram-se consagrados, não é de se espantar que parte considerável do corpo discente do curso de História, na elaboração de suas devidas monografias, se volte com curiosidade para os diversos elementos históricos existentes na cidade, e é com base nesses elementos que os graduandos produziram novos estudos acerca da história, cultura, economia e vivências, fundamentados em novas perspectivas teóricas e metodológicas.

Como apontado por Huedson Costa, em sua monografia defendida recentemente que explora os TCC’s do curso de História do Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, a escrita acerca da história da cidade era realizada por profissionais liberais que majoritariamente não estavam inseridos em um contexto acadêmico, logo não conheciam as correntes historiográficas para fundamentar e produzir suas obras de caráter histórico (Costa, 2024). Essas produções, de base tradicional e memorialista, são marcadas pela descrição dos “heróis” e famílias que contribuíram para o crescimento político da cidade, bem como são evidentes os traços memorialistas, com uma grande nostalgia de um período próspero de grande desenvolvimento econômico.

Essa narrativa tradicionalista consolidou o discurso da alta sociedade, já que esse conteúdo histórico era feito por homens instruídos que, destacando majoritariamente atributos econômicos e políticos, acabavam por apontar a importância de Parnaíba no ramo de extração e exportação por meio do Porto Salgado (atual Porto das Barcas), assim como muitas figuras bem-posicionadas nos registros históricos tradicionais, como Simplício Dias e a família inglesa Clark. Ou seja, é uma narrativa que valoriza e destaca sujeitos e grupos que ocuparam cargos políticos relevantes e possuíam bens materiais consideráveis. Enquanto isso, a parcela mais pobre da população, bem como outros grupos sociais que não estavam inseridos no discurso histórico tradicional, não eram inseridos nas descrições históricas de Parnaíba.

O surgimento do Curso de Licenciatura em História da UESPI, entretanto, permite a formação de uma nova geração de historiadores na cidade, capazes de unir teoria e método para não somente desmistificar muitas narrativas construídas e solidificadas, mas também trazer à tona muitas figuras e grupos sociais que foram esquecidos e ignorados pela citada história tradicional parnaibana.

Por outro lado, é importante pontuar a descrição de outras cidades em muitos desses trabalhos localizados no repositório. Produções acadêmicas como: *A cidade, o futebol, socialização e lazer em Luís Correia - PI (1992-2014)*; *“Ilhas de brancas dunas”: História e memória do bairro Tatus em Ilha Grande do Piauí (1975-2015)*; *A interiorização da AIDS/SIDA no município Cajueiro da Praia / PI entre os anos de 2006-2011*; *Lugares sobrepostos na Memória de Camocim - CE: de cemitério a rodoviária*; *Aspectos etno-históricos, geográficos e arqueológicos de Poço da Onça - PI*; e *Encantos e desencantos: enchentes do rio Parnaíba e a mudança do cotidiano da população Joca marquense-PI (2008-2009)* demonstram entre os graduandos uma variedade de locais, que foram utilizados para descrever outras alternativas. É necessário frisar que, ao se estudar outras localidades, os graduandos tiveram a possibilidade de fugir de determinados paradigmas, já que cada um desses locais, em suas respectivas cidades, passa por certas peculiaridades que dificilmente serão encontradas em Parnaíba, especialmente condições históricas forjadas em cada espaço, entre estes espaços, locais do próprio Delta do rio Parnaíba.

Disto isso, a leitura dos TCC's revela, por exemplo, uma preocupação, por parte dos graduandos, em revelar realidades de certos trabalhadores de Parnaíba, assim como de regiões adjacentes. Nos trabalhos analisados, torna-se perceptível uma ampla transformação nos discursos históricos formados na cidade, que em um primeiro momento, tradicional e memorialista, não colocaria o trabalhador de fábricas, catador de aterro sanitário e o pescador como temas de destaque em um trabalho de pesquisa histórico, tampouco transmitir questões do cotidiano destes trabalhadores. Nas monografias intituladas: *Além da luta: relatos de operários da Moraes S/A nos anos 1970 e 1980*; *“Raspas e restos me interessam”: Trabalho*

e relações sociais no universo de catadores do aterro sanitário de Parnaíba - PI (2000- 2007); e Correndo na vela: experiências e modos de vida de trabalhadores do Delta do Parnaíba (1975 - 2014) manifesta-se esse novo interesses dos historiadores formados pela UESPI de Parnaíba.

No último TCC citado, Oliveira (2014) demonstra, por meio de relatos, que os trabalhadores residentes do Delta do Parnaíba, em grande parte sendo pescadores e trabalhadores rurais, passaram bons anos sem qualquer entidade política que fosse capaz de exigir e lutar pelos direitos dessa população no litoral piauiense. Já no segundo TCC citado, Ribeiro (2017) explica que os trabalhadores que exercem alguma função nos aterros sanitários passam por marginalização, já que seus cargos são considerados “diferentes” dos outros trabalhos encontrados na região parnaibana, reservando-se para estes trabalhadores um tratamento inferiorizado. Nota-se que são trabalhadores da região que passaram muitos anos sem destaque nos escritos realizados em Parnaíba, já que esses escritos estavam voltados para a descrição das famílias detentoras de capital e os homens ilustres, assim como para o registro de memórias de determinados habitantes letrados.

Outro elemento notório no repositório é a quantidade de trabalhos voltados para a educação. As pesquisas *A importância dos sítios arqueológicos do território do Delta do Parnaíba para o ensino de História e Museu do Trem do Piauí e sua importância para a educação patrimonial em Parnaíba, 2008* dão destaque para o ensino de História formulado no ambiente escolar, além do uso de elementos históricos para o desenvolvimento dos assuntos aplicados na sala de aula. O segundo trabalho cita a importância do trem na memória e no cotidiano parnaibano, com reflexos desse patrimônio até hoje de um período histórico da cidade, além de tratar do interesse de alguns alunos, mediante questionário, para o conhecer melhor o referido trem (Araujo, 2016).

Outras monografias tratam sobre o próprio ambiente escolar, como *A estadualização do colégio parnaibano: fragmentos históricos de uma instituição escolar (1959-1969)*, que explica as mudanças ocorridas nos parâmetros dessa escola, espaço marcante no cenário estudantil parnaibano.

A instituição apontada no TCC apresentou para a população um ensino secundário abrangente, fazendo com que os seus estudantes tivessem contato com disciplinas, até então, recentes na cidade, como latim.

A análise dos TCC's armazenados também nos revela, por exemplo, uma investigação por questões de raça no Piauí. No trabalho *História, historiografia e memória indígena: o povoado Saquim e a luta pela terra em Ilha Grande (1950 - 2016)*, Gomes retrata a realidade de uma população que, atualmente, permanece ignorada, seja em estudos ou análise social: os indígenas que residem no litoral do Piauí. Enquanto critica o discurso da historiografia tradicional, um discurso que simplifica as relações que se firmaram entre nativos, colonos brancos e negros escravizados durante os séculos de colonização europeia, aponta para a importância de novos trabalhos já que “contradições, guerras, lutas e assassinatos estiveram presentes nas relações e não podemos perdê-las de vista” (Gomes, 2016, p. 34). Com isto, o trabalho também produz novas perspectivas, instigando novas pesquisas direcionadas para a questão indígena no Delta.

Já em *Muito além da terra: luta dos indígenas de Piripiri pela educação escolar (2005-2015)*, a autora descreve a invisibilidade que muitos nativos vivem no território nacional, e os desafios encontrados por parte da população remanescente indígena no município de Piripiri, que além da luta para demarcação de terra para esse povo, há também a luta para a conquista do direito básico da educação. Logo, compreende-se que as pesquisas realizadas se direcionaram para outras localidades do Piauí, evidenciando o crescente interesse dos estudantes em interpretar os obstáculos encontrados em cada caso.

Com o estudo das produções, também foi evidente, em muitas pesquisas, uma série de análises para aspectos culturais, com muitos acadêmicos buscando interpretar os costumes de Parnaíba. Dentre essas investigações, é relevante os estudos acerca da imprensa na região do litoral piauiense, apresentando a construção de discursos e as perspectivas defendidas nos jornais da região. Um trabalho que recorre no tempo histórico e baseia-se no relato jornalístico para nortear sua pesquisa é *O escravo piauiense oitocentista: a partir do jornal O Piaulhy dos anos 1870 e 1873*, uma

compreensão das condições das populações escravizadas na província, a partir dos documentos do referido jornal. Outros trabalhos dos graduandos do curso de História enfatizaram particularidades parnaibanas, trabalhando em cima de jornais da própria região, tornando possível o vislumbramento de aspectos diversos.

Com isso, nas monografias *Mobilização estudantil: o movimento estudantil em Parnaíba - PI através do jornal Inovação (1977-1982)* e *Imprensa parnaibana: Uma análise do discurso político do jornal A libertação (1983-1985)*, os acadêmicos pesquisaram as relações sociais e políticas apresentadas na imprensa local, no período dos anos finais da ditadura militar, um momento histórico decisivo na nação brasileira. Esse processo de estudar e investigar dado jornal, um arquivo que releva diversas camadas de um período, é instigante e expõe os costumes e a escrita de uma época, pois as manifestações contidas em seus volumes evidenciam muitas condições do momento histórico, como os discursos do cenário político parnaibano, e conforme Teles (2016), o jornal *A libertação* relatou para a população da época as disputas e narrativas políticas típicas do período.

Entre esses segmentos de cultura citado, também foi notável a investigação das transformações sociais surgidas a partir da relação entre música e sociedade, como nos trabalhos *E a cidade estremeceu: a cultura do rock/metal nas décadas de 1980 e 1990 em Parnaíba* e *Impactos da Contracultura Roqueira em Parnaíba*. Essas pesquisas foram voltadas para o estudo do rock 'n roll, sua relação com o tempo e como realizou-se sua propagação entre os espaços parnaibanos. Outros trabalhos dos graduandos direcionam-se para estudos mais centrados da música, focados em figuras nacionais do ramo musical que se tornaram populares, ou gêneros musicais conhecidos nacionalmente. Com estas pesquisas, os formandos no Curso de História revelaram âmbitos mais específicos do campo da História Cultural.

Trabalhos como *Rita Lee: rock e feminismo nos anos 1970*; *Eu vou tirar você desse lugar: um estudo sobre as relações de gênero na música de Odair José*; e *Samba: gênero nacional ou regional?*, retratam e revisam dois artistas nacionalmente conhecidos e o samba, um dos gêneros mais marcantes da

música brasileira, assim como relacionam períodos históricos com fatores dos estudos de cultura.

Por fim, um panorama importante que foi referido e estudado pelos graduandos do curso foi o tema da religião, um fator muito interessante para estudantes e historiadores, que se aprofundam cientificamente nas mais variadas perspectivas religiosas, e seus impactos em determinada sociedade e tempo histórico. As produções disponibilizadas no repositório tratam especificamente de algumas religiões no espaço parnaibano, como nos trabalhos *Os dois irmãos da tabajara: crenças religiosas e percepção do tempo histórico no catolicismo popular em Parnaíba* e *Igreja Protestante no Brasil e trabalho social: uma análise sobre a igreja quadrangular da cidade de Parnaíba*, baseadas em investigações das relações sociais que se manifestam na cidade a partir de duas religiões distintas, bem como constataram particularidades sociais e culturais.

Já em *Ao som das macumbas: um estudo da umbanda em Parnaíba - PI (2007-2015)*, a autora relata, a partir de um recorte temporal recente e por meio de entrevistas, as condições de alguns seguidores da umbanda no espaço parnaibano. Assim como outras religiões de matriz africana, a umbanda segue discriminada, com atos violentos sendo noticiados e presenciados ao longo do território brasileiro. Essa marginalização da religião, portanto, torna-se um objeto de estudo considerável, apontando o surgimento e a continuidade de tal violência.

Considerações finais

A análise do balanço produzido pelo curso surge com a necessidade de entender as monografias e os temas presentes e discutidos ao longo delas. Sendo um dos objetivos específicos a identificação dos diálogos e desdobramentos das pesquisas de TCC, foi preciso uma leitura densa desses trabalhos e a verificação de cada tema. Nas 62 produções lidas e analisadas, foi perceptível as transformações ocorridas nos discursos históricos de Parnaíba, que em um dado período é apresentado enquanto um discurso tradicionalista e/ou memorialista, discurso esse que

ênfatisa a posição da cidade, assim como determinadas famílias e sujeitos. A nova historiografia que surge na formação do curso de História não desconsidera a importância histórica de Parnaíba, mas questiona as narrativas consolidadas na cidade, ao passo que revela outros aspectos ignorados nos estudos anteriores. Trabalhos que descrevem particularidades de outras cidades, por exemplo, já demonstram a necessidade de desenvolver estudos históricos acerca de outras localidades, já que nesses espaços encontram-se identidades, memória e fatores históricos. Desse modo, a maior parte dos trabalhos armazenados digitalmente referem-se à cidade de Parnaíba, e suas múltiplas particularidades. Destacam-se os trabalhos voltados para a descrição de determinados trabalhos e a vivência de grupos de trabalhadores parnaibanos, ressaltando a mudança na historiografia local, já que as pesquisas dos graduandos tratam de grupos sociais anteriormente ignorados pela perspectiva tradicional, que durante período ignorou as possibilidades temáticas com relação aos trabalhadores do Delta do rio Parnaíba, ou catadores do aterro sanitário da cidade.

Uma importante temática que foi abordada nas pesquisas foi o ensino, com cada trabalho apontando para as diferentes condições da educação em Parnaíba. Seja investigando o espaço escolar, as condições de professores em ambientes diversos ou, como foi verificado em muitos trabalhos, a disciplina histórica no ensino básico, essas monografias destacaram muitas perspectivas que, na cidade, passam por certa invisibilidade e esquecimento. Outros temas bastante discutidos nos TCC's foram a cultura, a imprensa, a raça e a religião. Sendo questões pertinentes aos estudos atuais, é de se supor que muitos acadêmicos de História se interessaram por esses assuntos, e examinaram as relações destes com a realidade social da cidade. São trabalhos que citam os jornais que já existiram na cidade, a propagação de música na cidade, cultos religiosos, entre outras condições.

Com isso, é possível concluir a importância dessas produções, que revelam muito da cidade de Parnaíba, bem como de regiões vizinhas. As novas pesquisas que resultam nos Trabalhos de Conclusão de Curso

(TCC) são pautadas por concepções recentes para interpretar os discursos tradicionalistas formulados no século passado, como também desenvolver outras perspectivas sobre o espaço parnaibano. História, memória, identidade, ensino e cultura são fatores significativos, e esse conjunto de trabalhos traz à tona interpretações que modificam paradigmas consolidados na cidade.

Referências

ARAÚJO, Samara Regia dos Santos. *Museu do trem do Piauí e sua importância para educação patrimonial em Parnaíba, 2008*. 2016. 60 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Piauí, Parnaíba, 2016.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. O projeto de pesquisa: o conteúdo e seus itens. In: *Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia*. a. 2. n.3. dez 2011. p. 01-06.

COSTA, Huedson Bruno Sales. *Uma nova história parnaibana? Análise dos Trabalhos de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí – UESPI (Campus Alexandre Alves de Oliveira) (2010-2017)*. 2024. 38 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Piauí, Parnaíba, 2024.

FIALHO, Thalia dos Santos; RIBEIRO, Felipe. *O protagonismo de historiadores profissionais em Parnaíba-PI: apontamentos sobre a emergência de uma nova historiografia (2005-2017)*. Teresina: Cancioneiro, 2021. p. 181-204.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Ana Suelle de Oliveira. *História, historiografia e memória indígena: o povoado Saquim e a luta pela terra em Ilha Grande do Piauí (1950 – 2016)*. 2016. 71f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Piauí, Parnaíba, 2016.

OLIVEIRA, Pedro Vagner Silva. *Correndo na vela: experiências e modos de vida de trabalhadores do Delta do Parnaíba (1975-2014)*. 2014. 98 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Piauí, Parnaíba, 2014.

RIBEIRO, Francisco Camilo da Silva. *“Raspas e restos me interessam”: Trabalho e relações sociais no universo de catadores do aterro sanitário de Parnaíba - PI (2000-2017)*. 2017. 49 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Piauí, Parnaíba, 2017.

TELES, Francisco Weshington Yama Cardoso. *Imprensa parnaibana: uma análise do discurso político do jornal A Libertação (1983 - 1985)*. 2017. 52 f. Monografia (graduação em História) – Universidade Estadual do Piauí, Parnaíba, 2017.

UESPI. *Repositório Digital da UESPI*. Disponível em <<https://repositorio.uespi.br>>. Acesso em: 10/05/2023.

UESPI. *Resolução CONSUN nº 007/2007*. Disponível em: <https://uespi.br/conselho-universitario-consun/> Acesso em 10/05/2023.

CAMPUS AVANÇADO DA UESPI EM PARNAÍBA: PESQUISA HISTÓRICA E MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Pedro Felipe Oliveira de Melo¹

RESUMO: Esta pesquisa foi construída a partir das observações feitas por uma comissão que buscava celebrar os 30 anos do Campus da UESPI em Parnaíba. O objetivo foi analisar diferentes documentos sobre a história do Campus, visando preservar sua memória institucional. Foram empregados métodos como análise bibliográfica, com referência aos trabalhos de Lakatos e Marconi (2003), cabendo destacar também a utilização dos livros Dossiê UESPI – 30 anos (2017) e o Memória UESPI (2021), além de autores que discursassem especificamente sobre a Memória, como Nora (1993), Matos (2004), Costa (1997) e Teixeira (2002). Ademais, adotamos também a pesquisa documental como outro tipo de metodologia abordada, no qual nos concentramos em Leis e Decretos acerca do Campus Avançado de Parnaíba, o que nos proporcionou uma base sólida para a análise do contexto histórico e institucional do campus ao longo das décadas. Nos resultados iniciais, observou-se uma expressiva carência de informações institucionais, revelando um "silêncio institucional" que dificultava a construção de uma memória sobre a trajetória do campus. Este silêncio apontava lacunas na documentação oficial e na transmissão de conhecimento sobre a história da instituição. Na fase final da pesquisa, foi identificada uma significativa influência dos discursos políticos e da mídia nas dinâmicas sociais que envolveram a criação e o desenvolvimento das instituições de ensino. Foi notado que, para muitos políticos, a criação do Campus da UESPI em Parnaíba representava uma oportunidade estratégica de ampliar sua influência e projeção no cenário socioeconômico do estado, utilizando-se da educação como plataforma para atingir seus objetivos políticos. Em síntese, a pesquisa não apenas

¹ Graduando de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. Orientador: Prof. Dr. Felipe Augusto dos Santos Ribeiro. E-mail: pfodemelo@aluno.uespi.br

destacou a importância de preservar a memória institucional do Campus da UESPI em Parnaíba, mas também revelou os desafios enfrentados nesse processo, como a falta de informações e a interferência dos discursos políticos e midiáticos na percepção pública e na própria criação das instituições universitárias.

Palavras-chave; Memória Institucional; UESPI; Campus Avançado de Parnaíba.

Introdução

O Campus Professor Alexandre Alves Oliveira, originalmente denominado de Campus Avançado de Parnaíba, está localizado no município de Parnaíba, cidade litorânea ao extremo norte do estado. Inaugurado no dia 18 de março de 1994, pouco mais de um ano após a promulgação do decreto federal de 25 de fevereiro de 1993 que autorizou o funcionamento multicampi da Universidade Estadual do Piauí (BRASIL, 1993), o Campus Avançado de Parnaíba disponibiliza atualmente doze cursos de graduação e um de pós-graduação stricto-sensu. Ao longo dos seus trinta anos de existência, o Campus tem desenvolvido um legado significativo e desempenhado um papel de destaque notável na região. Sua influência perpassa as fronteiras do estado do Piauí, impactando também as cidades vizinhas de estados adjacentes, como o Maranhão e o Ceará. O Campus atrai anualmente centenas de jovens em busca de oportunidades educacionais, ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento da economia local. Referente a isso, Bizerril (2020, p.8) aponta que “a disseminação da cultura universitária, que agrega valores como a democracia, a liberdade, a responsabilidade social, a ética, o pensamento científico e crítico, traz importantes contribuições regionalmente nos âmbitos político, social e cultural”.

Nesse contexto, considerando os 30 anos de contribuição à sociedade, a Direção do Campus Parnaíba estabeleceu uma comissão para

organizar as atividades comemorativas relacionadas a essa efeméride. No entanto, apesar dos esforços recentes para recuperar a memória institucional, foi identificada uma significativa lacuna de informações sobre a construção, inauguração e início das atividades no Campus. Assim, o presente projeto de iniciação científica teve como objetivo coletar e examinar diferentes documentos relacionados à história do Campus, com a intenção de recuperar e preservar sua memória institucional.

Desse modo, à luz dos pontos abordados anteriormente, a relevância deste trabalho se justifica pelo fato de reforçar a imagem e o legado da UESPI, destacando a trajetória da instituição e os resultados obtidos em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão ao longo de trinta anos de contribuição para com a sociedade parnaibana. Além disso, traz como plano central uma questão pouco debatida: a memória institucional. A escassez de discussões ou trabalhos relacionados à memória institucional pode resultar em seu esquecimento generalizado, de modo que as pessoas passem a compreender tal questão como inexistente. Referente a isso, Matos (2004) postula sobre a dificuldade que a memória institucional possui de ser entendida como um importante fator decisório para a administração das instituições universitárias no país. Ela também traz conceitos que exprimem a importância da memória em meio ao apagamento promovido pelo silêncio institucional praticado por muitas universidades, apontando que não existe a ideia de um arquivo que é morto, mas um descaso quanto aos dados desses arquivos.

O presente estudo é uma pesquisa qualitativa no campo da memória institucional, o que torna a pesquisa documental uma etapa fundamental da análise desse estudo. “A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois” (Lakatos; Marconi, 2003, p. 174). Para isso, realizamos uma análise aprofundada de uma vasta rede de referências bibliográficas, incluindo artigos, livros, registros da imprensa, fotografias fornecidas por docentes e documentos oficiais. Estes, ainda segundo Lakatos e Marconi (2003),

geralmente representam a fonte mais confiável das informações. Esses dados podem se referir tanto a ações individuais quanto a eventos da vida política com abrangência municipal, estadual ou nacional.

Para a construção de um referencial teórico, direcionamos a nossa atenção para autores que tratam especificamente da preservação da memória, como Matos (2004), Nora (1993), Costa (1997) e Teixeira (2002). De maneira semelhante, incluímos em nossa análise autores que, embora não se alinhem diretamente ao tema proposto, estabelecem diálogos relevantes com a temática abordada, como Bizerril (2020), Nóbrega (2017) Oliveira (2017), Alves (2017), Nunes (1997). Além disso, realizamos uma consulta nos respectivos livros: Dossiê UESPI - 30 anos (Sousa; Carvalho; Araújo, 2017), uma edição comemorativa que contempla variadas temáticas que permearam a instituição ao longo dos anos, e o Memória UESPI (Oliveira, 2021), este se caracteriza por apresentar um caráter mais documental, no qual se desenvolve a partir de uma série de entrevistas realizadas entre 2017 e 2021 que contam a trajetória das pessoas que deram nome aos campi da UESPI.

Ademais, visando adquirir informações adicionais que pudessem enriquecer o estudo, organizamos uma viagem à capital do Estado, Teresina, onde realizamos uma visita técnica ao Arquivo Público do Piauí (APPI), no qual foi possível angariar diversos materiais, como jornais e fotografias, que ampliaram a nossa compreensão. Quanto aos jornais encontrados, estabelecemos um recorte temporal, onde optamos por aqueles do ano de 1993. Em seguida, realizamos uma catalogação meticulosa de cada um deles, organizando-os pela data de publicação, pela página e pelo jornal em que foram veiculados.

De modo a contribuir com a diversificação do nosso acervo informativo, estabelecemos também o contato com professores que compõem o corpo docente da UESPI há anos, nos quais cabe mencionar os esforços das Professoras Silvana Lima dos Santos, Lígia Thomaz e Rita Alves, que prontamente disponibilizaram algumas fotografias e informações acerca da instituição. Além disso, priorizamos pela utilização de fontes oficiais e autênticas que pudessem validar e sustentar esse estudo, bem como leis

e decretos. Para isso, utilizamos canais de consulta, como o Diário Oficial do Estado, que foi um recurso indispensável na construção da presente pesquisa.

Desenvolvimento

Memória e História, apesar de estarem intimamente relacionadas, são termos que representam significados diferentes. A memória é a capacidade do cérebro humano de armazenar as informações. A história, enquanto um campo do saber, é o estudo do homem no tempo. Para Nora (1993, p.9), “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo”. Nesse contexto, ao estabelecer distinções entre a memória e a história, é possível identificar as diversas vertentes que atravessam as reflexões em torno desse tema, como a memória institucional, que é um recurso fundamental para o funcionamento das instituições. Acerca disso, Costa (1997) estabelece que as instituições se perpetuam na sociedade por meio da memória, que seleciona e retém apenas as informações relevantes para o seu funcionamento.

Dessa forma, as instituições universitárias, além de sua função como centros de produção do conhecimento, atuam como importantes repositórios de memória. Elas desempenham um papel relevante na conservação e na transmissão da memória cultural e acadêmica. São, portanto, lugares de memória (NORA, 1993). Ainda seguindo a concepção de Pierre Nora sobre lugares de memória, Teixeira (2002, p.4) discorre:

os lugares de memória são, primeiramente, lugares em um tríplice acepção: são lugares materiais onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; são lugares funcionais porque têm ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas e são lugares simbólicos onde essa memória coletiva – vale dizer, essa identidade - se expressa e se revela.

São, portanto, lugares carregados de uma vontade de memória.

Muito embora a Universidade Pública seja um espaço onde a memória se manifesta de forma sólida, os meios de acesso a essa memória, muitas vezes, são inacessíveis. Seguindo essa linha de raciocínio, Matos (2004) fórmula que os centros de informações arquivísticas, que são essenciais para a memória institucional, encontram-se distantes dos locais de decisão e carecem de sistema eletrônico para a disseminação de informações. Dessa maneira, tal fato impede que o acervo esteja amplamente disponível para toda a universidade, incluindo para as instâncias decisórias.

Dessa forma, ao conduzir uma pesquisa sobre a criação e a implantação do Campus Avançado de Parnaíba, hoje intitulado Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, nos deparamos com uma expressa carência de informações de caráter arquivístico, evidenciando assim, o fenômeno do silêncio institucional observado por Matos (2004) e mencionado anteriormente. No entanto, apesar das limitações identificadas, foram obtidos resultados significativos.

Conforme os resultados encontrados, o debate em torno da criação de uma Universidade no Piauí, no âmbito do governo estadual, não é de caráter recente. Remonta ao ano de 1964, sob a administração do governador Petrônio Portella, as primeiras iniciativas para a formação de uma Universidade no Piauí. A Lei nº 2.567 daquele ano autorizava o Poder Executivo a organizar em Fundação a Universidade do Estado do Piauí, a UEP (Piauí, 1964). Entretanto, o projeto pouco avançou e as primeiras ações decisivas para a criação de uma universidade em âmbito estadual no Piauí só foram efetivamente implementadas sob administração do governador Hugo Napoleão, vinte anos depois. O ponto inicial desse processo foi a criação da Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí (FADEP), em 1984 (PIAUI, 1984). Como órgão da FADEP responsável pela formação de recursos humanos de nível superior, foi instituído o Centro de Ensino Superior do Piauí (CESP), cujos

primeiros cursos tiveram sua autorização de funcionamento por meio do Decreto Federal nº 91.851/1985 (Brasil, 1985).

Nesse contexto, criou-se, gradativamente, uma conjuntura favorável para o surgimento da Universidade Estadual do Piauí. Dessa forma, “com uma estrutura de cursos superiores já em funcionamento, o Poder Executivo Estadual aprovou a Lei nº 4.230/88 com objetivo de criar as condições necessárias para instalação da Universidade Estadual do Piauí – UESPI” (Oliveira, 2017, p.6). Assim, em 25 de fevereiro de 1993, durante a administração do governador Freitas Neto, foi publicado o decreto federal que autorizava o funcionamento da UESPI em sistema multicampi, dando início a um processo de expansão e interiorização da universidade.

É relevante destacar que, apesar do Campus Avançado de Parnaíba ter começado suas atividades somente em 1994, a Universidade Estadual do Piauí (UESPI) já havia estabelecido sua presença desde 1993. Isso ocorreu por meio da oferta de cursos em regime especial na Escola Normal Francisco Correia. O regime ou período especial, tinha como objetivo a formação de professores que atuavam na Educação Básica, mas eram leigos (não eram habilitados, nem possuíam formação adequada), oferecendo assim cursos de graduação em várias áreas do conhecimento, que funcionavam justamente durante as férias escolares estaduais e municipais.

Ressalta-se que a qualificação de professores leigos transformou o panorama educacional das regiões envolvidas. O cenário alterado pela presença de espaços universitários colaborou com o novo ritmo no cotidiano dos municípios. Essas mudanças foram culturais, econômicas e sociais, tornando-se visíveis no desenvolvimento local e regional, principalmente em aspectos educacionais (Nóbrega, 2017, p. 50).

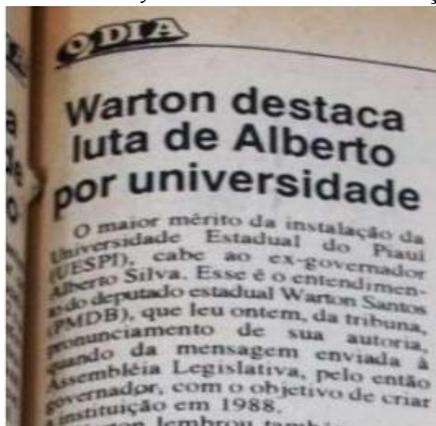
Assim, entre a publicação do Decreto Federal de 25 de fevereiro de 1993, que autorizou o funcionamento multicampi, e da Lei Estadual nº 4.619 de 21 de setembro de 1993, a qual dispõe sobre a criação do Campus

Avançado de Parnaíba, assim como de seus cargos efetivos e comissionados (PIAUÍ, 1993), teve início o processo de compra do terreno e de construção do referido campus acadêmico. O Campus Avançado de Parnaíba foi formalmente inaugurado em 18 de março de 1994 e o início das aulas do primeiro período letivo se deu no dia 04 de abril de 1994.

De modo geral, a criação da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) representou um avanço significativo no campo educacional para a sociedade piauiense, sobretudo para a população do interior do estado, ao possibilitar que esses indivíduos não precisassem se deslocar até Teresina para cursar o ensino superior, contribuindo, dessa forma, para a descentralização da oferta de educação superior no Piauí. Contudo, tal ação foi interpretada por alguns políticos como uma oportunidade de ampliar o seu prestígio diante do cenário político do Estado.

No entanto, esta expansão, ao passo que trazia desenvolvimento para a região, também foi realizada de maneira contraditória, já que, ao abrir núcleos e cursos, como destaca o parecer, muitas vezes não era realizado um estudo aprofundado sobre a demanda da região, levando em consideração apenas os interesses de políticos locais, que viam na instalação de campus e núcleos da UESPI uma oportunidade de engrandecimento político, além de cabide eleitoral, pois os funcionários administrativos do campus e núcleos, subordinados à Secretaria de Educação, eram muitas vezes indicados por estes políticos (Alves, 2017, p. 31).

Imagem 01: Matéria do Jornal *O Dia* sobre a criação da UESPI



Fonte: *O Dia*, 30/03/1993, p. 3.

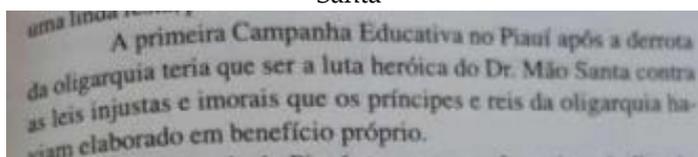
Acervo: Arquivo Público do Piauí (APPI)

De maneira semelhante, foi possível observar, entre os jornais coletados, a mesma problemática. Todos os jornais abordavam um cenário no qual a Universidade Estadual do Piauí (UESPI) se configurava como um elemento central de disputa política. Diferentes narrativas atribuíam a responsabilidade pela criação da instituição ao ex-governador do Piauí Hugo Napoleão, já que as políticas pioneiras para o surgimento de uma Universidade Estadual surgiram a partir de sua gestão, enquanto outras a creditaram ao ex-governador Alberto Silva, considerando que a proposta de criação da UESPI foi apresentada à Assembleia Legislativa sob seu mandato, em 1988. Contudo, essa iniciativa foi concretizada apenas em 1993, durante o mandato de Freitas Neto.

No contexto do Campus Avançado de Parnaíba observou-se a mesma configuração ao analisar a bibliografia coletada. Nesse caso, foi possível identificar os esforços empreendidos pelo governador Francisco de Assis de Moraes Souza, popularmente conhecido como “Mão Santa”, que assumiu a administração estadual no ano seguinte à inauguração do Campus Avançado de Parnaíba, em construir uma narrativa de si em

relação a expansão da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), aspecto inclusive registrado em livro, com a transcrição do discurso do então Reitor da universidade, Jônathas de Barros Nunes, durante a colação de grau da primeira turma do Campus, fazendo-se notar um forte viés “mão santista” ao posicionar o ex-governador e sua esposa, Adalgisa, como “protagonistas de resistência” (Nunes, 1997, p.59).

Imagem 02: Trecho do livro *Educação em dois tempos* ao mencionar “Mão Santa”



Fonte: Nunes, 1997, p. 59.

Para ilustrar esse protagonismo, destaca-se a alteração do nome da instituição, que durante doze anos foi denominado em homenagem à cidade de Parnaíba, mas atualmente é designado como “Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira”, em referência ao cunhado de Francisco de Assis de Moraes Souza. A mudança do nome da instituição não apenas evidencia a importância que ele atribuiu à sua família, como também demonstra sua atuação como figura central nas dinâmicas sociais e políticas da região. Dessa forma, essa iniciativa viabilizada por meio de uma lei estadual que seu grupo político propôs, exemplifica como sua busca por protagonismo se manifestou na esfera pública, buscando em certa medida moldar a identidade da instituição e o contexto educacional do estado.

Considerações finais

Em suma, o projeto de pesquisa foi concebido com o propósito de realizar uma análise detalhada sobre o Campus Avançado de Parnaíba. O objetivo central foi reunir e analisar variados documentos

referentes à história do Campus Avançado de Parnaíba, visando resgatar e preservar a sua memória institucional.

Para desenvolver este estudo, utilizamos a investigação bibliográfica e a pesquisa documental como metodologias principais. Além disso, focamos em uma base teórica específica, mas permanecemos abertos à consideração de autores cujas obras, mesmo não diretamente relacionadas, pudessem enriquecer a discussão do tema. Para avançar na pesquisa, também realizamos uma visita ao Arquivo Público do Piauí (APPI), em Teresina, onde foi possível coletar algumas informações adicionais.

Quanto à bibliografia coletada, constatou-se uma forte carência de informações institucionais, evidenciando o fenômeno do silêncio institucional. Além disso, identificou-se uma influência significativa dos discursos políticos e da atuação da mídia na configuração das dinâmicas sociais. No contexto da Universidade Estadual do Piauí e do Campus Avançado de Parnaíba, verificou-se que a fundação das instituições foi percebida por diversos políticos como uma oportunidade estratégica para expandir sua influência política.

Por fim, a pesquisa concluiu que o fortalecimento da memória institucional da UESPI requer esforços contínuos de preservação documental e análise crítica, para garantir que a história da universidade seja compreendida de forma abrangente e contextualizada. Ao resgatar essa memória, é possível não apenas valorizar a trajetória da instituição, mas também contribuir para uma reflexão mais profunda sobre o papel do ensino superior no desenvolvimento social e político do estado do Piauí.

Referências

ALVES, B. S. Campus Professor Antonio Giovanne Alves de Sousa: Uma reflexão da expansão da Universidade Estadual do Piauí em Piri-piri. In: SOUSA, Ana Cristina Meneses de; CARVALHO, Clarissa Sousa de;

ARAÚJO, Raimundo Dutra de (Orgs.) *Dossiê UESPI – 30 anos*. Teresina: Fundação Universidade Estadual do Piauí, 2017.

BIZERRIL, M. X. A. (2020). O processo de expansão e interiorização das universidades federais brasileiras e seus desdobramentos. *Revista Tempos E Espaços Em Educação*, 13(32), 1–15. <https://doi.org/10.20952/revtee.v13i32.13456>

BRASIL. *Decreto nº 91.851, de 30 de outubro de 1985*. Autoriza o funcionamento dos cursos de Pedagogia, Ciências, Letras e Administração do Centro de Ensino Superior do Piauí.

BRASIL. *Decreto de 25 de fevereiro de 1993*. Autoriza o funcionamento da Universidade Estadual do Piauí na modalidade multicampi.

COSTA, I. T. M. *Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto. *Memória institucional e gestão universitária no Brasil: o caso da Universidade Federal da Bahia*. Salvador: tese de doutorado em Educação, UFBA, 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Khoury. *Projeto História*, São Paulo: PUC-SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NÓBREGA, E. C. Traços da Expansão e Interiorização da Universidade Estadual do Piauí – UESPI. In: SOUSA, Ana Cristina Meneses de;

CARVALHO, Clarissa Sousa de; ARAÚJO, Raimundo Dutra de (Orgs.) *Dossiê UESPI – 30 anos*. Teresina: Fundação Universidade Estadual do Piauí, 2017.

NUNES, J. *Educação em dois tempos*. Teresina. UESPI, 1997, 234p.

OLIVEIRA, Valéria Soares. *Memória UESPI*. Teresina: FUESPI, 2021.

OLIVEIRA, A. K. P. Uma análise dos projetos políticos-pedagógicos do curso de Licenciatura Plena em Letras Inglês da Universidade Estadual do Piauí – UESPI – desde sua criação até os dias atuais. *In*: SOUSA, Ana Cristina Meneses de; CARVALHO, Clarissa Sousa de; ARAÚJO, Raimundo Dutra de (Orgs.) *Dossiê UESPI – 30 anos*. Teresina: Fundação Universidade Estadual do Piauí, 2017.

PIAUI. *Lei Nº 3.967, de 16 de novembro de 1984*. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí – FADEP.

PIAUI. *Lei Nº 2567, de 10 de janeiro de 1964*. Dispõe sobre a organização da Universidade do Piauí, a U.E.P. Fonte: Diário Oficial do Estado do Piauí.

PIAUI. *Lei Nº 4.619, de 21 de setembro de 1993*. Dispõe sobre a criação do Campus Avançado de Parnaíba, de seus respectivos cargos efetivos e em comissão. Fonte: Diário Oficial do Estado do Piauí. 30 de setembro de 1993. n. 186. p. 2.

SOUSA, Ana Cristina Meneses de; CARVALHO, Clarissa Sousa de; ARAÚJO, Raimundo Dutra de (Orgs.) *Dossiê UESPI – 30 anos*. Teresina: Fundação Universidade Estadual do Piauí, 2017.

TEIXEIRA, Maria Lúcia Aguiar. *A escola como lugar de memória*. Simpósio Nacional de História, v. 28, 2002.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ARAIOSES- MA: UM ESTUDO SOBRE SINDICALISMO RURAL NA DITA- DURA CIVIL-MILITAR (1968-1982)

Viviane Beatriz Alves de Freitas¹
Felipe Augusto dos Santos Ribeiro²

RESUMO: O presente trabalho aborda a história da formação do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Araioes (STTR), no estado do Maranhão, cuja a fundação se deu em 20 de outubro de 1968, tendo a entidade reconhecida por Carta Sindical do Ministério do Trabalho no ano de 1973, em plena ditadura civil-militar. Esse sindicato teve um impacto significativo no município, pois forneceu um auxílio essencial para a população mais pobre. Em diálogo com a bibliografia sobre o sindicalismo rural neste período autoritário, marcado simultaneamente pela força da repressão e pelo assistencialismo sindical, este estudo buscou analisar o surgimento do STTR em Araioes e sua relevância para a população local a partir das variadas fontes históricas, como entrevista com o fundador e primeiro presidente da entidade, e outras. Dentre as referências utilizadas para desenvolver essa pesquisa estão em destaque Nagasava (2021), Colleti (2019), Corrêa e Fontes (2016) e Medeiros (1989).

Palavras-chave: Araioes; Maranhão; Sindicalismo rural; Ditadura civil-militar.

¹ Graduada em Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. Orientador: Prof. Dr. Felipe Augusto dos Santos Ribeiro. E-mail: vivianefreitas@aluno.uespi.br

² Professor do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. E-mail: feliperibeiro@phb.uespi.br

Introdução

Esse artigo surge com a proposta de apresentar um estudo sobre a formação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Araisioses-MA, inicialmente nomeado de Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). A entidade foi fundada em 1968 e reconhecida por Carta Sindical em 1973, período esse em que o Brasil se encontrava enfrentando uma difícil situação política, pois em 1964 ocorreu um golpe que instalou uma ditadura civil-militar³ no país que chegou a durar 21 anos.

Esse foi um período sombrio na história do país, não foi um momento fácil especialmente para os cidadãos de origem humilde e pertencente a classe trabalhadora. O golpe de 1964 foi sobretudo uma reação contra a classe de trabalhadores e trabalhadoras, pois o discurso popularizado para que essa ação tivesse apoio era de que João Goulart gostaria de estabelecer uma República Sindicalista no país, e com os riscos do comunismo. Isso vai afetar as grandes cidades, mas também regiões interiores, pois o golpe instalou no Brasil políticas que afetaram grupos vulneráveis e organizações que se mostravam de alguma forma ameaçadora ao poder então vigente, e os sindicatos se encaixavam nesse exato lugar.

O período que se sucedeu ao golpe militar de 1964 foi marcado por uma intensa repressão às organizações de trabalhadores. Sedes de Ligas e de sindicatos foram fechadas e vasculhadas; as lideranças perseguidas; muitos foram presos, muitos outros assassinados; outros ainda conseguiram escapar ao cerco e se exilar ou no exterior, como foi o caso do

³ O termo empregado é referência à afirmação feita por Melo (2000, p. 43-44) “O termo ‘civil-militar’ foi apresentado pela historiografia como forma mais precisa para adjetivar o golpe de 1964 e do regime que lhe seguiu. Ao contrário de uma mera ação das Forças Armadas, tal adjetivo visa lembrar que também parte dos civis apoiou o golpe e participou da condução do processo político entre abril de 1964 até 1985, quando a maior parte da historiografia localiza o fim daquela ditadura”.

presidente da Contag, Lindolfo Silva, ou no próprio país, abrindo mão até mesmo de sua identidade, como ocorreu com Elizabeth Teixeira, líder das Ligas Camponesas na Paraíba (Medeiros, 1989, p. 85).

As organizações sindicais e os movimentos de lutas trabalhistas, especialmente as camponesas do nordeste brasileiro, acabaram sendo muito afetadas e diferentes grupos enfrentaram obstáculos após o golpe. O Estado durante esse período age de maneira severa, e isso termina:

Desencadeando enorme repressão contra o sindicalismo, a ditadura decretou a ilegalidade dos organismos intersindicais e determinou a intervenção em mais de uma centena de entidades sindicais, sendo este, obviamente, o golpe mais duro desfechado nas entidades lideradas pela aliança comunista-trabalhista (Antunes & Santana, 2014, p. 121).

Os movimentos daquele período que buscavam por mudanças passaram a enfrentar maiores dificuldades ao tentar agir, devido ao caráter conservador e fascista do governo que se empenhava em suprimir esses grupos que enxergavam como uma ameaça. Segundo Colleti (2019), a organização da luta do campesinato que se mostrava uma força unida começou a incomodar vários setores das classes dominantes, então ações foram tomadas para conseguir controlar esse grupo e não haver interferências de movimentos trabalhistas no novo governo.

Foi significativo o impacto que as mudanças políticas causaram no país, e rapidamente alterou a vida de inúmeros indivíduos, principalmente daqueles que estavam diretamente ligados a movimentos taxados como “perigosos” pelo governo e se tornaram alvos. Porém, não foram somente tomadas ações de repressão através de violências, outras maneiras foram estabelecidas para que o governo conseguisse contornar maiores transtornos e estabelecer um controle das massas necessárias para consolidação de poder.

O regime era autoritário e apresentava uma grande sede de controle, por isso ações que conseguissem controlar grupos como o dos trabalhadores se tornaram importantes. E vão ser pensadas ações para que as ideias sobre sindicalismo e direitos trabalhistas fossem pensados de formas diferentes do que havia no período anterior ao golpe. Tais estratégias surgem que criam um cenário que aparentam, a primeiro momento, que foi entregue uma certa estabilidade e deixando esses grupos de oposição sem ações.

Dessa forma, a ideia de que o sindicalismo brasileiro adormeceu em 1964, teve um espasmo em 1968 e acordou agitado dez anos depois – quando o chamado “novo sindicalismo” emergiu – ainda permanece, embora alguns trabalhos publicados na última década tenham começado a desconstruir essa ideia (Corrêa; Fontes, 2016, p. 139).

Podemos então constatar que a percepção sobre esse período é bem vasta, mas o verdadeiro ponto de discussão proposto aqui é a relação dos sindicatos rurais em meio a esse período tão conturbado, especificamente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araiões-MA, pois muito se fala dos impactos que os sindicatos em metrópoles sofreram, mas são pouco os trabalhos que apresentam os sindicatos de pequenas cidades. Como uma pessoa criada a vida inteira em Araiões, tive o interesse de pensar os efeitos da ditadura na cidade, visto não existirem trabalhos com essa temática. O STTR da região nunca foi percebido como um símbolo de resistência à opressão da ditadura civil-militar brasileira, mesmo tendo surgido no período de 1968, e também não há pesquisas sobre esse sindicato.

O artigo a seguir está organizado em três tópicos que vão apresentando ao longo do texto aspectos diferentes sobre o STTR de Araiões. Inicialmente vamos ter a apresentação do tema e conhecer um pouco de aspectos contextuais importantes, mesclando debate bibliográfico com

informações iniciais sobre o STTR, seja através da entrevista realizada com um dos fundadores ou do acervo disponibilizado pela entidade.

Após isso, no seguinte tópico será trabalhado a análise de fichas dos sindicalistas, pois através delas nos é permitido conhecer mais sobre as pessoas que formavam o sindicato, e por fim, o terceiro tópico apresentará a discussão final sobre o que de fato era o STTR de Araíoses, qual foi a importância para a cidade e seus impactos na população.

Ao longo desse trabalho foram inúmeros nome utilizados para discussões que vão se formar, obras como a tese de Heliene Chaves Nagasava (2021) devido a suas abordagens sobre o assistencialismo que os sindicatos forneciam no período ditatorial, também nomes como Larissa Rosa Corrêa e Paulo Roberto Ribeiro Fontes (2016), entre outros que vão ajudando a construir essas discussões.

Araíoses e o sindicalismo rural na pequena cidade

A região nordestina tem uma forte ligação com o sindicalismo rural, essa é uma área do país com terras bastante exploradas na produção de alimentos como café, arroz, milho, açúcar, cacau, entre outros. Foi no Nordeste que surgiu a Liga dos Camponeses da Galileia, em Pernambuco, no ano de 1955, e que vai se expandir após alguns anos. O movimento teve figuras emblemáticas que lutaram contra a exploração latifundiária tão forte nas terras nordestinas. O advogado Francisco Julião⁴, escreveu uma obra em 1962 onde fala com detalhes como funcionava a organização da Liga, dificuldades que enfrentavam, e os meios de expansão para outras cidades.

Uma parte dos trabalhadores rurais dos interiores nordestinos eram pessoas analfabetas, por isso a comunicação oral foi uma ferramenta indispensável na disseminação de informações, mas havia também meios escritos que utilizavam para aumentar a adesão na causa da Liga. Segundo o advogado esses camponeses utilizavam:

⁴ Também era deputado estadual de Pernambuco pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Da conversa de “pé de pau”, na casa de farinha, no meio do caminho, na feira, na missa, no terço, no enterro, na briga-de-galo, no eito, na palha-da-cana, ao boletim escrito em linguagem singela em tom evangélico, como o “Guia” o “ABC”, o “Recado”, a “Cartilha”, a “Carta de Alforria”, (...) é usado como meio para despertar, atrair, unir e organizar os camponeses em Ligas (Julião, 1962, p. 33-34).

Esse é somente um exemplo de como funcionavam as organizações dos movimentos camponeses, cada movimento de luta rural e/ou sindical tem sua peculiaridade, o período e o lugar em que surge que irá influenciar muito nisso. Existe um quadro diversificado quando se pensa em sindicatos e as experiências que passam, durante o período da ditadura houve uma forte repressão sobre os sindicatos, e ainda que muitos tenham sido desfeitos a força o descontentamento seguia na população rural, por isso vão continuar lutando para se manter.

O exemplo ilustrativo é o do Maranhão. Nesse estado, apesar da desagregação dos sindicatos após o golpe militar, a Igreja, através do MEB, prosseguiu com o trabalho de educação sindical e, ao mesmo tempo em que formava novas lideranças, buscava recuperar trabalhadores com experiência de organização. Isso se deu especialmente no vale do rio Pindaré, durante a campanha para as eleições para o governo do estado, em 1965, quando apoiaram a campanha de José Sarney, candidato que percorria o interior prometendo a reabertura e o livre funcionamento das entidades representativas dos trabalhadores (Medeiros, 1989, p. 88).

Porém, após a vitória de Sarney foram desencorajadas as ações de reabrir os sindicatos, e acabaram por serem duramente repreendidas, mas não deixaram isso os afetar e um líder sindical continuou com seu

funcionamento mesmo que fosse visto como “sindicato ilegal”. Esse caso ocorreu em Pindaré, uma região localizada a 255 km da capital. O ocorrido representa um dos mais diferentes aspectos da luta sindical maranhense.

Em outra parte do estado Maranhão, se encontra uma cidade interiorana chamada de Araiões, localizada no Baixo Parnaíba, e que em 1960 apresentava um total populacional de 30.691 habitantes, sendo que na região urbana haviam 1.020 homens e 1.064 mulheres; e na rural eram 14.639 homens e 13.968 mulheres (IBGE, 1960).

Segundo os dados do IBGE, na década de 60 essa população era majoritariamente rural e passava por muitas dificuldades estruturais. Através desses dados constatamos a diferença gritante entre a população urbana e a rural. Mas embora a população rural fosse grande maioria na região, a cidade não se mostrava favorável ao camponês, as pessoas da área rural enfrentavam muitos desafios. E esse era um solo fértil para o surgimento de ideias sindicalistas surgirem.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, como inicialmente foi nomeado, vai ter como ano de fundação o final dos anos 60, embora seu início tenha sido pouco antes da data de fundação, mas ainda como o nome de associação com poucos membros, com um tempo que se foi estabelecido como um sindicato. É possível encontrar no site do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Maranhão (SENAR-MA) que a data da constituição do STTR Araiões é dia 23 de maio de 1968, porém na sede do sindicato há o primeiro livro de registro, nele está escrito que a fundação da entidade ocorreu no dia 20 de outubro de 1968.

Devido a escassez de documentação que contém essa história, o senhor Raimundo Nonato Loiola Coutinho foi uma figura essencial para recuperar memórias do sindicato. Não existem documentações onde fique expresso a motivação para formar o sindicato nesse período, ou que traga a história desse lugar, esta pesquisa apresenta o primeiro passo para que surjam mais trabalhos pensando nisso.

O senhor Raimundo Nonato Loiola Coutinho, 80 anos, foi o presidente do sindicato araiosense durante o período de 1968 até o ano de

1982, um período bem longo e exatamente por isso que ele decidiu se afastar, pois, achou que assim daria a chance para que seus camaradas tivessem a experiência como líderes sindicais também. Através de uma entrevista concedida à autora do presente trabalho no dia 15 de fevereiro de 2023, o sr. Raimundo relata todas as suas memórias anteriores à fundação até a concretização da ideia de construção de um sindicato rural na cidade. Ele, que era um trabalhador rural, trabalhava com plantação de arroz na ilha do Guajirú, e mandioca na Areia Branca, ambas regiões de Araiões, afirma que sempre se interessou pela causa dos mais pobres, pois as condições de vida na região não eram agradáveis.

A cidade apresentava um déficit estrutural que afetava desde o atendimento de saúde até o acesso à educação formal. Embora seja um território vasto que abrange diversos povoados, apresentava uma falta de hospitais, escolas, meios de transporte, e estruturas como pontes ou estradas que facilitasse o acesso entre as regiões, pois é cidade formada ao redor de rios, fazendo com que existem diversas ilhas no território da cidade. No seu dia a dia o sr. Raimundo já estava cansado de ver as pessoas enfrentando tantos problemas, pois segundo ele “não encontrava, assim por exemplo, nos políticos um caminho que levasse para solucionar os problemas” (Coutinho, 2023).

O sr. Raimundo conta um episódio que lhe marcou muito, foi em um dia que estava indo em direção ao “Magú”⁵, quando chegou no povoado Novo Horizonte⁶, encostou sua canoa, não demora muito e logo se aproxima uma canoa pequena com uma proteção por cima, como um domo. Nessa pequena embarcação havia três pessoas remando, duas na frente e uma atrás, também havia uma parteira e uma mulher sentindo as dores do parto. A parteira estava em situação em que não sabia se tirava a água que invadia a pequena canoa ou se cuidava da mulher que passava mal, e isso em um período de inverno (com maior frequência de

⁵ É a forma que os araiosenses popularmente chamam os povoados que se localizam próximos ao Rio Magú.

⁶ Povoado que se localiza após o povoado Placas, também nessa área popularmente chamada de “Magú”.

chuvas), eles estavam seguindo em direção a Parnaíba na esperança de conseguir um atendimento médico.

Ele conta que só imaginava o que elas não iam enfrentar no caminho até o Piauí, pois naquele período os rios se tornam mais agitados, aquela cena ficou na sua mente para sempre. Inclusive, essa foi a imagem que veio em sua mente quando surgiu a oportunidade de construir um sindicato em Araiões, e quanto mais se sabe sobre como funcionava o STTR da cidade, mais fica evidente que de fato esse acontecimento foi a faísca que ajudou a dar o impulso inicial.

Porém, a primeira semente do sindicalismo araiõesense veio de um lugar longe, a ideia de formar um sindicato na região foi dada por um cearense, um rapaz chamado João Batista, que era de Sobral. Ele estava de passagem por Araiões vindo de Barro Duro (Tutóia), local onde ele tinha ido para falar sobre formação do sindicato na região, mas ao se deparar com a situação de Araiões decidiu discutir sobre isso ali também. Foi assim que um dia após chegar do Novo Horizonte o senhor Raimundo foi informado que havia um homem fazendo uma reunião para falar de sindicato, ele estava reunido com outras pessoas, próximo a igreja de São Raimundo Nonato, localizada no bairro Conceição em Araiões, lá ele discursou sobre sindicalismo e incentivou com que aqueles trabalhadores formarem um sindicato.

[...] Informaram que na igreja tinha uma reunião, e era justamente sobre a fundação do sindicato. Eu já tinha mais ou menos uma noção porque eu ouvia muito os programas do...de um pernambucano que se interessava muito em desenvolver... fundava as ligas camponesas, cujo nome agora que me fugiu (Coutinho, 2023)⁷

⁷ Após a entrevista, o senhor Raimundo recordou que se tratava de Miguel Arraes. O entrevistado possuía um pequeno rádio onde ouvia as falas de Arraes, ele contou que “chamavam [Miguel Arraes] de comunista, mas eu gostava de ouvir”.

Exatamente por ter uma noção sobre o que era um sindicato, e por já ouvir sobre as ideias da Liga Camponesa, ele decidiu se pronunciar naquela reunião e foi assim que João Batista indicou o senhor Raimundo como presidente. Então após essa reunião ele entregou alguns livros – infelizmente ele não os tem mais ou recorda de seus títulos –, para que ele pudesse ter uma noção maior sobre sindicalismo, após isso começou a sua luta para construção de um sindicato.

Sua luta para formar o sindicato começa no final de 1967, e só termina em outubro de 1968, quando finalmente consegue formar o STR. Nos primeiros momentos apareceram muitos interessados, porém logo esse número cai bruscamente, e naquele período era necessário haver um número específico de pessoas para que se fosse reconhecido. Após muito tempo na luta, finalmente em outubro conseguiu alcançar um número suficiente de pessoas, e a primeira votação para escolher representantes e discutir aspectos do sindicato o padre cedeu o salão do colégio Ateneu⁸. Não foi fácil a luta até conseguir formar de vez o sindicato rural araiosense, como é contado por ele:

Em uma reunião perguntei: Quem aqui quer se associado ao Sindicato? Aí todos levantaram a mão; em uma outra reunião levei um caderno e falei: Quem aqui quer se associado ao Sindicato? Deem o nome para essa moça aqui que ela vai colocar o nome de vocês. Aí deram mais de quinhentos nomes; outra reunião, e dessa vez era para falar sobre os pagamentos, aí todo mundo deu a sua sugestão, até que nós fixamos [um valor]. Mas no final [para oficializar] não apareceu ninguém, aí pensei ‘isso vai dar trabalho’. Mas no final deu certo e foi quando teve a reunião no Ateneu (Coutinho, 2023).

⁸ O Ateneu São José foi o primeiro colégio de Araiões, e funcionou até 2020. No período da formação do sindicato, era um colégio católico que os padres cuidavam e até hoje o prédio pertence à igreja católica da cidade.

Algo que fica expresso nas falas sobre esse início de sindicalismo em Araiões é sobre como os cidadãos da região, como os trabalhadores rurais não expressavam nenhuma fé nesse sindicato, que ele iria realmente ajudar em suas vidas como era prometido. O sr. Raimundo revela: *“Nas reuniões as pessoas diziam: ‘rapaz, será que isso vai para frente?’; eu respondia ‘rapaz... estamos aqui é para plantar a semente, e queremos ver os frutos’* (Coutinho, 2023).

Nunca deixou de acreditar que se todos colaborassem seria sim possível melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais, que através do sindicato seria possível uma mudança realmente acontecer na cidade. Por isso, todo sábado ou domingo fazia reunião para “colocar pensamento bom” na cabeça dos trabalhadores rurais. Não foi uma tarefa fácil, mas com o tempo os esforços que todos vão sendo perceptíveis e o sindicato vai conseguindo se desenvolver na região.

No rastro das fichas sindicais do STTR

Através das fichas sindicais que se torna possível observar o perfil dos sindicalistas araiosenses. O contato inicial com o STTR que havia era somente através das memórias do senhor Raimundo, porém com a documentação dos antigos sócios que torna possível ver os seus rostos, saber de onde vieram e onde trabalhavam, com que idade se tornaram sócios, qual o nível de escolaridade deles, com o que trabalhavam e quanto tempo ficaram ligados ao sindicato.

Foram 128 fichas analisadas que vão de 1968 até 1982 apresentam quantidade diferentes de associados em cada ano, sendo que em alguns anos não existem fichas, como é o caso de 1970 onde não foi possível encontrar nenhuma. E desta documentação em 1973 existem somente três fichas e todas são de mulheres que se associaram, por outro lado as duas fichas de 1980 encontradas são somente de homens associados, outros anos em que não foi possível fichas de mulheres foram 1971 e 1976, os demais existem ao menos uma ficha de alguma lavradora.

Dentre essa papelada se tem registrado a idade mais jovem que um trabalhador que se tornou sindicalista é com 19 anos, sendo o mais velho 76 anos; entre a papelada das mulheres a idade máxima é 69 anos, e a mais nova é 26 anos. Enquanto na maior parte das fichas masculinas as idades mais recorrentes estão na faixa dos 20-30 anos, entre as mulheres é por volta dos 40-60 anos, sendo que em boa dessas fichas são de mulheres na faixa dos 60 beirando os 70 anos.

Possivelmente isso aconteceu pois muitas das vezes a afiliação poderia ocorrer na finalidade de conseguir a aposentadoria⁹. Além disso, todos os associados da ficha são lavradores que trabalham com cultivo de arroz, maniva, milho e feijão, sendo o arroz a resposta frequente nos documentos. Regiões como Manguinho, Cardoso (ilhas) e Remanso (povoado) produziam muito arroz.

As fichas mais antigas têm a datação de 1968 e 1969, esses são os primeiros anos do sindicato recém-formado, embora antigas felizmente o estado não está muito ruim e é possível ver diversos detalhes interessantes dos primeiros modelos de fichas, como no exemplo abaixo:

⁹ A Lei nº 6260/1975 instituiu benefícios de previdência e assistência social em favor dos empregadores rurais e seus dependentes. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16260.htm>.

Figura 1: Fotografia da ficha sindical de Francisco Freitas Nascimento (1968)

Carb. 100

RODIADDE

S.T.R. Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Estado do Maranhão

MUNICIPIO DE ARAIOSES

Associação do Sico

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO Nº 116

ENTRADA: 31.10.68

Socio: FRANCISCO FREITAS DO NASCIMENTO

Pai: SEMUNDO PAULO NASCIMENTO

Mãe: MARIA FREITAS DO NASCIMENTO

Data do nascimento: 08.02.46

Instrução: ALFABETIZADO

Lugar onde nasceu: AMERICICO

Município: ARAIOSES

Estado: MARANHÃO

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

Estado civil: SOLTEIRO Pequeno proprietário ? () Rendeiro ? () Fazendeiro ? () Trabalhador familiar ? ()

Produção financiada ? () Por quem ? Quando cereais ? (X) em que ? Casa própria

O que planta ? ARROZ CTR Cultiva quantos hectares ? Quantos possui ?

Foto: MORENA Olhos: CASTANHOS Cabelos: CRESPOS Barba: RASPADA Impressão Digital

Réplica: RASPADO Altura: 1,74 M

Carteira Profissional N°: Série: Via:

Carteira Rendeiro N°: Série: Via:

Carteira Identidade N° 205 389 PI Série: Via:

Título de Eleitor N° 391219112 Zona: 012 Seção: 0014

Lugar onde trabalha: SÃO BERNARDO LAVADOR

Tempo na profissão: 25 ANOS

segunda profissão:

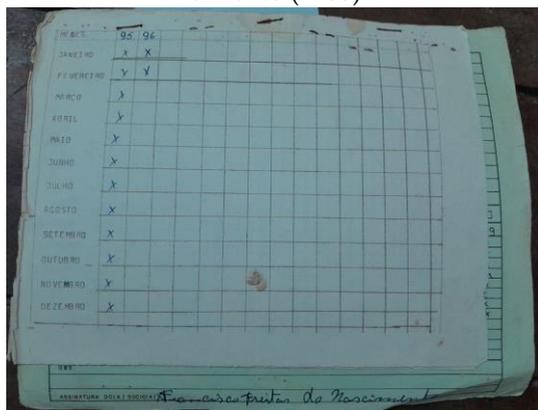
Fonte: Arquivo com as Fichas de Identificação de Associados do STTR de Araiões-MA

Acervo: STTR Araiões-MA

Registro Fotográfico: Viviane Beatriz Alves de Freitas (2024)

Essa ficha foi refeita algumas vezes, devido a esse fator a ficha está em ótimo estado mesmo sendo a mais antiga encontrada, esse material foi preservado tendo essas duas versões juntas, mas a primeira ficha de 1968 não estava presente. É provável que este documento tenha sido refeito por meados de 80 ou anos 90, pois as fichas feitas com esse material mais colorido começam a surgir nesse período no sindicato de Araiões, as fichas que são de 80 adiante são feitas do mesmo material, diferente das primeiras fichas cujo material era diferente. O que restou da ficha mais antiga está fixado no verso das fichas, na parte que marca as colaborações feitas pelo senhor Francisco Freitas Nascimento, pode se notar que é um papel branco e mais antigo, também é notável que foi feito através de um mimeógrafo.

Figura 2: Fotografia verso das fichas sindicais de Francisco Freitas Nascimento (1968)



Fonte: Arquivo com as Fichas de Identificação de Associados do STTR de Araiões-MA

Acervo: STTR Araiões-MA

Registro Fotográfico: Viviane Beatriz Alves de Freitas (2024)

Como é possível constatar, o material restante da ficha mais antiga se difere muito de fichas mais atuais como esse exemplo refeito. Diversos detalhes chamam atenção nessa ficha, como a data em que se juntou ao sindicato, dia 21 de outubro de 1968, um dia após a primeira reunião que formalmente fundou o sindicato. Além disso, o senhor Francisco fazia parte da pequena porcentagem da população araiosense rural alfabetizada, mas infelizmente não é possível saber se ele se alfabetizou anos depois quando a ficha foi refeita ou durante a infância pois não tem a ficha original.

Após analisar todas as fichas que foram possíveis de catalogar para essa pesquisa, ficou evidente o esforço que esses trabalhadores enfrentaram para se tornarem associados, existem aqueles seguiram por muito tempo ou outros não duram muito como associados, mas que chegaram a fazer a ficha. Se levarmos em conta dificuldade de conseguir se deslocar de regiões tão distante até chegar na sede, onde se localizava o

prédio do STTR, não é pequeno o esforço pois muitas das regiões de Arai-oses são ilhas, e dependendo da época do ano muito dos caminhos se tornavam impossíveis de passar.

Outro fator que deve ser refletido na ação dessas pessoas é a sua coragem, pois sempre havia o risco de se comprometer por estar associado a um sindicato em um período em que ele não era bem-visto por muitos. Arai-oses era uma região onde muitas de suas terras pertenciam a “coronéis”, homens muito ricos e influentes, que usavam dessa sua influência para ditar o que a população poderia ou não fazer.

O que pode significar o sindicato para uma cidade pequena?

O sindicalismo brasileiro a partir dos anos 1960 tem sido objeto de inúmeras pesquisas. Diversos estudos se debruçaram sobre o impacto do golpe militar de 1964, as estratégias de resistência dos trabalhadores e as transformações do movimento sindical ao longo das décadas. Essa vasta produção acadêmica demonstra a importância do tema para a compreensão da história social e política do Brasil. No período pré-64 os movimentos sindicalistas estavam borbulhando, agindo de várias formas em busca de mudanças políticas.

Contudo, a nova conjuntura política instaurada em 1964, marcada pela repressão e pela restrição das liberdades civis teriam conduzido ao enfraquecimento desses movimentos. A censura e a propaganda estatal, ferramentas utilizadas pelo regime para consolidar seu poder, foram eficazes em desqualificar as ideias defendidas por figuras como João Goulart e outros políticos de oposição. Por isso:

A apropriação do termo ‘trabalhismo’ feita pela ditadura demonstra que o ‘antigo’ tinha força e legitimidade que nem mesmo ela conseguiria extirpar. Portanto, era necessário descaracterizar, opor, depurar o trabalhismo, romper a sua associação com o Partido Comunista (PCB), o Partido Trabalhista

Brasileiro (PTB), e com João Goulart e preencher o termo com outro conteúdo (Nagasava, 2021, p. 44).

Mas isso não significa que a ditadura estava se tornando favorável ao sindicato, que por ter interesse em controlar essa organização não agia de maneira brutal para que isso fosse possível, a ruptura que fazem não é somente por meio de ideias, ações duras se abatem sobre eles. E como afirmou a seguinte pesquisadora:

Acredito que a ruptura efetuada pela ditadura, que foi refletida diretamente no uso da violência e repressão, não pode ser relativizada em virtude de possíveis continuidades. A ditadura alterou, definitivamente, a forma como trabalhadores, sindicalistas e Estado se relacionavam (Nagasava, 2021, p. 47).

De fato, os sindicatos nacionais foram todos afetados de alguma forma no período ditatorial brasileiro, e as relações que existiam anteriormente a esse momento não serão mais as mesmas. Haverá mudanças significativas nos alicerces anteriormente havia os sindicatos, como é colocado aqui:

A estrutura sindical continuou existindo após o golpe de 1964, mas o seu funcionamento e processos foram profundamente modificados. A Justiça do Trabalho perdeu seu poder normativo, especialmente nas causas salariais, e foi mobilizada para julgar de forma favorável ao Executivo a questão relativa às greves. O seu acionamento por parte dos trabalhadores, como forma de reivindicar seus direitos, ocorreu dentro de uma legislação controlada e limitada (Nagasava, 2021, p. 48).

Sendo assim, ao trabalhar essa temática deve se ter um cuidado de pensar o que realmente causou tal reação, tendo sempre em mente que as

ações dos sindicatos nacionais foram diretamente afetadas pelo novo governo que havia sido estabelecido, e isso trouxe marcas negativas, mas também foi possível extrair coisas positivas de certas ações.

Embora tantos obstáculos, muitos sindicatos continuaram a lutar para manter sua existência, e outros nasceram desse momento conturbado, mesmo não sendo favoráveis a esses grupos. Mas a forma que cada um dos movimentos vai reagir depende muito de seu contexto, podendo estar em uma região onde o policiamento desses grupos fosse muito.

No caso de Araiões não houve uma repressão tão violenta, como outros sindicatos estabelecidos antes do golpe de 64, ou mais especificamente casos de sindicatos rurais do Maranhão¹⁰, que passaram por experiências violentas durante o período da ditadura civil-militar brasileira. Araiões se afasta desse panorama não por haver uma rejeição do poder militar na região, em realidade o senhor Raimundo chegou a ser interrogado por militares por ações suspeitas, porém tudo conseguiu se desdobrar de maneira não violenta.

Um ponto importante sobre o sindicato araiosense foi ele ter surgido como um meio de assistência à população local. Diversas pessoas atualmente ainda lembram do que o STTR ofereceu para a população. Para um lugar que sofria com descasos, foi através da ação sindical que a população mais pobre conseguiu acessar direitos básicos como assistência médica e odontológica, sem contar acesso a medicações.

Muitos trabalhos que apresentam os sindicatos que se mostraram empenhados em seu lado assistencialista nesse período representavam algum tipo de traição da causa, como se houvesse um comodismo por usufruírem do que o governo estava oferecendo a essas organizações. Como escreveu Nagasava (2021, p. 111) “Independentemente do motivo do pecado original, a prática assistencial seria colocada em contraponto à capacidade de organização e luta coletiva”.

¹⁰ Existiram outros movimentos no Maranhão que sofreram fortes repressões dos poderes políticos (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011).

O sindicato de Araiões representa exatamente um movimento organizado que lutou coletivamente, foram os mais diversos esforços que enfrentaram para que o seu sindicato conseguisse ter a carta assinada, foram vigiados por militares, e enfrentaram políticos descontentes com qualquer avanço que conseguissem. Agir apesar de inúmeras ações contrárias já é uma luta, formar um sindicato rural em 1968 é uma luta, não é porque usufruíram do que o governo ofereceu que sua luta automaticamente se anula, ela só representa uma forma diferente de lutar.

Aquela história sobre a mulher sofrendo as dores do parto em uma pequena canoa tentando chegar em Parnaíba-PI para conseguir um atendimento médico foi o que marcou o senhor Raimundo, mas muitas outras histórias semelhantes devem ter marcado outras pessoas que aceitaram se filiar, pessoas de regiões pobres lutam por melhorias no cotidiano da forma que conseguem, e foi isso que ocorreu nessa região.

Esse sindicato fornecia principalmente um assistencialismo de saúde, foram os mais diversos remédios que conseguiam para ofertar a população, e o dentista contratado por eles era de Parnaíba e viajava para atender na cidade, além de médicos haviam também enfermeiras e parteiras atendendo a população rural. Em relação à educação, o STTR não oferecia assistência no prédio da sede, o que ocorria era a contratação de professoras pagas por eles para ensinarem em regiões remotas onde não havia colégios.

Considerações finais

O STTR Araiões, com sua trajetória única, reflete a rica complexidade da história e cultura da região. A convergência de elementos universais à realidade local confere ao sindicato uma identidade própria e um papel fundamental no desenvolvimento da comunidade. O propósito deste trabalho era mostrar que existiam sindicatos que lutavam de formas diferentes, e o de Araiões é o caso, a sua organização acontecia e sua luta era constante, mas era voltada em assistência a sua população rural que

sofria as mazelas da região, que não tinham atendimento básicos e os políticos não se importavam em agir para mudar essa realidade.

Apesar de toda a discussão sobre o assistencialismo sindical fomentado pela ditadura civil-militar, foi possível observar outros aspectos dessa prática em cidades como Araiões, quando o sindicato por vezes acaba ocupando um papel central na melhoria das condições básicas na vida de trabalhadores e trabalhadoras, sobretudo frente à pobreza da população e a ausência do Estado em serviços de saúde e educação no município.

Por fim, através desse breve estudo, buscamos compreender como se deu a formação do sindicato e sua relevância na localidade, na expectativa de que muitas outras se desenvolvam. Esse é somente o pontapé inicial de pesquisas feitas na cidade com essa temática, ainda há diversos outros fatores a serem considerados sobre esse sindicato e sobre o perfil diversificado de seus membros. A literatura sobre o sindicalismo rural no Brasil, embora vasta, tende a se concentrar em grandes centros urbanos e em movimentos de âmbito nacional. Ao se debruçar sobre o sindicalismo rural em pequenas cidades, pesquisas específicas podem contribuir para uma compreensão mais aprofundada do tema. Estudos de caso em municípios de menor porte podem revelar particularidades e desafios que são muitas vezes ocultados em análises mais amplas, enriquecendo o debate sobre a dinâmica e as especificidades do sindicalismo rural brasileiro.

Referências

ANTUNES, Ricardo; SANTANA, Marcos Aurélio. *Para onde foi o “novo sindicalismo”? Caminhos e descaminhos de uma prática sindical*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: cinquenta anos depois (1964-2014)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília : MDA, 2011.

COLLETI, Claudinei. Os sindicatos de trabalhadores rurais no Brasil: origem e características fundamentais. *Revista de Direitos Fundamentais*, v. 1, n. 2, jul./dez. 2019.

CORREA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. “As falas de Jerônimo”: trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. *Anos 90*. v. 23, n. 43, p. 129–151, 2016. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/60849>>. Acesso em: 18 out. 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/araioses/historico>>. Acesso em 13 jul. 2024.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*, [S. l.], v. 13, n. 27, p. 39–53, 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/8574>. Acesso em: 10 dez. 2024.

NAGASAVA, Heliene. *O Ministério do Trabalho e as políticas públicas na Ditadura Militar: sindicatos, assistencialismo e repressão (1964-1974)*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História, Política e Bens Culturais - CPDOC-FGV, 2021.

SINDICATO RURAL DE ARAIOSES. Portal SENAR Maranhão. Disponível em <<https://senar-ma.org.br/sindicato-rural-de-araioses/>>. Acesso em: 13 ago. 2024.

Fontes Históricas

COUTINHO, Raimundo Nonato Loiola. *Entrevista concedida à Viviane Beatriz Alves de Freitas*. 15 de fevereiro de 2023. Acervo da pesquisadora.

FICHA SINDICAL. Arquivo do STTR de Araiões. Acervo da entidade.

PARTE II

Ensino de História, Memória, Patrimônio e História Regional



POR UMA CARTOGRAFIA HISTÓRICA: ROTEIROS DE APRENDIZADO EM HISTÓRIA LOCAL DE CAMPO MAIOR – PI

Francivaldo Pereira da Silva¹

Resumo: A aplicação de uma cartografia histórica como prática de ensino visa incentivar nos alunos um reconhecimento acerca dos espaços históricos nos quais estão presentes, que por muitas vezes passam despercebidos e se desconhece a sua historicidade. Ao se reconhecer essa historicidade e familiaridade com os locais de vivências, as práticas de ensino de história local de campo maior, serão mais bem assimiladas pelos estudantes, ou quaisquer pessoas que se interessem pela história local, seus cenários e narrativas.

Palavras-chave: Ensino de História; História Local; Campo Maior; Historiografia.

Introdução: Cartografia histórica como recurso de aprendizagem

Pretende-se através desse trabalho incentivar a curiosidade e a paixão pela História, mas não necessariamente formar pequenos historiadores. Visa-se contribuir para as práticas do ensino de História, em que se propicie a continuidade nas discussões a respeito da História Local, nas quais são levadas em conta, as particularidades dessa história do ponto de vista micro. Desta feita, serão desenvolvidas estratégias que contemplem uma utilização dinâmica da história local e a aplicabilidade dessas propostas de trabalho no processo de ensino-aprendizagem.

Os fatos históricos têm a sua narrativa oficial, ou pelo menos uma narrativa que é apresentada nos livros didáticos. Porém, o que se percebe,

¹ Mestre profissional em História pela Universidade Regional do Cariri.

é que na escrita de um fato histórico, outras narrativas, perspectivas e realidades, deixam de serem levadas em conta. São essas narrativas não ouvidas que fazem parte da realidade dos alunos e seu meio social que devem ser trabalhadas, de maneira a incentivar o gosto e despertar o interesse pela História em si.

A partir destas 'outras narrativas', é possível identificar uma familiaridade dos alunos com a história local, ressaltando a história da cidade, dos fatos, curiosidade, personagens, peculiaridades, costumes, tradições, locais, coisas que por vezes passam despercebidas pela historiografia oficial, muitas vezes é presente realidade da maioria das pessoas, dos alunos e suas famílias.

Através disso, será proporcionada uma prática de pesquisa e atividades que perpassarão os muros da escola, nas quais envolvam os alunos e fuja do esquema ensino-aprendizado limitado no repasse de conteúdos mínimos, que não leva em consideração os seus conhecimentos prévios, nem estimula a participação dos estudantes e é limitada ao espaço físico da sala de aula.

Os espaços históricos das cidades e o patrimônio paisagístico fazem parte do cotidiano dos estudantes, os quais muitas vezes passam despercebidos por eles. Como fazer despertar nos alunos uma identificação com o patrimônio histórico e cultural local?

A solução que se apresentou foi trabalhar a História Local, visto que essa temática é abrangente e com a adequada aplicação metodológica, aproxima a História da realidade de vida dos alunos. A História Local pode relacionar-se com a questão da identidade cultural de uma localidade, a partir do momento que ela apresenta uma significação para a comunidade.

A partir das narrativas, memórias, pontos de vista e contato com a realidade local, vivenciados nos espaços públicos e nas manifestações culturais que envolvem os alunos, poderá ser estabelecida essa relação de identidade e de afinidade com a história e cultura de Campo Maior. Propõe-se através desse trabalho não apenas despertar nos alunos uma mera curiosidade pela história do lugar. É necessário que ele perceba que a

História está mais próxima do seu dia a dia e que é integrante da construção da História Local.

Os lugares têm a sua historicidade, constituindo nesse sentido, uma paisagem histórica. A proposta de se desenvolver e aplicar uma cartografia histórica na cidade de Campo Maior serve como uma estratégia de aprendizagem e identificação dos alunos com o local onde a história foi e é construída.

Lugares significativos historicamente e culturalmente, constituem uma paisagem cultural. Por paisagem cultural assim pode-se entender, de acordo com o geógrafo Rafael Winter Ribeiro (2007):

Em meio a múltiplas interpretações, há um consenso de que a paisagem cultural é fruto do agenciamento do homem sobre seu espaço. No entanto, ela pode ser vista de diferentes maneiras. A paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo. A paisagem pode ser lida como testemunha da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço. Pode ser lida, também, como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias, *lôcus* de interação entre a materialidade e as representações simbólicas (Ribeiro, 2007, p. 9).

A paisagem cultural representa o espaço interativo do homem com a natureza dentro do processo histórico, econômico e cultural. O meio, modificado e adaptado pelo homem, não mais é apenas considerado um espaço físico em seu estado natural, dominado pela biodiversidade, mas sim, o espaço social onde o homem desenvolve suas interações, com o meio natural, por exemplo, através do plantio de roças, da jardinagem ou da implantação de parques públicos.

Campo Maior é um município piauiense localizado no norte do Piauí, a 77 km da capital Teresina, possuindo cerca de 48.000 habitantes.

Localiza-se na região conhecida como Território dos Carnaubai², situada no Norte do Estado e abrangendo 16 municípios, sendo que as atividades ligadas à exploração e transformação da carnaúba constituem-se como fatores de movimentação da economia local, que teve seu auge entre as décadas de 1930 a 1970. Agricultura e pecuária, além do comércio e prestação de serviços, movimentam a economia do município.

Por localizar-se nas margens da BR 343 e ser entroncamento de importantes rodovias estaduais, Campo Maior é uma parada obrigatória e ponto de passagem no transporte de passageiros e mercadorias no caminho para o litoral piauiense e aos vizinhos estados do Ceará e Maranhão. Desponta como centro regional para o qual convergem moradores de diversas cidades vizinhas para a realização de diversas atividades, como frequentar as escolas e universidades locais, efetuar compras e vendas de mercadorias, busca de atendimento médico, entre outros.

Apresenta diversificada história e cultura, sendo uma das primeiras povoações do Piauí, surgida através da ação dos conquistadores portugueses no processo de ocupação do interior nordestino durante o ciclo do gado, ocorrido entre fins do século XVII e início do século XVIII. Para alguns historiadores, como o padre Cláudio de Melo³, o capitão português Bernardo de Carvalho Aguiar⁴, aparece como fundador do primeiro curral desta região, a fazenda Bitorocara⁵.

² O Território da Cidadania Carnaubais – PI está localizado na Região Nordeste e é composto por 16 municípios: Assunção do Piauí, Boa Hora, Boqueirão do Piauí, Buriti dos Montes, Cabeceiras do Piauí, Campo Maior, Capitão de Campos, Castelo do Piauí, Cocal de Telha, Jatobá do Piauí, Juazeiro do Piauí, Nossa Senhora de Nazaré, Novo Santo Antonio, São João da Serra, São Miguel do Tapuio e Sigefredo Pacheco. Possui uma área de 19.651,34 km² e uma população total de 168.024 hab.

³ Nascido na cidade de Campo Maior, em 02 de março de 1932. Foi sacerdote católico, historiador e professor da Universidade Federal do Piauí. Faleceu em 1998.

⁴ Fundador de Campo Maior, de São Miguel do Tapuio, de São Bernardo do Maranhão, o idealizador de Caxias (MA) e o último Mestre de Campo das Conquistas do Piauí e Maranhão.

⁵ Curral e posteriormente fazenda fundada por Bernardo de Carvalho, que deu origem a Campo Maior.

Como povoação surgida nos moldes da colonização portuguesa, a atuação do catolicismo é presente na sua história e cultura. Teve sua primeira capela erguida em fins do século XVII, mas desde o terceiro quartel do século XVII já era visitada pelos missionários jesuítas da Serra da Ibiapaba - Missão de São Francisco Xavier⁶. Constituída freguesia entre os anos de 1713 e 1715, sob a denominação de “Freguesia de Santo Antônio do Surubim”, uma homenagem ao seu orago, Santo Antônio e por conta do rio que corta essa região, o Rio Surubim, tornado-se vila em 1762, recebendo o nome de Campo Maior, em homenagem à vila portuguesa de mesmo nome. Com a instalação do regime republicano, é elevada à categoria de cidade em 27 de dezembro de 1889.

Além da atividade pecuária e da religião, Campo Maior foi palco de eventos históricos relacionados ao processo de Independência do Brasil, como a Batalha do Jenipapo, ocorrida a 13 de março de 1823, constituindo-se num confronto com forte participação popular pela independência nacional, que contou com a participação de vaqueiros, lavradores, pequenos proprietários rurais, oriundos não apenas do Piauí, mas também do Ceará e Maranhão. De forma não tão intensa, Campo Maior também participou do movimento da Balaiada, ocorrido entre 1839 e 1841.

Os aspectos acima expostos apresentam uma panorâmica histórica a respeito de Campo Maior, que constitui assim, um cabedal diversificado de histórias que podem ser exploradas dentro da aplicação de um currículo que privilegie a História Local, bem como, da elaboração de um material de leituras e atividades no qual seja possível correlacionar esses fatos históricos ao dia a dia dos alunos, e sejam revelados aspectos que constituam uma proximidade com as suas histórias de vida no meio social o qual estão inseridos.

O presente trabalho busca estabelecer uma relação teórica entre os seguintes conceitos: História Local, História e Memória, e ainda Patrimônio Cultural, relacionando-as ainda às práticas educacionais

⁶ Sobre a Serra da Ibiapaba, ela constitui-se como fronteira natural entre o Piauí e Ceará. Quanto à Missão de São Francisco Xavier, sua localização exata é imprecisa, entretanto, aponta para o atual município de Viçosa do Ceará.

alicerçadas aos Parâmetros Curriculares e Ensino de História e suas metodologias.

Entre os teóricos destaco Michel de Certeau, com sua obra “A escrita da História” que em suas reflexões evidencia que existem muitas práticas a serem trabalhadas com a história local. Segundo ele, a operação histórica que evidencia o trabalho com história local refere-se a uma combinação do lugar social de quem a escreve, aliando assim, essa história às práticas científicas próprias do saber historiográfico.

Toda pesquisa historiográfica é articulada a partir de um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural... é em função desse lugar que se instauram os métodos, que precisa de uma topografia de interesses, que se organizam os *dossiers* e as indagações relativas aos documentos (Certeau, 1982, p. 18).

A construção da noção de História Local torna possível relacionar as narrativas históricas aos locais a elas ligados. Pierre Nora em: “História, novos problemas” e “Entre memória e História”, evidencia a respeito dos lugares de memória: “são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos... os três coexistem sempre” (Nora, 1993, p.21-22)

Ou seja, o lugar de memória se expressa na sua materialidade, como um local que é revestido de significados e simbolismos, levando em consideração a função e a representatividade por ele exercidas e o seu reconhecimento a ele dado pelos seus frequentadores e utilizadores.

Campo Maior, a “Terra dos Carnaubais”, culturalmente, absorveu características naturais à sua identidade urbana e histórica. A “terra das verdes campinas”, com o gado, compõe essa paisagem e história simbólicas. Intervenções humanas, como o casario colonial e imperial, as construções art déco, o Açude Grande, o Rio Surubim, a Serra de Santo Antônio ao fundo, suas igrejas, o gado, as fazendas, o FRIPISA, compõem esse cenário cultural.

Em vista desse cenário, a interação entre natureza-homem-história, apresenta-se nessa produção a proposta de se elaborar, e efetivar, uma cartografia histórica, numa alternativa de evidenciar um roteiro por espaços onde as tramas históricas e sociais se desenrolam.

Rumo a uma prática: roteiro cartográfico histórico de Campo Maior

Nesse sentido, uma cartografia histórica, objetiva convidar os alunos a perceberem essa interação do meio natural- homem- história, no local em que vivem e na realidade que lhes é próxima, além de propiciar experiências interdisciplinares, haja vista que não apenas a práxis histórica se fará presente neste roteiro.

A seguir, a sugestão de um roteiro histórico-cultural pela cidade de Campo Maior.



O mapa acima exposto destaca pontos de referência presentes nesse trabalho, exceto dos que se encontram na zona rural, como a Cruz do Moleque e o túmulo da escrava Felicidade. Este mapa apresenta-se como a proposta de um itinerário a ser seguido na realização de uma aula de campo.

O referido roteiro é bastante adaptável, de acordo com o tempo disponível e com a composição das turmas, propondo um caminho pelo “centro histórico”, que segue o centro comercial e depois finaliza rumo ao bairro de Lourdes.

O ponto inicial desse passeio encontra-se na Praça Bona Primo (A), que no século XIX, era um imenso campo, onde, além de residências, centralizava o comércio, a administração da vila e cidade. Essa praça recebeu diversos nomes, entre os quais: Largo da Matriz, Marechal Pires Ferreira, João Pessoa e finalmente no ano de 1948, o nome que atualmente lhe denomina. Permaneceu como um campo até a década de 1950, quando recebeu pavimentação e jardins. Neste espaço, os alunos são convidados a fazer a observação do ponto inicial de ocupação do espaço urbano de Campo Maior. Depois podem partir para a Rua Emiliano Andrade (B), onde observarão o contraste existente entre as estruturas presentes na praça principal em relação à rua secundária, por ter sido no passado, a rua onde habitavam os escravos. Sugere-se nesse ponto levantar questionamentos e análises que envolvam temáticas relacionadas à divisão na estrutura social em vigor no período colonial e imperial.

Em continuidade a proposta de aula de campo, deve-se seguir em direção ao ponto C, a antiga cadeia, relacionada à história já citada de Chapéu de Sebo. Prédio construído em 1856, que foi reformado recentemente, e hoje abriga a “Casa da Juventude”⁷. Nesse local, é possível evidenciar como a preservação de prédios antigos pode ser exitosa desde que a esses prédios seja agregada uma funcionalidade.

⁷ É uma organização cultural sem fins lucrativos, relacionada ao movimento “Juventude Católica”, oferecendo cursos de música, arte, danças etc.

Próximas a esse prédio histórico, avista-se a Igreja do Rosário e seu Largo (**D**). Neste lugar é possível discutir com os alunos a diferenciação de espaços sociais. A igreja do Rosário, de estrutura simples, servia como antiga igreja das irmandades negras. Abriga a imagem do Bom Jesus dos Passos, citada como devoção bastante significativa em Campo Maior. Nos festejos de junho ficam instalados em seu entorno o parque de diversões e as barracas populares. Implicitamente pode-se supor uma ideia de secundariedade quanto a esses espaços em relação à Catedral e a Praça Bona Primo, visto que, este espaço pouco ou de modo muito vago, é citado em crônicas e na historiografia local. Proponho promover uma discussão que ressalte essa diferenciação ou hierarquia de espaços da cidade, dentro de um contexto construído historicamente.

Prosseguindo o roteiro proposto, não muito distante, chega-se ao Cemitério da Irmandade de Santo Antônio (**E**) ou Cemitério Velho. Nesse local, a arte tumular antiga encontra-se preservada, já que no cemitério não há mais a instalação de túmulos novos. Cemitérios constituem-se monumentos históricos dados os registros materiais que guardam. No caso do cemitério de Santo Antônio, o túmulo de “Lucinha”, pode servir para tematizar a devoção às almas milagrosas.

No retorno ao “centro histórico”, atravessa-se a passagem da Rua Santo Antônio (**F**), local da antiga zona de prostituição, hoje em ruínas e decadente. Nesse local, pode-se evocar a memória do progresso e posterior declínio da cidade de Campo Maior no período do auge da exploração econômica da carnaúba. Além disso, pode-se discutir a sensível questão social da exploração sexual e da prostituição feminina que continuam tabus na historiografia da cidade.

A Catedral de Santo Antônio (**G**) constitui-se como elemento de destaque na paisagem urbana, cultural, histórica e religiosa na cidade de Campo Maior. A sua construção original era o templo mais antigo da cidade e relacionado às principais tradições populares religiosas e culturais, os festejos de Santo Antônio. Mesmo que uma parte dos alunos não seja católica, talvez nem cristã, a religião católica constitui-se num importante fator de organização espacial, cultural e histórica de Campo Maior.

Atrás da Catedral, a Praça Rui Barbosa (H), foi no passado o principal ponto de lazer e sociabilidades de Campo Maior. Além de concentrar uma parte do comércio da cidade, foi o local de eventos sociais, como os festejos do padroeiro, palco de comícios eleitorais, ponto de encontro de jovens e namorados. Na década de 1970, o lazer de Campo Maior transferiu-se para as margens do Açude Grande, que nessa época, havia recebido urbanização. Com isso, a Praça Rui Barbosa atravessa um período de decadência e abandono. Por muitos anos esteve depredada, mas recentemente foi revitalizada, com uma reforma estrutural que lhe proporcionou uma bem-sucedida releitura de seu espaço e verifica-se um retorno como espaço de sociabilidade e lazer.

A Avenida Vicente Pacheco (I) detém, como na Praça Bona Primo, em alguns trechos, um bom número de casarões antigos, onde residiam os “coronéis dos carnaubais”. Adiante, em sentido ao centro comercial, encontra-se a Praça Gentil Alves (J), que é o local onde localiza-se o antigo Teatro Sigefredo Pacheco, ou Teatro dos Estudantes, como tradicional palco cultural. Na mesma praça encontram-se e alguns dos armazéns que comercializam a cera de carnaúba, exemplos atuais da atividade comercial da carnaúba ainda viva no município.

O Mercado público municipal (K), construído na década de 1970, abriga o comércio de carne e frutas e constitui-se num ponto tradicional de vendas de produtos regionais. O ponto L, indica uma loja de venda de artigos artesanais em couro (Selaria Pernambucana), vestígio da chamada ‘civilização do couro’ que caracterizou o passado da cidade.

A comercialização de carne de sol é realizada em diversos pontos do município de Campo Maior, o trecho em destaque (M) vale uma visita por localizar-se às margens da BR 343, uma rota importante de escoamento de produtos locais e atração para comerciantes de outras cidades.

Num espaço mais distante, o roteiro sugerido dessa cartografia histórica urbana, segue para o bairro de Lourdes, onde localizam-se o túmulo do “Chapéu de Sebo” (N), relacionado à obra de Chico Pereira, e uma fábrica artesanal de vassouras (O) –um bom exemplo da diversidade de trabalhos desenvolvidos com palha de carnaúba.

Atividades propostas

A cartografia histórica apresentada propõe suscitar no aluno atitudes de observação e pesquisa. Abordo nesse item as temáticas relacionadas ao lugar em que o aluno vive e as noções de espaço público e privado. As habilidades desenvolvidas devem orientar o aluno a identificar os registros de memórias na cidade (nome de ruas, praças, monumentos, edifícios) e ainda mapear os espaços públicos no lugar em que vive (ruas, praças, mercados, igrejas etc.) e identificar suas funções. Os objetos de conhecimento em questão são a produção dos marcos de memória através dos lugares de memória da cidade.

Nas atividades propostas de visitação aos lugares históricos e sensíveis de memória, o recurso de utilização de fotografias antigas pode servir para a construção de um quadro comparativo, no qual se evidenciem as mudanças e permanências ocorridas nos espaços visitados ao longo dos anos.

A visitação orientada aos espaços sociais visa proporcionar aos alunos um contato com o objeto de estudo como as ruas, praças, monumentos etc. enriquecem o aprendizado.

Considerações finais

Os lugares têm a sua historicidade, constituindo nesse sentido, uma paisagem histórica. A paisagem pode ser lida como um documento histórico e cultural que expressa a relação do homem com seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem na paisagem e sociedade ao longo do tempo, evidenciando mudanças e permanências. Campo Maior, a “Terra dos Carnaubais”, culturalmente, absorveu características naturais à sua identidade urbana e histórica. Em vista desse cenário, a interação entre natureza-homem-história, é apresentada nessa produção com a proposta de se elaborar, e efetivar, uma cartografia histórica, numa alternativa de evidenciar um roteiro por espaços onde as tramas históricas e sociais se desenrolam. Nesse sentido, uma cartografia histórica,

objetiva convidar os alunos a perceberem essa interação do meio natural-homem- história, no local em que vivem e na realidade que lhes é próxima.

Referências

BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A Escrita da História*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CHAVES, Celson. *Urbanização em Campo Maior*. Campo Maior: Edição do Autor. 2007.

NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

ORLÁ, Ricardo. Memória e ensino de história. In: *O saber histórico na sala de aula*. Circe Bittencourt (org.). São Paulo: Editora Contexto, 2003.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. *Ensino Fundamental*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2000.

_____: *Ensino Médio*, Secretaria de Educação Média e tecnológica, 1999.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. *Ensino de história e patrimônio Cultural: um percurso docente*. 1. ed. Jundiá, SP: Paco, 2017.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. História local e o ensino de História. In: Circe Bittencourt (org.). *O Saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

MOVIMENTO NEGRO: TRAJETÓRIAS POLÍTICAS E SOCIAIS NO BRASIL

Danúbia da Rocha Sousa¹

Resumo: O nosso objetivo é dialogar com os movimentos negros do Brasil e suas atuações sociais e políticas que marcou o século XX, oportunizando novos discursos sobre a questão racial no Brasil, que por muito tempo havia sido omitida pelo etnocentrismo da historiografia, elemento este alimentado pela ideologia do mito da democracia racial. A intervenção dos movimentos sociais foi necessária para desconstruir os padrões universais mantidos no Brasil desde a colonização europeia, e permitiu debates que contribuíram para a institucionalização de legislações educacionais, como a lei 10.639/2003 que tornou obrigatório o ensino de História e cultura africana e afro-brasileira nas escolas do país. Atuações da Frente Negra Brasileira (1931) e o Teatro Experimental do Negro (1944) reivindicavam o acesso da população negra à educação pública do país a fim de valorização social do negro e da cultura afro-brasileira em diversos espaços. Em várias regiões do Brasil os movimentos sociais se fizeram presentes. Dentre as organizações podemos citar grêmios, associações, mídias alternativas e outros, atuavam no enfrentamento a política estatal responsável por manter a escravidão por mais de trezentos anos, e consequentemente um sistema de opressão racial e social para a população negra, como a segregação racial e o racismo institucionalizado, que cria hierarquia entre classes e mantém a regalia do grupo historicamente privilegiado. Fundamentamos este texto na perspectiva de Petrônio Domingues (2007;2008), Nilma Lino Gomes (2017), Cida Bento (2022), Boaventura de Sousa Santos (2007) e outros.

¹ Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória). Universidade Estadual do Piauí, Parnaíba-PI. Atualmente é bolsista da FAPEPI. Orientador: Prof. Dr. Gustavo de Andrade Durão. danubiadarochasousa@aluno.uespi.br

Palavras-chave: Movimento Negro; Resistência; População Negra; História.

Introdução

O nosso objetivo é dialogar com os movimentos negros do Brasil e suas atuações sociais e políticas que marcou o século XX, oportunizando novos discursos sobre a questão racial no Brasil, que por muito tempo havia sido omitida pelo etnocentrismo da historiografia, elemento este alimentado pela ideologia do mito da democracia racial. A intervenção dos movimentos sociais foi necessária para desconstruir os padrões universais mantidos no Brasil desde a colonização europeia².

Antes de adentrar sobre a trajetória dos movimentos que marcaram o século XX, é necessário destacar que no Brasil desde o período colonial, movimentos de resistências contra o sistema colonial, já se faziam presentes. O Quilombo dos Palmares existiu por mais de um século, e organizou levantes como a Revolta dos Malês e a Revolta da Chibata, entre outras. (Ribeiro, 2019). Daí é perceptível que a condição de escravizado não era algo aceitável pela população negra na época. Para Abdias Nascimento,

Desde o início da escravidão, os africanos confrontaram a instituição, negando fatalmente a versão oficial de sua docilidade ao regime, assim como sua hipotética aptidão natural para o trabalho forçado. Eles recorreram a várias formas de protesto e recusa daquela condição que lhes fora imposta, entre as quais incluíam o suicídio, o crime, a fuga, a insurreição e revolta (Nascimento, 2016, p. 68).

² A colonização europeia das Américas inaugurou um sistema mundial capitalista que ligou raça, terra e divisão do trabalho, conferindo substância à relação de dominação que se constituiu (Bento, 2022, p. 36).

Somente no final do século XIX foi possível a abolição da escravidão no Brasil, mesmo assim, deixou várias lacunas a população negra. Como a falta de políticas que pudessem acolher humanamente os libertos. Sem direito à moradia, sem acesso as terras, sem emprego, essa população continuavam a margem do sistema que lhes oprimia (Ribeiro, 2019).

Ainda de acordo com a autora, o cotidiano da população negra foi marcado por percalços que impediam o acesso à bens e serviços. A educação, por exemplo, já era um direito estendido a todos os cidadãos desde a Constituição de 1824, porém, esse direito estava condicionado a posses e rendimentos, justamente para restringir o acesso dos libertos à educação. A Lei de Terras de 1850 também é outro exemplo, extinguiu o direito de apropriação e dava ao Estado o direito de distribuí-las somente mediante à compra. Garantindo a posse dessas terras aos latifundiários.

Essas leis estatais foram responsáveis por criar um sistema desigual, beneficiando a população branca ao passo que renunciava direitos básicos a população negra “tratada como mercadoria, não teve acesso a direitos básicos e à distribuição de riquezas” (Ribeiro, 2019, p. 9).

As narrativas historiográficas que serviam a ideologia imperialista, por muito tempo omitiu tanto as resistências negra como os tratamentos desumanos aos povos escravizados. E mesmo após a Abolição da Escravidão, criaram meios para mascarar o cotidiano dessa população e apagar o passado colonial. Como foi o caso do mito do senhor benevolente³ e o mito da democracia racial⁴.

Com base no texto de Nascimento (2016) entendemos que a estratégia da elite colonial no Brasil em relação a população negra foi a de eliminá-las, para isso buscou diversas formas para combater a presença

³ A narrativa do senhor benevolente é um mito. Já que os escravizados no Brasil eram despossuídos de qualquer tratamento humano, eram vítimas de atrocidades como violência física e outras torturas que levavam até a morte. Além de serem considerados como “peças” de trabalho (Nascimento, 2016).

⁴ A democracia racial é um mito. Não há plena igualdade entre pessoas negras e não negros no Brasil (Pinheiro, 2023, p. 51).

do negro, sua cultura e sua identidade. O autor vai denominar tais estratégias, de genocídio do negro brasileiro. Já que houve casos de estupros de mulheres por serem negras e na condição de escravizadas, fato consumado pelo homem branco. Por outro lado, difamavam a aparência do negro, criando outras nomenclaturas para representar os africanos e afrodescendentes no Brasil. Mas, é notável também a presença de intelectuais que desaprovavam tais medidas impostas pela política colonial, como foi o caso da atuação ativista de Luiz Gama.

A Igreja na época também corroborou com o projeto da política colonial. Foi uma das instituições responsáveis pelas práticas racistas, considerava que o negro possuía “sangue infectado”. Inclusive apostando no embranquecimento do país através da imigração europeia. “Esta política de embranquecer a população estruturava-se de forma a limitar de qualquer maneira o crescimento da população negra” (Nascimento, 2016, p. 79).

Uma reação contra o embranquecimento foi a criação do Teatro Experimental do Negro (1944), que teve vários objetivos, nos quais pretendia combater o preconceito da cultura africana no Brasil e combater os estereótipos arraigados na sociedade. Abdias Nascimento, ativista e militante do movimento negro, um dos principais líderes do Teatro Experimental do Negro e autor do livro, *O genocídio do negro brasileiro*, traz reflexões acerca do racismo mascarado neste país. O autor denuncia a farsa da democracia racial, que tem contribuído para a institucionalização do racismo. Ao mesmo tempo que impõe a brancura e a erradicação do que chamam de “mancha negra”.

Neste caso, a “democracia racial” impõe a população negra a aquisição de hábitos e costumes da branquitude⁵. Por outro lado, omite a cultura negra, demonizando-a. Portanto, as estruturas econômicas, sociais e política contribuem para a não mobilidade social do negro no Brasil. Por isso, é mais que necessário difundir as atuações dos movimentos negros que visam combater essa política excludente. Os movimentos negros

⁵ É um pacto não verbalizado que assegura privilégios sociais aos brancos (Bento, 2022).

desestabilizaram as estruturas coloniais e potencializaram suas histórias e culturas. No próximo tópico aprofundaremos sobre os movimentos negro no Brasil e suas atuações após o século XX.

O Movimento Negro no Brasil

O Movimento Negro no Brasil, utilizou de vários meios para enfrentar o opressor, através de lutas e protagonismos a partir da criação de associações, imprensa alternativa, grêmios, teatros, clubes e outros, reivindicavam a inclusão social de pessoas negras nos diferentes espaços sociais da comunidade e a superação do racismo (Domingues, 2008).

O racismo se constituía como o principal entrave na vida dos negros e negras do Brasil. Com isso, as trajetórias de lutas e encontros do Movimento Negro se fizeram presentes em diferentes aspectos sociais, políticos e culturais em combate as várias discriminações sofrida pela comunidade negra.

“Movimento Negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural” (Domingues, 2007, p. 101). A questão racial, deste modo, se constitui como fator determinante para a organização dos movimentos negros que perpassam todo o século XX e dão continuidade no século atual.

O Movimento Negro brasileiro vivenciou várias experiências ao longo do século XX, a primeira fase é marcada pelo início da República (1889-1937) uma vez que esse novo sistema não efetivou ganhos materiais e simbólicos para a população negra. Neste período dezenas de grupos se uniram formando os movimentos de mobilização racial negra no Brasil (Domingues, 2007).

Na década de 1930, o movimento negro deu um salto com as atuações da Frente Negra Brasileira (1931) e o Teatro Experimental do Negro (1944), com reivindicações políticas mais determinadas, ampliou seus campos de atuações, possibilitando o acesso da população negra a

educação pública do país a fim de valorização social do negro e da cultura afro-brasileira e contestando a discriminação racial.

O Teatro Experimental do Negro (TEN) (1944-1968) nasceu para contestar a discriminação racial, formar atores e dramaturgos negros e resgatar a herança africana na sua expressão brasileira. O TEN alfabetiza seus primeiros participantes, recrutados entre operários, empregados domésticos, favelados sem profissão definida, modestos funcionários públicos, e oferecia-lhes uma nova atitude, um critério próprio que os habilitava também a indagar o espaço ocupado pela população negra no contexto nacional (Gomes, 2017, p. 30).

Outro elemento crucial para a disseminação dos ideais da população negra no Brasil, foi a *Imprensa Negra*, entendida como imprensa alternativa, a comunidade negra teve a necessidade de criar seus próprios mecanismos de meios de comunicação para tratar de suas próprias questões que geralmente não era transmitido em outra parte. Todo esse esforço tinha um objetivo principal, barrar o “preconceito de cor”, expressão utilizada na época (Domingues, 2007).

A segunda fase do movimento (1945-1964) veio logo após a política ditatorial, o Estado Novo, caracterizado pela repressão política a qualquer movimento que fosse contestatório a política em vigência. Nesta fase ganhou muito destaque a UHC (União dos Homens de Cor), que teve como objetivo “elevar o nível econômico, e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades” (Domingues, 2007, p. 108). A UHC, chama muito atenção por sua organização e pela sua escalada expansionista, chegando na década de 1940, possuindo representantes em pelos menos 10 Estados brasileiros.

Esse agrupamento conseguiu publicar jornais, fazer debates na imprensa local, promoveu serviços de assistências médicas e jurídicas,

bem como aulas de alfabetização e participação em campanhas eleitorais. A UHC teve uma ampla participação social, política e cultural, o que garantia maior visibilidade as reivindicações feitas por seus dirigentes em prol da população negra. Porém, a implantação da ditadura de 1964 contribuiu para o seu enfraquecimento.

O Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado no Rio de Janeiro em 1944, a frente de sua liderança estava Abdias Nascimento, também sentiu os reflexos da Ditadura Civil Militar de 1964. Mais mesmo com tantos percalços conseguiu publicar jornais, ofereceu cursos, promoveu congressos e até realizou concursos de artes plásticas. Um dos seus líderes foi Abdias Nascimento, ativista do movimento, defendia os direitos civis dos negros e pretendia criar uma legislação antidiscriminatória para o país (Domingues, 2007). Com a Ditadura, o Teatro Experimental do Negro, foi praticamente extinto, e Abdias Nascimento foi exilado. Outros movimentos de cunho antirracista, também marcaram essa fase, mas a UHC e o TEN conseguiram maior engajamento, tendo assim maior notoriedade social. A *imprensa negra* também conseguiu impulsionar suas publicações de protestos pelo país.

A proposta de criar uma legislação antidiscriminatória para o país só foi possível em 1951, lei Afonso Arinos, que tornou o preconceito racial, contravenção penal (Costa, 2013, p. 216). “Esta lei só foi aprovada após o escândalo de racismo que envolveu uma bailarina negra estadunidense, proibida de se hospedar num hotel em São Paulo” (Domingues, 2007, p. 111).

A terceira fase se estende de 1978 a 2000. Neste período o Brasil ainda mergulhado numa ditadura, vivia uma situação caótica que desarticulava o Movimento negro, ainda que temporariamente. Os ativistas dos movimentos sofriam com calúnias e difamação por parte dos militares, que insistiam em omitir o racismo no Brasil. Mais foi ainda na década de 1970 que os movimentos conseguem reverter a situação.

Uma das razões que possivelmente tenha colaborado para isso, foi a efervescência dos movimentos negros em outros países que também vivenciava os problemas associados ao racismo e a segregação racial,

como foi o caso dos Estados Unidos e África do Sul. A juventude negra brasileira conseguiu impulsionar seu espírito militante, apesar da notoriedade do engajamento social, as ações ainda não haviam se consolidado como política de enfrentamento (Domingues, 2007).

Somente em 1978, o Movimento Negro Unificado, mesmo nesse contexto de política ditatorial vai conseguir manter retomar a luta pelo direito e acesso à educação como também pelo reconhecimento de sua humanidade, até então posta em dúvida pelos grupos que se mostravam “superiores”. Ao final do século XX, a demanda do Movimento Negro começa a ganhar maior visibilidade institucional (Domingues, 2007).

Assim, a partir da década de 1980, termos como “raça” ganha resignificação emancipatória construída pelo Movimento Negro. Algumas ações afirmativas se consolidaram, apesar que tardiamente, enfatizamos aqui as ações afirmativas voltadas para a educação superior e o mercado de trabalho, ainda nos anos finais da década de 1990 (Gomes, 2017).

Se tratando das legislações educacionais, nos anos finais do século XX com o projeto de redemocratização do país, ganha mais destaque as “vozes” do movimento negro. Nesta perspectiva, Costa (2013) corrobora ao dar destaque ao movimento negro responsável pela política de enfrentamento as mazelas do Estado, que pouco fez pela abordagem da diversidade étnica até os anos de 1980. Ressalta ainda a importância do protagonismo do movimento negro, como ponte para engessar o debate sobre a representatividade e inclusão da população negra na sociedade brasileira e a urgência de reconhecimento dessa diversidade étnica.

As demandas políticas da luta do movimento negro no Brasil, por mudanças para maior visibilidade e legitimidade dos grupos “oprimidos e derrotados”, intensificadas a partir da década de 1980, abriram espaços para as discussões sobre as ações afirmativas e os direitos de reparação, para as populações afrodescendentes (Costa, 2013, p. 216).

Foi somente a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) implantados na última década do século XX, que assuntos sobre pluralismo cultural e Multiculturalismo começaram a ecoar no campo educacional. É importante destacar que mesmo com a presença do tema transversal apresentado neste documento, não se tinha uma obrigatoriedade de aplicação dessa temática em sala de aula, se tratava de uma sugestão de conteúdo, mas sem nenhuma exigência. Anderson Oliva (2009) foi enfático ao mencionar que a abordagem foi superficial e insuficiente. Apesar do apontamento feito sobre a possibilidade de inserir a história das sociedades africanas no contexto da sala de aula.

No início do século XXI é promulgada a Lei 10.639/2003 que versa sobre a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira em todas as instituições de ensino no Brasil. A promulgação desta lei no início do século XXI representou uma grande conquista para o Movimento Negro e respectivamente para toda a sociedade civil engajada na edificação de uma sociedade mais justa, e deve ser o ponto de partida para se construir uma educação para além dos padrões europeizados.

A quarta fase do movimento tomou como referência a entrada do terceiro milênio, entendido como um movimento cultural inovador, possibilitando novas linguagens através da música e campanhas potencializadas que elevam a autoestima do negro, como: *Negro sim! Negro 100%*. No caso da música, o estilo musical do *hip-hop*, além de utilizar uma linguagem da periferia, denuncia tanto a questão racial como a social. Com isso, podemos dizer que o movimento negro organizado atualmente se distancia daquele modelo vanguardista e se coloca num patamar mais popular (Domingues, 2007).

Desta forma, podemos afirmar que o Movimento negro através de sua política de enfrentamento possibilitou ganhos significativos para a sociedade brasileira, ressignificando narrativas como o 13 de maio, que passou a ser o Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo. O 20 de Novembro foi eleito, Dia Nacional da Consciência Negra e escolhido como um símbolo da resistência à opressão racial. Além dessas, outras ações

afirmativas surgiram, oportunizando a entrada de negros e negras nas universidades do país e no mercado de trabalho e em outros espaços de poder.

Deste modo, este movimento deve ser entendido como um movimento social e político de protesto antirracista, que questiona os problemas vivenciados pela população negra, provenientes de preconceitos e discriminações raciais, que os marginaliza(vam) nas diferentes esferas sociais.

Qualificar e manter vivas as vozes pela equidade e diversidade em organizações públicas e privadas da sociedade civil pode colaborar para a construção da democracia em outras questões que envolvem a sociedade, dificultando a instauração de sistemas políticos, econômicos e sociais em que o pensamento único seja a regra (Bento, 2022, p. 113).

Neste sentido, os movimentos negros se constituem com elemento responsável por manter viva a luta da população afro-brasileira e tem marcado todo o contexto histórico, político e cultural no Brasil. Santos (2007) trouxe o conceito de cosmopolitismo subalterno para tratar de ações contra hegemônicas a partir das iniciativas de movimentos. Para este autor o cosmopolitismo subalterno “consiste num vasto conjunto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra a exclusão econômica, social, política e cultural gerada pela mais recente encarnação do capitalismo global” (Santos, 2007, p. 20).

A luta pelo fim da violência e o crime sobre corpos negros é uma luta que deve ser de todos e todas. As leis até aqui sancionadas devem possuir eficácia prática objetivando a construção da diversidade epistemológica. Em contrapartida a essa proposta, ainda são invisibilizados pelas estruturas excludentes e discriminatórias. O racismo e as discriminações são, portanto, elementos que ferem a dignidade humana e excluem as pessoas das mais diversas formas, seja pela cor da pele, pela origem,

gênero e classe. Portanto, se coloca com urgência a construção de narrativas pós-abissais.

O Ensino de História e as diversidades

O ensino de história deve assumir o papel de romper com as narrativas coloniais e construir novos saberes abrangentes para além da história única. Uma alternativa é problematizar a herança histórica. Bento (2022, p. 23) infere que muito se fala na herança africana e seus impactos negativos para as populações negras, mas pouco se fala na herança escravocrata e seus impactos positivos para as pessoas brancas.

É nesta perspectiva que também coloca Boaventura de Sousa Santos (2007), sobre a necessidade de construir um pensamento “pós-abissal”. Desmistificando a teoria universal, que ignora os conhecimentos produzidos do outro lado da linha. O autor apresenta em seu texto os malefícios que o poder hegemônico através da apropriação/violência tem mascarado e mistificado os saberes do Sul global, considerando-os como mágico. Além disso, tem categorizado essas populações de forma sub-humana, denominando-os de selvagens. Deste modo, negando a natureza humana a estes.

As linhas abissais, são certamente, vistas como opostas, já que de um lado da linha se concentra o visível, o universal. Do outro lado, está o invisível, ou seja, a ausência de humanidade. Para Santos (2007) a diversidade epistemológica ainda está a se construir. A proposta apresentada por este autor se fundamenta na necessidade se efetivar uma epistemologia para além das linhas abissais. Deste modo, a ecologia dos saberes, deve ser vista como alternativa no processo de construção de um conhecimento plural, oportunizando novas ideias da diversidade epistemológica do mundo. “O pensamento pós-abissal é um pensamento não-diretivo, envolve uma ruptura radical com as formas ocidentais modernas de pensamento e ação” (Santos, 2007, p 22).

Seguindo esta linha de raciocínio apostamos na construção de um ensino emancipador, criando estratégias para consolidar aprendizagens

que sejam significativas para a vida em sociedade, de forma que rompa com os paradigmas universais. Enfatizo, neste caso, a História enquanto disciplina e articuladora nesse processo, reconfigurando suas narrativas para além daquelas do conteudismo e da reprodução passiva. A formação de consciência histórica pelos sujeitos deve considerar suas próprias experiências sociais e culturais.

Nesta perspectiva, nos fundamentamos também na proposta da autora Bell Hooks (2017), quando propõe um modelo de ensinar transgredindo, para além das fronteiras, um ensino pautado na formação crítica do estudante, uma educação libertadora, deixando de serem consumidores passivos de conteúdos, passando a tomar posse do conhecimento e com novas visões de mundo, desvinculando-se daquelas impostas pelo colonialismo.

Para Hooks (2017) é urgente a mudança de paradigmas em nossas sociedades, é preciso que educadores comecem a valorizar práticas de ensino que contemple todos os grupos sociais, rompendo silenciamentos. Para que tal objetivo seja possível, a autora aborda a importância da pedagogia engajada, uma vez que a participação de alunos e professores devem ser ativas e não atuarem como meros reprodutores de conteúdos prontos e acabados.

Nessa mesma perspectiva Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2015) coloca que muitos intelectuais têm feito provocações necessárias, que tem contribuído para promover mudanças de paradigmas, contrapondo ao modelo único de literatura imposto por muito tempo. A autora também aborda a necessidade de pluralizar o conceito de cultura. Pensando nos diferentes sujeitos e sujeitas, nas diferentes sociedades e diferentes épocas. Em contrapartida do conceito vazio e de única perspectiva.

Considerações finais

Este texto buscou visibilizar as atuações dos movimentos negros em diversas partes do Brasil ao longo do século XX e que se estende aos dias atuais. Tentamos trazer uma abordagem da trajetória de luta do

movimento negro no Brasil e suas reverberações sociais, políticas e sociais. Traçamos brevemente as fases que marcam os diferentes contextos de atuações dos movimentos negros. Dentre as diversas reivindicações levantadas por estas entidades, mencionamos a equidade racial como questão urgente. Já que o racismo ainda se constitui como o principal entrave, responsável pelas desigualdades, colocando os negros e negras quase sempre em situações desvantajosas.

Além de abordar as denúncias e reivindicações feitas rotineiramente pelas organizações que compunham os movimentos sociais no Brasil, também optamos por apresentar algumas de suas conquistas como a ressignificação do termo “raça” de forma politizada, desconstruindo o termo pejorativo. A implantação da obrigatoriedade da lei 10.639/2003, foi também enfatizado no texto e sua efetivação deve muito ao Movimento Negro. Outras legislações, como as cotas para a entrada de negros e negras nas universidades e no mercado de trabalho, também foram políticas atendidas após as exigências dos movimentos negros no Brasil.

Apostamos com isso numa educação emancipadora e contemplativa em todos os Estados brasileiros. Atentando para as leis que torna obrigatório o Ensino de História da África e da cultura africana e afro-brasileira nesses espaços, oportunizando a reconstruções de histórias que foram estigmatizadas e silenciadas pelo modelo eurocêntrico. E consequentemente pensar o ensino de História como elemento articulador na construção de narrativas abrangentes e plurais, desconstruindo saberes hegemônicos da modernidade ocidental, que ainda opera considerando as linhas abissais. Para isso, enfatizamos o papel fundamental do Componente Curricular de História como imprescindível nessa empreitada.

Referências

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

COSTA, Warley Da. A escrita escolar da história da África e dos afro-brasileiros: entre leis e resoluções. In: PEREIRA, Amílcar A.; MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.) *Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 215-244.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. *A nova abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

NASCIEMNTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectivas, 2016.

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Ensino como Pesquisa: um novo olhar sobre a história no ensino fundamental Como e por que aprender/ensinar História. *História e Perspectivas*, Uberlândia (53): 37-70, 2015.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. *Como ser um educador antirracista*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78 outubro 2007: 3-46.

SANTOS, Lorene dos. Ensino de história e cultura africana e afro-brasileira: dilemas e desafios da recepção à lei 10.639/03. In: PEREIRA, Amílcar A.; MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.) *Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A história africana nas escolas brasileiras: Entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006). *História*. São Paulo, 2009, p. 143-172.

“PRESSÃO”: SAQUES E INVASÕES COMO AÇÕES DIRETAS DE FLAGELADOS NO NORDESTE DURANTE A SECA DE 1970

*Francisco Nathan Castro de Carvalho*¹

*Felipe Augusto dos Santos Ribeiro*²

Resumo: Por muito tempo, a pesquisa histórica relegou os estudos das multidões, sobretudo por serem tidas como movimentos involuntários e sem organização. Na historiografia sobre as secas ocorridas na atual região Nordeste do Brasil, tal aspecto perdurou por bastante tempo, mas que vem sendo desconstruído nas últimas décadas, com contribuições decisivas no sentido de analisar a população flagelada enquanto sujeito histórico, com destaque para a obra de Neves (2000). Em diálogo com tais estudos, o presente trabalho tem como objetivo verificar as ações diretas dos flagelados da seca de 1970 no nordeste brasileiro. Para isso, utilizamos o periódico *Diário de Pernambuco* disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional utilizando busca por palavras-chave e pesquisa exploratória. A partir da seleção de fontes e dialogando com pesquisas sobre o tema, em âmbito regional e mais amplo, buscamos identificar as ações dessas populações, seus objetivos e demandas.

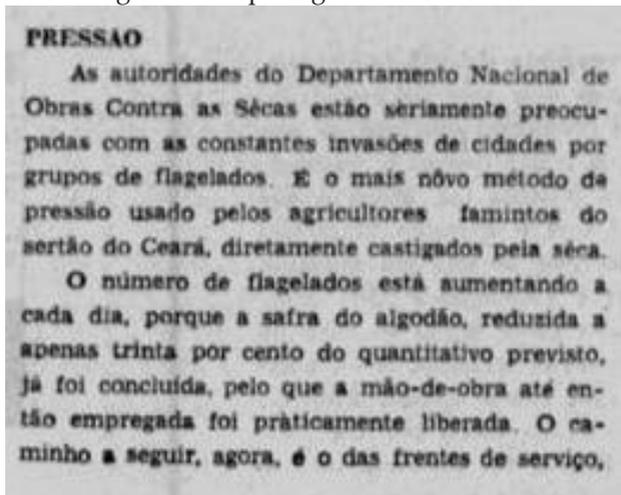
Palavras-chave: Saques; Invasões; Seca de 1970; Nordeste.

¹ Graduado em Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. Orientador: Prof. Dr. Felipe Augusto dos Santos Ribeiro. E-mail: fnccarvalho@aluno.uespi.br

² Professor do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. E-mail: feliperibeiro@phb.uespi.br

Introdução

Figura 01: Reportagem sobre invasões



Fonte: *Diário de Pernambuco*, 13 out. 1970, p. 12

Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Na historiografia sobre as secas ocorridas no Nordeste do Brasil, as multidões flageladas foram vistas, durante muito tempo, como movimentos involuntários e sem organização. Porém, tal aspecto vem sendo desconstruído nas últimas décadas, com contribuições decisivas no sentido de analisar a população flagelada enquanto sujeito histórico. O trabalho de Frederico de Castro Neves (2000) é uma referência neste sentido. Desse modo, em diálogo com tais estudos, o presente trabalho tem como objetivo verificar se a tradição de ações diretas indicada por Neves, em estudo que englobou as secas no Ceará entre 1877 e 1958, se manteve durante a seca de 1970 no Nordeste. Houve modificações significativas nas posições da multidão? Para tanto, utilizaremos como fontes as publicações do jornal *Diário de Pernambuco* no ano de 1970 referentes às palavras-chave “seca” e “nordeste” dentro do acervo da Hemeroteca Digital da

Biblioteca Nacional. Este periódico, um dos principais do Nordeste à época, foi selecionado no sentido de verificar as ações da multidão de flagelados em toda a região durante a seca do ano aqui analisado.

O presente trabalho está dividido em três tópicos. No primeiro, intitulado Debate Bibliográfico, utilizamos os capítulos *A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII* e *Economia Moral Revisitada, Costumes em Comum* de Edward Palmer Thompson (1998) e *A Multidão e a História - Estudo dos Movimentos Populares na França e na Inglaterra 1730 - 1848* de George Frederick Elliot Rudé (1991), que trazem debate profundo sobre as “turbas” de pessoas.

Em seguida o texto *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará* de Neves (2000) segue na mesma toada, dessa vez, focando nas multidões de flagelados a partir da seca de 1877. *A invenção do nordeste e outras artes* (2011) e *Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste* (2013), obras fundamentais de Durval Muniz de Albuquerque Júnior para a compreensão da região Nordeste.

No tópico seguinte, *O Diário de Pernambuco* e a Metodologia de Pesquisa, trazemos a breve história do periódico, utilizando o verbete *Diário de Pernambuco* disponível no site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas (2024), além do livro *Jornais Centenários do Brasil* de Hérica Lene (2020). No quesito metodologia de pesquisa, a discussão é feita utilizando *A Operação Historiográfica*, capítulo 2 do livro *A Escrita da História* de Michel de Certeau (1982), *A Hemeroteca Brasileira* de Bettencourt e Pinto (2013), *História dos, nos e por meio dos periódicos* de Tania Regina de Luca (2008), *História Digital: reflexões a partir da hemeroteca digital brasileira e do uso de caqdas na reelaboração da pesquisa histórica* de Eric Brasil e Leonardo Nascimento (2020). Por fim, um tópico onde tratamos de analisar as publicações acerca de saques e invasões³ no ano de 1970, disponíveis no jornal *Diário*

³ A palavra invasão, neste trabalho, faz estrita referência ao termo que o jornal *Diário de Pernambuco* utiliza para se referir à presença de flagelados em centros urbanos. Ao longo de nossa pesquisa, percebemos que os flagelados são vistos de forma negativa, logo, sua presença é indesejada nas cidades. Invadir é sobretudo, o ato de se fazer presente nas ruas e

de Pernambuco. Além disso, numa tabela, quantificamos as ocorrências de saques, invasões e o número de flagelados mobilizados nessas ações. Elaboramos um mapa utilizando a ferramenta *Google Maps*, marcando geograficamente as cidades citadas no periódico e encaminhando nossas conclusões.

A dinâmica das secas e as multidões

As secas, assim como seus desdobramentos, são elementos recorrentes no imaginário e na realidade do Nordeste. Este fenômeno natural molda a paisagem e tem impacto na vida das pessoas e nos aspectos econômicos. Nos debates relacionados ao tema, ganha destaque a seca de 1877, denunciada como um “problema de repercussão nacional” através do discurso e estratégias políticas da elite à época que afirmava que a região tornara-se decadente e havia a necessidade do Estado resolver “o seu problema” (Albuquerque Júnior, 2013, p. 112).

E quanto às secas anteriores a essa? Não foram um problema? Albuquerque Júnior (2013) aponta que os relatos de seca remontam desde o período colonial e que até a seca de 1877, também conhecida como “grande seca”, se tem registro de outros 31 eventos de estiagem que variam em diversas proporções.

Esse discurso surge quando o Norte do país - o que hoje conhecemos como regiões separadas, Norte e Nordeste, na época, eram uma única região denominada de Norte - atravessa uma grave crise econômica causada pela queda nos preços de exportação de algodão e açúcar, principais produtos de exportação da região e a evasão da mão-de-obra escravizada para as regiões ao sul do país. Nesse sentido, as elites do Norte perdem espaços de poder político em âmbito nacional, agravados pela crise econômico-social que atingia as camadas populares. A seca

praças das cidades, onde os flagelados solicitam ajuda na forma de comida, roupas e empregos nas frentes de trabalho.

potencializa as crises vividas pelas populações, principalmente no que tange a ordem social de dominação e o *status quo* das elites.

Secas devastadoras aconteceram no século XIX e XX como a de 1888, 1900, 1915, 1919, 1932, 1942, 1952 e 1958. Neves (2000) analisou boa parte dessas secas e as respectivas ações das multidões flageladas no estado do Ceará. Vale ressaltar que tais secas também impactaram outros estados da atual região Nordeste.

Em “A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII”, Thompson coloca em debate a expressão “motim”, sobretudo com relação aos “motins da fome” que ocorreram na Inglaterra do século XVIII. Os motins da fome ocorriam quando havia alto número de desempregados e os preços aumentavam, a reação da população dividia-se em “ataques aos comerciantes de grãos e aos moleiros” (1998, p. 150).

Thompson contraria a “visão espasmódica” de Rostow, seu principal divulgador, que defendia o *Mapa da Tensão Social*, de 1948, “Segundo esse diagrama, basta reunir um índice de desemprego e outro, de preços elevados dos alimentos, para poder mapear o percurso da perturbação social”. Para Thompson, essa é uma verdade óbvia “as pessoas protestam quando estão com fome” (1998, p. 151). Outros estudiosos atribuem as ações populares à fome, que se tornava um gatilho para atos agressivos, de banditismo e degeneração social.

Nesse sentido, a visão espasmódica trata-se de um reducionismo econômico, contrariando essa ideia, Thompson apresenta sua ideia de que “É possível detectar em quase toda ação popular do século XVIII uma noção legitimadora” sendo noção legitimadora a crença de que as pessoas que protestavam “estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais” (1998, p. 152) constituindo-se de formas complexas de atuação popular direta com objetivos claros.

Em suas primeiras ações, a multidão é desqualificada enquanto sujeito e tida como “os perturbadores da ordem pública” (Neves, 2000, p. 41). O Estado passa a assumir a responsabilidade paternalista nos momentos de seca, a partir do final do século XIX, visto que, até esse

momento, imperavam as relações em que o camponês era submisso ao dono das terras que este ocupava.

O *Diário de Pernambuco* e a Metodologia de Pesquisa

O Periódico

O *Diário de Pernambuco* foi fundado em 1825 pelo pernambucano Antonino José de Miranda Falcão, que era jornalista e tipógrafo. No período Imperial, emitia textos favoráveis a Dom Pedro I, tendo o chamado de “soberano liberal e respeitador da constituição” (Lene, 2019, p. 27). Vendido à firma Pinheiro e Faria, em 1835, aos poucos foi sendo transformado em órgão oficial dos governos. Tinha posições antiescravistas em que celebrou a assinatura da Lei Áurea.

No período da primeira República, assumiu caráter de órgão oficial com a publicação de notas fúnebres, atos de governo e anúncios. Em 1901, Francisco de Assis Rosa e Silva é seu novo proprietário e o jornal ganha nova edição gráfica. Rosa e Silva foi candidato ao governo de Pernambuco, apoiando seu proprietário numa eleição com diversas denúncias de fraudes e por conta disso, acabou sendo apedrejado e invadido pelas multidões em protesto, a oposição ganhou a eleição e fechou o jornal por dois anos. Em 1913, passou a ser de propriedade da família Lira, conhecidos por serem industriais e agricultores em Pernambuco e Alagoas.

A partir da década de 1930, até o início do Estado Novo, o *Diário de Pernambuco* manifestava-se sobre política, apesar dos receios da ditadura. Observamos o viés político do jornal, destacando o artigo publicado na edição de 27 de novembro de 1932, escrito por Aníbal Fernandes, em que elogia o Integralismo por ser um “movimento de ideias que pode ser o ponto de partida para uma verdadeira renovação cívica do Brasil” (CPDOC, 2024), o jornal ainda criticou a fundação do Partido Social Democrático (PSD) afirmando que “de fundo marxista e anticristão, afluindo correntes extremadas” (CPDOC, 2024). Durante o Estado Novo, o

jornal focou na política estadual de Pernambuco, entretanto, no início de 1945, o *Diário de Pernambuco* manifestou-se a favor da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República. Durante um comício realizado em 3 de março de 1945, realizado na sacada do prédio do jornal, a polícia militar provocou a morte de duas pessoas. No dia seguinte, os policiais ocuparam a sede do jornal e prenderam o repórter Hélio Pinto e o redator-chefe Aníbal Fernandes. O jornal voltou a funcionar apenas no mês seguinte, após a expedição de um mandado de segurança, foi publicada uma edição que não havia sido confiscada pela polícia no mês anterior. Nela, o *Diário de Pernambuco* criticou a repressão aplicada no comício e responsabilizou o governo estadual pelas duas mortes.

Com o fim do Estado Novo, Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente, o *Diário de Pernambuco* possuía simpatia por seu governo. Nas eleições de 1950, reforçando sua posição anti-getulista, o periódico apoiou as candidaturas de Eduardo Gomes para a presidência da República e Manuel Neto ao governo do estado, seus candidatos perderam e o jornal fez oposição ao governo estadual, de Agamenon Magalhães e ao governo federal, de Getúlio Vargas.

Durante a crise político-militar que sucedeu a renúncia de Jânio Quadros, o *Diário de Pernambuco*, foi opositor ao governo federal e municipal, na prefeitura de Recife, acreditando que o país estava ameaçado pelo comunismo. Nesse sentido, o periódico apoiou o golpe militar de 31 de março de 1964, que depôs o presidente João Goulart e afastou Miguel Arrais do governo do Estado. apoiou e viu com simpatia os governos estaduais ligados à Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Na ditadura, o *Diário de Pernambuco* cobriu amplamente os governos militares, não tendo problemas com a censura, pois eram próximos e tinham apoio explícito do regime militar. Isso muda com o Ato Institucional n 5, datado de 13 de dezembro de 1968, em que o *Diário de Pernambuco* e diversos outros jornais sofrem inúmeras formas de censura, entre elas podemos citar a presença de censores do Departamento de Operações Internas-Centro de Operações para a Defesa Interna (DOI-CODI) dentro da redação, além da existência de “uma espécie de índice

de temas e pessoas proibidas de serem abordadas nas matérias jornalísticas” (CPDOC, 2024).

No governo estadual, apoiou Paulo Guerra e sua política de afinidade com as classes produtoras. Deu foco aos eventos militares e às opiniões dos militares que residiam em Pernambuco e evitou personalidades que não eram apreciadas pelos militares, como Dom Hélder Câmara e Miguel Arrais.

A cúpula do *Diário de Pernambuco* sofreu modificações ao longo do ano de 1970, em que Hilton C. Motta iniciou o ano como superintendente. Ao longo de 1970, houve alteração no cargo de superintendente para Nereu G. Bastos. O Periódico possuía tiragem diária e era composto por edições que variavam de 2 a 4 cadernos, sendo vendidos dentro do estado de Pernambuco em estados vizinhos.

A Metodologia

Para Luca (2008) os jornais são atores sociais imersos em um universo de interesses, onde o que está em suas páginas são materiais pensados e escolhidos num método intencional. Nesse sentido, devemos considerar que as notícias retratadas nos jornais não são neutras, elas são frutos da conjuntura histórica daquele tempo específico, muitas vezes buscam defender a visão de seus proprietários, em que as notícias não podem ser entendidas como reprodução fidedigna da realidade.

Criada em 2006, a Biblioteca Nacional Digital passou a abrigar documentos que estavam sendo digitalizados desde 2001, e em 2011, por meio de investimento da Financiadora de Estudos e Projetos, órgão governamental de fomento à tecnologia, surge o projeto Hemeroteca Digital Brasileira, com a finalidade de tornar acessíveis cerca de 9 milhões de páginas de publicações.

Bettencourt e Pinto (2013) nos explicam que foi criada uma metodologia específica para o projeto, contemplando as etapas de seleção de documentos, captura, indexação e a disponibilização dos arquivos digitais. Os periódicos em preto e branco foram convertidos para o digital a

partir do microfilme⁴ e para os periódicos coloridos foram utilizados os documentos originais. Os arquivos digitais resultantes desse processo foram tratados por meio do Reconhecimento Ótico de Caracteres (OCR)⁵ permitindo a pesquisa no documento digital através da busca textual.

Alguns dos critérios de seleção adotados foram: periódicos brasileiros, de domínio público ou os cujo direitos de publicação foram cedidos à Biblioteca Nacional, periódicos raros e os mais solicitados pelos usuários.

A empresa DocPro foi responsável pela captura dos periódicos em preto e branco, através do microfilme negativo, utilizando escâneres FlexScan onde foi estabelecida a resolução de 300 *ppi*⁶ nos documentos digitalizados. Os periódicos coloridos foram digitalizados no Laboratório de Digitalização da Biblioteca Nacional, onde se utilizou escâneres planetários Zeutschel 12000HQ.

Abby FineReader 11 Professional foi o *software*⁷ utilizado para o processamento do Reconhecimento Ótico de Caracteres (OCR) e os periódicos foram encadernados virtualmente seguindo a distribuição da versão física resultando num arquivo PDF⁸ pesquisável por edição. Além disso, os arquivos foram submetidos ao “Inteligenciamento DocPro” que permite aproximação visual, onde “não são guardadas as palavras exatas e sim a aproximação visual de cada uma” (Bettencourt e Pinto, 2013, p. 7)

⁴ É um rolo de filme fotográfico que armazena imagens em miniatura de documentos, livros ou outros materiais.

⁵ Tecnologia que converte imagens de texto impresso ou manuscrito em formato digital que pode ser processado por computadores.

⁶ pixels por polegada (em inglês, pixels per inch) é uma medida da resolução de uma imagem digital. Refere-se ao número de pixels que estão presentes em cada polegada linear da imagem. Quanto maior o PPI, mais nítida e detalhada será a imagem.

⁷ É a parte lógica do computador, compreende um conjunto de instruções e dados que permitem diversas utilidades através dos programas de computador.

⁸ PDF significa Portable Document Format (Formato de Documento Portátil), que é um formato de arquivo usado para apresentar e trocar documentos de forma confiável, independentemente de software, hardware ou sistema operacional. Os arquivos PDF podem conter texto, imagens e elementos interativos e podem ser visualizados, impressos e compartilhados em diferentes plataformas e dispositivos.

minimizando as falhas que podem ocorrer num documento com OCR comum, proporcionando maior correspondência de termos pesquisados.

No que tange ao armazenamento dos arquivos digitais, a BN necessita de um centro de processamento de dados (*Data Center*)⁹ onde ficam localizados os periódicos digitalizados. A Biblioteca Nacional recebeu recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 2011, para a construção de seu *Data Center*.

Para a escolha do recorte cronológico, utilizamos o trabalho *Secas no Nordeste: registros históricos das catástrofes econômicas e humanas do século 16 ao século 21* de José Roberto de Lima e Antonio Rocha Magalhães, onde os autores fazem um breve histórico e descrição das secas já documentadas.

Vale ressaltar que a seca de 1970 é uma das menos pesquisadas, encontramos pouquíssima bibliografia a respeito dela e seu início não é muito bem definido, o trabalho de Lima e Magalhães aponta que o início se deu em 1969, no entanto, na pesquisa exploratória que fizemos, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), órgão oficial responsável pelas políticas de assistência, não declara seca neste ano e encontramos poucas correspondências no periódico.

Partindo do recorte cronológico definido na pesquisa, na intenção de compreender os movimentos de saques e invasões, faremos o uso do periódico *Diário de Pernambuco*, disponível na plataforma Hemeroteca Digital Brasileira, de propriedade da Fundação Biblioteca Nacional.

A Hemeroteca Digital nos proporciona três maneiras de pesquisa, cada uma com suas especificidades para suprir os objetivos distintos de cada pesquisador.

A aba *Periódico*, limita a pesquisa a uma determinada fonte, possibilitando a análise de um assunto em um periódico específico.

A aba *Período* é indicada para as pesquisas sobre temas que possuem um marco cronológico ou recorte temporal bem definidos.

⁹ É uma instalação física que abriga os componentes de TI (tecnologia da informação) de uma organização, como servidores, sistemas de armazenamento, etc.

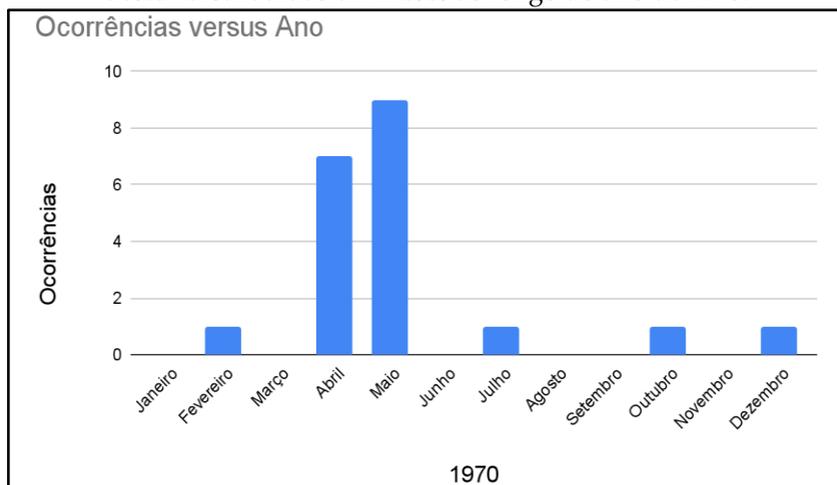
Por último, a Hemeroteca disponibiliza mais uma opção de pesquisa, que é a aba *Local*. Nesta opção, teremos diversos campos de pesquisa, indicados principalmente, para “o estudo de indivíduos, as ações de grupos e associações, títulos, temas e assuntos em locais e períodos determinados” (Brasil; Nascimento, 2020, p. 206-207).

Utilizamos a ferramenta de pesquisa *Período*, pois nosso recorte cronológico já está delimitado, em seguida devemos definir o *local* (estado/países) onde os periódicos foram publicados e, em reunião de orientação, definimos as palavras-chave “*seca*” e “*nordeste*” entre aspas e com espaço, pois dessa forma, condiciona os resultados que o sistema nos retorna para páginas dos periódicos que possuem essas duas palavras.

O sistema da Hemeroteca Digital agrupa os anos por meio de décadas. Começamos a nossa pesquisa exploratória com o recorte dos anos 1960-1969 e o *local* (todos). O total de ocorrências com as palavras-chave determinadas foi de 2124, apenas no ano de 1969, obtivemos 207 ocorrências onde foram salvas 31 páginas do periódico que possuíam alguma temática de ligação com as palavras-chave. Ao não identificarmos tantos relatos de seca, partimos para o ano seguinte.

Novamente, utilizando as mesmas palavras-chave e alterando o período para 1970-1979, obtivemos 4237 ocorrências, sendo 661 ocorrências apenas no ano de 1970 onde foram salvas 219 páginas do periódico em diversas temáticas, todas relativas à seca, como discursos de senadores e do presidente Emílio Garrastazu Médici, que visitou o Ceará e Pernambuco em junho de 1970, colunas de opinião inclusive com a presença de Raquel de Queiroz, artigos críticos à SUDENE e relatos de saques e invasões, que são nossos objetos de pesquisa. Do universo de 219 ocorrências, 20 estão relacionadas a saques e invasões e são distribuídas ao longo do ano de 1970 conforme a tabela abaixo.

Tabela 1: Quantidade de ocorrências a partir dos termos “seca” e “nordeste” distribuídas em meses ao longo do ano de 1970.



Fonte: *Diário de Pernambuco*

Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

As reportagens do *Diário de Pernambuco* e os relatos de saques e invasões

Neste tópico buscamos realizar análise documental envolvendo a identificação, verificação e apreciação de fontes da imprensa, utilizando-se da cobertura do jornal *Diário de Pernambuco* no ano de 1970 sobre saques e invasões no período de seca.

O termo “pressão” em destaque no título do nosso trabalho, faz menção à matéria publicada no dia 13 de novembro de 1970 intitulada “Flagelados invadem municipalidade de Catarina, levando estoque de víveres”, cidade localizada no sudeste do Ceará onde “centenas de flagelados, que penetraram no prédio da Prefeitura e em alguns armazéns, levando sacos de farinha, arroz, feijão e dezenas de rapaduras”.

Na mesma matéria, há relatos do município de Acopiara (CE), distante pouco menos de 50 km de Catarina, onde “quase mil flagelados

estão concentrados nas proximidades da cidade, ameaçando invadir o supermercado da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) e o comércio”. O prefeito de Acopiara reage solicitando frentes de serviço à (SUDENE) e ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Em seguida, o jornal destaca que

As autoridades do Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas estão seriamente preocupadas com as constantes invasões de cidades por grupos de flagelados. **É o mais nôvo método de pressão** usado pelos agricultores famintos do sertão do Ceará, diretamente castigados pela sêca (Diário de Pernambuco, 13 out. 1970, p. 12, grifo nosso).

Chama nossa atenção para a forma que as invasões são relatadas como novidade no contexto de seca, no entanto, sabemos que é uma prática bastante antiga, ao menos na região cearense, como vimos anteriormente na obra de Neves (2000). A reportagem detalha que houve queda na safra do algodão, reduzido a 30% do que era previsto, fato que liberou a mão-de-obra que era empregada nos campos. O periódico defende que “O caminho a seguir, agora, é o das frentes de serviço, que só podem empregar mais gente com autorização da SUDENE” (Diário de Pernambuco, 13 out. 1970, p. 12). O orçamento do governo federal para combate à seca destinava-se inteiramente à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, notamos a concentração de poder e decisões em um único órgão, no entanto, alguns estados promoviam a abertura de frentes de serviço utilizando órgãos e orçamentos estaduais.

Tabela 2: Quantidades ocorrências de saques, invasões e flagelados mobilizados noticiados no *Diário de Pernambuco* no ano de 1970

ESTADOS	SAQUES	INVASÕES	FLAGELADOS MOBILIZADOS
PERNAMBUCO	4	4	2200
CEARÁ	3	6	6600
PARAÍBA		3	3850
ALAGOAS	3		
RIO GRANDE DO NORTE	1	1	700
TOTAL	11	14	13.350

Fonte: *Diário de Pernambuco*

Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

No mapa a seguir, buscamos localizar, geograficamente, as cidades que são citadas nas matérias que selecionamos no *Diário de Pernambuco*. Para realizar as marcações dos municípios, utilizamos uma ferramenta do *Google Maps* chamada “lista” que permite salvar pontos de interesse no mapa, podendo ser cidades, museus, praias etc.

Figura 5: localização geoespacial das cidades citadas nas reportagens do *Diário de Pernambuco* que sofreram com saques e invasões no ano de 1970



Fonte: *Google Maps* a partir dos dados do *Diário de Pernambuco*, 1970
Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Na imagem, podemos observar a concentração de cidades em que houve saques e ocupações durante a seca de 1970, formando uma espécie de cinturão da seca. Constituído por grande parte dos estados da região nordeste, tal área concentra-se na região oeste dos estados de Alagoas, Paraíba e Pernambuco, e na região central do Ceará.

Considerações finais

A pesquisa aqui apresentada buscou responder a seguinte questão: a tradição de ações diretas indicada por Neves (2000), com início na seca de 1877, se manteve na seca de 1970 englobando toda a região Nordeste? Houve modificações significativas nas posições da multidão? A seca é uma velha conhecida da região Nordeste, em que os primeiros relatos remontam ao século XVII. No entanto, em reportagem que capturou nossa atenção, o *Diário de Pernambuco* afirma que, durante a seca de 1970, as invasões das cidades eram “[...] o mais novo método de pressão usado pelos agricultores famintos do sertão do Ceará” (*Diário de Pernambuco*, 13 out. 1970, p. 12).

Apesar de nossa pesquisa ter uma visão mais ampla a respeito da seca de 1970, englobando grande parte da região nordeste, o estudo que Neves (2000) realizou, sobre saques e ações de massas no final do século XIX até meados do século XX no Ceará, foi basilar para nossa compreensão dos fenômenos de saques e invasões no ano de 1970.

Além disso, também utilizamos os trabalhos de Rudé (1991) e Thompson (1998), que visam esclarecer acerca do termo “motim”, bastante empregado em críticas às pessoas envolvidas nos protestos contra a fome na Inglaterra do século XVIII. Neves (2000) também contribui nessa questão, apresentando que os flagelados da seca de 1877, eram, muitas vezes, desumanizados, classificados como impulsivos, fruto do estado em que se encontravam (fome), a reação espasmódica que Thompson (1998) critica.

Muito pelo contrário. As ações dos flagelados da seca de 1970 foram calculadas e, em último caso, partem para os saques. Sobretudo, concentram-se nas praças e prefeituras das cidades solicitando emprego nas frentes de trabalho. A exemplo da cidade de Custódia, em Pernambuco onde “[...] 1000 flagelados concentram-se em frente à prefeitura solicitando alimentação e emprego” e o prefeito afirma que “[...] abertura de frente de trabalho, que será a única salvação” (*Diário de Pernambuco*, 14 abr. 1970, p. 8).

O próprio *Diário de Pernambuco* reconhece que “O caminho a seguir, agora, é o das frentes de serviço, que só podem empregar mais gente com autorização da SUDENE” (*Diário de Pernambuco*, 13 out. 1970, p. 12), podemos inferir, que é uma tentativa de dissuadir novas ações dos flagelados, por meio da pressão ao órgão federal incumbido de resolver o problema da seca.

Destacamos ainda que o escopo do nosso trabalho é permeado pelo governo ditatorial. Como mencionamos, nossa fonte, o *Diário de Pernambuco*, além de muitos outros jornais, foi vítima de censura por parte do regime e o apoiou. Dessa forma, não há uma entrevista com os flagelados, não sabemos a história de vida dessas pessoas e nem informações mais aprofundadas sobre as ações de saques e invasões. Talvez, na tentativa de evitar que esses ideais se espalhem entre a população rural.

Portanto, ao finalizar o presente TCC, gostaríamos de levantar alguns pontos. O periódico, muitas vezes, concede aos comerciantes e prefeitos, muito espaço nas matérias, apresentando os flagelados como selvagens, raivosos, desesperados. Albuquerque Júnior pontua que os maiores beneficiários das políticas para solução da seca, foram as elites do nordeste, visto que, se aproveitavam das massivas quantidades de recursos enviados à região em benefício próprio.

Por outro lado, destacamos que, embora as invasões fossem percebidas pela imprensa e pelas autoridades em 1970 como o mais novo método de pressão das multidões flageladas das secas, a ponto de articularem estratégias de contenção por meio de frentes de trabalho, tais práticas de pressão se apresentam em nossa análise como algo mais recorrente, oriundas da tradição apontada por Neves, do que propriamente uma novidade. Sinal de que as multidões flageladas se mobilizam com certo grau de organização e aprendizados de experiências acumuladas, sejam elas diretas ou indiretas, surpreendendo quem não as reconhece enquanto agente histórico.

Ao longo de nossa pesquisa sobre seca no Nordeste no ano de 1970, pude compreender as complexas dinâmicas socioeconômicas e ambientais que afetam a região. Percebi que a seca impacta profundamente

as populações, sobretudo as do interior, que são as que mais sofrem com seus efeitos. As ações de saques e invasões evidenciam a falta de políticas públicas que poderiam mitigar os efeitos da seca.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste*. [s. l.], 2013.

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de caqdas na reelaboração da pesquisa histórica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, [s. l.], v. 33, n. 69, p. 196–219, 2020.

BETTENCOURT, Angela Maria Monteiro; PINTO, Monica Rizzo Soares. A hemeroteca digital brasileira. *Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação - FEBAB*, [s. l.], v. 25, n. 0, p. 1028–1038, 2013.

CAMPOS, J. N. B.; LIMA, H. V. C. O início do inverno no Ceará e o dia de São José (19 de março): uma abordagem estatística. In: SIMPÓSIO DE RECURSOS HÍDRICOS DO NORDESTE, 1., 1992, Recife. Anais... Recife: 1992. v. 2, p. 253-260.

FERRAZ et al. Florística de brejo de altitude e caatinga. *Revista Brasil. Bot.*, São Paulo, V.21, n.1, p.7-15, abr. 1998.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. Cassacos. *Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas*. 2016. 240f. Tese

(Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco> > Acesso em: 21 out. 2024.

FLAGELADOS invadem Municipalidade de Catarina, levando estoque de víveres. *Diário de Pernambuco*, Recife. 13 out. 1970. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_15/8600 > Acesso em: 21 out. 2024.

FREDERICO DE CASTRO NEVES. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Fortaleza: Relume Dumará, 2000.

GEORGE FREDERICK ELLIOT RUDÉ. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra 1730-1848*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991.

LENE, Hérica. *Jornais Centenários do Brasil*. Covilhã: LabCom/UBI, 2020.

LIMA, José Roberto de. MAGALHÃES, Antonio Rocha. Secas no Nordeste: registros históricos das catástrofes econômicas e humanas do século 16 ao século 21. *Parcerias Estratégicas*, Brasília. v. 23, n. 46, p. 191-212, 2018.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. cap. 5, p. 111-155.

MICHEL DE CERTEAU. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

A SEXUALIZAÇÃO MIDIÁTICA DA MULHER NEGRA: UMA ANÁLISE DA GLOBELEZA COMO CONTINUIDADE DAS ESTRUTURAS COLONIAIS (1993-2020)

Maria Júlia Silveira Hortencio¹
Stephanny Lima Cruz²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar a objetificação da mulher negra, em específico na representação da globeleza enquanto símbolo sensualizado e estereotipado, bem como, entender os motivos que levaram a serem preferencialmente essas mulheres que desde o período colonial são alvo dessa erotização e hoje tem suas imagens exploradas de forma completamente desnuda nos intervalos da Rede Globo em horários comerciais. Buscaremos analisar também algumas mudanças ocorridas durante o período em que a globeleza esteve em exibição, pensando em entender os motivos que levaram a essas mudanças. Exploraremos o conceito de mulata—sua origem e significado—, e como este se faz presente dentro dessa representação da globeleza, pretendendo, a partir disso, entender como as relações coloniais foram importantes para essa “evolução” nas posições sociais as quais as mulheres negras e mulatas são postas. Para a construção dessa pesquisa, utilizaremos da análise de imagem adquirida a partir das vinhetas divulgados no período carnavalesco na Rede Globo, assim como imagens retiradas de revistas da época, como por exemplo a *Pense Leve*, *Boa Forma* e *Manchete*.

Palavras-chaves: Mídia; Sexualização; Globeleza; Mulata; Rede Globo.

¹ Graduanda de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. E-mail: shamju44@gmail.com. ID Lattes: 5929641421157136. Orientador: Prof. Dr. Idelmar Gomes Cavalcante Júnior.

² Graduanda de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. E-mail: stephannycruz732@gmail.com. ID Lattes: 2107365403166941. Orientador: Prof. Dr. Idelmar Gomes Cavalcante Júnior.

Introdução

Os anos 1990 foram singulares em relação à erotização midiática das mulheres. Alguns programas televisivos da época ficaram marcados pela forma como objetificaram os corpos femininos em busca de audiência, a exemplo do Domingo Legal, com a sua “Banheira do Gugu”; Domingão do Faustão, que apresentou o “Sushi erótico” e o Show da Xuxa, com seus figurinos sensuais voltados para o público infanto-juvenil. Também havia as revistas de grande circulação que acabavam por expor mulheres nuas suas capas, muitas vezes de forma gratuita, sem que isso tivesse alguma associação com a pauta em si, servindo apenas para chamar atenção do leitor. Neste contexto, se destacou a figura da Globeleza, enquanto símbolo sexual da época. Sua imagem era utilizada pela Rede Globo para a divulgação anual do Carnaval.

Partindo do pressuposto de que essa personagem é, inegavelmente, fruto dos anos 1990, nos questionamos o que mais poderia explicar o seu grande sucesso e longevidade midiáticos para além da criação do *star sistem* feita por Edgar Morin, na qual ele expõe uma análise da mídia enquanto mercado, que compra e fabrica essas estrelas. Morin, diz que esse sistema de estrelas é uma “máquina de fabricar, manter e promover as estrelas sobre as quais se fixaram e se divinizaram as virtualidades mágicas da imagem da tela.” (Morin, 1989, p. 77). Essa estrela seria a chave para se ter sucesso dentro de uma indústria, na qual sua imagem seria usada como produto. A expectativa era a de que algo peculiar à formação do povo brasileiro poderia nos indicar um caminho.

Neste sentido, problematizamos as tradições coloniais brasileiras utilizando autores que trabalharam com a questão da escravidão e colonialismo, tais como o sociólogo Gilberto Freyre e o escritor José Lins do Rêgo que, apesar de terem perspectivas diferentes, dialogam entre si, à respeito de características importantes do período colonial, principalmente sobre a mulher negra. Com esse diálogo, evidenciamos o conceito de “mulata”, trazendo mais do que seu significado, o caráter

categorizador que o cerca, visando, assim, discorrer sobre as cinco globelezas que tivemos durante o recorte 1993-2020.

O presente artigo, pois, acaba por refletir sobre o passado escravocrata que ainda se faz presente na atualidade e sobre como o legado da escravidão ainda permanece nas estruturas, instituições e mentalidades da sociedade. Sendo esse legado também mantido e revivido de forma por vezes sutil ou escancarada dentro na mídia dando continuidade ao que era vivido dentro das famílias coloniais. O sucesso da Globeleza estaria relacionado à essa continuidade.

Sexualização midiática nos anos 90 e a representação da globeleza

A TV Globo foi inaugurada em 1965 por Roberto Marinho, no Canal 4 do Rio de Janeiro. Não demorou muito para se tornar uma das maiores emissoras do Brasil e do mundo, possuindo cerca de cinco emissoras próprias e aproximadamente 115 afiliadas. De acordo com site Grupo Globo, Roberto Marinho investiu na criação de Estúdios Globo, aumentando sua rede de informações e garantindo maiores e melhores programações. Envolvido com inúmeros projetos para produção de conteúdos, Roberto Marinho lançou a Globosat, que nela contém programas como GNT e o famoso Multishow, Telecine, Globo News, Sportv dentre outros. Atualmente todos os projetos midiáticos estão em serviços por assinatura como a Globoplay. A Rede Globo, possuindo inúmeros projetos midiáticos e um alcance inimaginável, é carregada de influência dentro de todas as suas programações, na qual envolve o telespectador nas mais diversas referências culturais, sociais, políticas e econômicas.

A criação da Globeleza está situada em um contexto de forte sexualização midiática. Quadros como o “sushi erótico”, no programa Domingo do Faustão, praticamente normalizava a participação do corpo feminino nu na televisão brasileira. No quadro em questão, uma mulher nua tinha peças de sushi em seu corpo enquanto os convidados comiam essas mesmas peças que estavam sobre elas, FAUSTÃO E O SUSHI ERÓTICO ! parte I, no vídeo mostra claramente como o quadro era exibido,

não que isso fosse inédito, mas considerando que eram as famílias brasileiras o público-alvo do programa, podemos sim destacar o fato como algo inusitado.

A mídia, do cinema mudo ao cinema falado, até as propagandas de cerveja e cigarro por exemplo, já fazia com que o corpo da mulher fosse submetido a uma erotização. Percebemos uma certa repetição de narrativa, ao ponto que se coloca a mulher nessa posição de ser apenas corpo.

Até que nas décadas de 1980 e 90 as representações sexuais tornam-se uma tendência na mídia brasileira e alimentam a concorrência entre os canais de TV. Se havia “Sushi erótico” na Rede Globo, no SBT existia a “Banheira do Gugu”, quadro que se resumia a pessoas tentando pegar sabonetes dentro de uma banheira, tendo como obstáculo mulheres de biquíni, Domingo Legal / SBT (Anos 90 e 2000) Parte 4, no momento 1:14:29s pode-se observar como funcionava este quadro. As emissoras viviam em uma competição acirrada por audiência e isso refletia nos programas que eram exibidos, quanto mais sexual, ofensivo e apelativo, melhor. Mais dois exemplos são os programas da Xuxa e da sua concorrente Mara Maravilha, que em 1997 tinha um programa infantil na RecordTV. Xuxa e suas paquitas apareciam com roupas curtas e Mara Maravilha flertava com os meninos pré-adolescentes.

Durante trinta anos tivemos como símbolo carnavalesco no país a imagem de uma mulher seminua nas telinhas. Sua figura cheia de “samba no pé”, sexy e com o corpo pintado de cores vibrantes chamava atenção nas vinhetas da Rede Globo. Como será abordado posteriormente, tem-se uma enorme influência colonial e patriarcal que permeia a imagética dessa noção de “mulata sexual”. “Desde o período colonial as mulheres negras eram objetos de desejo dos feitores, a exotização de seus corpos eram pontos que captavam bastante atenção e a cobiça, dos homens “brancos”, para “explorá-lo”. (Bastos, 2021, p. 6). Essa exploração pode ser sentida na fabricação de personagens como a globeleza, intensificando sua objetificação.

A globeleza nasce dessa mídia, que tem fundamentos baseados em perspectivas coloniais. À medida que continuam a persistir nessa

mesma estrutura, ou seja, que selecionam e expõem uma mulher negra nua para representar o carnaval, mostra que as bases do passado vigoram, “A sua nudez será transmitida e por consequência será alvo da objetificação de seu corpo igualmente ao passado” (Bastos, 2021, p. 9).

Dessa forma, a mídia parece tentar satisfazer um fetiche, uma fantasia historicamente atribuída ao homem branco, que busca na mulher negra uma satisfação. Assim, ela passa a ser vista como mero objeto sexual, um produto, e como tal, a escolha da Globeleza tem suas exigências, “Para ser uma “Mulata Globeleza” a exigência é elevada, é necessário um corpo escultural e, imprescindível” (Bastos, 2021, p. 9). Tal como nos antigos mercados escravocratas em que se vendia corpos negros como produto a ser consumido, atualmente a indústria televisiva vende a imagem dessa mulher negra nas telas.

Como já se sabe, as emissoras carregam grandes responsabilidades ao criar seu sistema de programação. À medida que transmitem mensagens a respeito da cultura do país, estão contribuindo de forma direta ou indiretamente o imaginário dos seus telespectadores. Em suas programações e novelas é possível perceber valores, elementos culturais distintos e estilos de vida, sendo frequentemente compartilhados, capazes de influenciar seu público, “a figura de uma mulher nua sambando possui grande relevância quando a promovemos como símbolo de uma nação” (Bastos, 2021, p. 10). É neste sentido que se pode notar o impacto da criação da Globeleza enquanto representação para construção desse imaginário.

Ao analisarmos de forma crítica o sistema de programação das emissoras, em específico neste trabalho a Rede Globo, remetemos a necessidade de se ter *stars* que sustentem essas indústrias midiáticas. O conceito de *star* está presente no livro de Edgar Morin, “As estrelas: mito e sedução no cinema”, na qual ele fala sobre a criação dessas estrelas e como esse *star sistem* funciona ao passo que se utiliza a figura da mulher sexualizada para fortalecer a indústria e prender um certo público. Morin, diz que esse sistema de estrelas é uma “máquina de fabricar, manter e promover as estrelas sobre as quais se fixaram e se divinizaram as

virtualidades mágicas da imagem da tela” (Morin, 1989, p. 77). Ele nos esclarece a grande vantagem de se ter a imagem de uma *star* passando nas telas e como essa imagem era um produto próprio da civilização capitalista.

A imagem dessa estrela-deusa como representação social e como estrela-mercadoria andam juntas e fazem parte da mesma realidade (Morin, 1989, p. 77). Não distante da criação da Globeleza, ela também pode ser vista como uma estrela, onde seu corpo foi vendido com a “máscara” de que pudesse representar o Brasil. No entanto, temos essa representação distorcida. Ela nada mais é do que um signo dos comportamentos escravocratas dos quais o Brasil nunca conseguiu se libertar.

Os símbolos e signos de um país carregam sua identidade, sabendo disso, Tomaz Tadeu da Silva no seu livro *“Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais”* explica que o olhar do outro define quem somos, pois, a construção de uma identidade nada mais é que um processo de diferenciação em conjunto com os símbolos próprios de um país, que reforça dentro dessas diferenciações os estigmas e os estereótipos. O olhar do outro e as diferenciações com eles, acabam por definir características que se fixam na identidade e que permanecem no imaginário do outro sobre nós e vice-versa. Dessa forma, quando se utiliza a figura de uma “mulata” nua como símbolo carnavalesco, intensifica essa identidade estigmatizada sexual que o Brasil carrega em sua cultura.

Para além disso, ao comparamos com a imagem da mulher negra do período colonial com os dias atuais, há uma permanência. “O corpo negro é marginalizado e mantém os estereótipos do passado presos em uma personagem – na composição nua – criada para entretenimento do telespectador durante o carnaval por mais de vinte anos” (Bastos. 2021, p. 11). Continuam sendo resumidas ao seu corpo e tendo como consequência a utilização dele para fins lucrativos, e, no período colonial, também para satisfazer os prazeres do homem branco. Com o objetivo de divulgar o Carnaval, eles acabaram por ter a ideia de juntar todas as leituras estereotipadas que o exterior tem do país e as intensificar criando essa personagem erotizada como símbolo. Mais ainda, torna o Brasil, último

país a abolir a escravidão, um lugar que tem suas raízes firmes e fortes ainda propagando a estrutura e as mentalidades do período colonial. Observamos a mesma narrativa, só modifica assim, os personagens e a temporalidade.

As relações coloniais e a questão da mulata

Nesse momento do presente trabalho discorreremos sobre a imagem sexualizada da globeleza, pensando em sua vinculação à figura da mulata. Buscaremos compreender a partir disso os novos lugares ocupados por mulheres negras na sociedade. Para tal, pretendemos retornar até as relações coloniais, apontando para aquelas interações estabelecidas entre os senhores de engenho e as mulheres negras, visando evidenciar que essas relações foram fundamentais para a denominação dos novos locais sociais destinados a esses indivíduos, em especial a mulher negra.

A globeleza será o caso central ao qual estudaremos para construir esse trabalho, pois essa figura encarna todas as características de uma mulher desejada e sensualizada. Além disso, as exigências dos requisitos da globeleza apontam para uma tradição colonial, visto que, como aponta Gilberto Freyre em sua obra *Casa Grande & Senzala*, as mulheres negras vindas de determinada área da África, denominadas de negras minas, teriam uma cor menos retinta, mais alva, sendo mais desejada pelos europeus, pois além da pele mais clara, também se assemelhavam, em termos de “civilidade” aos colonizadores. Portanto, ao analisar as imagens das globelezas, que será visto adiante, perceberemos que esses critérios coloniais para a escolha de uma escravizada ainda existem em nossa realidade de forma extremamente internalizada no imaginário da sociedade, onde a mudança mais notável está na evolução do mercado.

Obras como *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre e *Menino de Engenho*, de José Lins do Rêgo, apontam para uma categorização entre os negros, principalmente referentes as mulheres. No que diz respeito ao romance *Menino de Engenho*, o autor explicita essa diferenciação entre as mulheres

Fui ali recebido com os agradados e as condescendências que reservavam para o neto do prefeito da terra. Tinha o meu mestre uma mulher morena e bonita, que me beijava todas as vezes que eu chegava, que me fazia as vontades: chamava-se Judite. Gostava dela diferente do que sentia pela minha tia Maria. Ela sempre que me ensinava as letras debruçava-se por cima de mim. E os seus abraços e os seus beijos eram os mais quentes que já tinha recebido (Do Rêgo, 2012, p. 48).

Percebemos que nesse trecho, José Lins do Rêgo aponta para a mulher de seu professor como a “morena bonita”, o que a primeiro momento para os leitores do autor pode não significar algo digno de crítica. No entanto, para demonstrar que esse posicionamento é e se fará importante para nossa produção, traremos um outro trecho dessa obra, que diz “As negras do meu avô, mesmo depois da abolição, ficaram todas no engenho, não deixaram a rua, como elas chamavam a senzala. E ali foram morrendo de velhas. Conheci umas quatro: Maria Gorda, Generosa, Galдина e Romana” (Do Rêgo, 2012, p. 67).

A partir dessa frase podemos analisar a colocação da palavra “negra” que embora seja usada para generalizar todo um grupo, dentro de algumas obras como a de Lins do Rêgo esse termo é utilizado muitas vezes para denominar as mulheres mais velhas, enquanto as mais novas tendem a ser tratadas como as “mulatas”. Nesse sentido, não se trata apenas de serem fruto de uma relação entre o branco e o negro, mas refere-se também a uma ideia de libidinosidade. O autor traz essa ideia em sua obra, e pode ser evidenciada na seguinte frase “A moleca me iniciava, naquele verdor de idade, nas suas concupiscências de mulata incendiada de luxúria” (2012, p. 108). Portanto, a mulata teria como uma das principais características o seu caráter libidinoso.

Em *Casa Grande & Senzala*, além da ideia de preferência por mulheres negras de pele mais clara, Gilberto nos mostra a partir de sua escrita, uma visão acerca da mulata, assim como uma certa inferioridade da

negra: “Com relação ao Brasil, que o diga o ditado: “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”; ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata” (Freyre, 2003, p. 36). Portanto, nessa obra, do mesmo modo que a outra, temos essa visão de que a mulata é para além do fruto de uma miscigenação, ela é uma categoria que detém um grande teor erótico, é a personificação do desejo dos senhores.

O desejo, assim como a erotização da mulata, seria visto futuramente com a figura da globeleza, visto que essas mulheres também se tornaram produtos de um mercado, foram postas de forma objetificada nas telas da maior emissora do país, a Rede Globo. Os alvos da satisfação sexual dos senhores de antes tornaram-se os produtos do mercado midiático de hoje. Partindo disso, discorreremos adiante sobre os lugares da mulher negra na sociedade, fazendo um apontamento para o antes e para o agora.

As obras já citadas anteriormente, indicam para as funções desempenhadas pelas mulheres negras no cotidiano da vida nos engenhos, tendo sido legadas aos cargos de escravas domésticas, exercendo funções desde cozinhar, até cuidar das crianças, assim como, algumas mulheres também desempenharam funções nas lavouras e no serviço braçal. Essa divisão de criadas para serviços domésticos e para serviços “mais pesados” estava relacionado a beleza da negra, quanto mais bonita e menos retinta, mais suas chances de trabalhar na casa grande aumentariam.

Segundo Djamila Ribeiro no livro “*Quem tem medo do feminismo negro?*” (2018), o interesse dos senhores não estava apenas nos serviços desempenhados para a casa, como igualmente sobre os corpos dessas mulheres. A abordagem histórica feita por Djamila se faz importante para a construção desse trabalho, pois nossa ideia é analisar as posições determinadas às mulheres negras durante o período escravocrata e estabelecer uma ligação com os atuais lugares sociais direcionados a esse grupo.

Estudando os autores que abordam o colonialismo e tomando a globeleza como um estudo de caso, pontuamos que assim como os

lugares desse grupo eram bem definidos a alguns séculos, ainda o são agora, pois, observando e comparando a mulher negra e mulata no período colonial à glocalização dos tempos atuais, percebemos que esse símbolo carnavalesco não poderia ser outro, pois esses são os lugares deixados para serem preenchidos pelas mulatas libidinosas que personificam o “sexy”, sensual e erótico.

Análise de imagem: problematização da representação das cinco glocalizações

Figura 1: A evolução da glocalização do nude ao vestido.



Fonte: A evolução da glocalização do nude ao vestido. *Revista Veja*, 04/06/2024. Disponível em A evolução das glocalizações: do nude ao vestido | VEJA. Acesso em: 29/10/2024.

Para analisar a imagem de forma mais profunda, temos elementos como iluminação, foco e distribuição de linhas. Na foto, observamos que as cinco modelos são expostas de forma claramente despidas, mas além disso, podemos ressaltar alguns aspectos mais técnicos, como o enquadramento da foto, que evidencia o foco em partes bem específicas dos corpos das glocalizações, bem como a distribuição de linhas, onde os

quadrados principais deixam em destaque o seio, quadril, barriga e as pernas das modelos. Diante dessa análise, percebemos ainda uma intenção sobre outra intenção, pois a imagem mostrada é uma montagem, utilizando uma foto de todas elas no mesmo ângulo, expondo os mesmos detalhes corporais. A partir disso podemos enunciar que existe uma intencionalidade na forma como as modelos são posicionadas para os “cliques”, o que culmina no fortalecimento da ideia defendida nesse trabalho; de que as globelezas são ao mesmo tempo uma estratégia e produto, isto pois, os corpos dessas mulheres ao serem expostos dessa forma visam promover o Carnaval. Dessa forma, se encaixam como uma estratégia na medida em que buscam vender a festividade utilizando o corpo nu dessas mulheres. Por outro lado, a globeleza também pode ser encaixada como o próprio produto, posto que a sensualidade é vista como uma característica predominante do Brasil, e por isso se torna também um objeto consumido pelo público, tanto o brasileiro, mas principalmente o estrangeiro.

Ademais, traremos um dado que se soma aos aspectos mais técnicos encontrados na análise da imagem. Trata-se do fato de que a globeleza foi idealizada por Hans Donner, um designer alemão, o que reforça a ideia de que o estrangeiro tem sobre o país. Na pesquisa feita por Pâmela Bastos, intitulada “A erotização feminina no carnaval do Rio de Janeiro como exercício do soft power: um estudo de caso da personagem globeleza da Rede Globo”, ela evidencia que fora do país existe uma visão estereotipada e altamente sexual do que seria o Brasil. O fato dessa figura carnavalesca ter sido fabricada pelo olhar do estrangeiro comprova que existe um estigma envolto do povo brasileiro sendo sempre resumidos a um estereótipo de devassidão.

A partir do exposto, devemos frisar uma questão que já fora abordada anteriormente; o momento em que a globeleza é inventada e exposta, é também o momento em que programas como a “banheira do Gugu”, da emissora SBT fazem quadros apelativos usando mulheres de forma extremamente sexualizadas, assim como a figura da Xuxa e as paquitas. Portanto, essa erotização era algo quase que comum aos

brasileiros. Como mostra na imagem das revistas Manchete, Boa Forma e Pense Leve, respectivamente, a glibeleza Valéria Valenssa teve sua imagem sexualizada e frequentemente aparecia nas capas de revista sem roupa, mesmo que seu conteúdo não esteja vinculado a nudez.

Figura 2: Matéria sobre o registro do nome de Valéria Valenssa



Fonte: Revista Manchete, 1993. Edição 2153.

Figura 3: Foto retirado de um anúncio de vendas



Fonte: Revista Boa Forma, 2000. Edição 153.

Figura 4: Foto retirada de um anúncio de vendas.



Fonte: Revista Pense Leve, 1999. Edição 80.

Para além de Valéria, o período em si carrega elementos eróticos em sua programação como já enfatizado, podemos ainda ilustrar esta capa do ano de 1994, também da revista manchete, que teve em sua capa mulheres vestidas de sereias, com o intuito de divulgar a minissérie “O Canto das Sereias” (1990), elas aparecem na capa com os seios expostos.

Figura 5: Capa da Revista Manchete, 1994.



Fonte: Revista Manchete, 1984.

No entanto, mesmo sabendo que este período a erotização dos corpos femininos era algo naturalizado nesse trabalho voltamos nosso olhar especificamente para as “mulatas”, considerando o conceito de interseccionalidade em Kimberlé Crenshaw (2002). Esse conceito é utilizado pela autora para discorrer sobre uma série de características que se relacionam, como raça, classe, gênero e sexualidade, visando mostrar que esses fatores são influentes no apagamento e opressões de indivíduos como as mulheres negras e “mulatas”. Dessa forma, perpassadas por um passado escravista, essas mulheres estão propensas a violências diversas.

Dentre todas as gloclezas que passaram durante esses trinta anos, temos a Valéria Valenssa que talvez tenha sido a que mais marcou pelo tempo que ficou na emissora. Valéria, em uma entrevista para UOL, disse que a glocleza pode ser considerada uma espécie de personagem carnavalesco. Sua imagem enquanto símbolo se mostrou um ícone não só para emissora, mas também para o Carnaval, uma vez que a vinheta trazia em seus elementos o samba e as cores, características desse grande

evento que acontece anualmente no mês de fevereiro. Nesta entrevista dada por ela na UOL ela afirma

É um personagem que se tornou um ícone não só para a Globo, devido a vinheta, mas principalmente para o carnaval. Aliás, a Globeleza, na minha opinião pode sim ser considerada um patrimônio do Carnaval. Mas hoje com todas as conquistas e as discussões que têm sido levantadas em torno do empoderamento da mulher preta e a conscientização e luta contra a sexualização das mesmas, acho que talvez fosse a hora de experimentar mesmo novos formatos para a vinheta (Valenssa, 2022).

Percebemos a partir da fala de Valéria seu claro entendimento ao considerar a globeleza um personagem que foi símbolo do carnaval. As discussões e luta contra a objetificação da mulher negra são importantes e devem ser levadas em consideração, mostrando assim consciência de que esse fato deve ser modificado, à medida que existem outros espaços para serem ocupados por essas mulheres e não somente esses que objetificam seus corpos. Hoje, Valéria Valenssa trabalha como empresária, palestrante e repórter, entrou na mídia como influenciadora digital e criou um canal no YouTube destinado à área de moda e beleza.

A segunda Globeleza, Gianne Carvalho, atuou nesse papel por apenas um ano, em 2005, substituindo Valéria Valenssa. Ao analisarmos as vinhetas da globeleza desse recorte, notamos que assim como Valéria, Giane também era exposta de forma completamente nua, tendo apenas alguns efeitos visuais cobrindo partes do corpo. A partir das propagandas em que Giane esteve presente, observamos que a nudez dos seios era algo evidente. Hoje, ela prefere uma vida distante dos holofotes. A terceira, Aline Prado, exerceu esse papel durante sete anos (2006-2013), onde assim como as primeiras, teve seu corpo exposto quase nu. Observando essa globeleza percebemos um padrão entre as três primeiras: todas são

mulheres de pele mais claras, reforçando o estigma da mulata visto anteriormente em Gilberto Freyre.

Em contraponto, temos a quarta intérprete dessa figura carnavalesca, Nayara Justino, que ficou apenas o ano de 2014 como globeleza. Essa modelo é essencial para nossa discussão, dado que sua atuação foi curta, e tendo como o principal motivo de sua saída um aspecto problemático; a quebra do padrão globeleza visto entre as três primeiras mulheres, tendo em vista que Nayara Justino apresenta um tom de pele mais retinto. Acerca disso, Jessyka Camila Faustino dos Santos (2018) aponta que nesse sentido, Nayara se afastava das características ideais para ser a globeleza, e para reforçar a ideia de Jessyka, voltamos ao livro de Gilberto Freyre, onde percebemos que a cor de pele era um fator necessário para a escolha da escrava, visto que o tom de pele mais claro se aproximava dos colonizadores. Portanto, as mulheres que detinham essas características eram consideradas mais desejáveis que as mulheres de pele mais retinta, ou seja, nessa polêmica envolvendo Nayara, percebemos a mesma narrativa vivenciada pelas mulheres escravizadas, à medida que o tom da sua pele influencia na sua escolha.

Com o fim precoce da globeleza sob a interpretação de Nayara Justino, Erika Moura foi quem fechou o ciclo dessa figura carnavalesca, sendo a última globeleza. Ao longo da exposição de Erika nesse papel, notamos algumas alterações, pois; nos primeiros momentos ela era posta de forma desnuda, mas nos anos finais de sua aparição essa nudez foi sendo minimizada e a modelo passou a surgir com o corpo mais coberto durante as vinhetas. Embora tenha havido alterações, aspectos como as cores vibrantes característicos do carnaval e a própria presença da “mulata” permaneceram.

No entanto, fazendo uma comparação à globeleza anterior, de forma escancarada, notamos que de Nayara Justino para Erika Moura, há um retorno ao padrão das três primeiras, a característica marcante dessa categoria (globeleza e a mulata), o tom de pele mais claro. Erika representou uma solução para o “problema” que girava em torno da globeleza anterior, pois para o setor midiático ela era “negra demais”, a mudança

brusca na tonalidade reflete uma sociedade presa ao legado da escravidão, o que nos faz lembrar de “A elite do atraso” de Jessé Souza, onde apresenta a seguinte tese

No Brasil, desde o ano zero, a instituição que englobava todas as outras era a escravidão, que não existia em Portugal, a não ser de modo muito tópico e passageiro. Nossa forma de família, de economia, de política e de justiça foi toda baseada na escravidão (Souza, 2019, p. 41).

Levando em consideração a tese defendida por Jessé, relacionando ao que fora falado em momento antecedente acerca das obras de Gilberto Freyre e José Lins do Rêgo, podemos considerar que as relações que percebemos hoje mantém uma ligação direta ao legado escravocrata. Adentrando um pouco mais na obra de Jessé (2019), apontamos uma relação entre este e teoria desenvolvida por Djamila Ribeiro sobre os requisitos na escolha de escravizadas para determinados trabalhos. Segundo o autor de “A elite do atraso”, a análise de renomados historiadores e sociólogos, como por exemplo Sérgio Buarque de Holanda, trazem uma narrativa de que a herança do Brasil, o fato histórico que pesa e tem maior relevância nas relações sociais, econômicas e culturais da sociedade brasileira, é a colonização portuguesa. No entanto, Jessé discorda e aponta para a escravidão como essa herança e “responsável” pelas relações que percebemos hoje. Esse é o ponto que queremos acrescentar às ideias defendidas por Djamila Ribeiro, em sua obra “*Quem tem medo do feminismo negro?*”, quando ela discorre sobre os requisitos de um senhor ao escolher uma escrava e posteriormente para as características que uma mulher deve ter para se tornar a glorieira, nos levando a entender que há uma ligação entre aquilo que fora visto no passado e aquilo que presenciamos mesmo muito tempo depois do “fim” do período escravocrata.

Pontuamos isso pois na obra já citada, Jessé expõe que “o ódio ao pobre hoje em dia é a continuação do ódio devotado ao escravo de antes” (Souza, 2019, p. 69), apresentando uma “evolução” ou substituição do

escravizado para o trabalhador pobre dos dias de hoje. Trazemos essa colocação para discorrer sobre nosso objetivo no presente trabalho: apontar os locais sociais da mulher negra na sociedade de agora como um reflexo das posições sociais de antes. Para concluir essa analogia, podemos dizer que: Ao mesmo tempo que o escravizado de antes é o pobre de hoje, a mulher negra, mulata libidinosa do colonialismo é a globeleza de nossos dias.

Como já comentamos, algo que nos levou a pensar foi a forma com que a globeleza mudou, e em relação as alterações percebidas ao longo dos anos em que essa figura foi exposta pela Rede Globo e mesmo o desaparecimento dela pode ser relacionado com debates feministas, nesse caso pelo feminismo negro, que se preocupa com as pautas desse grupo em específico. Essa divisão no movimento feminista se deu principalmente a partir da terceira onda do feminismo, na década de 1990, que segundo Djamila Ribeiro, foi onde

começou-se a discutir os paradigmas estabelecidos nos períodos anteriores, colocando-se em discussão a micropolítica. As críticas de algumas dessas feministas vêm no sentido de mostrar que o discurso universal é excludente, porque as mulheres são oprimidas de modos diferentes, tornando necessário discutir gênero com recorte de classe e raça, levando em conta as especificidades de cada uma. A universalização da categoria “mulheres” tendo em vista a representação política foi feita tendo como base a mulher branca de classe média — trabalhar fora sem a autorização do marido, por exemplo, jamais foi uma reivindicação das mulheres negras ou pobres (Ribeiro, 2018, p. 37).

Portanto, por conter grupos diversos dentro desse movimento que era visto por alguns como algo universal, houve a necessidade de se pensar para além, levando em consideração as singularidades para assim combater determinadas violências sofridas por esses grupos que são

perpassados pela interseccionalidade (Crenshaw, 2002). A partir disso podemos pensar as pautas das mulheres negras como algo mais recente, visto que os debates sobre a necessidade de pensar as diversas sujeitas que estavam inseridas no movimento geral só vieram aparecer com mais expressão desde a década de 1990, praticamente junto ao surgimento da própria glocalidade.

As mulheres negras, como viemos apontando durante todo esse texto, passaram por um longo processo de objetificação dos corpos, questões que vem desde a escravização dos africanos durante o período colonial. Assim como as discussões voltadas para essas indivíduos, outro ponto tão recente quanto, podemos dizer, são as pesquisas que buscam falar sobre a objetificação dos corpos femininos. Lélia Gonzales no livro *“Por um feminismo afro latino-americano”* (2020), aborda ambos os temas anteriores, expressando a ideia que se tem sobre a mulata e seus papéis na sociedade, Djamila Ribeiro também dedica uma parte em seu livro *“Quem tem medo do feminismo negro?”*, lançado em 2018, para abordar essa sexualização, tratando principalmente do Carnaval e da glocalidade. Sueli Carneiro no livro *“Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil”* (2011) também levanta essa temática, abordando sempre *“racismo/sexismo”*, que nesse sentido parece sempre estarem juntos.

Todos os livros citados acima estão inseridos já nos anos 2000, e embora os textos de Lélia Gonzalez tenham sido anteriores, ainda são recentes, visto que datam das décadas de 1970/1990. O que queremos dizer é que os debates sobre esses temas são recentes, e mesmo que, de acordo com a matéria *“Por que a Globo matou a glocalidade após polêmicas que vão de racismo a nudez”* do portal do Holanda, a emissora não tenha feito nenhum pronunciamento indicando que o fim da glocalidade teve relação com questões problemáticas sobre racismo e objetificação, não se pode negar que os debates de gênero e mesmo as discussões empreendidas pelo feminismo negro não tenham sido um catalizador para o fim da exposição desse personagem do Carnaval.

Outro dado que se faz importante e atua como um *“exemplo”* do que acabamos de discutir nos parágrafos anteriores é o fim de alguns

desses quadros com apelação erótica, vimos no decorrer do texto a “A banheira do Gugu” na emissora SBT e o “Sushi erótico” do Faustão na Rede Globo. O Sushi erótico, quadro que teve apenas um episódio, deixou de ir ao ar no mesmo ano de lançamento, 1997, não pela falta de audiência, mas segundo uma matéria da Notícias da TV disponível no site da Uol, a pequena vida desse quadro se deu pelo seu alto teor de erotismo, visto que, como já abordado, durante o quadro as mulheres eram expostas completamente nuas, tendo suas partes cobertas apenas por peças de comida. Com a “banheira do Gugu” não foi diferente, o fato de ser um quadro altamente sexual passou a ser um problema muito discutido, e de acordo com matéria do blog de Valter Nascimento, teria sido inclusive por meio da justiça de Minas Gerais que o quadro teria terminado. O findar desses programas pode significar o início para se problematizar o excesso de nudez e apelação sexual, o que colocava a mulher em um espaço de inferioridade e objetificação. Ao notar o fim deles, percebe-se uma onda de moralidade rondando a indústria midiática.

Considerações finais

Mediante o exposto, concluímos que a mídia se tornou um mercado equivalente àquele em que as mulheres negras eram vendidas durante o período colonial aos senhores de engenho. No entanto, nesse momento o referido mercado se sofisticou e não precisa mais vender seu produto e perdê-lo definitivamente, agora essa “mercadoria” é renovável.

A sexualização dos corpos femininos e negros continuam, mas a forma com que se consome esse produto se diversificou. Percebemos mediante o estudo das obras citadas, que embora estejamos em um momento distante daqueles cujos negros eram traficados e vendidos no “novo mundo”, as funções desse povo mudaram bastante em termos de nomenclatura, mas que em prática continuam exercendo papéis muito próximos aos dos antepassados, como vimos em Djamilá Ribeiro (Ribeiro, 2018), assim como em Jessé Souza.

Compreendemos que quando essa personagem é criada, muitos outros programas e propagandas objetificavam os corpos femininos, como era o caso dos quadros já citados. Portanto, entendemos que o período em que a globeleza surge a erotização era algo naturalizado e usada como um meio para buscar audiência. No entanto, focamos especificamente em problematizar a figura da globeleza por tudo que ela abrange, visto que para além de serem mulheres, também existe o quesito raça, que torna esse grupo duplamente vulnerável e violentado. Tendo em vista isso, nesse trabalho voltamos nossa atenção para a análise de passado e presente, tentando a partir disso estabelecer uma conexão entre as estruturas predecessoras e as atuais.

Referências

A EVOLUÇÃO da globeleza do nude ao vestido. *Revista Veja*, 04/06/2024. Disponível em [A evolução das globelezas: do nude ao vestido | VEJA](#). Acesso em: 29/10/2024.

BASTOS, Pâmela. *A erotização feminina no carnaval do Rio de Janeiro como exercício de soft power: um estudo de caso da personagem "Globeleza" da Rede Globo*. Portugal: Universidade de Lisboa Faculdade De Letras, 2021.

BENEDETTI, Leila. *Os polêmicos anos 90: a mídia bizarra (e normalizada!) da época*. Universo Retrô: o passado sempre presente. 03/02/2023. Disponível em: [Os polêmicos anos 90: a mídia bizarra \(e normalizada!\) da época](#). Acesso em: 16/01/2025.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista estudos feministas*, v. 10, p. 171-188, 2002.

DA SILVA, Tomaz Tadeu et al. A produção social da identidade e da diferença. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, p. 73-102, 2000.

DE CASTRO, Tell. Em 1997, sushi erótico do Domingão do Faustão chocou até Roberto Marinho. *Notícias da tv*, 2019. Disponível em: [Em 1997, sushi erótico do Domingão do Faustão chocou até Roberto Marinho · Notícias da TV](#) . Acesso em: 22 jan. 2025.

DE QUADROS, Dênis Moura. A marginalização e a sexualização dos corpos negros na mídia e na literatura afrofeminina contemporânea: espaços que (de) formam identidades. *Palimpsesto-Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*, v. 17, n. 26, p. 513-531, 2018.

DO RÊGO, José Lins. *Menino de engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

DOS SANTOS, Jessyka Camila Faustino. O Espetáculo da Mulher Negra Nua na Televisão Um estudo de caso sobre a Globeleza. *Revista Iniciacom*

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2003.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro latino-americano*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2020.

SCARPA, Melina. FAUSTÃO E O SUSHI ERÓTICO! parte I . YouTube. 4 de set. de 2007. Disponível em: [FAUSTÃO E O SUSHI ERÓTICO ! parte I - YouTube](#) Acesso em: 03/02/2025.

Memória Roberto Marinho (1904-2003). Grupo Globo História, 2022. Disponível em: [Roberto Marinho \(1904-2003\) | Biografia | historiaglobo](#). Acesso em: 03/02/2025.

MORIN, Edgar. *As estrelas: mito e sedução no cinema*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1989.

NASCIMENTO, Valter. A banheira do Gugu e o fim da democracia brasileira. *Midium*, 2020. Disponível em: [A Banheira do Gugu e o fim da democracia brasileira | Blog do Valter](#) . Acesso em: 22 jan. 2025.

Paradas de Sucesso Anos 90 e 2000. Domingo Legal / SBT (Anos 90 e 2000) Parte 4. YouTube. 16 de jun. de 2024. Disponível em: [Domingo Legal / SBT \(Anos 90 e 2000\) Parte 4 - YouTube](#) Acesso em: 03/02/2025.

RIBEIRO, Djamilá. *Quem tem medo do feminismo negro?* Editora Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Marcela. Valeria Valenssa defende fim da Globeleza: “Somos mais que um corpo”. UOL, 23/03/2022. Disponível em <https://nateli-nha.uol.com.br/televisao/2022/03/23/valeria-valenssa-defende-fim-da-globeleza-somos-mais-que-um-corpo-178910.php>Acesso 19/10/2024.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

VIOLÊNCIA, PARTILHA DE BENS E GUARDA DE FILHOS EM PARNAÍBA/PI NA DÉCADA DE 1970

Ana Beatriz Araújo de Freitas¹

Erasmoo Carlos Amorim Morais²

Resumo: Este trabalho estuda a violência de gênero, a partilha de bens e guarda de filhos em Parnaíba/PI, na década de 1970. O objetivo geral dessa pesquisa é analisar a relação entre as questões de gênero e o Judiciário a partir de processos judiciais de desquite, documentos arquivados no Fórum Salmon Lustosa, em Parnaíba, no Piauí. Metodologicamente, o estudo é baseado em estudo qualitativo, analisando os processos de desquites, os Almanques da Parnaíba produzidos no mesmo recorte temporal. O universo dos desquites é permeado por representações e discursos jurídicos, bem como sociais. Conclui-se que as decisões tomadas pelos magistrados e presentes nos processos judiciais, em forma de sentença, são embasadas, principalmente, nas representações sociais, perpassando o conceito de família e moral refletindo o pensamento da classe social dominante presente tanto nos almanques quanto nos jornais que circulavam na cidade na década de 1970.

Palavras-chave: Desquite; Gênero; Violência; Parnaíba.

Introdução

O tema da violência de gênero tem se tornado cada vez mais recorrente. Não obstante, observamos que o estudo do fenômeno da violência costuma estar mais voltado para os campos da Sociologia, do

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

² Professor na Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Doutor em História pela Universidade Federal luminense (UFF).

Serviço Social e do Direito do que propriamente para a História. No âmbito da historiografia, trabalhos já citados constroem análises a respeito do tema a partir de processos crime e demais fontes judiciais e mesmo policiais, abrindo espaço para o debate da disciplinarização de corpos e da *honra*.

Portanto, a partir de processos de desquite da década de 1970, iremos discutir sobre o fenômeno da violência de gênero. Este recorte foi possível pelo fato de que os processos apresentam litígios que, no geral, envolvem ações violentas. A motivação de “injúria grave”, como estava assegurada no Código Civil de 1916 se referia não somente a maus tratos verbais, como também físicos, como nos é apresentado em um processo analisado.

As questões que nos orientam são: nos processos existe alguma discussão a respeito de violências domésticas? Quais são as permanências e mudanças no discurso jurídico a respeito do casamento e da família? As mulheres casadas estavam simplesmente restritas ao lar ou possuíam certo patrimônio?

A violência de gênero a partir dos processos litigiosos: um estudo das ações de desquite em Parnaíba/PI

Do total de 18 ações de desquite movidas no Fórum Salmon Lustosa em Parnaíba na década de 1970, apenas 3 foram requeridas por mulheres. Além deles, contabilizou-se um processo de requerimento de alimentos provisionais, os quais estipulavam alimentos provisionais para as mulheres que declaravam necessitar deles para seu sustento e dos filhos. Segundo o art. 224 do CC de 1916, “concedida a separação, a mulher poderá pedir alimentos provisionais que lhe serão arbitrados, na forma do artigo 400” (Brasil. lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916).

No processo de desquite de 4 de novembro de 1976 (Processo de alimentos provisionais, s/n/, 04/11/1976), a autora requereu através da ação que o suplicado lhe proveesse alimentos durante o correr do processo, uma vez que atestou não possuir meios de se manter. Requerendo

quatro salários-mínimos, alegou necessitar para pagar aluguel, bem como a alimentação, educação e vestuário dos filhos. Alega que o esposo tinha condições de realizar tal pagamento porque não recebia simplesmente um salário enquanto comerciante na cidade, mas era sócio de seu irmão, o que o permitiu viver em mancebia.

O juiz, por sua vez, estabeleceu que o marido deveria pagar o valor de Cr\$ 2.179,20 para sua esposa, além dos honorários advocatícios na base de 20% sobre o valor da causa, devendo a autora receber o valor de 2 mil cruzeiros o mais rápido possível.

Para Nelson Carneiro, as ações de alimentos provisionais demonstravam a situação da família, “que se quer mantida sob uma falsa indissolubilidade, quando os mais pobres, que se casam, se separam sem intervenção judicial e os mais ricos se desquitam, e se recasam, e outra vez se desquitam, e novamente se recasam nas colunas dos cronistas sociais” (Carneiro, 1973, p.14).

Quanto as profissões dos requerentes, segue tabela 1:

Tabela 1: Relação de profissões dos requerentes (1970).

Homens	Quantidade	Mulheres	Quantidade
Comerciante e agricultor	01	Doméstica	02
Aposentado pelo INPS	01	Prendas domésticas	02
Comerciário	03	Lides do lar	06
Industriário	01	Comerciária	01
Negociante ambulante	01	Funcionária pública	02
Corretor	01	Costumes domésticos	01
Guarda de segurança	01	Não identificado	01
Comerciante	03	Não consta	02
Carpinteiro	01		

Homens	Quantidade	Mulheres	Quantidade
Pedreiro	01		
Trabalhador rural	01		
Funcionário público	02		
Total	17		17

Fonte: Freitas, 2022.

Os desquitandos que procuraram o Fórum Salmon Lustosa, em Parnaíba, moravam nos seguintes bairros: Santa Luzia (2), Ilha Grande de Santa Isabel (1), São Francisco da Guarita (3), Centro (5), Nova Parnaíba (4), Bairro de Fátima (2), Coroa (2), São José (1), Bebedouro (1), Campos (1), Não identificado (1) e outras localidades (4).

Nos anos de 1970, nos tipos de ação, têm-se o seguinte: alimentos provisionais (1); sevícias e tentativa de morte (1); sevícias (2); abandono do lar (2); adultério e abandono do lar (2); adultério (3); injúria (3); amigável (4) e litigioso convertido em amigável (2). Para os homens as motivações mais recorrentes para o pedido de desquite foram, respectivamente, adultério, abandono do lar e injúrias.

É importante atentarmos, mais uma vez, para as justificativas que foram utilizadas para a abertura dos processos no âmbito Judiciário. Observa-se que, enquanto os processos abertos por mulheres tiveram como fundamentação o abandono e, sobretudo, sevícias e até mesmo tentativa de morte, no caso dos homens tem-se adultério e abandono do lar.

O número de declarantes “domésticas” ou “lidas do lar” superaram o número baixo de mulheres funcionárias públicas (2), por exemplo. Os maridos, por outro lado, apresentam profissões ou ofícios um pouco mais diversificados: trabalhador rural, pedreiro, carpinteiro, comerciante, funcionário público, guarda de segurança, corretor e industriário.

Quanto ao trabalho feminino, recordemos a análise que Saffioti (2013) faz a respeito da inserção da mulher no mercado de trabalho formal. Para a autora, o capitalismo garantiu que as mulheres se inserissem em setores sociais não privilegiados e que a emancipação econômica das

mulheres dentro desse sistema seria mera ilusão e uma falsa liberdade, pois ele gera e legitima hierarquias a partir da divisão social em classes. Além de não ocorrer de forma igual em todos os setores de trabalho, as atividades realizadas por essas mulheres eram consideradas precárias. A autora argumenta que o capitalismo se renova a ponto de impedir os avanços quantitativos e qualitativos das mulheres a serviços que não sejam precarizados.

Ao deslocarmos nossa atenção para a temática da honra, Rachel Soihet define que “a defesa da mulher constitui-se em um conceito sexualmente localizado do qual o homem é o legitimador, uma vez que a honra é atribuída pela ausência do homem, através da virgindade, ou pela presença masculina no casamento” (Soihet, 2009, p.389). Como será visto, adultério, sevícias e tentativa de morte estavam ancorados, mesmo sem aparentar, na honra familiar, ambigualmente construída no valor da dona do lar.

No próximo tópico, deteremos nossa atenção em processos cuja temática central gravitam em torno da violência dos maridos contra suas esposas, pautadas em um discurso que combina o adultério a uma questão de honra familiar (centrada na figura da boa esposa, que cumpre com seu papel).

O mal causado por *palavras indecorosas*

Nos autos do processo de desquite litigioso de 10 de Junho de 1977 consta que a autora, era doméstica, requereu separação de seu marido, que não exercia nenhuma profissão, mas era aposentado pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Unidos sob o regime de comunhão de bens, o casal teve 2 filhos.

Consta na petição inicial que inesperadamente o marido passou a infligir na esposa diversos maus tratos (físicos e morais) sem motivos para tanto, visto que é defendido pelo advogado que essa sempre se mostrou uma *mulher muito dedicada aos filhos e ao lar*. Inicialmente, os maus tratos eram verbais. Logo passaram para sevícias graves, a ponto de a

suplicante ficar enferma por vários dias. As injúrias também eram uma espécie de violência, inclusive públicas, pois o réu *utilizava palavras indecorosas* contra ela nas ruas do bairro onde moravam.

Por fim, o réu expulsou-a de casa junto de seus filhos e tornou pública relação com outra mulher. Além dessa argumentação, a suplicante alega que o suplicado também teria praticado crime sexual contra sua afilhada, menor de idade, e que estava respondendo a inquérito policial.

Uma vez expulsa de casa, a esposa passou a morar com a filha na casa de uma prima do requerido, tendo todo o apoio dessa companheira visto que, embora parente de seu esposo, não achava correta a situação de violência e abandono. A casa e móveis domésticos se encontravam, portanto, com o marido. Como comprovação do ocorrido, a autora apresentou um laudo onde o médico indica vários hematomas e escoriações por seus antebraços, na cabeça e na região torácica.

Contestando O réu, por sua vez, contestou os fatos apresentados, afirmando que todos os argumentos eram falsos e todos mentirosos, e que embora fosse um homem pobre, sempre sustentou a família e que jamais teria aliciado sua própria afilhada. O requerido apontou que a esposa não foi expulsa da residência do casal, mas que foi para outra casa por vontade própria, o que não considerava uma ação digna de uma mulher casada.

O Réu contestou o atestado médico dizendo que os hematomas não determinavam que ele teria sido o autor. Recorre também à justificativa moral de que sua esposa estava tendo um caso com outro homem. Como prova desse caso extraconjugal trouxe uma fotografia onde a esposa se encontrava com seu amante. Portanto, a autora teria fugido do lar e iniciado o processo com o intuito de conseguir vantagens sobre o requerido. Para o suplicado, estaria dessa forma caracterizada a “injúria grave” praticada pela autora e que estava disposta no inciso III do Código Civil.

A autora rebateu afirmando que o suplicado teria apresentado apenas mentiras e que as fotografias onde aparece nada mais era do que um encontro de várias pessoas na cidade de Fortaleza, no ano de 1976, na

conhecida Festa do Padre Cícero. Assim, todas as pessoas presentes na foto eram romeiros e que essas viagens para o Ceará eram frequentes. Para a requerente, o esposo não teria motivos para acusações.

Para a autora, o esposo teria ficado enfurecido, pois, de acordo com o que consta nos autos, além de ter dado início ao processo de desquite, foi ela também que denunciou o crime sexual por ele praticado, e que poderia provar através da certidão de inquérito policial, como também pelo atestado médico de que a jovem teve uma filha dele na Santa Casa de Misericórdia.

Após razões e contra as razões, temos nos autos um documento do advogado do réu onde consta que esse foi agredido pelo amante da autora e se via sem a possibilidade de se mover e comparecer à audiência marcada. Apresentou laudo médico para comprovar sua condição, que foi acatada pelo juiz, que prorrogou a data.

Em maio de 1978, compareceram para a audiência. Seguindo as formalidades, o juiz ouviu cada um dos requerentes e buscou a reconciliação do casal, o que foi acatado. Assim, o desquite litigioso converteu-se em amigável, logo ficou acertado que o matrimônio seria dissolvido sem contenções. Os bens do casal seriam divididos da seguinte forma: a casa seria dividida ao meio para cada um, os móveis que estavam com a autora permaneceriam com ela.

Quanto aos filhos, o mais novo ficaria com o pai e a mais velha com a mãe. As visitas deveriam acontecer conforme fosse acordado. O desquite foi homologado: o réu não usaria mais o sobrenome do requerido e tampouco receberia auxílio financeiro de seu ex-marido, e assinaria a partir dali o seu nome de mulher solteira.

É possível observar que as ações amigáveis “buscavam esconder e preservar tensas teias do campo social, pois que se desejava evitar o ‘escândalo’ e preservarem-se os filhos, a família, os parentes, os vizinhos e a si mesmo” (Campos, 2009, p. 101). Percebemos que, não obstante as ações amigáveis intentarem evitar que a história ficasse conhecida pela sociedade, quando os envolvidos faziam parte da família – e principalmente vizinhos, parentes distantes ou médicos da família, muitas cenas

acabavam por envolver diversos atores exteriores ao âmbito familiar, o que seguramente não resguardava a família da “vergonha” da separação.

Diante do exposto, compreendemos que a violência contra as esposas declarada nos pedidos de desquite, pode ser denominada de *violência de gênero*, pois “é manifestação das relações de poder historicamente desiguais estabelecidas entre homens e mulheres. Tem, portanto, no componente cultural o seu grande sustentáculo e fator de perpetuação.” (Pandjarian, s/d, p.1). Por sua vez, Heleieth Saffioti (2013) define como uma *conspiração do silêncio* a violência contra a mulher em âmbito familiar, que colabora para um silenciamento de dados que possam auxiliar na análise do fenômeno da violência de gênero.

Nesse sentido, a família pode ser vista como um “espaço de arbítrio e violência, dentre outros fatores, devido à cumplicidade e indiferença social em relação ao que ocorre no universo ‘privado’ do lar” (Pandjarian, s/d, p.1). A autora afirma ainda, que para se considerar os direitos das mulheres como direitos humanos, há que se considerar não só a *violência*, mas também a *discriminação*, pois ambas estão entrelaçadas no que tange às desigualdades de gênero.

Em uma perspectiva histórica, a violência contra a mulher até pouco tempo não era considerada uma violação dos direitos humanos. De acordo com Silvia Pimentel e Silvia Pandjarian, isso se deve ao fato de que “os direitos humanos eram vistos como direitos que buscavam prevenir e/ou coibir a violência exercida pelo Estado contra seus cidadãos” (2000, p. 109).

Assim, as autoras concluem que uma vez que o assassinato, espancamento e tortura das mulheres não ocorrem pela ação do Estado, e sim pelas mãos de homens desconhecidos e principalmente de seus pais, maridos e/ou companheiros, a quebra da integridade feminina era vista através de uma ótica diferente. Segundo as autoras, os direitos das mulheres só foram de fato reconhecidos como direitos humanos em junho de 1993, durante a Conferência Mundial de Direitos Humanos, ocorrida em Viena.

Já no Brasil, a Constituição Federal de 1988 é considerada “o marco jurídico-político da transição democrática e da institucionalização dos direitos humanos no país” (Pimentel; Pandjarian, 2000, p.114). A Constituição instituiu a igualdade de obrigações e direitos para mulheres e homens, atribuindo ao Estado brasileiro “o dever de criar mecanismos para coibir a violência no âmbito da família e proteger cada um de seus membros” (Pimentel; Pandjarian, 2000, p.114).

As autoras, desse modo, afirmam em sua pesquisa intitulada *Direitos humanos a partir de uma perspectiva de gênero* que a violência sexual do estupro (tomada como uma violência de gênero) é uma prática recorrente e praticamente universal, mas que não pode ser encarada como algo inevitável ou simplesmente incontrolável. Por fim, defendem que as diferenças entre sociedades “propensas ao estupro” e as “livres do estupro” estão diretamente relacionadas aos “níveis de violência geral, os estereótipos de papéis sexuais e a posição das mulheres dentro da divisão sexual do trabalho em cada sociedade” (Pimentel; Pandjarian, 2000, p.120).

A guarda dos filhos

Segundo Carneiro (1973), urgia no final da década de 1950 a necessidade de uma maior mobilização pela mulher e pelo menor. Argumenta que, à época, os menores de 18 não tinham poder de voto, e as mulheres “ainda sem coordenação e sem comando, somente agora começam a despertar, para prestigiar nas urnas, os postulantes que encarnem suas lúdimas reivindicações” (Carneiro, 1973, p. 130).

Para o autor, isso era o fator que explicava a ausência de legisladores que atuavam em favor dos direitos da mulher. Argumenta que o receio pela abolição de determinados preceitos (por ele chamados de retrógrados), eram completamente injustificados, pois “a família descansa sobre bases naturais” (Carneiro, 1973, p. 130).

Não obstante, o autor argumenta que o casamento de vínculo indissolúvel legitimava a família, mas não era requisito para sua existência. Criticando a condição da mulher dentro desse enlace, afirma que ao se

casar civilmente, a mulher passava a ser tida como incapaz, inclusive ao lado dos filhos maiores de 16 anos e menores de 21, e “se enviúva e recasa, perde o pátrio poder sobre os filhos do primeiro leito” (Carneiro, 1973, p. 131-132).

Carneiro atesta que o marido poderia, ainda, dar fim aos bens comuns a inteira revelia da mulher, até mesmo quando todo o patrimônio familiar tenha sido construído por ela. Para a esposa, qualquer que tenha sido o regime de bens estabelecido, essa necessitava da autorização do marido para resolver problemas financeiros além das chamadas despesas domésticas. Carneiro também aponta que, pela lei, não havia problemas para o homem receber legado ou herança, o que ocorria quando se falava da mulher.

Segundo Maria Claudia Chaves (2010, p. 1), a guarda dos filhos, dentro de relações conflituosas ou mesmo quando da separação, é uma das questões mais angustiantes desse processo, “por mais amistosa que seja a ruptura da vida em comum. As modificações familiares atingem a todos, especialmente as crianças”.

A autora afirma que por muito tempo, o que imperava era o conceito da guarda unilateral, que não considerava a família como um grande sistema, cujas funções se complementam, não assegurando aos filhos do casal em litígio de serem educados por ambas as partes. No art. 325 do CC de 1916, por exemplo, têm-se que “no caso de dissolução da sociedade conjugal por desquite amigável, observar-se-á o que os cônjuges acordarem sobre a guarda dos filhos” (Brasil. lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916). Portanto, no desquite amigável, essa problemática era resolvida em comum acordo entre os desquitandos.

Para Chaves (2010), esse acordo livre quanto ao futuro dos filhos, tendo em vista o melhor para a vida dos menores, embora possibilidade existente na jurisprudência, era facilmente desrespeitado. Uma vez que predominava, à época do CC de 1916, o pátrio poder (e não o poder familiar), essa guarda se via restrita ao cônjuge considerado inocente durante o processo.

Válido lembrar que isso se dava pelo fato de que, uma vez inocente, a conduta do impetrante se encontrava ilibada, ou seja, a parte inocente manteve conduta digna dentro da sociedade conjugal. Assim, uma má esposa ou um mau marido não poderiam ser, respectivamente, boa mãe ou bom pai.

No primeiro caput do art.326, do Código Civil de 1916, ficava estabelecido que em caso de ambos os cônjuges fossem considerados culpados, a mãe ficaria com o direito de manter consigo as filhas menores, e os filhos até os seis anos de idade, quando esses deveriam ser entregues ao pai, visto que a lei considerava que até a referida idade, os filhos não poderiam ser dispensados de cuidados maternos.

Independentemente de uma simples separação, divórcio direto ou dissolução de uma união estável, a guarda dos filhos menores precisa de regulamentação. Evidentemente que a guarda da prole existe dentro da relação familiar, sendo uma das obrigações e atributos do poder familiar.

A separação, portanto, não deve interferir nas relações dos pais com os filhos, como está estabelecido atualmente no Código Civil de 2002, art.1.632: “a separação judicial, o divórcio e a dissolução da união estável não alteram as relações entre pais e filhos senão quanto ao direito, que aos primeiros cabe, de terem em sua companhia os segundos” (Brasil. lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002) e estava preceituada no Código Civil de 1916.

Necessário recordar que uma das problemáticas advindas do desquite era com relação a legitimidade da família. Uma vez que o desquite não autorizava novas núpcias (de maneira oficial), os filhos das novas uniões eram vistos como ilegítimos. Eis um dos argumentos defendidos por Nelson Carneiro para a instituição do divórcio e desaparecimento da figura do desquite:

Os filhos de desquitados, antes do desquite, e os filhos dos divorciados, antes do divórcio, são filhos legítimos. Os filhos de divorciados, depois do divórcio e do segundo casamento de seu pai ou de sua mãe,

são filhos legítimos. Os filhos de desquitados, nascidos de uma segunda união, são filhos ilegítimos. O homem que casa com uma divorciada é seu marido. O homem que partilha o leito com uma desquitada é seu amante. Os filhos sabem disso, e muitos sofrem por isso (Carneiro, 1973, p. 18).

Ao todo, na década de 1970 têm-se 15 casais que declararam filhos e/ou bens a compartilhar. Do total, 14 declararam ter filhos e 4 declararam patrimônio. Dos que declararam patrimônio, 1 não tinha filhos. Do total, 6 não indicaram patrimônio a dividir e 5 declararam que não possuíam bens em comum. Apenas dois dos casais declararam ter tido 12 filhos. Os demais casais tiveram, em média, de 1 a 3 filhos.

Os bens, quando citados, atestavam imóveis ou móveis que poderiam ser partilhados entre o casal, após a separação. Nos processos de desquite amigável, o compartilhamento ou divisão desses bens se dava de forma rápida e prática, uma vez que, ao ingressar na Justiça com ação amigável, entendia-se que o casal já havia discutido a respeito dos prós e contras acerca da separação.

Como vem sendo discutido, ao passo em que o Estatuto da Mulher Casada (1962), retirou a mulher, juridicamente, da submissão e inferioridade dada pelo Código Civil de 1916, não efetivou completa equiparação de deveres e direitos, visto que no art. 233 do referido código, proclamava simplesmente a função de colaboradora da mulher, no que diz respeito aos interesses comuns do casal e da guarda dos filhos.

Somente com a Constituição de 1988 que finalmente a situação se tornaria paritária (art. 226, parágrafo 5º). No que se refere ao divórcio, a emancipação da mulher daria um passo inicial e importante com o Estatuto. As famílias ilegítimas, lembremos, eram vistas assim por que não tinham direitos algum. Uma vez que os filhos dessas relações eram considerados *adulterinos*, fica evidente que essas famílias eram encaradas como relações construídas através e a partir do pecado. Assim, e isso fica claro na carreira de Nelson Carneiro, a luta pela autorização do divórcio

dizia respeito a possibilidade de se retirar do concubinato, tornando-as também legítimas.

Carneiro defendia, no quesito da ilegitimidade das uniões e dos filhos das mesmas, que os filhos quando registrados civilmente poderiam ser chamados legítimos perante a sociedade, e isso independentemente de ser um casamento religioso. Ou seja, mesmo no casamento religioso, caso não fossem registrados no civil, seriam filhos ilegítimos. Fica claro aqui, o esforço de Carneiro em retirar questões civis do âmbito cristão, afinal, as argumentações tecidas pelos anti-divorcistas estavam pautadas em uma noção religiosa do que seria a família.

Para entendermos o contexto em que estão inseridos os processos de desquite, fontes primordiais de nosso trabalho, é interessante atentarmos para as discussões correntes na sociedade parnaibana em nossa baliza temporal. Em contexto local, encontramos na edição do Almanaque da Parnaíba 22 do ano de 1972 um ensaio intitulado *Divórcio, o espantinho*, de autoria de Francisco de Assis Maia, em que o autor defende a instituição do divórcio. Afirma que seria de grande benefício para os casais que já fossem desquitados a inclusão do divórcio na legislação brasileira.

Argumenta que o grupo de pessoas que julgavam o divórcio não eram capazes de vislumbrar os benefícios dele. De acordo com o autor, o desquite era um preceito constitucional muito bem disciplinado pelo Código Civil de 1916. Para ele, o desquite poderia se tornar um elemento no processo do divórcio. Defende que casais já desquitados poderiam dissolver o vínculo por meio do descasamento (ou divórcio), “que podem muito bem encontrar o seu ideal para uma nova vida e dar início a uma família legítima” (Almanaque da Parnaíba, 1972, p. 161).

Ao defender seu ponto de vista, Assis Maia afirma que o divórcio atemorizava determinado grupo de pessoas porque estas não conseguiam visualizar os benefícios que iriam se suceder a instituição dele. Aponta que o desquite dissolvia a família dando destinos diferentes para cada um de seus elementos, separando marido, esposa e filhos, além de, pelo dispositivo legal, delinear acerca dos bens do casal.

Para o autor, o desquite não precisaria desaparecer, bastando apenas que servisse de base legal para o divórcio, “bastando levar-se em conta apenas o fator tempo, no que se refere a decorrência da sentença homologatória do desquite, cujo prazo infra estabelecido seria suficiente para alijar qualquer desejo de reconciliação por parte dos desquitados” (Almanaque da Parnaíba, 1972, p. 161).

Nos casos analisados em nossa pesquisa, destacamos um do final da década de 1960, em que a resolutive acerca dos filhos parece ter se dado fora do âmbito jurídico. Segue o processo:

Em 6 de abril de 1967, o comerciário, residente em Parnaíba, moveu ação de desquite contra sua esposa, no ano de 1962. O casal teve três filhos dessa união. É indicado na petição inicial que não possuíam bens a serem partilhados. A razão que pautou o processo foi o adultério. Segundo o autor, a ré vinha dando motivos para que desconfiasse de sua conduta, visto que vinha ouvindo comentários de que a ré estava tendo encontros furtivos com um comerciante e motorista conhecido como *Coroinha*.

O autor se declarou funcionário na Casa Marc Jacob, que de acordo com Tourinho (2015, p. 194), a empresa era “uma Sociedade Anônima que atuava em serviços, de exportação, importação, despachos, representação, indústrias de beneficiamento”. Assim, afirmou que tinha que se deslocar com frequência para outras localidades. Tendo em vista sua função na empresa, contava com a ajuda de seu irmão para dar assistência aos filhos e a sua esposa. Alega que dois meses antes de ter procurado a justiça, dois colegas e seu irmão avistaram o motorista saindo da casa do peticionário, que se encontrava viajando, por conta de seu trabalho.

Um dos senhores, inclusive arrolado como testemunha, teria ficado próximo à Praça Santo Antônio, enquanto os outros dois se dirigiram até a residência do casal, na Vila Roland Jacob, que dá acesso direto a referida praça. Ao chegar, afirmam ter flagrado *Coroinha* saindo pela porta da frente da casa, o que incontestavelmente comprovava o adultério, que não foi negado pela esposa.

Os filhos do casal estavam com a ré, o que, segundo alegação, era inaceitável visto que ela não apresentava condições morais para cuidar dos menores. Assim, o advogado de acusação afirma na petição inicial que as crianças deveriam ficar em poder do pai, para que fossem educadas da melhor forma.

Não obstante ter apresentado a argumentação acima, e arrolado um total de 5 testemunhas, todos homens, o requerente desistiu da ação de desquite, uma vez que ficou acordado o desquite amigável (mútuo consentimento). Importante destacar a importância do depoimento das testemunhas. Segundo Morais (2020), esses testemunhos são mediados pelo escrivão, que utilizará um vocabulário jurídico com o intuito de manter a oficialidade do processo.

Além da participação essencial dos promotores e delegados, temos a palavra final com o juiz, que “ao proferir sua sentença com base nas provas materiais que lhe são apresentadas, leva em consideração os relatos das testemunhas, analisa outros documentos acrescentados ao processo e, ao final, apresenta seu julgamento” (Morais, 2020, p. 34).

A 18 de Maio do ano de 1967, o casal se dirigiu à Justiça para comprovarem que estavam acordados em desquitar-se de forma amigável, declarando que não havia sido feito contrato antenupcial, não possuindo bens a partilhar.

Consta nos autos que os filhos já haviam sido dados para adoção a um homem, de iniciais A.B, que ficaria com a guarda e responsabilidade das crianças. Tendo a esposa desistido da pensão alimentícia, o marido ficava dispensado de cumprir com essa responsabilidade. A esposa se manteria por conta própria a partir de então. O desquite, sem mais delongas, foi homologado.

Segundo Morais (2020), esse caso reflete a importância dada não só ao casamento e família, mas a própria imagem profissional das pessoas envolvidas no litígio. Fica evidente, portanto, que o casamento detinha um prestígio “capaz de fazer com que esse homem, com sua honra ferida, passasse por cima da gravidade que representava o adultério, a fim de

resguardar a imagem de sua família e assegurar o status proveniente de sua condição econômica – comerciante” (Morais, 2020, p. 243).

Considerações finais

Apesar das violências apresentadas nos processos, não identificamos nenhuma discussão a respeito da violência doméstica. Nenhum operador do direito correu para realizar a defesa das esposas. O ponto alto de suas argumentações é sempre apresentá-las como mulheres boas e dignas, mães dedicadas ao lar – e não pessoas cujos direitos deveriam ser respeitados. Não identificamos mudanças substanciais nos discursos jurídicos a respeito dos papéis familiares e o perfil das famílias. tampouco se modifica em comparação a década precedente, o que pode estar relacionado ao fato de estarmos tratando de gerações muito próximas.

Em praticamente todos os processos nos parece claro que as esposas não se encontravam completamente restritas ao lar, possuindo muitas vezes trabalho (fosse formal ou não), constituindo patrimônio próprio, acrescente-se. Todas essas características conseguem demonstrar que o modelo de família construído e vinculado em diversos meios não se coadunava com a realidade concreta dos sujeitos sociais.

Referências

ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1972.

BRASIL. LEI Nº 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916. Código Civil de 1916. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm. Acesso em: 15.10.2020.

BRASIL. LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. Código Civil de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm Acesso em: 18.06.2022.

CAMPOS, Ipojucan Dias. *Para além da tradição: casamentos, famílias e relações conjugais em Belém nas décadas iniciais do século XX (1916/1940)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

CARNEIRO, Nelson. *A luta pelo divórcio*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1973.

CHAVES, Maria Claudia. *Guarda compartilhada: pequenos apontamentos*. Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/602/Guarda+Compartilhada+%26mdash%3B+Pequenos+Apontamentos> Data de publicação: 14/04/2010. Acesso em: 18/06/2022.

FREITAS, Ana Beatriz Araújo de. *Casamento, família e práticas de gênero em processos judiciais em Parnaíba/Pi (1962 – 1977)*. 2022.130 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História/CCH) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

MORAIS, Erasmo Carlos Amorim. *A História nos Arquivos Judiciários: representações sobre as relações de gênero no cotidiano de Parnaíba entre 1930 1970*. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, 2020.

PANDJIARJIAN, Valéria. *Os Estereótipos de Gênero nos Processos Judiciais e a Violência contra a Mulher na Legislação*. Disponível em: https://www.enfam.jus.br/wpcontent/uploads/2020/04/Estereo%CC%81tipos-dege%C%82nero_Valeria-Pandjarian-2.2.pdf. Acesso em: 20/02/2022.

PIMENTEL, Silvia; PANDJIARJIAN, Valéria. *Direitos Humanos a partir de uma perspectiva de gênero*. *R. Proc. Geral Est. São Paulo*, São Paulo, (53):233-247, jun. 2000.

PODER JUDICIÁRIO. 2ª Vara Civil. Fórum Salmon Lustosa, *Comarca de Parnaíba, Piauí*, Processo de Desquite Litigioso, nº3, 06/04/1967.

PODER JUDICIÁRIO. 2ª Vara Civil. Fórum Salmon Lustosa, *Comarca de Parnaíba, Piauí*, Processo de Alimentos Provisionais, s/n, 04/11/1976.

PODER JUDICIÁRIO. 2ª Vara Civil. Fórum Salmon Lustosa, *Comarca de Parnaíba, Piauí*, Processo de Desquite Litigioso, s/n, 10/06/1977.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528p.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: *História das Mulheres no Brasil*. DEL PRIORI, Mary; BASSANEZI, Carla. 9 ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

TOURINHO, Mary Angélica Costa. *Por dentro da história: mulheres operosas no mundo do comércio em Parnaíba (1930 a 1950)*. Tese (doutorado). Assis-SP: UNESP, 2015.

NARRATIVAS INFANTOJUVENIS SOBRE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964-1985): DESAFIOS DE VISIBILIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA*

Antonio Eldo Silva¹

RESUMO: Este trabalho aborda desafios de tornar visíveis experiências infantojuvenis ao tratar, em aulas de História da educação básica, da ditadura militar brasileira (1964-1985) como objeto do conhecimento estabelecido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A memória e a história ensinadas nas escolas básicas sobre o regime militar no Brasil permanecem encobertas por um “véu de esquecimento” quanto à pluralidade dos sujeitos históricos afetados pelo autoritarismo desse período republicano. Entre os personagens frequentemente negligenciados nas narrativas sobre a ditadura militar em nosso país estão crianças e adolescentes que viveram sob a batuta daquele regime. Uma análise do currículo programático demonstra que as populações infantojuvenis raramente são mencionadas em narrativas oficiais referentes à ditadura militar, mesmo após a Comissão Nacional da Verdade (CNV/2014) ter denunciado inúmeras violações de direitos humanos contra essas populações, incluindo casos em que crianças foram enquadrados na lei de segurança nacional devido à militância política de seus pais contra a ditadura. Em outra vertente, observou-se ainda que o autoritarismo afetou de forma severa a infância pobre brasileira com a desobrigação do Estado em oferecer escola básica gratuita para todos. Além disso, por meio da Fundação

* Este trabalho é produto da dissertação de mestrado “Memória e História da Infância e Juventude para Aulas de História na Educação Básica, acerca da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). Em novembro de 2024, foi apresentado em formato de comunicação oral na VI Semana de História e II Simpósio Regional do ProfHistória/UESPI sob com o mesmo título (dissertativo).

¹ Professor de História da educação básica formado pela UESPI, Mestre Profissional em Ensino de História (PROFHISTORIA/UESPI), Especialista em Ensino de História pela UCAM. Contato: eldoantonio85@gmail.com

Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) foi adotado um modelo punitivista para lidar com os chamados “menores infratores”, defendendo, em diversos casos, a internação compulsória desses em unidades das Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMS), instituição amplamente criticada por transgredirem a dignidade humana. Esta pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa para enfatizar algumas perspectivas que contemplem uma interpretação histórica mais conectada à memória infantojuvenil acerca do regime militar, ainda silenciada no ensino escolar. Desta feita, verificou-se que um dos principais fatores que sustentam essa negligência histórica é a influência do adultocentrismo nas dinâmicas sociais ocidentais e na produção historiográfica contemporânea. Em narrativas adultocêntricas, crianças e adolescentes são invisibilizados como sujeitos históricos, reforçando o apagamento didático-historiográfico de temas relacionados a passados difíceis ligados, sobretudo, à violações dos direitos humanos. Infere-se, portanto, que esta discussão é relevante para desinvisibilizar populações infantojuvenis em narrativas didáticas-historiográficas na educação básica acerca do conteúdo Ditadura Militar Brasileira, enfrentando os efeitos do adultocentrismo e promovendo uma consciência histórica mais crítica sobre a memória e a história do regime militar no Brasil.

Palavras-chave: Memória e história; infância e juventude; adultocentrismo; ditadura militar brasileira; educação básica.

Introdução

Crianças e adolescentes permanecem como sujeitos historicamente invisibilizados em múltiplas narrativas historiográficas, tanto no Brasil quanto no mundo ocidental, reforçando a exclusão de suas experiências numa boa gama de relatos oficiais. Defendemos que essa

invisibilidade é produto de uma sociedade capitalista e adultocêntrica² que privilegia histórias centradas em pessoas adultas, negligenciando a história e memória infantojuvenis.

Para a historiadora mexicana Suzana Sosenski (2015, p. 132), é fundamental revertermos esse processo de invisibilidade infantojuvenil tanto na historiografia acadêmica quanto no currículo escolar. A presença desses sujeitos nas narrativas didáticos-históricas, não é apenas relevante, mas essencial para a construção de um modelo social democrático, que contribua para uma consciência histórica crítica. Essa conscientização deve permitir que crianças e adolescentes, desde tenra idade, se reconheçam como agentes da transformação social. Para que isso ocorra, as instituições, ainda que adultocêntricas, devem garantir que os jovens, pessoas em processo de amadurecimento, consigam participar dos processos e decisões que dizem respeito à sua cidadania.

É válido ressaltar que, nos últimos anos, o sistema educacional brasileiro sofreu alterações profundas de formato a partir da implementação da BNCC³⁴ (BRASIL, 2018). Esse documento oficial possui caráter normativo com a função de orientar a formação geral básica dos estudantes brasileiros para a aquisição de competências e habilidades úteis à sociedade globalizada do capital e da técnica. No entanto, observa-se que essa panaceia neoliberal preservou o adultocentrismo como elemento intrínseco do processo ensino e aprendizagem.

² No artigo *Sociedades Adultocêntricas: Sobre Suas Origens e Reproduções*, o sociólogo chileno Claudio Duarte Quapper (2012, p. 111) explica que o modo de produção capitalista se reelabora também através do reforço às estruturas sociais e políticas em torno de uma visão centrada nos adultos. O conflito intergeracional interessa à dominação capitalista “naturalizando” uma matriz sociocultural que subordina crianças e adolescentes à autoridade dos mais velhos.

³ É importante destacar que a BNCC (BRASIL, 2018) é um documento legal que torna obrigatório o “currículo mínimo” nas escolas (públicas e privadas) de nosso país, ainda que não resolva as disparidades entre os dois modelos institucionais classistas. A BNCC é, hoje, a nossa principal referência curricular, ou seja, uma legislação normativa que estabelece os saberes sistematizados indispensáveis à formação básica dos estudantes brasileiros, com foco no desenvolvimento de competências e habilidades para a atuação humana na sociedade global do capital e da técnica.

Dessa maneira, constatou-se, especificamente, que no Ensino de História, a invisibilidade infantojuvenil continua como eixo norteador das discussões históricas na educação básica. O seu foco está em desenvolver narrativas com procedimentos (históricos) centrados em pessoas adultas. Sosenski (2015, p. 151) condena esse tipo de currículo adultocêntrico, pois compromete processos de empatia social dos estudantes, que são majoritariamente crianças e adolescentes, porém, silenciados como sujeitos em ação.

Essa caracterização pedagógica é facilmente verificada na disposição dos conteúdos e livros didáticos utilizados no ensino fundamental e médio brasileiros. Ainda que a BNCC (BRASIL, 2018) fale em protagonismo juvenil, a sua preocupação central é como formar o sujeito jovem em um empreendedor individual no mercado capitalista. Trata-se de um modelo educacional que nega as lições de Paulo Freire (2013), que na obra *Educação e Mudança*, defende a concepção de que é através da educação que nós seres humanos (subalternizados) nos conscientizamos de nossa condição de excluídos do mundo (capitalista) e coletivamente decidimos fazer história, ou seja, assumimos nosso papel de agentes da mudança social.

Desta feita, assumimos que a invisibilidade de crianças e adolescentes é bastante recorrente nos conteúdos programáticos da História escolar. Por exemplo, a maioria das abordagens didáticos-históricas do tema Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) negligenciam, na educação básica, a história e memória infantojuvenis vivenciadas nesse que foi um dos períodos mais sombrios da história do tempo presente no Brasil.

O regime militar é um tema controverso na história republicana nacional. Sendo que nos últimos anos, tem sido alvo de discursos negacionistas difundidos através de plataformas digitais como os conteúdos da Brasil Paralelo⁴, disponíveis no YouTube. Essas produções fomentam um revisionismo historiográfico que suaviza as narrativas sobre o regime

⁴ Trata-se da mais conhecida empresa de produção digital de conteúdos com abordagem histórico-revisionista no Brasil.

militar, tratando-o como uma “ditabranda”. Em um cenário social marcado pela cultura digital; os jovens, grandes consumidores desses conteúdos, entram em contato fácil com essas narrativas “paralelas”, desvirtuantes da compreensão histórico-acadêmica a respeito daquela experiência autoritária de poder.

Dessa forma, podemos afirmar que a memória coletiva⁵ desse período continua como terreno de disputas, especialmente, em um contexto marcado pela divisão política entre campos progressistas e forças da extrema-direita. Essa polarização tem dominado o cenário nacional e foi intensificada há cerca de 10 anos, com a divulgação do Relatório Final da CNV⁶ (BRASIL, 2014). O documento apresentado à sociedade relevou graves violações aos direitos humanos (prisões arbitrárias, torturas, sequestros, desaparecimentos de corpos), o que reacendeu debates sobre “justiça de transição”, a responsabilidade dos agentes da repressão e a necessidade de preservação da democracia.

O relatório supracitado evidenciou ainda que crianças, filhas de pais e mães considerados subversivos, foram afetadas pela tortura psicológica e/ou física do terror governamental que abateu o Brasil pós - golpe de 1964. No entanto, por muito tempo, a memória social desse período ditatorial impôs um silenciamento sobre esses aspectos violentos da nossa história social. Há de se destacar também que o regime militar implementou políticas repressivas para as populações infantojuvenis pobres através da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), que coordenava as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FE-BEM). Na década de 1970, a lógica da ditadura militar incluía a “internação” compulsória para reprimir os “menores infratores”, ou seja, indivíduos abaixo da idade penal (maiores de 18 anos) que cometiam delitos, especificamente, nos grandes centros urbanos.

⁵ Segundo Michel Pollak (1992, p.200-212), a memória coletiva diz respeito a um fenômeno construído socialmente, organizado a partir do presente, e em parte herdado do passado.

⁶ A CNV é a sigla para Comissão Nacional da Verdade, um colegiado intergovernamental que teve funções investigativas sobre violações aos direitos humanos ocorridas no Brasil, sobretudo, durante a Ditadura Militar Brasileira.

Assim, a invisibilidade da história e memória infantojuvenil nas narrativas didáticos-historiográficas promove lacunas na aprendizagem sobre o período do regime militar, que teve início há cerca de 60 anos. É válido lembrar que o atual governo federal desestimulou comemorações referentes a tal efeméride optando por mais silenciamento histórico. Esses aspectos dificultam a formação de uma consciência histórica em que crianças e adolescentes sejam vistas como atores sociais, envolvidas nos processos da teia coletiva. Dessa maneira, problematiza-se: Por que e como experiências infantojuvenis permanecem negligenciadas no ensino de História relacionado à Ditadura Militar Brasileira, no contexto da educação básica?

Portanto, é objetivo deste trabalho analisar desafios de tornar visíveis experiências infantojuvenis ao tratar, em aulas de História da educação básica, da ditadura militar brasileira (1964-1985) como objeto do conhecimento estabelecido pela BNCC. Nesse sentido, inicialmente, discute-se a produção historiográfica e o seu vínculo com a lógica adultocêntrica. Em seguida, aborda-se as formas políticas como o regime militar afetou as infâncias e juventudes brasileiras. Por fim, sugere-se caminhos para que história e memória infantojuvenis da época da Ditadura Militar Brasileira sejam trabalhadas como fontes em aulas de História da educação básica.

Metodologia

Este texto é uma pesquisa histórica de abordagem qualitativa, pois o seu foco central é interpretar e compreender os desafios da visibilidade infantojuvenil ligados à história e memória do período da Ditadura Militar Brasileira, muitas vezes, silenciada nas narrativas didáticos-historiográficas feitas na educação básica. Conforme destaca Cecília Minayo (2003), a pesquisa qualitativa se caracteriza por uma flexibilidade metodológica que busca aprofundar entendimentos sobre as relações humanas e sociais, considerando valores, comportamentos e percepções dos sujeitos envolvidos. Nesse processo investigativo, a capacidade reflexiva

do pesquisador desempenha um papel essencial, viabilizando uma análise mais sensível e contextualizada.

Historiografia, adultocentrismo e o ensino de história acerca do regime militar no Brasil

Em sua obra *“História Social da Criança e da Família”*, Philippe Ariès (1986) explora profundamente mudanças no conceito de infância ao longo da história ocidental. Ariès argumenta que a infância não é uma condição natural, mas sim uma construção cultural e histórica que varia significativamente ao longo do tempo. Ele destaca que nas sociedades pré-modernas, as crianças frequentemente eram vistas como mini-adultos desde tenra idade, sendo inseridas cedo em atividades produtivas e sociais. Com a transição para a concepção moderna de infância a partir do século XVII, Ariès observa o surgimento de uma valorização crescente da infância como um período de desenvolvimento único e separado da vida adulta.

Classes de idade em nossa sociedade se organizam em torno de instituições. Assim, a adolescência, mal percebida durante o Ancien Régime, se distinguiu no século XIX e já no fim do século XVIII através da conscrição e mais tarde, do serviço militar. Entretanto, essa função demográfica da escola não surgiu imediatamente como uma necessidade (Ariès, 1986, p. 187).

Esse fenômeno reflete não apenas transformações econômicas e sociais, mas também novas sensibilidades morais e culturais que moldaram a percepção e o tratamento das crianças ao longo dos séculos. Desse modo, a instituição escolar se tornou central na formação da infância moderna, estabelecendo um ambiente estruturado que define claramente o período da infância como uma fase distinta de preparação para a vida adulta. A escola não apenas transmite conhecimentos, mas também

desempenha um papel crucial na socialização das crianças, moldando suas identidades e comportamentos de acordo com as normas e valores da sociedade contemporânea.

Mary Del Priory (2022, p. 8) acrescenta que somente na década de 1940 os jovens passaram a viver de forma autônoma suas sociabilidades específicas. Foi nesse período também que a palavra *adolescente*, existente desde o século XVI, passou a designar o modo de vida da juventude burguesa. Esse reconhecimento da adolescência como uma fase distintamente reconhecida na vida social marcou uma mudança significativa, permitindo que os jovens se engajassem em práticas culturais, de lazer e políticas de maneira mais independente, moldando suas identidades de forma diferenciada das gerações anteriores.

É preciso destacar que, conforme Daniel Boeira (2018, p. 41), o discurso da infância está em constante processo de construção e se faz presente nas concepções pedagógicas, médicas e jurídicas. No contexto do Brasil do século XIX, essa visão persistia, considerando meninos e meninas a partir dos sete anos como "pequenos adultos". Com o advento da República (1889), sob o signo positivista de civilizar a sociedade e uniformizar normas, as expressões "menor" e "menoridade" ganharam destaque na atribuição de responsabilidade penal aos indivíduos, marcando um período de transição na percepção e tratamento da juventude. Contudo, é a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente⁷ (ECA), em 1990, que a legislação brasileira incorpora a doutrina de proteção integral para os infantes.

A norma jurídica brasileira vigente diferencia crianças de adolescentes e estes dos jovens, mas reconhece a condição de sujeitos de direitos a todos eles. Os direitos à proteção durante a infância (até 12 anos) e adolescência (dos 12 aos 17 anos) foram assegurados, enquanto os jovens, na faixa etária entre 18 e 21 anos, foram igualmente considerados como parte integrante de uma sociedade que busca garantir o desenvolvimento

⁷ Trata-se do principal instrumento normativo sobre os direitos da criança e do adolescente no Brasil, que incorporou diretrizes da Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU e artigo 227 da CF-88.

pleno e seguro de sua juventude, refletindo um compromisso contínuo com a justiça social e a equidade (ECA, 2021, p. 13). A juventude assume, então, o papel de categoria social que simboliza a transição entre as fases infantil e adulta na vida das pessoas, o chamado “futuro da nação” ou até mesmo grupo da irresponsabilidade social “provisória”.

Em parte, esse fenômeno social e etário é compreendido por meio do adultocentrismo, tema central na história das infâncias e juventudes. Conforme o sociólogo chileno Claudio Quapper (2012), o adultocentrismo focaliza suas preocupações na figura dos adultos, conformando uma visão que muitas vezes desconsidera as experiências e perspectivas de crianças e jovens. O viés adultocêntrico perpetua-se em políticas públicas e nas representações sociais, influenciando profundamente a maneira como a sociedade interpreta e reage ao comportamento juvenil, tanto no âmbito criminal quanto social.

Uma sociedade adultocêntrica, produzida como resultado de diversos processos econômicos e políticos que consolidaram materialmente este modo de organização social, assim como da construção de sua matriz sociocultural que — em um plano simbólico —, potencializa sua recriação e reprodução, construindo imaginários que afetam diretamente as relações e os processos identitários de diversos sujeitos sociais (Quapper, 2012, p. 99).

Há de se destacar que, nesse sentido, o adultocentrismo se revela uma chave interpretativa fundamental para as análises sociais, políticas e econômicas que moldaram a percepção das crianças, dos adolescentes e dos jovens a partir da ótica adulta dominante. Contudo, é preciso ressaltar que essa matriz cultural oferece uma explicação abrangente, porém limitada, da compreensão que nossas sociedades têm sobre o papel atribuído às populações infantojuvenis (Quapper, 2012, p. 120).

A matriz adultocêntrica emerge como um conceito central na sociologia da infância e se torna crucial na produção historiográfica

ocidental. Conforme o historiador Emanuel Bernardo Tenório Cavalcante (2021, p.201), crianças e adolescentes frequentemente têm seu presente obscurecido por um futuro imposto, que não escolheram para si e que possivelmente não desejam participar. Essa dinâmica complexa define o adultocentrismo como um fenômeno que molda não apenas as percepções sociais sobre a juventude, mas também suas experiências e oportunidades de autodeterminação.

Em uma sociedade estruturada em torno do adulto como padrão normativo, a participação ativa das crianças e dos jovens nos processos sociais e históricos é indesejada, negligenciada e minimizada, refletindo-se em interpretações que obscurecem suas experiências e perspectivas próprias. O adultocentrismo, desse modo, não apenas molda a produção historiográfica ao marginalizar meninos e meninas, mas também perpetua uma visão de mundo que subordina a infância e a juventude aos valores e interesses predominantes dos adultos.

Por isso, Cavalcante (2021, p. 198) argumenta que é imprescindível que as abordagens historiográficas reconheçam não apenas a capacidade de ação social e histórica das crianças e adolescentes, mas também a importância de incluir suas vozes e experiências na narrativa histórica. Esse processo além de enriquecer a compreensão dos eventos passados, contribui para empoderar os sujeitos estudantes ao permitir que aprendam sobre a participação ativa de seus pares nas transformações históricas, permitindo que a narrativa explorada, em sala de aula, os retire da condição de meros espectadores ou de seres em “treinamento” para a preservação das injustiças sociais quando se tornarem adultos.

Sosenski (2015, p. 132) preconiza que a história escolar não deve apenas reconhecer as crianças como sujeitos históricos, mas as colocar no centro da narrativa, libertando-as do papel de subordinados ao poder adulto. Ela argumenta que esse enfoque não só fomenta a empatia, mas também estimula nos alunos a consciência de seu papel ativo nos processos coletivos, impulsionando-os a engajarem-se nas lutas cotidianas pela transformação social. Dessa forma, os jovens podem assumir uma consciência histórica em que não apenas se percebem como observadores da

relação passado/ presente, mas também atuam como arquitetos ativos e conscientes de uma sociedade mais democrática, cidadã e solidária.

À priori, a história das infâncias e juventudes desafia o viés adultocêntrico das narrativas tradicionais da escrita e do saber históricos, que invisibilizam as crianças como sujeitos da ação coletiva. O adultocentrismo empobrece as análises da ciência histórica, pois obscurece a percepção daqueles que não se encontram na faixa etária adulta. Ressalta-se, contudo, que a crítica desse campo historiográfico ao adultocentrismo nas narrativas-mestras da história pesquisada e ensinada visa contribuir para o respeito à diversidade e à autonomia humanas desde tenra idade. Nesse sentido, ao rompermos com esse paradigma discursivo, colaboramos para que a criança e o adolescente se reconheçam como sujeitos históricos, dotados da capacidade de existir, decidir e resistir frente aos desafios da sociedade que os cerca (Sosenski, 2015).

O campo didático- historiográfico mencionado torna-se uma promessa luminosa para a história do tempo presente no Brasil, pois suscita mecanismos de valorização da democracia representativa. Em tempos de crises políticas e econômicas, em que as forças da extrema-direita se avolumam e o negacionismo histórico ameaça a memória coletiva; a valorização da história da infância e da juventude torna-se um ato de resistência política. Nosso país enfrenta um processo acentuado de crise no campo democrático, cujos sintomas se manifestam no crescimento político de concepções fascistas, detratoras do Estado democrático de direito erigido a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.

A historiadora Verena Alberti (2021, p. 2) aponta a complexidade de abordar a ditadura militar brasileira nas aulas de História. Muitas ideias equivocadas circulam entre alunos e familiares, especialmente através de plataformas digitais que moldam uma história pública distorcida. Os professores enfrentam o desafio de ensinar esse período sem deixar de lado as questões éticas fundamentais: respeito aos direitos humanos. Vivenciamos um contexto de negacionismo histórico e “guerras de memória”, presentes na internet, em livrarias e nos discursos políticos que ameaçam nossa democracia, perpetuando opressões e injustiças.

Dessa maneira, André Bonsanto Dias (2022, p. 91) destaca que um dos vídeos mais acessados da Brasil Paralelo⁸ é “1964: Entre armas e livros”, um filme disponibilizado gratuitamente no YouTube com a finalidade de narrar a “verdadeira história” do regime militar no país. Na realidade, é um exercício de revisionismo histórico, que visa questionar a memória/história ensinada nas universidades e escolas básicas a respeito da Ditadura Militar Brasileira. A Brasil Paralelo explora comercialmente a “bolha digital” da extrema-direita, mas suas narrativas expandem-se rapidamente pelo tecido conservador nacional. O espriamento dessas versões “paralelas” visa, no futuro, tornarem-se a interpretação dominante desses fatos históricos.

Crianças e jovens em narrativas sobre a ditadura militar brasileira: O desinvisibilizar sujeitos

A compreensão de que o adultocentrismo invisibiliza as perspectivas infantojuvenis- tanto na universidade quanto na escola- despertou a necessidade de realizarmos uma dissertação⁹, no âmbito do ProFHistória (UESPI) que refletisse possibilidades didáticas para confrontar tal matriz cultural. Essa abordagem respeita as vozes e experiências de crianças e jovens que viveram sob a batuta do regime militar brasileiro, além de

⁸ A Brasil Paralelo “coloca-se” numa cruzada ideológica contra o que chama de marxismo cultural ou domínio da esquerda nas instituições educacionais brasileiras. Criada em 2016, a Brasil Paralelo mescla e confunde história e memória sobre a ditadura, é um dos esteios da “nova direita brasileira” - defensora de valores ultraconservadores e autoritários. A empresa midiática lançou recentemente o projeto “mecenaz” através do qual recruta pagantes que caridosamente doam bolsas de assinaturas para escolas e Organizações Não-Governamentais (ONGs). Quase 300 escolas e ONGs consomem suas narrativas paralelas sobre a história brasileira. IN: [https:// www.intercept.com.br/2024/11/27/brasil-paralelo-mecenas-escolas-ongs](https://www.intercept.com.br/2024/11/27/brasil-paralelo-mecenas-escolas-ongs) . Acesso: 15/01/2025.

⁹ Dissertação disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=ANTONIO+ELDO+SILVA&oq=an> Acesso: 18/01/2025.

contribuir para a formação de uma consciência histórica¹⁰ mais inclusiva e crítica sobre a memória desse período histórico.

O historiador Carlos Fico (2021, p. 86) sustenta que a memória coletiva da ditadura militar brasileira permanece, em nossos dias, como um campo minado de controvérsias e polêmicas. É um terreno de disputa política em que, de um lado, integrantes das Forças Armadas evocam os efeitos da Lei de Anistia de 1979 como o pilar definitivo de uma reconciliação nacional, ou seja, de um perdão político que apaziguou a nação pela via do esquecimento das violações aos direitos humanos cometidas naquele período sombrio.

Porém, segundo Caroline Bauer (2014), familiares e organizações sociais persistem em sua busca incansável por justiça de transição, reivindicando o direito à reparação histórica da memória dos perseguidos, mortos e desaparecidos pela opressão política durante os anos da ditadura. Diante de pressões políticas, o Estado brasileiro instituiu, em 1995, a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e, em 2011, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) para investigar os crimes contra a vida e a liberdade ocorridos durante o regime militar. Fico (2021) pondera, no entanto, que a própria institucionalidade impõe limites aos esforços dessas políticas de memória temendo desagradar as Forças Armadas.

Dessa forma, o ensino da história da ditadura militar deve contribuir como um ato de resistência e um compromisso com a verdade, honrando a memória das vítimas do autoritarismo, promovendo a “justiça de transição” e fomentando uma sociedade mais consciente quanto ao seu passado ditatorial. É enfrentando os desafios do presente que podemos construir um futuro mais justo e democrático.

A professora de história Alessandra Carvalho (2022, p. 104), em diálogo com a historiadora Helenice Rocha (2017), assevera que as

¹⁰ Para Jorn Rüsen (2015), a consciência histórica é um processo essencialmente cultural e educativo que orienta uma forma de compreensão da vida humana através de sua temporalidade. Assim, conseguiremos desenvolver uma orientação prática sobre a nossa condição humana.

narrativas didático-escolares sobre o regime militar centram-se basicamente em dois aspectos principais vide o currículo nacional comum (BNCC) : primeiro, a perspectiva política focando o ciclo dos governos dos presidentes- -gerais e suas realizações administrativas; segundo, a resistência e a repressão indicadas na relação entre os movimentos culturais e as organizações de luta armada. Fora isso, grupos conservadores acusam os professores de história de fazerem doutrinação marxista cultural nas escolas e/ou universidades.

Esta dinâmica evidencia a importância de um ensino de história comprometido com a verdade e a crítica. A limitação das narrativas didáticas aos aspectos políticos e de resistência/repressão, envolto em narrativas adultocêntricas, pode levar a uma compreensão superficial do período. É necessário ampliar essa abordagem para incluir estudos sobre diversas formas de como a ditadura afetou a sociedade brasileira através de mudanças econômicas, sociais e culturais que ocorreram sob os trilhos de um modelo conservador-autoritário.

O fato é que os professores enfrentam um duplo desafio: ensinar uma história complexa, necessária e dolorosa, além de resistir às “pressões externas” que promovem revisionismos históricos para manter o status quo de alguns grupos sociais ou adquirir “fatias” no ascendente mercado digital. A hostilidade ideológica reacionária torna ainda mais urgente o fortalecimento do apoio institucional aos educadores, garantindo-lhes liberdade para ensinar e a segurança jurídico-institucional para desempenhar seu papel. É fundamental, pois, investir na formação continuada dos professores, proporcionando-lhes as condições epistêmicas para abordar o período da ditadura militar com mais profundidade e sensibilidade.

Nesse contexto, é crucial refletir profundamente sobre como o estudo da Ditadura Militar Brasileira, ainda abordado nas escolas de maneira adultocêntrica, pode se enriquecer com uma visão mais inclusiva e cidadã. Este tema não apenas evoca memórias dolorosas e complexas na sociedade contemporânea brasileira, mas também ressoa de maneiras profundas e distintas entre diferentes grupos sociais. As narrativas

históricas apresentadas nas salas de aula muitas vezes reproduzem uma visão predominantemente adulta sobre o regime autoritário, negligenciando as experiências e perspectivas das crianças e jovens que viveram aquele período histórico tumultuado (Carvalho, 2022, p. 87).

Na dissertação “*Não sei e não quero dizer: Tortura e Infância na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)*”, Luísa Rita Cardoso (2015, p. 15) mergulha nas profundezas de um passado doloroso, explorando como crianças, filhas e filhos de militantes de esquerda foram involuntariamente envolvidos nas sombrias sessões de tortura perpetradas pelo regime autoritário. Este estudo meticuloso não só revela as cicatrizes físicas e emocionais dessas vítimas inocentes, mas também resgata suas vozes silenciadas, trazendo à tona a cruel realidade que marcou gerações de brasileiros.

É preciso destacar que partir do golpe de 1964, o Estado autoritário implementou políticas sociais voltadas para os menores empobrecidos, visando não apenas assistência, mas também uma reorganização social sob novos paradigmas. O apoio de entidades privadas foi crucial para viabilizar essa iniciativa governamental, refletindo uma colaboração entre setores públicos e privados em busca de soluções para os desafios sociais emergentes. Nesse contexto, a FUNABEM, criada em 1º de dezembro de 1964, foi estabelecida para implementar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), representando um marco na intervenção estatal voltada para a infância e juventude empobrecida no Brasil.

Boeira (2018, p. 50-51) destaca que a FUNABEM e as FEBEMS, afastaram-se significativamente dos ideais propostos pela PNBEM. Em vez de promover a integração das crianças e adolescentes pobres na comunidade ou em lares substitutos, essas instituições acabaram adotando práticas assistencialistas e repressivas. Este cenário foi intensificado pela influência da Doutrina de Segurança Nacional, que categorizava os indivíduos carentes ou delinquentes como potenciais ameaças à ordem vigente. Assim, a implementação da PNBEM estabeleceu um sistema paradoxalmente punitivo e repressivo, deixando marcas profundas na memória social brasileira até os dias atuais.

Nesse cenário, a infância e a juventude eram vistas menos como fases de desenvolvimento e mais como períodos a serem controlados e disciplinados. A liberdade, a espontaneidade e a criatividade, características inerentes à infância, eram suprimidas em favor de uma conformidade que buscava perpetuar os valores e interesses da classe dominante. Desta forma, o SAM (Serviço de Assistência aos Menores), ao invés de ser um verdadeiro espaço de assistência e cuidado, muitas vezes se configurava como uma ferramenta de controle social, refletindo as profundas desigualdades e injustiças de sua época (Boeira, 2018, p. 47).

Nos relatos de memória da CNV, emerge a escalada da violência estatal contra as crianças cujos pais ou familiares estavam ligados à resistência política contra os governos da ditadura militar brasileira. Sob a doutrina de segurança nacional, essas crianças eram vistas como “futuros agitadores políticos”. É importante ressaltar que, ao contrário dos adultos, elas não escolheram participar de movimentos oponentes ao regime ditatorial, e sua condição infantil não as protegeu da imputação de atos violentos do Estado autoritário. No capítulo “Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes” do *Relatório final da CNV* (2014, p. 427-432), são destacadas as diversas formas pelas quais essas crianças foram submetidas a violações de sua dignidade humana nas instalações dos órgãos da ditadura militar. Trata-se de uma compilação de relatos de memória de adultos que contribuíram com os trabalhos da CNV, que investigou os crimes cometidos durante a “ditadura de 1964” contra os direitos humanos. Segundo o relatório, “crianças e adolescentes também não eram poupados de prisões ilegais e arbitrárias, nem de agressões por parte dos agentes da repressão” (Brasil, 2014, p. 307).

Com efeito, professores de história têm instigado profundas reflexões sobre o período da ditadura militar brasileira, expandindo as fronteiras curriculares moldadas pelas recentes reformas educacionais do MEC. Essas reflexões são fundamentais para enriquecer o debate e proporcionar uma visão mais ampla e crítica do passado. É importante reconhecer, inicialmente, o impacto da disseminação de notícias falsas (fake news) nas sociedades contemporâneas, que obscurecem o ensino de

história com um véu de negacionismo histórico, a exemplo do filme/documentário *1964: O Brasil entre armas e livros* da Brasil Paralelo (2019).

Desta feita, professores e historiadores precisam adotar metodologias mais assertivas para confrontar interpretações simplistas ou distorcidas do passado, frequentemente difundidas por influenciadores digitais e outros indivíduos que buscam validar suas agendas políticas, sociais e pessoais. Assim, ao empregar estratégias críticas e reflexivas, podemos garantir que o ensino de história não apenas informe, mas também promova uma compreensão mais profunda e precisa dos eventos passados e suas implicações contemporâneas.

Essa abordagem promove uma reflexão mais profunda sobre as consequências sociais, políticas e psicológicas desses períodos obscuros, preparando os jovens para se tornarem cidadãos críticos e engajados em sociedades democráticas. Ao integrar a memória dos jovens e crianças afetados, as aulas de história não só ampliamos a compreensão coletiva sobre os impactos duradouros do autoritarismo, mas também incentivamos os estudantes a refletirem sobre como essas experiências históricas moldaram e continuam a moldar a sociedade brasileira contemporânea.

As histórias de crianças que perderam seus pais, jovens que tiveram seus sonhos interrompidos e famílias que foram dilaceradas pelo regime militar ganham vida nas salas de aula, transformando-se em poderosas ferramentas de aprendizado e empatia. Essa imersão no passado não se limita a relatar fatos históricos, mas envolve uma análise crítica e sensível das cicatrizes deixadas pelo autoritarismo. Os professores, ao trazer à tona essas narrativas, ajudam a construir um entendimento mais profundo das complexidades da história brasileira, mostrando que os eventos do passado não são meros registros estáticos, mas forças vivas que continuam a influenciar o presente.

Considerações finais

O presente texto analisou desafios pedagógicos para conferir visibilidade curricular, a partir do ensino de história, à memória infanto-

juvenil referente à ditadura militar brasileira (1964-1985). Ao entrelaçar uma proposta pedagógica que valorize a perspectiva das crianças e jovens sobre esse período sombrio, rompe-se com as nuances do adultocentrismo, uma característica ainda central do ensino de história ministrado na educação básica.

Buscou-se sobretudo contribuir de forma assertiva com um ensino de história que enfrenta o tema do negacionismo histórico que “revisa” a memória do regime militar brasileiro reforçando um status de “ditabranda”. Grupos econômicos e midiáticos, alinhados à extrema-direita brasileira”, operam por meio de plataformas digitais, como a produtora Brasil Paralelo, que utiliza o YouTube para disseminar narrativas distorcidas sobre a história e memória da ditadura militar no Brasil.

Uma alternativa a essa problemática para o ensino de história passa pela desinvisibilização de crianças e adolescentes como atores sociais dentro do conteúdo Ditadura Militar no Brasil. É necessário que construir uma consciência histórica que nos que auxilie na refutação ao negacionismo e à barbárie da violência ditatorial. Narrativas históricas centradas exclusivamente nos adultos não contribuem muito para a formação dessa orientação educacional democrática e plural.

A potencialização de uma abordagem didático-narrativa da história e memória da infância e juventude afetadas pelas políticas do regime militar, integradas de maneira eficaz nas salas de aula, é fundamental para implementarmos estratégias que ampliem visões de mundo sobre a ditadura militar brasileira. Essa dinâmica pedagógica torna-se necessária, inclusive, para sensibilizar os sujeitos estudantes quanto às narrativas que ecoam relacionadas àquele período, ainda que limitada pela ausência de história oral em que o estudante se torna entrevistador.

Portanto, esta pesquisa contribui para uma compreensão mais abrangente acerca do regime militar no Brasil dentro do ensino de história, que ao pluralizar suas narrativas reconhece a necessidade de diminuirmos as influências do adultocentrismo no currículo escolar. A visibilidade infantojuvenil fomenta mudanças nas práticas historiográficas e

educacionais relevantes para uma formação de uma consciência histórica democrática.

Referências

ALBERTI, Verena. Ditadura militar brasileira nas aulas de História. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 13, n. 33, e0102, maio/ago. 2021.

ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

BAUER, Caroline Silveira. *Brasil e Argentina: Ditaduras, Desaparecimentos e Políticas de Memória*. 2ª ed. Porto Alegre: Medianiz, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2017.

_____. *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014 a. V.I.

BOEIRA, Daniel Alves. Menoridade em pauta em tempos de ditadura: A CPI do Menor (Brasil, 1975-1976). *Revista Angelus Novus*, n. 8, p. 179-198, 2014.

CAVALCANTE, Emanuel Bernardo Tenório. O conceito de adultocentrismo na história: diálogos interdisciplinares. *Fronteiras*, v. 23, n. 42, p. 196-215, 2021.

CARDOSO, Luisa Rita. "Não sei e não quero dizer": tortura e infância na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).", 2015.

CARVALHO, Alessandra. Comissões da Verdade, história escolar e o direito à memória e à verdade. In: SARDINHA, Antonio Carlos. SILVA, David Júnior de Sousa. DINIZ, Raimundo Erundino Santos (org.). *Ensino de História e Educação em Direitos Humanos*. 1 ed. Macapá: Fundação Universidade Federal do Amapá, 2022.

DEL PRIORE, Mary. *História dos jovens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

DIAS, André Bonsanto. *O presente da memória: Usos do passado e as (re) construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o golpe de 1964 e a ditabranda*. Paco Editorial, 2014.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (org). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 22ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SOSENSKI, Susana. Enseñar história de la infancia a los niños y las niñas: ¿para qué? *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 7, n. 14, p. 132 - 154, 2015.

QUAPPER, Claudio. Sociedades Adultocêntricas. In: *Última Década*. No36, CIDPA VALPARAÍSO, 2012, pp. 99-125.

RÜSEN, Jorn. *Uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

TRABALHO, COTIDIANO E SOBREVIVÊNCIA: A MEMÓRIA DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS DOS RIOS E MANGUES DE ILHA GRANDE, LITORAL DO PIAUÍ (1960-2000)

Daniel Souza Braga¹

Resumo: Este artigo dialoga com memórias de velhos(as) trabalhadores(as) ribeirinhos de Ilha Grande, no litoral do Piauí, compreendendo como as memórias das práticas de trabalho, como a pesca e o cultivo, contribuem para a construção da identidade coletiva da comunidade. A pesquisa investiga o papel da transmissão de saberes na preservação das tradições culturais, especialmente diante das mudanças ambientais e econômicas por qual passa a comunidade. O estudo também se aprofunda na análise das divisões tradicionais de gênero, observando como homens e mulheres ribeirinhos negociaram e desafiaram essas divisões por meio de suas práticas de trabalho. Ao destacar a importância do trabalho na vida cotidiana dessas populações, o artigo revela a resiliência e a criatividade desses trabalhadores em suas estratégias de sobrevivência, adaptando-se às condições adversas impostas pela natureza e pela modernização.

Palavras-chave: memória; trabalho; sobrevivência.

Introdução

Este artigo dialoga com as memórias de velhos(as) trabalhadores(as) de Ilha Grande², Piauí, localizada a 340 quilômetros da capital

¹ Doutor em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), professor da SEDUC/Parnaíba. Email: danielsouza.historia@gmail.com

² Ilha Grande é município do Piauí 9,274 habitantes. É um dos quatros municípios litorâneos do Piauí. Antes de se emancipada, em 1994, Ilha Grande pertencia a cidade de Parnaíba, e era conhecida como povoado dos Morros da Mariana.

Teresina, em que faz divisa com a cidade de Parnaíba³, cercada pelo Oceano Atlântico e pelos rios Parnaíba e Igaracu. Marcada por dunas e mangues, Ilha Grande se destaca por ser uma das portas de entrada para o Delta do Parnaíba⁴. No entanto, como nos alerta Bloch (2001, p. 56), “por trás dos vestígios sensíveis das paisagens, são os sujeitos que a história visa capturar”. Neste artigo, analiso as memórias laborais de velhos(as) trabalhadores(as), compreendendo como inventaram o cotidiano (Certeau, 2014), se apropriaram do espaço por meio de suas atividades, debruçando-me sobre a pluralidade de ofícios, técnicas e estratégias de sobrevivência forjadas em meio às vicissitudes da natureza ao longo do tempo.

Como assevera Ulpiano Bezerra de Menezes (1992, p. 11), ao narrar, não se foge das contingências e interpelações do presente, das forças e implicações que o hoje lança sobre o narrador. As questões que motivaram a pesquisa partem das transformações que a Ilha está enfrentando atualmente, como a exploração turística que consome a natureza sem considerar os sujeitos que dependem de seus recursos. Entre os problemas ambientais, destacam-se o avanço das dunas, que engolem casas, ruas e memórias, o assoreamento dos rios, a decadência dos meios de subsistência tradicionais e a especulação imobiliária. As novas configurações do espaço, como o advento das torres eólicas e a apropriação das terras por grupos empresariais, são fatores que desestabilizam as formas de viver e trabalhar.

Cercados por rios, mangues e oceano, os ilhéus estabeleceram, ao longo dos anos, contatos com esses elementos, intermediados por saberes, simbologias, ferramentas e técnicas de trabalho que terminaram por

³ Parnaíba é a segunda cidade mais populosa do estado, com uma população de 162.159, segundo o censo demográfico do IBGE em 2022. É também o portal de entrada para o Delta do Parnaíba, o único delta em mar aberto das Américas, tornando-se popularmente conhecido como a Capital do Delta (IBGE).

⁴ Corresponde à foz do Rio Parnaíba que está situado entre os estados do Piauí e Maranhão, percorrendo 1450 km até desembocar no oceano atlântico, abrindo-se em cinco braços, envolvendo 73 ilhas fluviais.

transformar o espaço natural em um lugar habitável, civilizado por diferentes práticas que visavam à subsistência. Como lembra Certeau, “o lugar, em suma, é um espaço praticado” (Certeau, 1982, p. 68). Por essa ligação com os rios e mangues, o povoado de Morros da Mariana⁵, como era conhecido, foi representado por memorialistas como um 'simples povoado de pescadores' (Campos, 1983, p. 223), um lugar de pobreza, atrelado a uma identidade pesqueira. Nos jornais, é considerada um celeiro da Região Norte do Piauí, responsável por abastecer a cidade sede e circunvizinhas com arroz, peixe, bananas, mariscos e frutas em geral.

Em relação à metodologia utilizada, optei pela história oral. Segundo Verena Alberti (2006, p. 165), essa abordagem consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado. Uma de suas grandes vantagens é permitir o acesso às formas de pensar e agir de pessoas e grupos, possibilitando a compreensão de como elaboram e dão sentido às suas experiências. Utilizei o gênero da História Oral de Vida, modelo que, no Brasil, é herdeiro da tradição anglo-saxã, preocupada com grupos subalternizados, como mulheres, deficientes, crianças e analfabetos, caracterizando-se como a narrativa do conjunto da experiência de vida de uma pessoa. O sujeito primordial dessa modalidade de história oral é o colaborador, que tem a maior liberdade possível para dissertar sobre sua experiência pessoal (Meihy, 2005, p. 148).

Sobre os colaboradores – termo que remete à mediação e à participação conjunta e comprometida das partes (Meihy; Seawright, 2020, p. 20) –, trata-se de homens e mulheres na faixa de 60 a 90 anos, com baixa escolaridade, pescadores, lavradores, marisqueiras, agricultores e agricultoras, que sobreviveram extraíndo o 'pão' da natureza. As memórias concentram-se no trabalho, pois, como afirma Antônio Torres Montenegro (2013, p. 22), “o mundo das classes populares é reduzido ao universo

⁵ Antes da emancipação política, em 1994, Ilha Grande era conhecida como Morros da Mariana. A origem remete a Mariana Alexandre Viana, desbravadora do lugar, que se instalou as margens do Rio e sobreviveu da lavoura. Os morros logo foram associados a desbravadora.

do trabalho, e a própria história de vida centra-se no labor como sentido da existência". Narrar a vida pelo trabalho, como assevera Ecléa Bosi (2009, p. 481), indica que "o trabalho é o sentido e a justificação de toda uma biografia". Portanto, para esses indivíduos, a linha entre lazer, trabalho, infância e vida adulta é muito tênue.

Suas experiências cotidianas na lida impactam as narrativas e a compreensão de si mesmos e do mundo que abraçam. O labor se torna a espinha dorsal sobre a qual se estrutura toda a existência, tanto no sentido material quanto simbólico. Portanto, o trabalho não é apenas um meio de suprir as necessidades materiais, mas também uma dimensão constituidora de subjetividades, pois molda a relação do homem com o mundo, sendo uma atividade inseparável da vida. As narrativas proporcionam uma visão privilegiada das trajetórias individuais e das complexas dinâmicas que influenciam a relação entre trabalho e memória coletiva. Além disso, a geografia, a dinâmica familiar, as carências e a luta diária pela subsistência emergem como elementos essenciais na tessitura das lembranças evocadas, destacando os esforços despendidos para transformar o labor em sustento.

Essas experiências abordam três questões estruturantes que nortearão nossa análise: Qual o papel da transmissão de saberes e práticas de trabalho na construção da identidade coletiva da comunidade de Ilha Grande? Como as memórias relacionadas às práticas de subsistência, como a pesca e o cultivo, ajudam a compreender as estratégias de sobrevivência e o trabalho na região, mesmo em face das pressões, mudanças ambientais e econômicas? De que maneira as práticas de trabalho homens e mulheres desafiaram ou reforçaram as divisões tradicionais de gênero, e como isso se reflete nas memórias coletivas?

A memória do trabalho: aprendizagem do ofício e as relações familiares e o tempo das marés

As práticas de trabalho narradas são vastas, múltiplas e imediatas, demandando habilidades instantâneas e voláteis. Diariamente, esses

indivíduos se dedicam a uma variedade de técnicas corporais: agachar, arrastar-se, puxar, carregar, caminhar, equilibrar-se, mergulhar, pisar, bater, arremessar. No caso dos(as) trabalhadores(as) dos rios e mangues, o corpo é vivenciado por meio de diversas sensações, como frio, calor, sede, fome e dor. Para sobreviver, necessitam de contato direto com a natureza, o que exige estratégias específicas. Essas habilidades são mais do que simples movimentos físicos; são expressões intrínsecas das técnicas de trabalho desenvolvidas ao longo das gerações em resposta às vicissitudes da natureza.

Essas práticas expressam protomémoria, que, segundo Jöel Candau (2014, p. 22) são memórias gravadas na carne, nos gestuais, costumes introjetados no espírito e incorporada pelo grupo, transmitidos de forma prática e empírica, constituindo uma herança cultural que molda a identidade e a vida desses trabalhadores. Essas técnicas são maneiras de pensar investidas em ações, ou seja, saberes que não podem ser plenamente articulados, mas vivenciados e rememorados com o corpo em plena ação no espaço (Certeau, 2014, p. 140). Os conhecimentos da pesca, lavoura, extração e as artes do artesanato são transmitidos principalmente através de gestos e práticas, numa pedagogia que se realiza na experiência cotidiana, pela observação e reprodução dos movimentos do trabalho.

As memórias e experiências evocadas pelos trabalhadores(as) estão intimamente ligadas as estruturas familiares, através do convívio com pais, avós, tios e conhecidos que lideraram o caminho na educação prática e cultural das gerações futuras. O objetivo era formar indivíduos íntegros, honestos e produtivos, capazes de trabalhar em harmonia com a natureza para prover as famílias. Nota-se um ideal viril, entendido como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também aptidões ao combate diário contra a lama, galhos e espinhos, usando única exclusivamente a força instrumental do corpo (Bourdieu, 2020, p, 88). Isso nos remete ao Mito do Trabalhador Incansável, pois as narrativas, quase sempre, enaltecem homens e mulheres fortes e destemidos(as), os trabalhadores(as) que colonizaram a região, personificado por figuras notáveis,

incansáveis e habilidosas, cuja vida parecia girar, única e exclusivamente, em torno do trabalho.

Esse ideal mítico permeia a identidade do lugar, como expresso por Firmina Amaral, 75 anos, pescadora e costureira, moradora dos Morros da Mariana: “As poucas pessoas que possuíam alguma coisa aqui eram os homens trabalhadores, e olhe, os que não eram na lavoura, estavam na pesca” (Maria Firmina Amaral, 2020). Ela relembra com admiração não apenas os pescadores, mas também as 'tiradeiras de mariscos', as feirantes, as fazedoras de bolo, as pescadoras de camarão, as apanhadeiras de frutas, além das rendeiras. Em suas palavras, “Aqui, era um povo trabalhador”. Essa riqueza de atividades e o reconhecimento dos(as) trabalhadores(as) como seres virtuosos(as) destacam a importância do trabalho na vida e na identidade das comunidades que compõem o Delta do Parnaíba. A cultura das classes pobres, nos diz Ecléa Bosi (2003, p. 151), está ligada à própria sobrevivência desses grupos. Todos os instrumentos, imaginários, poéticos e memórias são forjados nesse intuito.

São evocadas inúmeras práticas de trabalho essenciais à sobrevivência em tempos específicos, como a coleta de lenha para o fogo, o trabalho árduo de buscar água nas cacimbas, e a colheita de frutas nas matas, atividades que envolviam longas caminhadas com sacos e latas na cabeça. Essas tarefas, muitas vezes realizadas por mulheres e crianças, ilustram a interdependência entre trabalho e sobrevivência nas comunidades do Delta do Parnaíba. Diversas técnicas eram empregadas para tecer e forjar ferramentas, usando a palha para confeccionar sacas, cofos e esteiras usados para armazenar frutos, pescados. O processo de tecelagem das redes de pesca era minucioso e paciente, demandando semanas ou meses de trabalho. Eles aproveitavam tudo o que tinham à disposição por meio de um processo de bricolagem, ou seja, improvisavam e inventavam recursos com os materiais disponíveis, conferindo-lhes novos significados (Certeau, 2014, p. 88-89).

A aprendizagem do ofício se dava por meio de um processo de observação e prática dos movimentos de lavrar e pescar, que começava na infância. Segundo Diegues (2004, p. 87), o controle da pesca se aprende

com os mais velhos e com a experiência, que são bagagens, saberes e vivências acumuladas pelo agir sobre o mundo, através de relações sociais e interações com a natureza. Com a aprendizagem dessas artes de sobrevivência, adquire-se competência para viver sob as leis que regem os rios e a natureza. O aprendizado ocorria pela observação dos mais velhos e pela reprodução de seus movimentos, até que se adquirisse destreza. Por volta dos nove ou dez anos, as crianças começavam a trabalhar e assumir posições entre os adultos. Sobre esse aprendizado, a memória de Antônio Júlio, conhecido como Julinho, pescador nascido em 1946 e morador dos Morros da Mariana, na Ilha Grande, destaca: “A gente aprende as coisas fazendo. Eu via os outros e ia fazendo. Eu observava e seguia o exemplo”, diz. “Pescar não é difícil, sabe? O complicado é aprender a botar a rede. Porque, na verdade, quem pesca é a rede. A arte é saber colocar a rede” (Antônio Júlio Marques, 2015).

Essa noção de sobrevivência está ligada aos saberes transmitidos pelos mais velhos. Ao aprender e dominar as forças da natureza, os pescadores adquiriram técnicas que os muniram de um arsenal de práticas de trabalho, tornando-os capazes de ler os fluxos dos rios, seus tempos de encher e vaziar — conhecimentos essenciais para o pescador, que precisa dominar e respeitar os caprichos da natureza. Dominar os fluxos das marés é crucial, como explica Rosa Maria, pescadora nascida em 1952 e moradora do Baixão, Ilha Grande, ao falar sobre os vários tipos de marés, como a de lançamento, a de quebramento, a maré de dia e noite, e a maré de vazante e enchente: “É assim, a maré de lançamento dá menos peixe, porque é muito rápida”, diz ela. “Já a maré de quebramento, de lua nova, é mais lenta, e dá mais tempo pra gente pescar. E ainda tem a maré choca, que ocorre no inverno, quando não escoar, ou seja, não seca as croas” (Rosa Maria da Silva, 2020).

Os pescadores possuem um conhecimento empírico da relação entre a lua e as marés, distinguindo diferentes tipos, como a maré de lançamento e a maré de quebramento, cada uma manifestando-se em dias, meses e horas específicas. Eles devem estar atentos, dedicando seus sentidos à leitura dos sinais da natureza para alcançar sucesso no trabalho. A vida

está intimamente ligada a esse conhecimento tradicional sobre os movimentos das águas, pois compreender o fluxo dos rios é essencial para a sobrevivência. O Senhor Julinho destaca a importância de compreender as marés para o sucesso na pesca, afirmando que “perder a maré é perder a pesca”. Ele explica os diferentes tipos de marés e sua influência na atividade, enfatizando que o pescador deve estar atento as variações da maré para, desse modo, aproveitar os momentos ideais para pescar. Segundo ele, “o camarada tem que tá lá na hora”, demonstrando a necessidade de estar presente e preparado para agir conforme as mudanças e os fluxos da natureza.

O senhor Raimundo Roque, conhecido como Sessenta, pescador de 88 anos, diz que sua vida é marcada pela pesca e pelo trabalho nas roças. Recorda-se das arriscadas pescarias em alto-mar, e dos prazeres que só a perseverança proporciona, como as grandes produções de arroz ou a canoa repleta de peixes. Valorizava a liberdade de ser dono de suas decisões, sem precisar de patrão, obedecendo apenas à natureza. Ao falar sobre o trabalho, esquece momentaneamente sua rede e agulha, levanta-se e, com fala rápida, teatraliza os movimentos da pesca do camurupim em alto-mar, uma atividade que demanda força, atenção e esforços sincronizados, numa época em que as redes de pesca eram de difícil acesso, exigindo técnicas mais rudimentares. As lágrimas embaçam seus olhos, reflexo das duras condições de trabalho sob o sol e o sal, que gradualmente diminuem a visão dos pescadores.

Ele lembra de acompanhar seu pai, enfrentando esse “oceano valente de meu Deus’ — expressão que captura o perigo e a indomabilidade do mar. Chegavam cedo à praia para coletar iscas, essenciais para a pesca com linha e anzol. As canoas à vela rasgavam as ondas em busca dos cardumes. Cada tripulante tinha uma função: o mestre, sempre vigilante, avistava os cardumes e gritava, “Olha ali, repara os peixes passando”. Sessenta diz que o camurupim, ao se aproximar, saltava na água, “faceiro”. O lastreiro avançava e lançava a isca, que o voraz camurupim abocanhava. “Nessa brincadeira”, diz ele, “matávamos um, dois, três, quatro, cinco, enchendo a canoa, para então retornarmos”. Mas o trabalho não

terminava com a pesca: ainda precisavam preparar o peixe, retirar o espinhaço, salgar, pendurar nos estaleiros e, finalmente, vender o filé. “E no dia seguinte, voltávamos à mesma luta” (Raimundo Roque da Silva, 2015).

O mar, longe de ser um vazio, é repleto de pontos usados pelos pescadores como referências para localizar cardumes. O mestre, com sua vasta experiência, não só lidera e administra os recursos na canoa, mas também é o principal responsável por identificar os peixes à distância. Diegues (2000, p. 76) define a mestrança como um conjunto de qualidades e práticas que distinguem o comandante da tripulação. O Senhor Sessenta recorda-se da pesca com ferramentas primitivas, orientando-se por estrelas e marcos terrestres, dependendo apenas do vento nas velas, o que demandava grande habilidade e cuidado.

EP Thompson discute como a disciplina do trabalho alterou a percepção do tempo na cultura ocidental, especialmente com a introdução do relógio, que perturbou as formas tradicionais de organização temporal baseadas em características naturais, rituais religiosos e atividades cotidianas. Para comunidades tradicionais de agricultores e pescadores, onde a estrutura de mercado era incipiente, o tempo era regido pelas marés, pelo canto dos animais, pelas fases da lua e pela movimentação do sol e das estrelas. Nessas sociedades, o trabalho era orientado por necessidades sazonais e não pelo estresse dos horários. Como destaca Lucia Helena de Oliveira (2000, p. 20-21), “o fluxo das marés organizava não apenas a economia, mas também a vida sociocultural da comunidade”. Trabalhadores ribeirinhos, conforme suas memórias, associavam a passagem do tempo às temporadas de pesca e plantio, seguindo uma lógica vinculada aos ciclos naturais. Thompson (1998, p. 271) observa que, em pequenos vilarejos, o tempo “era percebido pela orientação das tarefas, evidenciando que, antes da influência do mercado e da administração formal, o ritmo do trabalho estava intrinsecamente conectado a natureza.

Após a fase de pesca do camurupim 'na maré de quarto', conta o Senhor Sessenta, seu pai e irmãos se dedicavam ao trabalho na lavoura. “Naqueles tempos, fazia-se roça na foice, meu filho, brocando o jiquiri”,

explica. Ele acrescenta: “Quando o mato secava, tocávamos fogo, destruía tudo, né? Ficava só o chão limpo e aí íamos plantar o arroz; quando nascia, cuidávamos dele até a colheita. Era assim” (Raimundo Roque da Silva, 2015), relata, descrevendo as etapas do trabalho que começavam com a broca, a limpeza da área com foice e facão, seguida pelas queimadas, técnica conhecida como coivara, comum entre os lavradores do Delta do Parnaíba. Com o terreno limpo, plantavam o arroz. Ele destaca que havia um intervalo considerável entre plantar e colher.

O calendário do pescador(a)/lavrador(a) é definido por temporadas. A passagem dos meses é marcada pelo surgimento de espécies de peixes no rio ou pelas fases da maré mais propícias para cada tipo de trabalho. Assim, havia a época da plantação — na maré de quarto — e as temporadas de pesca do camurupim, saúna, manjuba, camarão, entre outros, sempre determinadas pelas safras de peixes em cada estação. No povoado, os moradores se enquadram na definição de 'comunidade de pescadores-lavradores', que, seguindo um calendário complexo, exploram tanto os recursos do solo, com agricultura de subsistência, quanto os do ambiente litorâneo, empregando diversas técnicas de pesca. “Essa dinâmica estrutura a vida entre terra e água, alternando as atividades principais e complementares” (Diegues, 2004, p. 83).

As roças, de lugar de memória e a decadência

As roças eram sistemas de produção que envolvia toda a família, incluindo mulheres e crianças, cada um com funções específicas. Na época evocada, as roças eram cultivadas de maneira rudimentar, sem o uso de inseticidas ou maquinários, dependendo exclusivamente da força braçal, o que demandava o trabalho de todos, sejam velhos, crianças, homens ou mulheres. Dona Maria dos Santos Rochas, pescadora, moradora do bairro Cal, 79 anos: “Naquele tempo, quando fazia as roças, não tinha esse remédio que usam hoje, em que uma pessoa sozinha faz o serviço todo. Mas, naquele tempo não, precisava de muitos braços pra ajudar, né” (Maria dos Santos Rocha, 2020).

O senhor Antônio Veras, 79 anos, lembra-se das roças repletas de mulheres que colhiam arroz manualmente: “Elas pegavam a trouxa assim, puxavam e levavam as sacas na cintura, enchendo sacas e mais sacas” (Antônio Veras dos Santos, 2020). Recorda o auge da produção de arroz nas décadas de 1980 e 1990, quando o produto dominava o comércio local, abastecendo tanto o mercado interno quanto as cidades vizinhas. Lembra das fábricas de beneficiamento abarrotadas de sacas e as filas para pilar o arroz. Com pesar, reflete a ruína desse comércio, decorrente da introdução do arroz industrializado, que suplantou a produção local. Existe um ressentimento em suas memórias, pois ele considera que essa substituição o arroz natural pelo arroz industrializado, 'cheio de remédio', um grande despropósito, evidenciado uma consciência ecológica a tensão entre tradição e modernidade. Diz ele: “Um das piores coisas que aconteceu aqui, e acho que foi ruim para comunidade, foi o abandono as roças, senhor. Na verdade, o nosso arroz aqui não tinha saída, pois começou a entrar o arroz industrializado” (Antônio Veras, 2020).

Da mesma forma, o senhor Marcos discorre sobre a decadência das roças, o abandono dessa atividade e a transição dos “meios de vida”, como turismo ou migração. Hoje, segundo ele, poucos ainda conseguem subsistir da agricultura. Ele atribui tal decadência à incapacidade do arroz local de competir com o arroz industrializado e ao fato de que o lucro da produção não cobre as despesas com trabalhadores, ferramentas e insumos. Marcos também menciona que “as terras boas de plantio por aqui foram tomadas pela água salgada, comprometendo o solo” (Antônio Marcos dos Santos, 2015). Ressalta que os jovens não querem mais trabalhar na roça, preferindo buscar oportunidades em grandes cidades como São Paulo e Brasília ou “mendigar cargos da prefeitura”. Esses relatos revelam os desafios enfrentados por Ilha Grande, que incluem problemas econômicos e ambientais, além da migração dos jovens em busca de melhores oportunidades, refletindo uma profunda transformação no tecido social da comunidade.

O senhor Sessenta comenta: “Os homens trabalhadores eram nossos pais. Depois ficou pra nós. Quando foi passar para nossos filhos, eles

não quiseram mais trabalhar” (Raimundo Roque, 2015). Aqui, percebe-se um conflito de gerações em relação ao trabalho braçal nas roças. A memória geracional (Candau, 2014, p. 142) reflete e se coloca como herdeira de uma tradição, predecessor e continuador de ofícios tradicionais. Mas, ao mesmo tempo em que busca valorizar as gerações anteriores como “os homens do passado eram trabalhadores” e “as mulheres aqui trabalhavam duro”, descredibilizam, conseqüentemente, as novas gerações, os responsáveis pelo rompimento com práticas de trabalho do passado.

Maria Pureza lembra sua tia, Dona Genésia, descrevendo-a como uma mulher devotada ao trabalho: “Ela ia para a roça e, naqueles tempos, as mulheres usavam anáguas; ali descia o sangue, ela limpava no vestido, passava o pé na água e ia para a roça todo santo dia” (Maria Pureza, 2020). Pureza se refere à menstruação da tia, ressaltando como essas mulheres enfrentavam as roças diariamente, mesmo durante o ciclo menstrual, deixando marcas de sangue na terra. Ao final, ela questiona: “Quem é a mulher hoje que quer trabalhar na roça?”. Ao relatar essa cena da tia, Pureza não apenas descreve um fato cotidiano, mas destaca a resiliência e a força das mulheres de sua geração que encaravam o trabalho árduo nas roças mesmo em condições que, hoje, seriam consideradas extremas. A menstruação mencionada simboliza o compromisso inabalável dessas mulheres com suas responsabilidades diárias. A imagem de Dona Genésia limpando o sangue e continuando seu trabalho sugere uma ligação profunda com a terra, onde o ciclo menstrual é visto como um aspecto natural da vida, integrado ao ciclo de trabalho. Quando Pureza questiona, ao final, “Quem é a mulher hoje que quer trabalhar na roça?”, ela expressa uma crítica ao presente. Esse questionamento não é apenas uma observação sobre a mudança em relação aos meios de vida, mas sobretudo a desconexão das gerações atuais com as práticas de trabalho tradicionais.

Rosa Maria, refletindo sobre sua geração de mulheres trabalhadoras, indaga: “Qual mulher hoje que apanhar marisco, murici, castanha?”. Ela relembra: “Naquele tempo, a gente saía de madrugada para apanhar murici e voltava com quarenta litros” (Rosa Maria, 2020). Segundo ela, as pessoas do povoado não passavam fome, apesar das condições precárias

e do isolamento, “porque tínhamos as roças, o peixe, o camarão” (Rosa Maria, 2020). Rosa Maria, ao refletir sobre sua geração de mulheres trabalhadoras, evoca um tempo em que o trabalho era uma parte natural e necessária da vida. Ela compara as condições de vida de sua geração, onde a subsistência dependia diretamente da relação íntima com a terra e o rio, com a realidade atual, em que esses modos de vida estão em declínio. O discurso de Rosa Maria também aponta para uma mudança no papel das mulheres na comunidade. Enquanto as mulheres de sua geração eram figuras centrais no sustento da família através do trabalho manual e do aproveitamento dos recursos naturais, as novas gerações parecem afastar-se dessas práticas. Rosa Maria não apenas relata as práticas de sua época, mas oferece uma crítica ao presente, lamentando a perda do vínculo com a terra e os modos tradicionais de vida.

As memórias do trabalho feminino

O homem, no meio da pesca, é visto como o desbravador do espaço público, enquanto a mulher é associada à esfera doméstica, à procriação e ao cuidado. Pierre Bourdieu afirma que “a divisão de tarefas e espaços sociais entre os sexos é uma construção social que reforça a dominação masculina, onde o público é associado ao masculino e o privado ao feminino” (Bourdieu, 2002, p. 67). No entanto, nossas entrevistas mostram que as “mulheres das beiras” vão muito além das atividades domésticas e acessórias. Observa-se, no entanto, uma resistência em reconhecer o trabalho feminino devido ao predomínio do masculino nessas atividades. Em muitos grupos de ‘pescadores’, a produção agrícola das mulheres é tão ou mais importante que a pesca, ainda que não seja publicamente reconhecida, sendo central para a constituição da identidade de gênero da mulher, como afirma Ellen F. Woortmann (1992, p. 2).

Essa tese fica evidente nas falas das mulheres a negação de qualquer imposição de papéis ou lugares de atuação, demarcando uma pluralidade de práticas, espaços e fazeres. A principal característica que as identifica é a de trabalhadoras, não apenas como pescadoras,

marisqueiras ou donas de casa, mas como aquelas que inventam mil maneiras de sobreviver, muitas vezes fazendo várias coisas ao mesmo tempo. Rosa Maria, 78 anos, moradora do Morros da Mariana, que se considera trabalhadora rural, afirma: “Olhe, na minha vida, para sobreviver, eu fiz de tudo”, diz Rosa Maria. “Fiz caieira, vendi carvão, camarão, ia pescar de landuá, eu sei fazer tudo, governar uma canoa, remar, pescar”, e completa dizendo que “ainda hoje”, com 79 anos, “não me aquieto” (Rosa Maria, 2020), demonstrando que é uma mulher laboriosa e incansável, mesmo com a idade avançada.

A trajetória de Rosa Maria, com sua multiplicidade de funções e habilidades, revela uma mulher que, ao longo de sua vida, se recusou a ser definida por qualquer papel singular. Sua capacidade de transitar entre diferentes atividades econômicas e sociais reflete a flexibilidade e a resistência que caracterizam as mulheres de sua geração. A insistência em continuar trabalhando, mesmo na velhice, também sugere uma ligação profunda entre o trabalho e o sentido de identidade e dignidade, reafirmando o valor do trabalho como um meio de afirmar a existência e a relevância social.

Elas transcendem as representações tradicionais do feminino, que as limitam ao lar e ao cuidado. Assim como seus companheiros, tinham jornadas exaustivas que se estendiam das roças e rios às tarefas domésticas. Rosa Maria, embora tenha desempenhado várias funções ao longo de sua vida, se considera uma das catadoras de marisco mais antigas. Ela descreve o trabalho como uma rotina árdua, que começava ao amanhecer, saindo de casa em jejum, pois dependia da maré. No final dos anos 60, extraía de cinco a seis latas de marisco por dia. Chegava em casa às nove da manhã, mas o trabalho não terminava; ela ainda precisava cozinhar os mariscos e retirar as cascas. À tarde, Rosa Maria colocava os mariscos nos cofos, recipientes de palha, e os levava na cabeça para vender nos mercados de Parnaíba.

Em alguns meses do ano, como setembro e outubro, a maré alta e a salinidade prejudicavam a qualidade dos mariscos, obrigando-as a usar a 'técnica do mergulho'. Esse método consistia em mergulhar nas águas

profundas, usando varas como apoio e, ao tocar o fundo, retirar os mariscos, com o cofo pendurado no pescoço. O trabalho era extenuante e muitas mulheres adoeciam, relatando dores de ouvido, irritações nos olhos, dores de cabeça e tontura. Rosa Maria descreve a prática extenuante de mergulhar para colher mariscos, enfrentando os limites do próprio corpo: “Mas quando a gente chegava lá e a croa estava cheia de água ainda, o jeito era colocar um cofo de palha no pescoço e mergulhava e mergulhava, descia né, ficava lá embaixo o tanto que o folego aguentava” (Rosa Maria da Silva Lopes, 2020).

Mesmo diante dos potenciais perigos, o rio não é visto apenas como forma de sustento, mas representado nas memórias como um ser espiritual com vida própria, capaz de regenerar o corpo dos pescadores, restabelecendo suas forças, sarando feridas e até mesmo acalentando a alma. É o rio sendo mãe – d’água -, mulher, ser que acolhe, gesta fases, fluxos e frutos. Ali, no seio da água, não se sente fome, dor, tristeza, cansaço porque “ele fortalece o pescador”. O rio, em sua percepção, vai além de um simples recurso natural; ele é um ente que nutre o corpo e a alma, restaurando as energias de quem dele depende: “Olhe, vou dizer uma coisa, quando eu saía para pescar, pegar marisco, era como se eu esquecesse tudo, deixasse todos os problemas em casa, e vivesse só ali, pro rio” diz. “E quando mergulha no rio, dentro da água, eu não sentia fome, não sentia dor, não sentia tristeza, cansaço, pois era água fortalecendo o pescador. (Rosa Maria Silva Lopes, 2020).

A conexão com o rio proporcionava não apenas sustento, mas também um refúgio espiritual onde elas se sentiam úteis, plenas e felizes, pois ali esqueciam os problemas e não conseguiam pensar em nada que as afligia. A pesca, portanto, era assumida como um ato de dignidade e cidadania. A água, por sua vez, regenerava a(o) pescadora(o), e, no trabalho, a vida de muitos homens e mulheres do povoado readquiria sentido, ou, como diziam, alcançavam a felicidade. Esse amor pelas águas é, em essência, um sentimento filial que começa muito antes de conhecê-las. É como se quiséssemos retornar às nossas origens, à nossa primeira morada

líquida e uterina. Nossas lembranças inconscientes se reencarnam nas águas.

O rio, desse modo, é visto como uma criatura viva, responsável por nutrição e abrigo, a metáfora perfeita da mãe. Bachelard (2018, p. 120) afirma que “sentimentalmente, a natureza é a projeção da mãe”. O amor descrito nas narrativas não é apenas um sentimento de apego, mas uma força propulsora e inesgotável que se apoia nos fluxos e refluxos do rio. Esse rio é amado com toda a alma por essas(es) trabalhadoras(es) porque, segundo Bachelard, suas almas já estão transbordadas de rio, desaguando em lembranças e representações otimistas em relação às águas. “A água”, para Bachelard (2018, p. 123), “é o leite quando cantado com fervor, quando o sentimento de adoração pela maternidade das águas é apaixonado e sincero”. Para o filósofo, a água é esse ser maternal, uma espécie de leite prodigioso, uma lembrança feliz, aprazível e tranquila, uma 'lembrança acalentada no colo materno' (Bachelard, 2018, p. 127).

Maria Pureza, 70 anos, moradora do bairro Tatus, Ilha Grande, embora acompanhasse o marido na roça, afirma: “Minha preocupação era a casa, sabe, cuidar dos meninos”, detalhando o trabalho de limpar, varrer, pegar água na cacimba, lavar roupa e louça no rio. Ela relembra um tempo em que o povoado não dispunha de saneamento básico, descrevendo-o como o “maior sofrimento”. Pureza recorda sua casa com paredes de barro, teto de palha e piso de chão batido, e, mesmo na simplicidade, orgulha-se de ser caprichosa e limpa, expressando saudade dessas habitações e de suas práticas de limpeza. “Eu sempre fui caprichosa com a limpeza”, diz, e descreve com orgulho como 'ariava' as louças de alumínio com palha de aço e areia, “botava no sol para enxugar, depois pegava um pano limpinho e tirava os pingos d’água” (Maria Pureza, 2020). Segundo Michelle Perrot (1989, p. 15), as mulheres são guardiãs das crônicas familiares e da intimidade, preservando as memórias das pequenas e significativas tarefas, descritas com riqueza de detalhes, voltadas para o universo da vida privada, lugares sociais que lhes foram relegados por convenção ou posição.

Maria Luísa, 60 anos, marisqueira e moradora do bairro Tatus, Ilha Grande, lembra que, enquanto seu pai estava na roça, sua mãe sentava-se num tamborete nos fundos da casa e, com uma agulha na mão, passava o dia inteiro costurando. “Quando o pai chegava”, recorda Luísa, “ele retomava a costura de onde a esposa havia parado”, num acordo implícito de trabalho: “Ela fazia a parte dela, e quando chegava a noite, ele ia fazer a parte dele” (Maria Luísa de Sousa, 2020). A mãe de Luísa não acompanhava o marido na roça porque precisava cuidar dos filhos, mas, mesmo assim, “as redes deles quem fazia tudim era ela” (Maria Luísa de Sousa, 2020). A mãe só parava quando era necessário cuidar dos filhos ou preparar o alimento, retomando rapidamente sua posição ao tamborete, continuando a tecer com mãos ágeis e firmes.

Esse trabalho de tecer, assim como o artesanato de palha, era uma tradição profundamente enraizada nas comunidades rurais do litoral do Piauí, transmitida de geração em geração. “Quando eu cresci mais um pouco, aprendi a fazer as tarrafas, os landuás. Meus irmãos todos trabalhavam fazendo tarrafa e eram bem ligeiros. Então, eu aprendi com meu pai essa arte,” diz Luísa, deixando claro que essas habilidades eram passadas de pai para filho. No entanto, Luísa expressa um lamento por não ter aprendido mais enquanto seus pais estavam vivos: “A gente pensa que não vai perder.” (Maria Luísa de Souza, 2020). Este comentário revela uma percepção tardia da importância do conhecimento tradicional, muitas vezes subestimado. A fala de Luísa reflete uma tomada de consciência sobre a efemeridade dos saberes tradicionais e o valor que eles representam para a identidade cultural da comunidade.

Muitas mulheres viam-se em papéis secundários em relação aos maridos, como Iraci Silva Rodrigues, de 85 anos, que só falava na presença do esposo, sempre repetindo: “Ele que sabe”. No entanto, quando o tema era renda de bilros, a sua postura mudou: “Menino, fui uma das pioneiras da renda aqui”, afirmou com orgulho. No litoral do Piauí, a renda, assim como a costura, era mais que um ofício: era uma tradição, uma forma de expressão e sustento. Enquanto os maridos iam para a pesca e roças, as mulheres sentavam-se à porta de casa, fazendo os bilros

"dançarem" sobre as almofadas. Iraci, que aprendeu a arte com uma vizinha, dedicou-se com paixão ao ofício, transmitindo-o às filhas e netas, perpetuando a tradição. Suas mãos hábeis teciam não apenas rendas, mas também a memória e a identidade de sua comunidade, reforçando, como destaca Thompson (1992, p. 23), que "a memória é um fio que liga as gerações". Como ressalta Halbwichs (2006, p. 47), a memória coletiva não se mantém apenas no indivíduo, mas se constrói nas relações sociais, permitindo que saberes e práticas culturais sobrevivam ao tempo e se enraízem na identidade de um povo.

Considerações finais

As memórias do trabalho emergem como fio condutor das narrativas, revelando o trabalho não apenas como meio de subsistência, mas como uma forma de agir e interpretar o mundo. A experiência cotidiana dos trabalhadores(as) de Ilha Grande se manifesta em gestos incorporados e transmitidos de geração em geração, demonstrando senso de pertencimento e, ao mesmo tempo, ruptura e continuidade com as práticas tradicionais. A multiplicidade das tarefas evidencia um ciclo laboral dinâmico, que transita entre a roça, os rios e o espaço doméstico, com as mulheres ocupando um papel central na estrutura produtivas.

A partir da história oral, este estudo revelou uma relação intrínseca entre trabalho, memória e identidade, ressaltando a criatividade dos trabalhadores na adaptação às mudanças impostas pela natureza e pela modernização. Mais do que iluminar práticas laborais, as narrativas resgatam a transmissão de saberes e as conexões sociais que sustentam a vida comunitária. Assim, este trabalho não apenas contribui para a compreensão da realidade da Ilha Grande, no litoral do Piauí, mas também oferece subsídios para os estudos sobre comunidades tradicionais, ressaltando a memória cultural como elemento essencial da identidade coletiva. Em um cenário de transformações globais, a tensão entre a preservação da identidade e a pressão da modernização permanecem um desafio

constante, reiterando a importância da resistência e da valorização dos saberes ancestrais.

Referências

ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: a história dentro da história. PINSK, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CAMPOS, Humberto de. *Memórias*. São Paulo: Opus, 1983.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.

CERTEAU, Michel: *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2014.

DIEGUES, Antonio Carlos. *A pesca construindo sociedades: leitura em antropologia marítima e pesqueira*. São Paulo: NAPAUB-USP, 2004.

_____. *Navegando pelas montanhas: pesca de marcação e mestrança em Galinhos, Rio Grande do Norte – Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. Trad. Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Rio de Janeiro, 2020.

MEIHY, José Carlos Sebe B; SEAWRIGTH, Leandro. *Memórias e Narrativas: a história oral aplicada*. São Paulo: Contexto, 2020.

MEIHY, José Carlos Sebe. *Manual de História Oral*. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História e Memória: a cultura popular revisada*. São Paulo: Contexto, 2013.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WOORTMANN, Ellen F. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades pesqueiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 18. 1992.

Fontes orais

AMARAL, Firmina Araújo. *Entrevistadores: Daniel Braga e Juliana Dantas*. Ilha Grande, PI, 09 out. 2020.

ARAÚJO, Antônio Júlio Marques. *Entrevistador: Daniel Braga*. Ilha Grande, PI, 11 jan. 2015.

COSTAS, Marcos Antônio dos Santos. *Entrevistador: Daniel Braga*. Ilha Grande, PI, 28 jan. 2015.

LOPES, Rosa Maria Silva. *Entrevistadores: Daniel Braga e Juliana Dantas*. Ilha Grande, PI, 06 ago. 2020.

NASCIMENTO, Maria Pureza Monteiro. *Entrevistadores: Daniel Braga e Juliana Dantas*. Ilha Grande, PI, 30 ago. 2020.

ROCHA, Maria dos Santos. *Entrevistadores: Daniel Braga e Juliana Dantas*. Ilha Grande, PI, 11 out. 2020.

SANTOS, Antônio Veras do. *Entrevistadores: Daniel Braga e Juliana Dantas*. Ilha Grande, PI, 23 ago. 2020.

SANTOS, Maria Luísa de Sousa. *Entrevistadores: Daniel Braga e Juliana Dantas*. Ilha Grande, PI, 29 out. 2020.

SILVA, Raimundo Roque da. *Entrevistador: Daniel Braga*. Ilha Grande, PI, 08 fev. 2015.

ENSINO DE HISTÓRIA E LITERATURA INFANTIL: EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E REPRESENTATIVIDADE NEGRA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, À LUZ DA LEI 10.639/2003

Suzana Macêdo Nunes Gomes¹

Resumo: O objetivo deste artigo é problematizar a relação entre o Ensino de História e a Literatura Infantil, para o desenvolvimento de uma educação antirracista, à luz da Lei nº 10.639/2003, contribuindo para o imperativo reconhecimento da representatividade negra na Literatura Infantil para o desenvolvimento de uma educação antirracista. A referida Lei que estabelece a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, é entendida aqui como importante instrumento na busca pelo combate ao racismo na sociedade brasileira. O estudo foi motivado pela seguinte questão norteadora: Como a relação entre Ensino de História e Literatura Infantil Negra, colabora com o combate ao racismo nos anos iniciais do Ensino Fundamental, à luz da Lei 10.639/2003? Para responder à questão norteadora, foram utilizados os pressupostos teóricos de pesquisadores que abordam o Ensino de História, a Literatura Infantil Afro-Brasileira, bem como os estudos acerca da Lei 10.639/2003, racismo, preconceito e educação antirracista.

Palavras-chave: Ensino de História; Literatura Infantil; Lei 10.639/2003; Educação Antirracista; Representatividade Negra.

¹ Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI); Pós-graduada em História Social da Cultura pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Pós-graduada em História do Brasil pela Faculdade Internacional do Delta e Pós-graduada em História e Cultura Afro-Brasileira pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). É mestranda do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) – Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, em Parnaíba-PI. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Renata Cristina da Cunha, Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1215596443300304>. E-mail: smacedong@aluno.uespi.br.

Introdução

O presente artigo busca problematizar a relação entre o Ensino de História e a Literatura Infantil, para o desenvolvimento de uma educação antirracista, à luz da Lei nº 10.639/2003. Esta lei estabelece a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, com o intuito de favorecer uma educação comprometida com as relações étnico-raciais, ressaltando a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira.

A Lei nº 10.639/2003 versa sobre o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas disciplinas de História, Artes e Literatura, mas é importante ressaltar que o tratamento dessa abordagem afro-brasileira deve estar presente em todas as disciplinas. A escola deve assumir um compromisso político-pedagógico em prol da superação do racismo, este que segrega e humilha os negros, tratando-os apenas como objetos e não como sujeitos da história.

A referida Lei que acrescentou a essa obrigatoriedade o ensino de história e cultura indígena, é entendida aqui como importante instrumento na busca pelo combate ao racismo na sociedade brasileira. O racismo “baseia-se na ideia de superioridade de uma raça ou cor em relação a outra (s), e só se consubstancia porque uma delas se sente superior, e muitas vezes a outra se sente inferior” (Alberti, 2013, p. 27-28). Atualmente podemos observar diversas situações em que o racismo está presente em nossa sociedade, ele pode se manifestar em diferentes espaços, até mesmo no ambiente educacional, sendo, pois, essencial que os educadores se preocupem com o tratamento referente as questões étnico-raciais.

Porém é importante ressaltar que o “racismo é um problema de todos e envolve toda a sociedade” (Alberti, 2013, p. 28). Torna-se então, essencial o nosso olhar para o chamado estudo das “questões sensíveis” ou “temas controversos”, estes que de acordo com Alberti (2013) são muitas vezes evitados em sala de aula. “O estudo da história de questões sensíveis se configura quando envolve uma injustiça, real ou percebida,

ocorrida em relação a determinados grupos” (Alberti, 2013, p. 35). Entre os temas considerados sensíveis está o racismo que constantemente é realimentado em nossa sociedade por meio da relação/diferenciação entre superior e inferior, por meio dos preconceitos de raça e cor.

Para tanto, a escola, entendida como espaço social, necessita estar apta no combate ao racismo, fomentando discussões referentes a este tema entre professores, alunos, gestores e os demais sujeitos que fazem parte do ambiente escolar. A análise da Lei 10.639/2003 torna-se essencial, pois “reconhece a legitimidade de uma das mais antigas demandas do movimento negro contemporâneo, isto é, a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos afro-brasileiros” (Garrido, 2019, p. 19) e mostra como esta temática é possível, necessária e transformadora. A Lei é fruto das lutas e conquistas do povo negro, ela existe para que a população negra seja inserida de forma efetiva na sociedade, buscando diminuir as injustiças sociais. A aplicabilidade da Lei 10.639/2003 e a utilização da Literatura Infantil Negra são ferramentas importantes para superar as desigualdades e exclusões que estão presentes dentro do próprio contexto educacional.

Torna-se relevante reconhecer a necessidade e a importância da temática étnico-racial dentro dos livros paradidáticos que são apresentados em sala de aula nos Anos Iniciais da do Ensino Fundamental, para que, desde pequenas, as crianças, principalmente as crianças negras, possam desenvolver sua autoestima e sua formação crítica e reflexiva acerca da valorização do protagonismo negro não só na escola, mas em todos os espaços da nossa sociedade.

A introdução da referida temática na sala de aula possibilita a promoção de uma educação que contribua para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária, em que as crianças e todos os outros atores envolvidos no processo educacional possam romper com as barreiras do preconceito que se encontra tão enraizado em nossa sociedade. Apresentar para as novas gerações livros com personagens negros podem auxiliar na criação de referências para as crianças negras.

Devemos trabalhar o reconhecimento da existência do racismo e repassar aos nossos alunos a importância da diversidade de experiências e identidades presentes em nossa sociedade, para que eles entendam que por meio desse reconhecimento podemos explorar a diversidade, bem como desafiar e vencer o racismo. A escola, como espaço educacional e social, necessita se adequar no combate ao racismo, propiciando o conhecimento deste assunto por todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Parafrazeando Silvio de Almeida (2019), o racismo se diferencia de outras categorias que também estão associadas à ideia de raça, como por exemplo, o preconceito. O autor explica o racismo como uma forma sistemática de discriminação e que resulta em práticas que possibilitam desvantagens ou privilégios para determinados grupos, tendo como fundamento a raça. Já o preconceito racial é explicado por Silvio de Almeida como um julgamento baseado em estereótipos, que pode ou não resultar em práticas discriminatórias a respeito de indivíduos pertencentes a determinados grupos raciais. O preconceito aparece nas atitudes que diminuem o valor de uma pessoa.

Segundo Durão & Tourinho (2023), “a principal tarefa é levar para a sala de aula e para os projetos de capacitação a importância de desmitificação de que vivemos em uma democracia racial” (2023, p. 195). Portanto, torna-se urgente incentivar o desenvolvimento de práticas que auxiliem na formação dos professores em relação ao reconhecimento das relações étnico-raciais no ambiente escolar, via diálogo com as diferentes áreas do conhecimento, por meio do desenvolvimento de materiais e práticas que possibilitem a criação de referências positivas na escola que auxiliarão os docentes em sala de aula.

O ensino de História nas séries iniciais torna-se relevante para que a criança possa situar-se nos diferentes ambientes em que está inserida, para que ela se reconheça como um ser que produz história, desenvolvendo o conhecimento da existência da diversidade e a aceitação das diferenças existentes na sociedade em que vive. A História sendo entendida como primordial na construção da identidade histórica e social das

crianças desde os Anos Iniciais e possibilitando seu desenvolvimento durante todo o percurso escolar.

No tocante a relação entre o Ensino de História e a Literatura Infantil, por meio da inserção e da valorização da representatividade e do protagonismo de personagens negros nos livros, podem abrir espaço para um universo de possibilidades, onde as crianças, e principalmente as crianças negras, possam se sentir representadas nas histórias contadas e nas ilustrações presentes nos livros infantis. Por isso a importância de trazeremos a questão racial para a sala de aula, pois torna-se urgente a necessidade da criação de referências positivas para a construção da autoestima das crianças negras.

Os livros podem contribuir para a formação de sujeitos conscientes da diversidade étnico-racial presente na sociedade, por isso é necessário que se tornem importantes recursos na rotina dos pequenos leitores e que tragam também a abordagem da valorização da representatividade negra, pois, por meio da riqueza de conhecimento e de encantamento contida em suas páginas, podem se tornar essenciais na formação de referências para a construção da identidade das crianças negras, bem como servir como contributo para o desenvolvimento de uma educação antirracista.

Diante do exposto, esse artigo almeja responder a seguinte pergunta: Como o diálogo entre Ensino de História e Literatura Infantil Negra, colabora com o combate ao racismo nos Anos Iniciais da Educação Básica, à luz da Lei 10.639/2003? Para responder à questão norteadora, foram utilizados os pressupostos teóricos de pesquisadores que abordam o Ensino de História, a Literatura Infantil Afro-Brasileira, bem como os estudos acerca da Lei 10.639/2003, racismo, preconceito e educação antirracista, tais como Abreu & Mattos (2008), Bittencourt (2018), Gomes (2005), Adichie (2019), Durão & Tourinho (2023), Sílvio de Almeida (2019), Alberti (2013), Garrido (2019), Batista (2014), Silva & Oliveira (2023), entre outros que se dedicam a estas temáticas. Considerando a natureza do objeto de estudo, optamos pela abordagem qualitativa.

A Lei 10.639/2003 no Ensino de História e na Literatura Infantil

O ensino de História nas séries iniciais torna-se relevante para que a criança possa situar-se nos diferentes ambientes em que está inserida, para que ela se reconheça como um ser que produz história, desenvolvendo o conhecimento da existência da diversidade e a aceitação das diferenças existentes na sociedade em que vive. A História sendo entendida como primordial na construção da identidade histórica e social das crianças desde os Anos Iniciais e possibilitando seu desenvolvimento durante todo o percurso escolar.

O ensino de História possibilita a formação do aluno enquanto sujeito de sua própria história, além de favorecer ao aluno a compreensão do contexto ao qual está inserido. Sendo assim, a disciplina de História nos Anos Iniciais, é fundamental pois, por meio dos conteúdos repassados nesta etapa da Educação Básica, possibilita às crianças a formação do pensamento transformador, permitindo que as crianças se percebam como sujeitos históricos e que tudo que as cerca também faz parte do seu processo de formação.

Circe Bittencourt (2018), em texto intitulado “Reflexões sobre o ensino de História”, apresenta algumas reflexões sobre a trajetória do ensino de História entre os séculos XVI aos dias atuais. A autora mostra que a instituição da História nas escolas brasileiras foi marcada por diversos confrontos e que ainda hoje a referida disciplina continua enfrentando desafios constantes. O desafio posto atualmente à disciplina de História é buscar superar o seu caráter mnemônico, pois muitos professores se deparam diariamente com alunos que consideram a História como uma matéria de memorização de datas, fatos e de exaltação de figuras heroicas.

Bittencourt destaca as mudanças significativas ocorridas nos currículos após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996, bem como após as propostas introduzidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998, em que se tornou possível a introdução de novos conteúdos históricos comprometidos com a formação de uma cidadania democrática. A autora destaca também a Lei 10.639/2003, esta que foi “fruto dos

movimentos sociais” (Bittencourt, 2018, p. 142), permitindo a introdução da História da África e das culturas afro-brasileiras.

Porém, a representação dos negros na Literatura e nos materiais didáticos, na maioria das vezes, com poucas exceções, é aquela em que são apresentados como sujeitos desumanizados e subservientes, com referências ao período da escravidão e, na maioria das vezes, em situação de desprestígio social. Contar uma história nos livros de Literatura, de uma forma diferente e positiva, com a presença do negro como protagonista, é uma forma de reparar as injustiças sofridas por este povo.

Parafraseando Alberti, podemos contrapor as imagens recorrentes que apresentam o negro como escravo, como vítima, apresentando para nossos alunos “imagens e experiências que mostrem africanos e seus descendentes como sujeitos históricos” (Alberti, 2013, p. 36). Não precisamos mostrar imagens horríveis para traumatizar os alunos, precisamos nos preocupar com a apresentação de sujeitos históricos ativos, enfatizando a diversidade.

Há ainda que ressaltar que a Literatura Infantil Negra pode desempenhar um papel essencial na formação do aluno em seus anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como no decorrer de toda a sua vida escolar, pessoal e profissional, como possibilidade de valorização das raízes culturais africanas, servindo assim para elevar a autoestima do aluno afrodescendente, fazendo com que se reconheça e possa assumir plenamente sua identidade negra.

Segundo Alberti (2013), a literatura pode nos ajudar a identificar estratégias para lidar com o ensino da história das relações étnico-raciais. Por meio da Literatura de temática negra o aluno tem a possibilidade de um contato maior com a diversidade cultural e étnica presente em nosso país, proporcionando assim o diálogo e a interação com diferentes culturas e povos para a construção de sua identidade.

Foi pensando no reconhecimento do estudo da história africana, com o objetivo de favorecer uma educação das relações étnico-raciais, que em 2003 foi implementada a Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatória a inclusão do ensino da História da África e dos Africanos, bem como da

História da Cultura Afro-Brasileira no currículo das instituições públicas e privadas, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (Brasil, 2003)

A Lei 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, propondo o estudo da História da África e dos africanos, enfatizando a luta dos negros no Brasil, a cultura negra e a contribuição do povo negro na formação da sociedade brasileira. Porém, desde sua promulgação, em janeiro de 2003, a aplicabilidade da Lei ainda é vista como um desafio a ser superado nas escolas e a “História escolar tomou para si a responsabilidade de levar à frente esse desafio, visto que lida com a questão da identidade, diferença e memória no seu dia a dia” (Da Costa, 2013, p. 218). O ensino de História deve, pois, possibilitar o estudo e reconhecimento da diversidade, bem como fazer com que o aluno se reconheça enquanto sujeito histórico na sociedade.

Ainda sobre a Lei 10.639/2003, esta representa uma conquista histórica do Movimento Negro Brasileiro, buscando contribuir para uma educação das relações étnico-raciais, orientada pela igualdade e valorização da diversidade. Esta lei se contrapõe aos discursos que invisibilizam

o racismo no Brasil e defendem a existência de uma “democracia racial” brasileira, conceito que foi utilizado para “legitimar a união das três raças: o português, o negro e o indígena [...]” (Durão; Tourinho, 2023, p. 186), as três raças seriam a representação de um encontro perfeito, sem conflitos, na formação da identidade racial e nacional brasileira.

A Lei 10.639/2003 busca então, romper com o mito da democracia racial, mostrando a permanência do racismo, mostrando como essa falsa ideia de uma convivência harmoniosa “encobria o silêncio sobre a desigualdade e a discriminação racial reproduzida desde cedo no ambiente escolar” (Da Costa, 2013, p. 234), bem como em tantos outros ambientes da sociedade. O estabelecimento desta lei representou um avanço no processo de democratização do ensino e na luta antirracista, buscando criar estratégias de combate e superação do racismo em nossa sociedade. A Lei 10.639/2003 enfatiza as disciplinas de História, Artes e Literatura “no tratamento das questões que envolvem a História e Cultura Afro-Brasileira, mas é importante ressaltar que a abordagem dessas questões não se reduz ou é exclusiva dessas disciplinas” (Santos; Deorce, 2014), é necessário mobilizar o maior número possível de pessoas, pois a escola e o professor sozinhos, não conseguirão dar conta de tantas demandas referentes às questões étnico-raciais.

O percurso histórico da Lei 10.639/2003 está ligado ao ativismo do Movimento Negro engajado em combater o racismo e as demais opressões presentes na sociedade e pela reavaliação do papel do negro na construção da História do Brasil. O Movimento Negro tem ainda como característica marcante, “a denúncia do ‘mito da democracia racial’, como um importante elemento na luta contra o racismo” (Pereira, 2012, p. 112). Ainda segundo Pereira, em cada período da história do Brasil existiram movimentos negros com características distintas.

O autor adota o termo “movimento negro contemporâneo” para se referir às atuações que ocorreram a partir da década de 1970 no que tange às questões raciais, atuações estas que buscavam lutar contra o racismo e “por melhores condições de vida para a população negra, seja através de práticas culturais, de estratégias políticas, de iniciativas

educacionais e etc. – o que faz da diversidade e da pluralidade características desse movimento social” (Pereira, 2012, p. 117). Portanto, o Movimento Negro tem apostado na valorização da diversidade sociocultural presente na sociedade brasileira, buscando o reconhecimento e a visibilidade da história e da cultura africana e afrobrasileira.

O Movimento Negro luta para colocar em pauta a temática de enfrentamento das desigualdades sociais e raciais, bem como do verdadeiro papel do negro como essencial na construção da história do Brasil, um debate que há tempos é marcado por uma longa trajetória de silenciamento, uma discussão colocada às margens pela sociedade brasileira e que precisa ser levada para dentro das escolas e estar presente nos currículos escolares. “O protagonismo negro na luta contra a escravidão e por melhores condições de vida no período pós-abolição deve ser pesquisado, conhecido e trabalhado nas escolas de nosso país” (Pereira, 2012, p. 125). Só assim, estaríamos buscando alcançar a verdadeira democracia racial, por meio da construção de um país diverso, democrático e antirracista.

O estudo do racismo, bem como das estruturas excludentes da sociedade revelam o quanto “a escola, embora não de forma absoluta, como parte desse tecido, sofre com a persistência dessa ideia de democracia racial, seja por meio da família ou de gestores e educadores pouco afeitos a esse debate” (Durão; Tourinho, 2023, p. 186). Cabe então a escola, aos educadores e a sociedade como um todo, buscar diferentes formas de combate ao racismo e ao preconceito presentes nas diferentes estruturas da sociedade.

A Literatura Infantil de temática negra

A Literatura Infantil pode ser compreendida como um conjunto de obras literárias que são produzidas e destinadas para a infância, “é aquela que seduz a criança, salvando a qualidade do texto e preservando o status de literatura” (Silva; Oliveira, 2023, p. 4). Ao falarmos de literatura infantil torna-se necessário levar em consideração a Literatura

Infantil de Temática Negra, esta que evidencia e valoriza a cultura negra por meio de textos e ilustrações.

Segundo Pestana (2021), a Literatura Infantil Negra ou “Literatura Afro-Infantil” é entendida como “um braço da Literatura afro-brasileira ou Literatura Negra, que além de seu caráter estético, prazeroso, criativo e intelectual, têm como marca primordial seu caráter militante, de engajamento político-social” (Pestana, 2021, p. 9), que possibilita reflexões sobre identidade, respeito, autoestima e ancestralidade.

A Literatura contribui com a formação do imaginário infantil. Os livros de Literatura Infantil apresentam um universo de personagens de príncipes, princesas e heróis que se tornam importantes na imaginação das crianças, porém, as crianças afro-brasileiras não se sentem representadas nestes personagens e acabam não se sentindo como protagonistas das histórias apresentadas nos livros, ficando assim presos ao que Adichie (2019) chama de “o perigo de uma história única”, em que ela mesmo quando criança se viu envolvida neste tipo de história.

A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história [...] A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos (Adichie, 2019, p. 26-28).

Adichie que aprendeu a ler aos dois anos de idade e se tornou escritora aos 7 anos, só tinha contato com livros infantis britânicos e americanos que lhe apresentavam um tipo de história em que os personagens eram sempre brancos e de olhos azuis, por isso ela escrevia exatamente o tipo de história que lia, por não conhecer outras histórias, por não se ver representada nos livros que lia. Segundo a autora, “o que isso demonstra, [...] é quão impressionáveis e vulneráveis somos diante de uma história, particularmente durante a infância” (Adichie, 2019, p. 13). A autora

mostra que tudo mudou após conhecer as histórias presentes nos livros africanos, ali ela começou a se reconhecer como negra e percebeu que pessoas iguais a ela poderiam estar presentes na literatura, e afirmou que a descoberta de escritores africanos a salvou de ter apenas uma história única sobre o que são os livros.

Torna-se urgente que a cultura negra seja reconhecida e valorizada dentro e fora do espaço escolar, pois segundo Durão & Tourinho (2023), “os lugares de educação foram negados e negligenciados à população negra, que, para além de ocupar ou permanecer nesses espaços, não se reconhecia em seus currículos” (Durão; Tourinho, 2023, p. 180). Logo, é necessário o consumo de conteúdos diversificados para que nossas crianças tenham orgulho de sua origem. A Literatura Infantil, por meio da inserção e da valorização da representatividade e do protagonismo de personagens negros nos livros, pode abrir espaço para um universo de possibilidades, onde as crianças, e principalmente as crianças negras, possam se sentir representadas nas histórias contadas e nas ilustrações presentes nos livros infantis.

Além disso, torna-se essencial a valorização da produção literária feita por autores (as) negros (as), estes que devem ser apresentados às crianças para que sirvam como referências em seu processo de formação e construção de sua identidade. Pensamos aqui no processo de construção da identidade da criança negra que ao entrar em contato com essa literatura de temática negra, passa a se enxergar e a se reconhecer, “considerando aspectos que, historicamente, foram silenciados em nossa sociedade” (Silva; Oliveira, 2023, p. 6), além de possibilitar que a cultura negra seja ressignificada e valorizada no contexto educacional. A criança negra entendida como um ser pensante, capaz de refletir sobre si e mundo, dialogar e se identificar com a literatura.

Porém, é importante ressaltar que a construção da identidade negra em nossa sociedade é um processo complexo, “marcado por uma sociedade que, para discriminar os negros, utiliza-se tanto da desvalorização da cultura de matriz africana como dos aspectos físicos herdados pelos descendentes de africanos” (Abreu; Mattos, 2008, p. 41). Pensamos

aqui no processo de construção da identidade da criança negra que ao entrar em contato com a literatura de temática negra, passa a se enxergar e a se reconhecer. A criança negra entendida como um ser pensante, capaz de refletir sobre si e mundo, dialogar e se identificar com a literatura.

A busca da identidade envolve semelhanças e diferenças, bem como está ligada ao processo de decifração do outro. A identidade envolve os níveis cultural, social, histórico e político de cada sociedade, sendo construída então, por meio dos lugares sociais que os indivíduos frequentam e pode ser também considerada múltipla, assim os indivíduos percebendo a si e aos outros, podem construir uma imagem positiva ou negativa de si e dos outros.

Segundo Santos & Deorce (2014), o processo de formação da identidade é revelado por meio da cultura, sendo a identidade “um conjunto de caracteres exclusivos de uma pessoa, construídos no contato com o outro e com outras referências” (Santos; Deorce, 2014, p. 81). A identidade é construída então, por meio dos lugares sociais que os indivíduos frequentam e pode ser também considerada múltipla, assim os indivíduos percebendo a si e aos outros, podem construir uma imagem positiva ou negativa de si e dos outros. Dessa forma, a construção da identidade é baseada no diálogo, na interação, para tanto as identidades sociais são definidas no âmbito da cultura e da história, em que “o meu mundo, o meu eu, a minha cultura, são traduzidos também através do outro, de seu mundo e de sua cultura, do processo de decifração desse outro, do diferente” (Gomes, 2005, p. 42).

A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro.

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso

negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros (as) (Gomes, 2005, p. 43).

Já que a identidade dos negros e negras é construída nos vários espaços, sendo eles institucionais ou não, a identidade negra também pode ser construída durante a trajetória escolar dos estudantes negros, tendo a escola a responsabilidade social e educativa de compreender positivamente a identidade negra na sua complexidade, respeitando-a, assim como às diversas identidades que são construídas pelos diferentes sujeitos que atuam no ambiente escolar.

A Literatura Infantil de Temática Negra possibilita a construção de uma imagem e de uma identidade para a criança negra, bem como aponta para o reconhecimento da diversidade que está presente nos escritos literários. Por meio da literatura infantil afro-brasileira, a cultura negra poderá ser ressignificada e valorizada no contexto educacional, por isso, essa literatura deve ser apresentada às crianças em sala de aula, para que possam reconhecer e entender a importância da imagem do negro nos livros de literatura infantil e em nossa sociedade.

Educação das Relações Étnico-Raciais e o papel do professor

Segundo Batista (2014), a Educação das Relações Étnico-Raciais objetiva divulgar e produzir “conhecimentos sobre questões relativas a esses temas, como também promover atitudes educativas nos cidadãos brasileiros de respeito e valorização relativos à pluralidade étnico-racial” (Batista, 2014, p. 69). Parafraseando as DCNs para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o que se pretende é realizar um trabalho de reeducação de negros e brancos, trocar conhecimentos e quebrar desconfiças, fazendo emergir dores e medos para o entendimento das relações étnico-raciais e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A educação é compreendida então, “como âmbito importante para pensar a promoção da igualdade racial, a promoção da história e cultura afro-brasileira” (Batista, 2014, p. 65). É nesse momento que o papel da escola se faz primordial, visto que, no ambiente escolar, a criança compreenderá que nem todo mundo se parece fisicamente, por isso, todos devemos respeitar as diferenças e saber admirar o próximo. A escola deve ser um ambiente de acolhimento, liberdade e amor. Ela só reunirá tais características se as aulas forem focadas no respeito ao ser humano e à diversidade. A sala de aula compreendida aqui como espaço da diversidade tanto de pensamentos e ideias, quanto na questão racial e étnica, daí a importância de valorizar e respeitar os saberes e valores dos alunos, mas sem estabelecer hierarquias quanto às questões raciais ou étnicas, respeitando negros e brancos.

A temática étnico-racial deve ser desenvolvida no cotidiano escolar, durante todo o período letivo, devendo ser trabalhada em todas as etapas de ensino. Assim, a escola, além de ser compreendida como um espaço de troca de informações e esclarecer sobre a temática étnico-racial, deve ter também um papel central como rede de proteção e apoio a crianças e jovens que sofrem violências e abusos relacionados ao racismo. O professor deve estar comprometido com um ensino voltado para o exercício da cidadania e para a formação de sujeitos críticos e cientes de que são capazes de construir sua própria história. Os educadores devem estar preparados para realizar um trabalho voltado para o combate a quaisquer tipos de preconceito, estigma e discriminação que tendem a desqualificar os sujeitos e as riquezas culturais de nosso país.

Segundo Garrido (2019) é “fundamental manter a vigilância e discussão sobre as questões étnico-raciais” (Garrido, 2019, p. 41), sendo assim, é importante reconhecermos que a reflexão sobre a questão racial brasileira não é algo particular que deva interessar somente aos negros ou a escola e aos professores, esta é uma questão social, política e cultural que deve envolver todos (as) os (as) brasileiros (as). A reflexão sobre a questão racial é, portanto, uma questão que envolve a humanidade. Empreender a reeducação das relações étnico-raciais deve ser um trabalho

que mobilize o maior número de pessoas possível, compreender e combater o racismo deve ser uma tarefa de todos independentemente de seu pertencimento racial.

Considerações finais

Por meio deste trabalho desenvolvemos uma breve discussão acerca da relação o Ensino de História e a Literatura Infantil, tendo como base a Lei 10.639/2003, esta que favoreceu o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Problematicamos a introdução da temática étnico-racial em sala de aula para o desenvolvimento de uma educação antirracista, bem como para o reconhecimento e valorização da diversidade cultural e racial presente em nossa sociedade, desmitificando a falsa ideia da existência de uma democracia racial brasileira. Defendemos assim um trabalho que enfatize o Ensino de História e a Literatura Infantil de temática negra em sala de aula, para o desenvolvimento de práticas que favoreçam a autoestima das nossas crianças negras, a valorização das diferenças e a superação do racismo.

Referências

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 21(41), jan./jun., 2008.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALBERTI, Verena. Algumas estratégias para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira. In: PEREIRA, Amílcar A.; MONTEIRO, Ana Maria

(orgs.). *Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. pp.27-56.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. Coleção Feminismos Plurais (Sueli Carneiro). São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, Adeir Ferreira. Educação das Relações Étnico-Raciais: historiografia da criação, execução, implementação da Lei nº 10.639/2003 e outras perspectivas sobre direitos humanos. *Cadernos RCC* #36, v. 11, n. 1, mar. 2024.

BATISTA, Luciana Lima. Educação e Diversidade Étnico-Racial – Legislação e Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. In. CAPRINI, A. B. A.; REIS, E. dos; RODRIGUES, R. F. (Orgs.). *Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola*. Manual do projeto gráfico dos livros de TCC. Organização: Cefor. Serra, ES: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, 2014.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, 2004.

BRASIL. *Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 09 mar. 2023.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. *Estudos Avançados*, 32 (93), 2018.

CARNAVAL, Marilya Mariany. Luzes e Sombras: a narrativa visual de Suzy Lee na Educação Infantil. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 23, n. 2, p. 112-126, maio/ago. 2023. doi: 10.5935/cadernosletras.v23n2p112-126.

DA COSTA, Warley. A escrita escolar da história da África e dos afro-brasileiros: entre leis e resoluções. In: PEREIRA, Amílcar A.; MONTEIRO, Ana Maria (orgs.). *Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. pp.215-244.

DURÃO, Gustavo de Andrade; TOURINHO, Mary Angelica Costa. Para além da colonialidade: para que outros futuros mais justos e igualitários possam ser pensados e construídos. In: DURÃO, Gustavo de Andrade; TOURINHO, Mary Angelica Costa (orgs.). *Ensino de História: Teorias, práticas e novas abordagens*. Recife: EDUFE, 2023. pp. 179-198.

GARRIDO, Mírian Cristina de Moura. A representação da África nos livros didáticos: análise do espaço dedicado à África nos editais e nos guias de livros do PNLD e em livros de história do Ensino Médio. In: BUENO, André; DURÃO, Gustavo; GARRIDO, Mírian (orgs.) *História da África: Debates, temas e pesquisas para além da sala de aula*. Rio de Janeiro: Sobre Ontens Edição Especial, 2019.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PEREIRA, Amílcar Araújo. “Por uma autêntica democracia racial!”: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história. Faculdade de Educação,

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Av. Pasteur, 250, sala 233, Campus Praia Vermelha. 22290-240, Rio de Janeiro – RJ – Brasil.

PESTANA, Cristiane Veloso de Araujo. *A literatura afro-infantil: representação e representatividade*. Texto publicado em Anais do I Encontro nacional de literatura infantil/juvenil: teorias e práticas leitoras, UERJ, 2019.

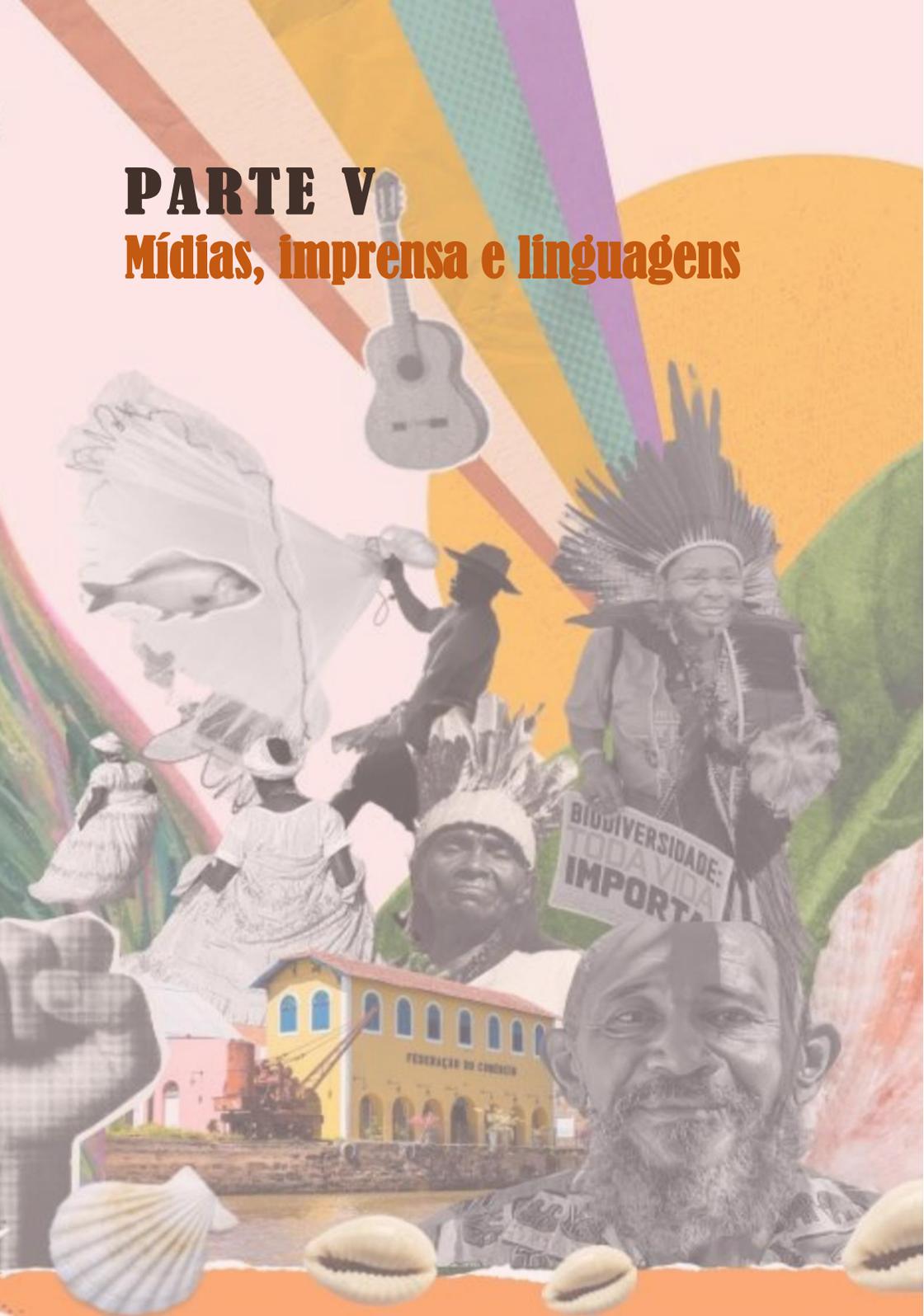
SANTOS, Adilson Silva; DEORCE, Mariluzza Sartori. Sala de aula, diversidade e os materiais didáticos no contexto das relações étnicorraciais. In. CAPRINI, A. B. A.; REIS, E. dos; RODRIGUES, R. F. (Orgs.). *Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola*. Manual do projeto gráfico dos livros de TCC. Organização: Cefor. Serra, ES: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, 2014.

SILVA, Andrialex William da; OLIVEIRA, Manoilly Dantas de. *A Literatura Infantil Negra em Sala de Aula: caminhos a desbravar por meio da formação docente*. Revelli, v. 15, 2023.

SOUSA, Gabriela Tavares de. *A Representatividade Negra na Literatura Infantil: dentro da sala de aula*. XCOPENE (Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros). Uberlândia – MG, 12 a 17 de outubro de 2018.

PARTE V

Mídias, imprensa e linguagens



“QUEM VAI DEFENDER OS MORADORES?”: MOVIMENTOS SOCIAIS DE BAIRRO NA IMPRENSA ALTERNATIVA EM PARNAÍBA – PI (DÉCADA DE 1980)

Andréia Gabriele Santana de Sousa¹
Felipe Augusto dos Santos Ribeiro²

RESUMO: Desde a década de 1970, o Brasil foi marcado por intensos movimentos sociais, que surgiram como resposta ao governo autoritário e na luta por uma nova Constituinte, conquistada na década seguinte. Nesse aspecto, este artigo analisa os movimentos sociais que ascenderam no Brasil durante os anos de 1980, particularmente aqueles denominados na historiografia como Movimento Amigos de Bairro (MAB) e Sociedade Amigos de Bairro (SAB), tendo como foco a cidade de Parnaíba, estado do Piauí. A partir de periódicos da imprensa alternativa local veiculados no período, identificados como integrantes da Geração Mimeógrafo, serão analisadas as matérias desses jornais vinculados ao que chamamos neste trabalho como “movimentos sociais de bairro” para mapear especificamente as mobilizações das associações de moradores atuantes no município e redondezas. Dessa forma, na metodologia, utilizamos uma abordagem qualitativa de fontes primárias (*Jornal Inovação, Boletim da AMBSL, Integração Urbana, Jornal da Barra Grande, Jornal da Pedra do Sal, O Comunitário do Joaz Souza e Periferia*) e secundárias (livros, artigos acadêmicos e teses). Ademais, para abordar sobre imprensa alternativa, usamos como referencial teórico: Kucinski (2012), Araújo (2000) e Moraes (2012), para auxiliar no campo dos Movimentos Sociais, usamos: Sader (1988), Sótenos (2013) e Medeiros (1995).

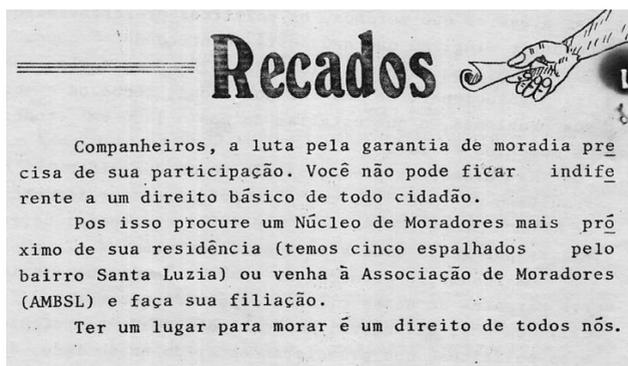
¹ Graduada em Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-Pi. Orientador: Prof. Dr. Felipe Augusto dos Santos Ribeiro. E-mail: andreiagsousa@aluno.uespi.br.

² Professor do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-Pi. E-mail: feliperibeiro@phb.uespi.br.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Associações de Bairro; Imprensa Alternativa; Geração Mimeógrafo; Parnaíba-PI.

Introdução

Figura 01: Publicação de recados aos leitores do Jornal Boletim da AMBSL.



Fonte: Jornal Boletim da AMBSL, nº 2, 1987, p. 6.

Acervo: coleção disponibilizada por Reginaldo Costa.

Ao longo da graduação, o interessava em saber quais os motivos que incentivaram o surgimento da imprensa alternativa no Brasil, como chegou no Piauí, e por quais motivos? Essas inquietações, associadas ao interesse em desenvolver pesquisa sobre a temática, contribuíram para a nossa participação como bolsista no Programa Institucional de Bolsas em Extensão Universitária (PIBEU) ao lado de uma boa equipe, tendo como coordenador o docente Felipe Ribeiro no projeto intitulado *Conhecendo a Geração Mimeógrafo: digitalização, catalogação, e publicização de acervos de periódicos alternativos de Parnaíba*, realizado entre fevereiro de 2022 e janeiro

de 2023, no qual o acervo foi disponibilizado pelo Sr. Reginaldo Costa³. A experiência que esse projeto proporcionou foi o fio condutor dessa pesquisa.

Durante todo o processo de catalogação e digitalização do projeto, que ao todo deu 38 periódicos, nos deparamos com tantas questões atuais que questionamos se a cidade de Parnaíba fez algum progresso efetivo ou apenas postergou os problemas. Nas matérias dos jornais voltados aos problemas dos bairros vimos denúncias sobre questões que ainda hoje são difíceis para determinadas regiões da cidade.

Como por exemplo, no jornal o *Boletim da AMBSL*, que foi criado a partir da Associação de Moradores do Bairro Santa Luzia, traz uma matéria intitulada: “*A questão da moradia, problema social ou caso de polícia?*”. A discussão aqui se dá a respeito da espera dos moradores do bairro Santa Luzia, sobre as terras onde residiam. Ao ler essa matéria logo veio na cabeça um evento que aconteceu no bairro no qual morro, também periférico, em que algumas famílias estavam passando por esse mesmo problema de moradia.

O jornal é um instrumento que o povo vai usar para denunciar a exploração que sofre. É também um instrumento para ajudar o povo a se unir. Unidos é que somos fortes para lutar contra essas injustiças que a gente vive. [...] Por isso todo mundo deve participar: camponeses, pescadores, tudo quanto é trabalhador homem e mulher deve participar dessa luta? passando nosso jornal adiante, lendo para quem não sabe lê discutindo em casa, na canoa, no campo, nas escola. (Jornal da Barra Grande, [s.d.], p. 2).

³Um dos fundadores do *Jornal Inovação*. Anteriormente, Reginaldo Costa havia colaborado no desenvolvimento de outro projeto PIBEU, intitulado *Levantamento e catalogação de fontes históricas em acervos públicos e privados da cidade de Parnaíba-PI*, também coordenado pelo docente Felipe Ribeiro e desenvolvido ao longo do ano de 2020, tendo digitalizado todas as edições do *Jornal Inovação*, acessíveis online através da Plataforma Mundos do Trabalho Pinauí, disponível em <<http://www.mundosdotrabalho.com.br/>> .

Esses periódicos efetivaram um papel importante ao servir como plataforma de denúncia, ferramenta de luta, comunicação e organização para esses bairros. Esses jornais operavam como instrumento de mobilização, instigando a união e a ação coletiva. Por meio de suas páginas, moradores organizaram protestos, pressionaram autoridades e, muitas vezes, encontraram soluções para os seus problemas. Ademais, ao serem produzidos por associações de moradores, esses periódicos asseguravam que a voz das comunidades fosse representada. A importância dos jornais mimeografados supera a simples informação; eles foram e são ferramentas essenciais na luta por direitos e justiça social.

Tendo como principal objetivo analisar as mobilizações desses movimentos sociais de bairro em Parnaíba através dos periódicos da imprensa de alternativa local publicados na década de 1980, o presente artigo está organizado em três tópicos fundamentais. O primeiro busca abordar sobre a historiografia dedicada à temática dos movimentos sociais, recortando para os debates específicos sobre o Movimento Amigos de bairro (MAB) e Sociedade Amigos de Bairro (SAB) no intuito de perceber mobilizações similares no Piauí. Em seguida, um tópico relativo ao papel da imprensa alternativa durante a ditadura militar, bem como seus reflexos no Piauí, com destaque para a chamada Geração Mimeógrafo. Por fim, um tópico em que analisamos publicações da imprensa alternativa local dedicadas às mobilizações de coletivos de moradores e associações de bairro em Parnaíba e redondezas, denominadas neste artigo como movimentos sociais de bairro.

Movimentos sociais e suas variações

A atuação dos movimentos sociais parte de reivindicações pelos direitos básicos ao Estado, tornando-se uma busca por uma vida de mais qualidade. Pensar os papéis dos movimentos sociais é levantar alguns questionamentos a respeito dos objetivos de seus “projetos”, dos quais deram sentido para a existência desses movimentos, afinal se trata de grupos organizados da sociedade que pretendem lutar por questões

sociais, e para estudar a natureza das classes sociais, Sader cita E. P. Thompson.

As classes acontecem à medida que os homens e mulheres *vivem* suas relações de produção e *experimentam* suas situações determinantes, dentro do ‘conjunto de relações’ com uma cultura e expectativas herdadas, e ao modelar essas experiências em formas culturais. (Thompson, 1984, p.38 apud Sader, 1988, p. 44).

Essa construção histórica das classes sociais segue uma sequência de experiências dadas que “*identificam interesses*”, desenvolvendo dessa maneira coletividades políticas, sujeitos coletivos, e movimentos sociais (Sader, 1988). Os estudos sobre os movimentos sociais, tem uma gama de diversidade, que vai desde um conjunto de comunidades, categoria sindical, para uma comunidade de base etc., o que podemos considerar como algo que liga todos eles é: a busca por condições de vida melhor, por igualdade e justiça. E que sujeitos sociais são os que compõem esse movimento, são novos?

O novo sujeito é social; são os movimentos sociais populares em cujo interior indivíduos, até então dispersos e privatizados, passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas (Sader, 1988, p. 10).

Mas esse “novo sujeito⁴” no qual Sader se refere não se encontra no centro dessas instituições, pois elas — à Igreja, sindicatos e às

⁴ O conceito de “novo sujeito”, um criado pelos próprios movimentos sociais populares do período, sem serem antes definidos por teorias acadêmicas ou antes já estabelecidas. Portanto, são frutos de uma prática social, que os põe posicionados em ação e protagonismo (Sader, 1988).

esquerdas — já não são centros organizados, isso de uma visão mais clássica, e sim “instituições em crise”, que passam por esses momentos de crise sob a forma de um afastamento com seus referentes públicos. (Sader, 1988). A crise em que cada uma dessas instituições passa resulta em mudanças, no caso da Igreja, tem a reformulação dos seus discursos e práticas; das esquerdas, a busca por renovar o cenário político, então referente a essas mudanças, vimos que esses centros organizadores, passam por esse momento de serem refeitos, muito a partir dos movimentos sociais populares.

Estamos pensando os movimentos sociais partindo dessa ação coletiva de um determinado grupo, com o objetivo de obter mudanças — cada movimento social levanta uma determinada bandeira —, usando do *meio político*, pois se tratando de Brasil, a partir da década de 1960 os movimentos sociais atuam em uma grande escala visando transformar o meio político, cultural e social; vamos ter o movimento dos direitos civis; estudantis; feministas; entre outros, e durante as fases da Ditadura Militar de 1964, que dura até 1985, os movimentos sociais enfrentam perseguições frequentes, assim como o próprio regime teve seu ápice de repressão a partir de 1968, com o Ato Institucional nº5 (AI-5). Os movimentos sociais não tinham como atuar da mesma forma que no início, o que fez com que muitas de suas atividades fossem interrompidas, fazendo-os voltarem aos poucos, com as organizações populares, reestruturando os sindicatos operários, especialmente dos metalúrgicos, ressurgindo com uma nova estrutura (Sótenos, 2013). As organizações dos movimentos sociais nesse contexto de Ditadura Militar, e dos movimentos grevistas, exerceram uma função precisa na luta por direitos. Essa mudança no cenário político entre 1978 e 1985, desde as greves do ABC à vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, é um marco da transição desse momento (Sader, 1988). Sendo possível surgir novos espaços.

[...] a criação de novos espaços políticos, uma vez que a experiência dos movimentos os conduz a novas relações com o espaço público — assim, os clubes de mães passam a perceber seu espaço como

imbricado com o público através de relações experimentadas como ampliação da fraternidade; as comissões de saúde, a valorização a intervenção pontual e determinada na esfera do Estado; as oposições sindicais, a empenhar-se na elaboração do espaço fabril como campo de solidariedade e de aprendizado da luta mais ampla, a luta de classe. Passando a fazer política doutra maneira e noutros lugares [...] (Sader, 1988, p. 13).

É perceptível em como houve uma mudança nesse cenário dos movimentos sociais no início da década de 1970, para as feitas ao final da década, principalmente após 1978, que houve uma revalorização nas práticas sociais, destacando o novo sindicalismo e as Comunidades de Base (CEB).

Ao final da década vários textos passaram a se referir à irrupção de movimentos operários e populares que emergiam com a marca da autonomia e da contestação à ordem estabelecida. Era o “novo sindicalismo”, que se pretendeu independente do Estado e dos partidos; eram os “novos movimentos de bairro”, que se constituíram num processo de auto-organização, reivindicando direitos e não trocando favores como os do passado, era o surgimento de uma “nova sociabilidade” em associações comunitárias onde a solidariedade e a auto-ajuda se contrapunham aos valores da sociedade inclusiva; eram os “novos movimentos sociais”, que politizaram espaços antes silenciados na esfera privada (Sader, 1988, p. 35–36).

Em meio aos muitos movimentos sociais que afloram nos anos de 1970 e 1980, os movimentos associativos de bairro também entram em cena. Os chamados Movimentos Sociais Urbanos (MSU) ou Movimento Amigos de Bairro (MAB), denominações mais recorrentes na

historiografia sobre o tema, emergem na sociedade civil para reivindicar direitos básicos ao estado, no sentido de buscar por novas possibilidades de uma vida urbana mais qualificada aos moradores (Machado; Porto; Vergara, 1985). O seu surgimento se trata de uma forma de responder a todas as transformações que as cidades estavam passando, desde as sociais as urbanas.

O que define os MSU são as ações coletivas que acontecem em áreas urbanas a partir de uma maior mobilização de determinados grupos de pessoas que buscam por melhorias para a comunidade da qual fazem parte. É nesse cenário de completa crise social em que os anos 70 se apresenta no Brasil – especialmente pelo contexto do regime militar – onde houve uma exclusão de grupos contrários ao regime, sendo excluídos da política que começam a partir de então se organizar para reivindicar seus direitos de igualdade.

Movimentos de bairro em Parnaíba e redondezas

Nesse momento as lutas urbanas aumentam, os bairros acabam se transformando em locais favoráveis para a atuação desse movimento, onde o que os une pode partir de uma injustiça compartilhada – moradia, transporte público, saúde e educação – se apresentando por meio de ações coletivas, constituindo um espaço de atuação política das classes populares se manterem em ativo, perante a classe dominante. Sua contribuição para a sociedade é fundamental para seguir caminhos mais democráticos, já que são abertos a novas discussões, promovendo mudanças positivas no cotidiano e por buscarem uma maior participação ativa por parte dos cidadãos. Essa atividade também ganha força no Piauí.

[...] Desde meados da década de 70, sobretudo através da Igreja Católica, mas também pela ação de grupos formais ou informais de esquerda, todo um “trabalho de base” começou a se fazer. [...] No Piauí, esse novo tipo de movimento ganha corpo, a partir da ação de padres italianos na periferia de Teresina

(Parque Piauí), que apoiam a organização do Movimento Contra a Carestia, incentivam a organização das diversas pastorais populares (operária, da juventude, universitária etc.) e a de comunidades eclesiais de base (Medeiros, 1995, p. 178).

A forma como esse movimento se desenvolve na cidade de Teresina — como aponta os estudos sobre os movimentos sociais na cidade — tem uma clara influência da Igreja Católica, que “apoiam atividades dos moradores do bairro contra a carestia, na ótica da teologia da liberdade, na organização de CEBs e de grupos pastorais, especialmente grupos de jovens” (Oliveira, 2018, n.p). Já em Parnaíba conseguimos verificar que houve influências de outras instituições — para além da Igreja Católica — que foram de certa forma mais decisivas no surgimento desses movimentos sociais na cidade, como por exemplo a importância do campus da Universidade Federal do Piauí (UFPI) na década de 1970, em primeiro momento titulado como Campus Ministro Reis Velloso (CMRV), atual sede da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (Ribeiro e Fialho. 2021).

A partir desse momento teremos uma quantidade expressiva de jornais da chamada Geração Mimeógrafo circulando pela cidade, muitos desses produzidos por estudantes e seus centros acadêmicos, como por exemplo: *Hora do Estudante*, *Voz do Estudante* ou mesmo o *Campus*, um jornal criado por estudantes da UFPI-CMRV. Portanto, vários desses periódicos estão relacionados ao movimento estudantil universitário da cidade de Parnaíba, inclusive o próprio jornal *Inovação*, que reunia vários desses jovens e tratava de assuntos estudantis com certa frequência em suas edições. Tal momento propício ao crescimento desses meios de comunicação vai modificar diretamente o cotidiano de uma parte da população, despertando tanto na imprensa como na parte política diversos assuntos referentes aos movimentos sociais de bairro.

Pouco a pouco, se organizam associações de moradores ou conselhos comunitários, em favelas e

bairros da periferia, muitos a partir do trabalho prévio da Igreja, mas outros pelo incentivo de partidos de esquerda (PT – Partido dos Trabalhadores, PCdoB – Partido Comunista do Brasil) ou da ação mais personalizada de líderes políticos, ou por influência do próprio clima geral de mobilização, organização e ação direta que se formou (Medeiros, 1995, p. 172).

As práticas dos movimentos sociais podem ser ajustadas entre os “novos” e “antigos”, a sua classificação fica que nos *antigos* temos os movimentos de operários, camponeses, estudantes, já nos ditos *novos* movimentos, os movimentos de mulheres, negros, comunidades eclesiais (CEBs), grupos de defesa dos direitos humanos (Guadagnin, 2001). Nesse caso, tanto MSU e MAB, quanto demais coletivos de moradores e associações de bairro, ficam em um estado de oscilação entre essas duas classificações, afinal, ambas lutam pela “democratização do regime político”, dessa separação feita pelo “modelo socioeconômico dominante”, o que os diferencia são as formas como cada um expõe suas denúncias e suas lutas por direitos. No Brasil, os MSU se configuram através da “vizinhança e pelo policlassismo” (Machado; Porto; Vergara, 1985, p. 06). Existe uma classificação para esses movimentos sociais urbanos.

MSU formais são os que têm sua ação organizada por organismos elementares de representação de amplos setores das classes populares. As associações de bairro são os exemplos mais conhecidos e, apesar da situação competitiva em que o estado as coloca, podem reunir-se numa associação mais ampla para desenvolver campanhas comuns a todos os bairros ou para formar um grupo maior de pressão política sobre o estado. [...] MSU não-formais são os que têm sua ação direta e não organizada levada a efeito em situação de emergência, com um protesto abrupto (quebra- quebra, protestos de rua, saques etc.) diante

da deterioração de um serviço público diretamente ligado às condições de vida (Machado; Porto; Vergara, 1985, p. 05).

O papel da imprensa alternativa no Brasil

Uma dessas formas de resistência que se desenvolveu à margem do circuito editorial convencional, justamente como uma alternativa a ele, em protesto ao controle do debate político, esse estilo de imprensa ficou conhecido como *imprensa alternativa* ou *imprensa nanica*.

A conjunção de fatores que levou à explosão dos alternativos era muito complexa. As causas começam dentro das próprias redações dos jornais tradicionais e de grande circulação. Todos eles, com a honrosa exceção de *Última Hora*, apoiaram ativamente o golpe de 1964. Até o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, que no dia 2 ou 3 de abril já se opunha aos golpistas, antes do golpe fez de tudo para ajudar a derrubar o governo de João Goulart. Um clima de contínua censura se instalou dentro das próprias redações, com os dirigentes dos jornais apoiando ou pelo menos justificando as perseguições, cassações de mandatos e violação de direitos que se seguiram à vitória dos golpistas, quando não as incitando abertamente (Aguiar, 2012, s.n).

Segundo Kucinski (2018, p.11) “em contraste com a complacência da grande imprensa com a ditadura militar, os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico”. Esses jornais eram feitos em formato *tablóide* ou *minitablóide*, em sua maioria com tiragens únicas, alguns vendidos em bancas, outros de forma independente sendo uma alternativa ao mercado editorial já ajustado.

Mesmo inseridos no contexto da Ditadura Militar, o que vai

contribuir para o surgimento desses jornais, em que Araujo (2000) explica sua atuação nesse contexto, pois eles tomam para si o questionamento sobre o regime, denunciaram em suas páginas a violência vivida e o abuso de poder, demonstrando uma opinião/posição de esquerda em um país que na realidade havia anulado quase por completo todas as organizações e manifestações políticas de oposição. Porém, a ditadura sozinha não consegue explicar o nascimento dos jornais alternativos, já que a intenção destes jornais nunca foi resistir apenas e exclusivamente “à ditadura”, mas sim, a ideologia dominante, seja pertencente a qualquer tipo de governo. Partindo desse princípio, é necessário enfatizar que o conceito de *alternativo* para Kucinski (2018, p.11), é algo desligado das “políticas dominantes”, uma opção entre duas coisas, uma escapatória para uma situação difícil e, também, o desejo de mudanças sociais.

O meio da imprensa alternativa reunia diversos tipos, indo de jornais como *Pasquim*, *Opinião*, *Versus*, entre outros, revistas de contracultura, a publicações de movimentos sociais — movimento estudantil, movimentos de bairros, e os que tinha envolvimento com grupos/movimentos de minorias políticas — abrindo espaços para a imprensa feminista, negra e etc (Araujo, 2000). Sendo um dos fatores para o seu surgimento

A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual jornalística sob o autoritarismo que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos (Kucinski, 2018, p. 14).

Imprensa alternativa no Piauí

Esse surto da imprensa alternativa no Brasil não ficou restrito

apenas ao eixo Rio-São Paulo, pois o movimento também se fez presente no Nordeste do país. No Piauí, as manifestações dessa imprensa surgem no período dos anos 70, dando início com a publicação do livro-apostila *“Tudo é melhor Que Nada”*, em 1974, mas apenas em 1977 e 1978 que vai haver de fato uma atuação intensa desse fenômeno nas cidades de Teresina e Parnaíba. As duas maiores cidades do estado se tornaram um “campo fértil” para as discussões e desenvolvimento desses jornais (Bezerra, 1993). Como verificamos no presente trabalho, esse “campo fértil” não se restringiu apenas ao meio urbano. Nas redondezas de Parnaíba, por exemplo, são produzidos jornais localizados em áreas rurais, levantando bandeiras com reivindicações da comunidade/bairro, como por exemplo, os jornais da Barra Grande e da Pedra do Sal.

Essa imprensa alternativa que vai surgir em Parnaíba e redondezas, se encontra às margens do circuito editorial e se articula em diferentes âmbitos — movimento estudantil, entidades sindicais/comerciais, cultural/comportamento, religião e momento de bairro — usando nesse início o mimeógrafo como forma de impressão, estabelecendo assim a chamada Geração Mimeógrafo no Piauí, levando em conta que temos o surgimento da literatura marginal⁵ nesse momento. O equipamento mimeógrafo permitia de forma barata produzir em grande escala, se tornando um aliado nesse processo, um “instrumento de resistência”. O mimeógrafo, durante forma de apenas impressão de livros, começa a ser manuseado ainda no começo dos anos 70 — especialmente publicando literatura técnica — mas é com a chegada do fenômeno da literatura marginal, que o mimeógrafo alcança uma importância capital (Bezerra, 1993).

A maneira como esses jornais vão circular, em sua maioria partindo de uma alternativa à uma imprensa que já estava estabelecida, que vem com essa proposta de denunciar a violência, o autoritarismo e

⁵Literatura Marginal ou Poesia Marginal é uma manifestação artística que visa romper com o modelo literário tradicional. Ela surge assumindo uma postura contestadora, oferecendo uma alternativa à literatura mais tradicional, que muitas vezes privilegia os mesmos autores e obras, por essa razão sua origem vem fora dos circuitos literários convencionais (Kucinski, 2018).

mostrando sua oposição de esquerda, de informar, de luta por espaço entre o debate público e usando do instrumento de comunicação do mimeógrafo, que facilitava as publicações pelo seu baixo custo de funcionamento. Isso contribuiu para o surgimento de jornais nas cidades de Parnaíba e Teresina, como o *Linguinha*, *Inovação*, entre outros, dando os primeiros passos dessa imprensa alternativa no Piauí.

Todavia, ainda em 1972, são publicados os dois primeiros números do jornal alternativo (mimeografado) “Linguinha”, editado por Alcenor Candeira Filho, no Rio de Janeiro, e lançado em Parnaíba. Seguiu-se a publicação, em Teresina, do alternativo “Gramma”, em mimeo, editado em Brasília por Paulo José Cunha, e dos jornais “Hora Fatal”, “Estado Interessante” e “Boquitas Rouges” (Bezerra, 1993, p. 13).

Uma das marcas desses jornais era sua facilidade em se comunicar com seus leitores, seja pelos textos diretos, muita das vezes usando da ironia para falar sobre a realidade da cidade, poemas que falavam sobre o cotidiano, ou caricaturas simples e fáceis de identificar a mensagem. Eles surgem e atuam de forma clandestina, como uma alternativa, ao já estabelecido meio de comunicação vigente — rádios e jornais — que em sua maioria mostrava apoio a grupos ligados à ditadura.

Os movimentos sociais de bairro nas páginas dos jornais

No acervo da Geração Mimeógrafo que analisamos da cidade de Parnaíba e redondezas, selecionamos aqueles diretamente ligados aos movimentos sociais de bairro, por serem criados a partir de associações de moradores e coletivos comunitários. Esses são os jornais nos quais trabalharemos, encontrados por meio do trabalho do projeto PIBEU-UESPI *Conhecendo a Geração Mimeógrafo: digitalização, catalogação e publicização de acervos de periódicos alternativos de Parnaíba*, produzido entre fevereiro de

2022 e janeiro de 2013.

Tabela 1: Seleção de periódicos da Geração Mimeógrafo ligados a movimentos sociais de bairro

PERIÓDICOS SELECIONADOS	EDIÇÕES ENCONTRADAS
<i>Boletim da AMBSL</i>	Uma edição encontrada (N.2, 1987)
<i>Integração Urbana</i>	Uma edição encontrada (N.10, 1979)
<i>Jornal da Barra Grande</i>	Uma edição encontrada (Edição especial s.d)
<i>Jornal da Pedra do Sal</i>	Uma edição encontrada (N.1, 1984)
<i>O Comunitário – Joaz Souza</i>	Três edições encontradas, todas publicadas em 1987 (uma delas indicada como N.3)
<i>Periferia</i>	Seis edições encontradas (N.1, 1988; N.3, 1988; N.4, 1988; N.5, 1989; N.7, 1989; e N.13, 1991)
TOTAL DE PERIÓDICOS SELECIONADOS	06
TOTAL DE PERIÓDICOS DO ACERVO	39

Acervo: Projeto PIBEU-UESPI *Conhecendo a Geração Mimeógrafo: digitalização, catalogação e publicização de acervos de periódicos alternativos de Parnaíba* (seleção realizada pela autora)

De forma complementar, também selecionamos matérias veiculadas pelo *Jornal Inovação*, que em diversas ocasiões cedeu espaço em suas edições para denunciar a realidade de comunidades da cidade. Essas edições foram encontradas por meio do projeto PIBEU- UESPI *Levantamento e catalogação de fontes históricas em acervos públicos e privados da cidade de Parnaíba-PI*, produzido entre janeiro e dezembro de 2020.

Mostrando de que modo a relação dos jornais com os movimentos sociais urbanos, são fundamentais como um instrumento de organização e articulação, analisamos alguns dos jornais que circularam de

forma ativa na cidade de Parnaíba, e comunidades vizinhas durante a década de 1980. Com a iniciativa de manter a população informada a respeito de tudo, tanto em âmbito nacional como local, mas não só apenas nesse aspecto, o contexto desses jornais pedia por essa luta por espaços, onde houvesse esses canais de debate político. Segundo Sérgio Luiz da Silva Mendes (2013), o *Jornal Inovação* se mostrou para a sociedade parnaibana, como um instrumento de luta política, justamente pelos seus objetivos que envolviam melhorar questões culturais, focando especialmente nos jovens; a falta de atenção que os bairros periféricos estavam passando, suas infraestruturas e políticos da cidade, sendo indispensável apontar os problemas, para assim poder chegar a uma solução. Sendo forte suas questões sociais sobre a cidade, denunciando a violência, muito se questionava se de fato na cidade existia uma segurança pública, como é citado na edição de 1978, na matéria intitulada *A cidade*, escrita por Reginaldo Costa.

“Segurança pública”, isso existe em nossa cidade? Há dias quase esfaqueiam um casal em pleno centro da cidade. No cruzamento das ruas Pe. Castelo Branco com a Vera Cruz, um motorista dos muitos irresponsáveis andam por aí - atropelou uma moça, deixando-a jogada e partiu com velocidade (*Jornal Inovação*, a. I, n. 3, Jan 1978, p. 4).

Essa proposta de manter a população informada vai ser também tratada em outros jornais da dita geração mimeógrafo, deixando bem claro seu descontentamento sobre o abandono municipal, bem como traz o *Boletim da AMBSL*, informativo da Associação de Moradores do Bairro Santa Luzia. Exatamente na primeira página do jornal da edição de 1987, a manchete que nos chamou a atenção tem a seguinte frase em letras garrafais: “Políticos esquecem promessas: depois de ganharem as eleições os políticos não defendem mais os interesses do povo” (*Boletim da AMBSL*, Mar 1987, p. 1), onde expõe a infeliz e eterna espera dos moradores pelo trabalho de políticos eleitos no executivo e legislativo, que durante o período eleitoral

foram tão atenciosos, simpáticos a qualquer morador e suas demandas. Na edição do mesmo jornal, conseguimos perceber como era tratado as questões de moradia da cidade:

“[...] A situação, no entanto, não comporta hesitação por parte do Sr. prefeito. Em primeiro lugar porque a família Borges, depois de ter ameaçado a integridade física dos moradores, cercando as terras que diz suas, parte agora para o recurso à justiça no sentido de incriminar o Coordenador da Associação de Moradores do Bairro pela derrubada da cerca, como se esta reação popular fosse de responsabilidade de uma única pessoa” (Boletim da AMBSL, n. 11, Mar 1987, p. 3).

Sobre a questão de terras, mas agora no meio rural, em que se trabalha na terra que mora, é discutido na matéria nomeada “Vida Camponesa”, do *Jornal da Barra Grande*. Em seus trechos é indagado a dura realidade de quem necessita de um lugar para viver e trabalhar, em que sua moradia e renda dependem exclusivamente dessa terra.

O homem do campo aqui sofre o diabo, muitos nem tem terra mode plantar. Quando arrenda um pedaço é pela hora da morte e nem o pau de dentro da roça tem direito. Tem proprietário aqui que vai ou manda o delegado na casa do caboco buscar a lenhazinha que ele trouxe para cozinhar legume. Agente paga 50 cruzeiro por litro na terra que ele quiser; nós não tem nem direito de escolher a terra que paga. Depois de pagar tudo isso ele ainda escolhe as melhores carreiras para ele. E se não der da próxima vez fica sem terra poraue ele não dá (Jornal da Barra Grande, [s.d], p. 6).

A esperança de ter um pedaço de terra para trabalhar e morar era

a companhia diária de muitos dos moradores dos bairros mais humildes de Parnaíba e regiões vizinhas, como Barra Grande que na época era parte do município de Luís Correia, uma vez que Cajueiro da Praia se emancipou apenas na metade da década de 1990.

A dificuldade dos trabalhadores recém-chegados nas cidades, de conseguirem local de moradia é de um grau grotesco, com isso a solução na qual a Prefeitura encontra é ceder os terrenos e assim eles constroem as casas no sistema de mutirão (Farias, 2020). Mas na prática a conversa vai pra outro rumo, um que o *Jornal Inovação* traz em uma das suas matérias do ano de 1987, intitulada “Moradores se mobilizam”.

Figura 2: Moradores se mobilizam



Fonte: *Jornal Inovação*, a. 10, n. 61, 1987, p. 6.

Acervo: Reginaldo Costa

O ex-prefeito Elias Ximenes do Prado é possuidor de 150 quarteirões de terra, espalhados pelos diversos bairros da cidade. Parnaíba está contaminada pela grilagem e o uso indiscriminado do seu solo. Não há o mínimo respeito para com a população. As

autoridades tomam conhecimento, ficam bem informadas, mas se omitem, porque, no fundo, há o envolvimento delas (autoridades) com os “proprietários”. É inadmissível dois cidadão serem proprietários de um bairro amplamente povoado. Quem vai defender os moradores do bairro Santa Luiza que vivem estupidamente ameaçados? O prefeito deve se manifestar e resolver o problema evitando, dessa forma, acontecimentos mais graves. É o que todos esperam (Jornal Inovação, a. 10, n. 61, 1987, p. 6).

Depois de tanta mobilização da associação do bairro em reuniões entre os moradores sobre essa reivindicação em que apenas uma pessoa fez sobre metade do bairro, excluindo várias famílias e trazendo um descontentamento para os demais moradores, foi decidido tomar uma outra atitude, a derrubada das cercas que demarcava como lei onde começa e termina o terreno desse senhor que não passava de um grileiro⁶. A maioria das famílias que formam o bairro, são as que tiveram que fugir de toda a politicagem econômica e do latifúndio, e quando chegam a esse novo local, são completamente deixadas de lado, sem assistência alguma, seja de órgão municipal ou estadual, que prezam em manter firme sua amizade com as “famílias de nome” que tem influência na cidade.

São matérias assim que mostram como os jornais se articulavam em trazer aos seus leitores informações não só referentes ao seu bairro, mas de manter a causa algo coletivo, como meio de luta. Se percebe como o jornal se tornou um local de segurança e denúncia, mesmo havendo intrigas entre algumas associações com outras. No jornal *Periferia*, de 1988, em uma entrevista com o Sr. Raimundo Rodrigues, coordenador da AMBSL, sobre a semana que tiveram de lutar contra as forças policiais, defendendo o direito à moradia das famílias do bairro Santa Luzia, principalmente da dona Bernarda, que já vinha sofrendo com a internação de

⁶É quem possui documentos falsos para se apropriar de terras que não lhe pertencem legalmente.

seu esposo, ainda estava sofrendo ameaças de despejo.

Periferia – Qual a causa do problema de terra?

Raimundo – Toda causa está na má distribuição das terras. Os prefeitos e os políticos do presente causaram isto através do aforamento, ou seja, a doação das terras públicas para algumas famílias que as usam para especulação e que hoje são causadoras de vários despejos.

Periferia – Como tem sido os despejos?

Raimundo – Os despejos têm ocorrido de forma violenta, a polícia chega armada de revólveres e cacetetes. E tratam as pessoas como se fossem marginais e ameaças e prontos para reprimir qualquer ação contrária. No despejo mais recente dois companheiros nossos foram presos.

[...] Periferia – Qual o objetivo das manifestações?

Raimundo – É conscientizar o povo de sua luta de classe e exigir do poder público municipal a desapropriação das terras em conflito por interesse social.

Periferia – Foi alcançado?

Raimundo – Em abril de 1987, quando a AMBSL fez manifestações na praça da Graça, foi desapropriada uma área em conflito nas ruas Pedro I, Genésio Pires. Esta foi uma vitória, mas numa atitude de vingança parte desta mesma área foi doada para outra associação e contra os interesses dos moradores deste bairro e ligados a prefeitura (Periferia, a. 1, n. 1, 1988, p. 6).

E mesmo nos dias de comemorar, como no dia 1º de maio, a ocasião se torna um momento de protestar, o que casa muito bem com a data referente. Reunidos no balão da Guarita, comemorando o Dia do Trabalhador, “os trabalhadores ao todo somaram-se aproximadamente 1.500, dos quais 300 eram da roça que vieram de longe, com muita chuva e

sacrifício” (Periferia, Mai-Jun 1988, p. 08), se tornando um evento grande, organizado pelo CAMP e CPT, que iniciou nas comunidades durante a tarde os preparativos de faixas e cartazes, para formarem a caminhada até o local de encontro.

Considerações finais

A mobilização que os movimentos sociais de bairro exerceram usando a imprensa, como uma ferramenta de luta para garantir e assegurar o direito de uma vida urbana e rural digna, é de forma muito importante de evidenciar. Cada jornal que nasceu a partir de uma associação, que se reuniu para denunciar e informar, comprova a importância desse movimento.

A forma como esses movimentos se dá na cidade de Parnaíba e redondezas — ao que analisamos nos jornais — concluímos que houve uma atuação precisa, desempenharam um papel fundamental. O próprio surgimento desses jornais de bairro, criados a partir das associações, nos confirma isso. Nasceram como ferramentas precisas para denunciar as dificuldades enfrentadas pelas comunidades locais, para pressionar por mudanças, tanto sociais como políticas.

É a partir de suas páginas que esses periódicos serviram como um meio de comunicação organizado e articulado aos movimentos sociais urbanos, aumentando a rede de luta. Toda essa organização foi importante para certificar que demandas desses bairros fossem ouvidas e assistidas, não usada como uma moeda de troca de favores, que no final o beneficiário não seria nenhum morador. A mídia tem esse poder. Os jornais da dita Imprensa Alternativa foram palco da busca por justiça social, evidenciando a força coletiva dos movimentos de bairro.

Referências

AGUIAR, Flávio. *Imprensa alternativa: opinião, movimento e em tempo.*

In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (Org.). História da imprensa no Brasil. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BEZERRA, José Pereira. *Anos 70: Por que essa lâmina nas palavras?* Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1993.

GUADAGNIN, Mário Ricardo. Territorialização e Funcionalização da vila Manaus (Criciúma - SC). Criciúma, SC. 2001.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. ed. 3.

MACHADO, Araci; PORTO, Silvia; VERGARA, Sylvia Constant. *FAMERJ versus BNH: um estudo de caso sobre movimentos sociais urbanos*. In: Revista de Administração Pública. v. 19. n. 3. jul-set 1985, p. 02-16.

MEDEIROS, Antonio José. Movimentos Sociais no Piauí. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de (org.). *Piauí: Formação, desenvolvimento e perspectivas*. Teresina, Halley, 1995.

MENDES, Sérgio Luiz da Silva. Parnaíba nas páginas do Inovação: O que diziam as poesias e os artigos de um alternativo sobre a cidade do Delta no final dos anos 1970. In.: CAVALCANTE JÚNIOR, Idelmar Gomes; LIMA, Frederico Ozanam Amorim. (Org.). *Parnaíba: Ver, sentir e dizer*. Parnaíba: Sieart, 2013.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. *Novos movimentos sociais no Piauí: da*

eclosão a crise identitária. Resumen de ponencia. 8ª Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales: las luchas por la igualdad, la justicia social y la democracia en un mundo turbulento – Primer Foro Mundial del Pensamiento Crítico. Buenos Aires, 2018. Disponível em: <https://www.clacso.org.ar/conferencia2018/presentacion_ponencia.php?ponencia=2018412112846-8769-pi>. Acesso em: 16 Dez. 2024.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SÓTENOS, Abner Francisco. *O Movimento Amigos de Bairros (MAB) no Rio de Janeiro: seu surgimento, desenvolvimento e a visão da comunidade de informações no período de distensão política (1974-1982)*. Rio de Janeiro: Dissertação - Mestrado em História Social, UFRJ, 2013.

Fontes Históricas

Periódicos do acervo do Projeto PIBEU-UESPI *Conhecendo a Geração Mimeógrafo: digitalização, catalogação, e publicização de acervos de periódicos alternativos de Parnaíba*

Boletim da AMBSL Integração Urbana *Jornal da Barra Grande* *Jornal da Pedra do Sal*

O Comunitário – Joaz Souza Periferia

Periódico do acervo do Projeto PIBEU-UESPI *Levantamento e catalogação de fontes históricas em acervos públicos e privados da cidade de Parnaíba-PI* *Jornal Inovação*.

“HERÓIS DA PÁTRIA” E “FACINOROSOS” – CAMINHOS PERCORRIDOS PELAS CAMADAS POPULARES NAS LUTAS PELA INDEPENDÊNCIA DO PIAUÍ

César Robério Soares do Monte¹

RESUMO: Esta pesquisa aborda a participação popular no processo de independência do Piauí a partir das experiências obtidas na Batalha do Jenipapo, conflito bélico que ocorreu em Campo Maior, Piauí, no dia 13 de março de 1823 envolvendo tropas de nacionais das províncias do Piauí, Ceará e Pernambuco contra as tropas do português major João José da Cunha Fidié. A análise da historiografia relacionada à independência do Brasil associada a informações contidas em fontes primárias permitem compreender melhor os papéis atribuídos aos diferentes sujeitos que integraram essa experiência, notadamente os aspectos do processo de criminalização de membros das camadas populares que aconteceu no pós Batalha por parte das elites e da Junta governativa do Piauí. Procura-se desmistificar os entendimentos que os membros das camadas populares foram totalmente manipulados e que não tinham projetos políticos a defender no bojo da independência que eles estavam lutando para assegurar, como também a visão preconceituosa e generalizante de que eram um bando de saqueadores que utilizaram o pré-texto da independência para saquearem, que tínhamos, portanto, múltiplos entendimentos sobre os destinos da ex-colônia portuguesa na América do Sul no início do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Piauí; movimentos populares; independência.

¹ Graduado em História pela Universidade Federal do Piauí e Mestre em Ensino de História (ProfHistória – UESPI)

“Havia um país chamado Brasil, mas absolutamente não havia brasileiros”.

Auguste de Saint-Hilaire, viajante francês que passou pelo Brasil na primeira metade do século 19, resumia a impressão deixada por esse imenso Império.

De fato, no Brasil o Estado foi criado antes do surgimento da nação, do sentimento de brasilidade, mas, além disso, a princípio não havia nem mesmo o entendimento consensualizado que fosse o Brasil. Somente retornando ao contexto da realidade da colonização portuguesa às vésperas da independência é que conseguimos entender a movimentação de tropas com milhares de combatentes de várias províncias do norte contra as forças do Major Fidié. Não havia um Brasil, havia “Brasis”, diferentes regiões com realidades próprias que formavam a colônia portuguesa na América do Sul.

No início do século XIX a província do Piauí era habitada por fazendas bem distantes umas das outras e seu reduzido espaço urbano estava distribuído em apenas seis vilas: Parnaíba (norte), Parnaguá (sul), Marvão (leste), Campo Maior (centro-norte), Jerumenha (centro-oeste) e Valença (centro-leste). Oeiras estava no centro do território: a Mocha, sua primeira denominação, se torna vila em 1712 por ordem do rei D. João V. Elevado à condição de cidade com a denominação de Mocha, por Carta Régia de 19 de junho de 1761. Para que se tenha um referencial do feito, a vila de Fortaleza no Ceará foi elevada a cidade somente em 1823. Oeiras era na época a Capital da província do Piauí, a única do atual Nordeste não situada no litoral e a força da pecuária ajuda a compreender bem esta excepcional localização.

O major Fidié, portanto, estando no comando das armas na província do Piauí, estava encravado entre estes dois polos antagônicos das províncias do norte do Brasil. Com objetivo bem claro, Fidié, diante da iminente perda para Portugal do centro-sul do Brasil, faria de tudo para garantir que algumas províncias do norte do Brasil seguissem firmes como integrantes do Reino Unido a Portugal, condição instituída ainda

em 1815. Esta diversidade de realidades regionais irá resultar em distintos processos de independência no Brasil.

A historiografia vem trabalhando ao longo dos últimos dois séculos com documentos que foram escritos sobre eles e não por eles em sua maioria, o que contribuiu para diferentes interpretações, com diferentes intenções. No entanto, da participação dos membros das elites daquela época restaram farta documentação escrita. Em relação a quem não era destinado pela historiografia tradicional o papel de “heróis”, lhes foi destacado desde muito as suas virtudes numa forma curiosamente antagônicas. Vieira da Silva os classificou como “homens rudes, mas de boa-fé, de boa índole”. Odilon Nunes (2007, p. 86) afirmou que “O patriotismo não poderiaser atributo dos vaqueiros daquele século. Mas, a bravura, e também a honradez, na conceituação daqueles homens, ainda eram virtudes admiradas, e aqueles que as possuíam ainda eram amados e respeitados.”

Dentro das tentativas de procurar compreender a natureza dos heróis independentes, indo além do mero destaque dos seus atributos, Abdias Neves, enveredando pelas teorias deterministas que vinham desde o final do século XIX construindo concepções sobre as causas que resultam em determinados perfis humanos, vincula a acomodação dos piauienses às suas origens associadas à ocupação do Piauí pela pecuária:

O criador – o fazendeiro – para auferir todo o resultado de sua simples empresa, tinha, apenas, que cruzar os braços e ceder à fatalidade das circunstâncias. Não era preciso a sua intervenção. Nenhum esforço se lhe exigia. E como por toda parte abundavam frutas, sobrava caças, e serpeavam os rios piscosos, a luta pela vida não tinha grandes exigências e o homem amolentado pelo calor, perdia pouco a pouco, os traços de seu caráter de origem. De irrequieto, corajoso, aventureiro e esforçado, fizeram-no o calor, a facilidade dos meios de subsistência e a vida monótona das fazendas um temperamento morno, um

caráter passivo, um tipo indolente (Neves, 2006, p. 264- 265).

Já em relação aos cearenses Abdias Neves destacou a capacidade de iniciativa, de liderança, que eles teriam sido fundamentais no envolvimento dos piauienses nas guerras pela independência, pois

Entusiasmo verdadeiro pela causa da separação não o tinham os piauienses. O piauiense não se entusiasma. Arroubos, impulsos apaixonados ele os não tem, máxime pelas ideias novas. O passado absorve-o, as tradições e a rotina o manietam. Vinha alistarse? Vinha arrastado pelo exemplo dos cearenses que, em bandos, chegavam além-Serra Grande (Neves, 2006, p. 166).

Muitos destes soldados piauienses a serviço de Fidié desertaram o longo dos trajetos percorridos a cada enfrentamento. As forças nacionais incessantemente procuravam fazer com que eles mudassem de lado, viessem reforçar as fileiras das tropas que defendiam os interesses do Brasil, mas muitos eram convencidos por Fidié que seriam vencedores, que reforços viriam de Portugal, que eles seriam punidos caso desertassem. Sobre estes, assim se pronunciou a Junta de Governo do Piauí:

Estes piauienses são sem dúvida criminosos porque, depois da batalha de Campo Maior, e, mesmo antes, não ignoravam os sentimentos da sua Província, e quantos meios couberam nos limites da possibilidade esgotamos para chama-los a nós e vê-los isentos da Companhia do seu corifeu, que tão astuto se mostrou em arrastá-los a precipício, porém jamais conseguimos: as sugestões dos inimigos do Brasil puderam mais e nós tivemos o desprazer de ver a uns prisioneiros com o Fidié e outros o abandoná-lo

já quando o consideraram reduzido à última extremidade (*apud* Chaves,1998, p. 410).

Agora, para os independentes oriundos das camadas populares, “anônimos e sem rosto” como afirma Claudete Dias, voluntários ou remunerados, civis ou militares, a Independência surgia como uma aurora de possibilidades. Quem não tinha e nunca teve nada ou quase nada durante mais de três séculos, acalentou sonhos de melhoria da sua condição de vida. Os escravizados sonharam com liberdade, indígenas sonharam com o fim das perseguições e com a posse das suas terras, os lavradores sem-terra de maneira geral sonharam em ter terra, os vaqueiros do gado dos outros sonharam em ter seu próprio gado, enfim, a enorme parcela dos empobrecidos lutavam contra as variadas ferramentas de coerção para o trabalho e nutriam expectativas.

O povo que não tinha terra e tinha fome, agora tem armas e munições. As elites locais os armaram para garantirem seus interesses no enfrentamento contra o Major Fidié. Não que esta realidade lhes interessasse, sabiam dos riscos que estavam correndo ao armarem o povo: até onde iriam obedecer aos seus comandos? O que garantiria que aquelas baionetas que estavam hoje apontadas para o Fidié amanhã não estariam apontadas para eles mesmos? Até que ponto os interesses em relação à Independência eram comuns? Uma vez derrotado Fidié, como desarmar o povo?

Nesta instabilidade observada na vila de Campo Maior, administrada por militares, chamou a atenção do Monsenhor Chaves o despreparo do seu juiz, José Marques Freire, que oscilou da omissão quando deveria agir e de algumas ações desastradas quando resolveu agir. A Junta de Governo de Oeiras se inquietava com a postura do juiz de Campo Maior, pois dele não podiam esperar muitas iniciativas:

Tendo-se feito tão público em toda esta Província os horrorosos e desumanos procedimentos de assassinios, roubos, motins e outros que a maldade de alguns habitantes de Campo Maior e de outras

Províncias que para aí se tem regressado, é para admirar que V. Mercê não tenha devassado e feito prender semelhantes malvados sem se lembrar que fica responsável por semelhante falta como a que tem ocasionado a multiplicação de semelhantes delitos com que se tem arruinado termo dessa Vila. V. Mercê além da responsabilidade em que está pela sua omissão, também deve remunerar os danos que por causa de sua relaxação a semelhante respeito tem causado. (Ofício do Comando da Barra do Poti para a Junta de Governo do Piauí, *apud*. Chaves, 1998, p. 342).

Ao analisar aquele contexto sob o prisma das reações do juiz de Campo Maior, Chaves enfatiza o papel das instituições, do empenho em manter a legalidade, não compreensão pelo fato de não ter devassado os acusados, não procurando entender as motivações múltiplas para a execução destes atos em um momento marcado por muitas transformações. Caminhou-se mais comodamente pelo caminho da criminalização e repressão. No transcorrer das guerras pela independência o “inimigo interno” era mais temido que o “inimigo externo”

Sérgio Guerra Filho retoma uma preciosa correspondência do então governador da Bahia às vésperas da expulsão das tropas portuguesas dessa província. O que Guerra Filho realça é que o governador deixava claro que a sua maior preocupação não era a expulsão dos portugueses, o que ele sabia que era uma questão de tempo. A grande preocupação exposta na correspondência era o dia seguinte após a expulsão dos portugueses: como controlar a população que estava agitada? Como garantir a ordem social (Machado, 2022, p. 23).

Consideremos que esta “população que estava agitada” estava armada, o que aumentava as preocupações das elites provinciais e dentre

as “agitações”, uma das que causava muitos temores era a insubordinação e indisciplina da tropa. Os chefes militares dos independentes, por sua vez, diante de atos de insubordinação e indisciplina da tropa são indiferentes. Uma realdesorganização militar onde fazia falta as duas principais colunas de qualquer instituição destanatureza: a hierarquia e a disciplina.

É neste quadro caótico pós Batalha do Jenipapo que procuraremos entender uma rotulação que passou a pesar nos ombros dos independentes de forma extremamente pejorativa: de “guerreiros heroicos” passaram a ficar conhecidos como “saqueadores”, “assassinos”, “facinorosos”. De qualquer forma, a retirada de Fidié para o Maranhão não resultou em paz para os proprietários da região de Campo Maior:

Em vários pontos havia “muita gente reunida” que praticava furtos e assassinatos de europeus, por vingança, de acordo com as informações de um oficial ao tenente comandante Simplício José da Silva, sobre um *“assassinato a sangue frio e de caso pensado e rixa velha no local Tapera do Poti, distrito de Campo Maior, sendo a vítima arrancada de sua casa pedindo compaixão e sua mulher chorando com uma santa nas mãos.”* Esse ato foi comandado por “adeptos da quadrilha do famoso ladrão Vicente Bezerra” – formada por João Nunes e os filhos Manoel, João, Felipe, Felix e os gêmeos Paulo e Raimundo, chamados de “facinorosos ladrões de gado” (Dias, 2023, p. 238-239, grifo do autor).

No Brasil Colonial, os termos “facinorosos” e “facciosos” eram usados para se referir a indivíduos considerados criminosos, rebeldes ou perturbadores da ordem. Essas designações eram frequentemente aplicadas a pessoas envolvidas em motins, conflitos ou ações violentas que desafiavam a autoridade colonial. A Inquisição também perseguia aqueles que eram vistos como ameaças à ortodoxia religiosa, rotulando-os como facinorosos.

Avanços conceituais em relação à independência, ou às independências do Brasil, são possíveis de vislumbrarmos ao nos determos especificamente e com profundidade nas pesquisas sobre como este processo se desenvolveu em cada província. Sérgio Guerra Filho, ao estudar as lutas pela independência na Bahia, propôs a distinção entre dois “patriotismos” antagônicos, apesar de não formalmente apresentados desta forma e de não serem reconhecidamente inimigos, estando em permanente conflito: um das elites, outro popular. Através do chamado patriotismo popular se propunham a ir bem além do que defendia o patriotismo da elite. De novo, um estudo sobre as províncias relatam o “inimigo interno”:

[...] as elites tiveram no povo um inimigo interno. Tiveram como problemas as insubordinações, civis e militares, das camadas livres e libertas pobres, além de escravos e populações indígenas. Este contingente popular, herdeiro de uma tradição rebelde, produziu, durante a guerra, espaços de atuação política onde pôde, se não construir uma independência radical, democrática e popular, ao menos demonstrar sua insatisfação com a manutenção dos privilégios de classe que não compartilhavam (Guerra, 2004, p. 94).

Caso a paciência dos combatentes se acabasse, a indiferença dos comandos militares se avolumasse, caso crescesse a vontade de retornarem para casa sem a sensação de que tudo foi em vão e resolvessem por conta própria a forma de serem ressarcidos, rapidamente deixarão deser “heróis” para serem “bandidos”. Por vezes o jogo foi virado em favor tanto das Juntas de Governo do Piauí quanto a do Ceará. Aqueles que se comprometam em retribuir tanto sacrifício com dinheiro e cargos, não honraram suas palavras e ainda se vitimizaram, estavam sendo atacados por “criminosos”, de aliados de outrora se tornaram inimigos.

Agravando todas estas mazelas já descritas, o Piauí ainda sofria

naquele momento que aconteceu os enfrentamentos com Fidié os efeitos de uma rigorosa seca, que em tempos de paz já resultava em muita fome e privações para o povo sofrido, teve todo o seu potencial ampliado com os desdobramentos das batalhas:

A seca e a guerra passavam sobre o Piauí em um consórcio íntimo, abatendo fortunas, destruindo gados, desertando povoações. Apesar dos esforços de alguns comandantes, não se conseguiria restabelecer a ordem, e os ataques à propriedade corriam parrelha com os homicídios. Quem pudera, emigrara, fugira à sanha dos ladrões e à faca dos assassinos (Neves, 1907, p. 213)

Já não bastassem as adversidades costumeiras que há séculos vinha enfrentando o interior do Piauí, as secas periódicas, a completa ausência de ações do governo, a ponto de bem resumir esta realidade um antigo ditado popular da região: “o melhor governo é um bom inverno”. Um bom inverno tudo resolvia e não adiantava esperar alguma ajuda do governo. Pois este “consórcio íntimo” da seca com a guerra resultou em mais empobrecimento para os piauienses, sobretudo os que tinham pequenos rebanhos. A “Independência” para eles, na prática, significou mais pobreza. Pouco importavam as notícias que eventualmente chegavam sobre as vitórias dos independentes no Maranhão em relação às tropas de Fidié, o que eles estavam vendo era que suas condições econômicas se deterioravam a cada dia.

Inicia com Abdias Neves uma historiografia que cria a versão dos fazendeiros como vítimas e dos populares como baderneiros saqueadores. Em relação aos fazendeiros a vitimização é maximizada, teriam sido subtraídos nas suas riquezas pela Junta Governativa, pelas tropas de Fidié e pelas tropas dos independentes. Enquanto isso, a atuação das camadas populares neste contexto foi criminalizada, tanto pela Junta Governativa, quanto pelos fazendeiros e, perpetuada através da produção historiográfica do final do século XIX e de praticamente todo o século XX,

em desconfortáveis abordagens evidenciadas por ambiguidades.

Com a capitulação de Fidié em Caxias, os objetivos das elites locais estavam atingidos, precisavam rapidamente desarticular a Delegação Expedicionária, o povo tinha que ser desarmado, já tinham corrido riscos demais. Além do mais, se continuassem mobilizados era necessário manter os pagamentos dos soldados – a conta só aumentava. E se os independentes resolvessem avançar nas suas reivindicações específicas? Se resolvessem ampliar suas pretensões emancipatórias para além da vitória sobre as forças de Fidié? Uma arma na mão potencializava questionamentos e se no início dos confrontos era possível afirmar que eles eram destreinados para a guerra, após meses de combate tinham aprendido lutando, na prática. A dispersão foi muito difícil para aqueles combatentes, como relata Claudete Dias (1999, p. 254):

Com as energias esgotadas, e padecendo de doenças infecciosas, mortes, prisões e abandono pelo próprio comando militar, as forças que se engajaram nas lutas e combates encararam a dura realidade da dispersão e do retorno ao cotidiano. E, para completar a crítica situação, ainda passaram para a História como indisciplinadas, ignorantes, desordenadas ou mera “massa de manobra” ou “bucha de canhão”. Devido à característica de sua composição heterogênea e por ser numerosa, constituiu-se em uma multidão anônima e sem rosto que pegou em armas para conquistar a independência no Piauí e no Maranhão.

Na disputa de narrativa histórica, uma forma de dignificar os feitos de alguns é exatamente desqualificar os feitos de outros. O protagonismo de Simplício Dias, João Cândido de Deus e Silva e Manuel de Sousa Martins fica mais evidente diante dos desafios que tiveram de enfrentar, tanto nos momentos das batalhas quanto nos períodos anteriores e posteriores. A “coragem” destes homens em proclamarem a adesão do Piauí à Independência anunciada por

D. Pedro, na concepção deles, se igualava ou memo superava a coragem dos anônimosque enfrentaram os canhões de Fidié. Já os combatentes, de “heróis da batalha” passaram a “indisciplinados”, “desertores”, “saqueadores” e “assassinos”, numa perigosa generalização.

Contraopondo-se a Bernardo Filho, Marcelo de Sousa Neto, no artigo “Os filhos indesejados da Nação: as lutas pela Independência no Piauí e a exclusão dos grupos populares (1821-1823)”, identifica diferenciados níveis de consciência política:

Entretanto, considerar a participação popular nas lutas pela Independência no Piauí apenas pela ótica do aliciamento, que conduziu e deturpou o entendimento e os interesses, é mutilar um conjunto complexo de relações, empobrecendo-o e não permitindo uma compreensão de outras possibilidades de desmembramentos sócio-históricos do evento. A consciência das transformações operadas no Brasil manifestou-se em graus diferentes entre os diversos grupos sociais e mesmo no interior de cada um destes. No entanto, todos possuíam ciência de seus interesses (Sousa Neto, 2022, p. 09).

Historiadores vinculados à academia buscam como que diante do projeto hegemônico de independência (obediência a D. Pedro, respeito às autoridades administrativas e militares, legalidade, respeito ao direito de propriedade, destacadamente a propriedade dos grandes proprietários, disciplina militar, subordinação aos oficiais, manutenção da ordem social) surgem vozes destoantes, que dizem “não”. Estes “indivíduos rebeldes” que ousam cobrar os soldos prometidos e não pagos, que ousam desejar que a Independência traga mudanças para muitos e não apenas para poucos, logo serão considerados uma “ameaça à tranquilidade e ordem pública”.

Percebe-se que autonomia em tempos de guerra tem nomes: “indisciplina” e “insubordinação”, punidas com extremo rigor. As elites

provinciais estavam temerosas com

a autonomia desses grupos, encarada como indisciplina ou desobediência pelas autoridades, as deserções e os atos de violência contra os europeus, denunciados como crimes, arruaças, insultos, assassinatos e roubos, denotam, com efeito, uma das formas de participação social que fugia ao controle das forças militares e governamentais (Dias, 2023, p. 234).

Tratava-se de uma forma de participação social que fugia ao controle dos donos do poder, que só recorreram ao recrutamento daqueles populares diante da pura necessidade, de não terem tido outra forma de enfrentamento das tropas de Fidié. A desobediência aos comandos, o não cumprimento das determinações governamentais foram interpretadas como graves atos de desobediência, de “indisciplina” que com a evolução dos atos insubordinados geraram o que foi rotulado de “anarquia”.

Quando as tropas substituíram o imperial “Independência ou Morte!” pelo popular e perigoso “Morreram os marinheiros!”, a ruptura com Portugal passou a ter outros contornos. A “morte” que D. Pedro afirmara de forma genérica no “grito do Ipiranga” agora tinha destinatários – os portugueses e em muitas outras situações, não apenas os portugueses, mas os que tinham posses, de maneira geral. Sem dúvida, se materializava uma concepção divergente de Independência, considerando que para as elites provinciais o alvo bastaria ser apenas o major Fidié. Esta forma de participação social fugia ao controle das forças militares e governamentais. Wilson Brandão tinha enxergado aqui o que ele denominou de “ódio plurissecular do brasileiro ao português”, quando os que aqui viviam ainda não se identificavam como “brasileiros” e também não é possível afirmar que no Brasil havia este “ódio plurissecular” em relação aos portugueses.

No contexto tumultuado das primeiras décadas do século XIX, os processos históricos das províncias do nordeste do Brasil se conectam. João Paulo Peixoto Costa, na sua tese de doutorado “Na lei e na

guerra: políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1798-1845)”, ao pesquisar a temática indígena tendo a província do Ceará como território delimitado de estudo, também estudou as incursões empreendidas por estes povos na província do Piauí nos tensos momentos de enfrentamento das tropas conduzidas por Fidié. Ao analisar as abordagens historiográficas sobre a atuação dos indígenas que vieram do Ceará para o Piauí e as associações que foram feitas entre eles e os saques que aconteceram na região de Campo Maior, inferiu que:

A análise dos saques e depredações promovidas pelos índios não indica apenas que suas ações eram motivadas por autonomia. Os índios não faziam o que queriam – já que se viram impelidos a deixar o Piauí – mas não foram impedidos de voltar quando podiam e nem de caracterizar o inimigo de maneira particular. Como vimos no relatado juiz José Marques Freire, os “corcundas” já não eram apenas os naturais de Portugal, mas todos aqueles que tivessem “bens”, contrariando a assertiva de Abdias Neves. Claudete Dias afirma que, após as batalhas, “os delitos eram cometidos, em várias vilas piauienses, exatamente contra europeus e brasileiros, contanto que fosse proprietários.” A autora não consegue responder, entretanto, qual era “o significado ou a razão dos delitos” e por que as violências passaram a atingir os nascidos no Brasil (Costa, 2018, p. 310).

Em relação aos demais autores, João Paulo Costa destaca o bairrismo e o racismo no texto do Monsenhor Chaves, ao se referir de forma pejorativa em relação às tropas dos cearenses de maneira geral que chegaram a Campo Maior, “uma invasão desastrosa”, e especificamente quanto aos indígenas cearenses como uma “calamidade que o Ceará nos mandou naquela hora”, que eles não teriam feito “[...] outra coisa senão roubar, com toda aquela cara de bestas que Deus lhe deu” (Chaves, 1993, p. 30). Termos fortemente preconceituosos foram utilizados pelo

Monsenhor historiador ao se referir aos indígenas, chegando a chamar o comandante deles de “imbecil”, no episódio do cerco feito à casa do capitão Alexandre Nereu aos gritos de “morra que é corcunda”.

Analisando os trabalhos mais recentes, João Paulo destaca que para Johny Araújo os pobres “foram seduzidos pelo discurso nacionalista” das elites, em um tempo que o entendimento de nação estava vinculado aos limites provinciais. Não concorda com Claudete Dias que afirma que houve um “patriotismo” unindo grupos sociais e étnicos tão diferentes, já que “[...] ainda que estivessem do mesmo lado, nem todos combatiam pela mesma “pátria” ou em prol dos mesmos objetivos. Os significados da guerra, da independência, das identidades do futuro eram múltiplos” (Costa, 2018, p. 305).

Sobre os desertores, Claudete Dias visualiza no Piauí como participação popular, caracterizando como uma discordância em relação ao projeto oficial de Independência. Numa visão maniqueísta, quem abandonasse as tropas convocadas para enfrentar as forças de Fidié não era patriota, tinha fugido do dever de defender o rompimento com Portugal, não estava comprometido com o surgimento da nova nação, eram “[...] facciosos contrários à causa da independência”.

Sobre as deserções, Monsenhor Chaves (1993, p. 119) já tinha se manifestado antes em uma análise sob o prisma militar afirmando que “[...] por causa da falta de pagamento de soldo a indisciplina lavrava em toda parte e as deserções se multiplicavam” e evidenciava que “[...] não se poderia castigar soldado algum pelo crime de deserção se não se lhe pagava o soldo no tempo devido. Não há soldado que não careça de soldo.” Claudete Dias (1999, p. 234) avança ao analisar as deserções não no âmbito militar, mas como uma materialização de participação popular, de discordância política em relação aos rumos que a Independência estava tomando.

Para Claudete todas as formas de insubordinação em relação às autoridades administrativas e militares, também identificadas como indisciplina, seriam manifestações de participação popular. As insubordinações eram exatamente de membros das camadas populares

em relação aos membros das elites locais, que estavam acostumados a serem obedecidos por séculos. A recusa em obedecer, em se subordinar, era algo nada comum naquele tempo. Perigosas circunstâncias aquelas, em que uma arma na mão fazia toda a diferença.

Enquanto isso, aqueles que enfrentaram as baionetas e os canhões de Fidié tiveram ao longo destes duzentos anos diferenciados tratamentos, de “guerrilheiros bisonhos” a “valentes e indisciplinados”, de “rudes devotados à causa pátria” a “assassinos e ladrões”. De tal forma que precisamos pesquisar ainda mais para compreendermos melhor sobre o que pensavam e o que moviam aqueles que foram tão importantes e sacrificados para que o Brasil seja o que é hoje.

Em um dos primeiros registros pós Batalha do Jenipapo, escreve em Campo Maior o juiz José Marques Freire no dia 26 de março de 1823, informando à Junta de Governo do Piauí situação caótica da Vila, destacando que ele mesmo e vários vereadores estiveram na batalha, suas preocupações com os saques que estavam ocorrendo, suas dificuldades para contê-los e punir os culpados:

Neste mesmo ofício o juiz de Campo Maior informa que se encontra de autoridades na vila somente ele e “o vereador Luís de Sousa Bustamante Sá e Meneses, sem saber dos mais, escrivães e meirinhos, porque não corriam do ataque, tudo pegou em armas e com a retirada que houve ainda não são aparecidos.” Ou seja, duas semanas após o combate, a maioria das autoridades locais ainda não tinham retornado para a Vila, tamanho era o medo.

Pelo ofício citado percebemos também que os “saques” tiveram início logo após a batalha em Campo Maior. As pessoas de posses abandonaram a Vila temendo as tropas de Fidié e saíram de casa praticamente com a roupa do corpo, deixando abandonados seus bens e sem autoridade que tivesse condições para que “rebatesse povos absolutos”, no dizer do juiz José Marques.

Dois meses depois, em outro ofício do mesmo juiz de Campo Maior, datado de 7 de maio de 1823, encontramos um detalhamento importante sobre as ações relatadas que não tinham sido citado no ofício

anterior: “Esta villa ficarão todas as casas abertas. Para arrombarem as portas e roubaram tudo, assim estavam fazendo por fora a quem possuía alguns bens, e bastaria ter alguma couza, para ser corcunda e ser logo roubado.” Ou seja, as energias do povo não estavam apenas canalizadas contra os portugueses, mas sim direcionada aos ricos da época, aos que tinham posses e que há muito tempo os exploravam, enquanto isso o acuado juiz lamentava “não havendo força militar, como poderia a justiça fazer couza alguma?”.

Quando o tenente Simplício informa que pessoas em Campo Maior “tinham extraviado bens alheios, huns por serem dessa conduta, outros pelo vocábulo que corria entre as pessoas rudes dos bens serem comuns”, revela uma argumentação das camadas populares para fundamentar os atos, o entendimento que os bens eram comuns. Certamente, a elite local ficou bastante temerosa com as camadas populares divergindo do até então consensualizado respeito à propriedade privada.

Se estavam defendendo que os bens eram comuns, podemos inferir que estavam associando ao fato deles terem participado de forma significativa da construção destas riquezas, portanto não estavam “saqueando”, estariam se apropriando de algo que pertencia a todos. Além da subtração dos objetos de valor tido como comuns, o juiz de Campo Maior lamenta terem levado todo o papel que havia, desta forma ele não tinha como prestar as informações “com presteza” para a Junta de Governo do Piauí. Ao eliminarem todo o papel da Vila estava sendo eliminado também o meio pelo qual era feito as comunicações entre as autoridades, divulgado os Editais, registrado os crimes cometidos, feitas as intimações para depor, ou seja, inviabilizava os atos administrativos, policiais e judiciais.

Estas fontes primárias que nós fizemos referência até aqui estão disponíveis no Arquivo Público do Piauí, numa coletânea de documentos oficiais enviados para e recebidos da Junta de Governo da província do Piauí, inseridos na Série Independência, com dez volumes. Em 2024, com a publicação de “As cartas da guerra da independência no Piauí – 1822-1824” de Johny Santana de Araújo e Gracivalda Matos Albano novas

contribuições sobre este período históricovieram a lume. Trata-se de uma coletânea de cartas que estavam sob a custódia do museu Ozildo Albano, que se referem à guerra de independência no Piauí e no Maranhão. Segundo os autores da publicação:

As cartas são um fragmento da sociedade e revelam as dores e as dificuldades de montar um exército, falam das relações de amizade, de concessões, de coragem, covardia, de medo, entrega, de sublevação, de revolta, de organização e desorganização, banditismo, altruísmo, alteridade, abnegação, estoicismo, desapego, ganância, arbitrariedades, crimes, mas também o simples desejo de viver, falam inclusive da seca que assolava essa região disputada e das relações sociais no mundo da escravidão, paradoxo de quem buscava libertação (Albano; Araujo, 2024, p. 43).

Estas missivas retratam um clima de guerra em que todos os homens estavam obrigatoriamente convocados para lutarem, com pesadas consequências para “quem tiver condições de pegar em armas e não se apresentarem serão considerados inimigos da nossa santacausa, como tal serão punidos rigorosamente”. Os textos das cartas recentemente publicadas ratificam este clima de guerra, como podemos perceber neste ofício da Junta Governativa Provisória, datado em 16 de março de 1823:

[...] A pátria está em perigo, cumpre salvá-la para não sermos submergidos com ela. Cuidado, e muito cuidado em socorrer as passagens, pois que muito se deve temer ataques por parte de Pastos Bons, e de Caxias principalmente pelo Porto de Bom Jardim. Os presídios devem ter comunicação amiúde uns com os outros para se socorrerem mutuamente. Reúna Vossa Senhoria gente sem exceção de vaqueiros, que

as circunstâncias não permite dispensar-se ninguém. [...] (Albano; Araujo, 2024, p. 67).

Estas cartas confirmam também a participação de filhos dos fazendeiros nas guerras pela independência no Piauí, confirmando a heterogeneidade das tropas nacionais, sem termos como perceber através da documentação como estes jovens se relacionavam com os demais membros que eram oriundos das camadas populares e de que forma poderia intervir nos rumos das batalhas. Certamente não comungavam da ideia que os “bens eram comuns”.

Nas cartas recém-publicadas percebemos relatos de pais que temiam não voltar a verem seus filhos, como esta enviado pelo Sr. Antônio Jozé Alves de Castro para o Capitão Raimundode Oliveira Falcão:

Amigo e Senhor. Vão os meus dois filhos que são meus pés e mãos, principalmente o Gaudino. Como Vossa Mercê sabe o desamparo que fico pelo estou a rogar aja os tomar na sua Proteção e Amparo, fazendo de conta que são seus filhos, e que todo o benefício que puder fazer a eles quando o não reconheça pela modernice e falta de civilização serei eu o responsável, toda a vida confessarei o benefício recebido assim espero da sua honra, ficando pronto por tudo quanto for deva merecer vir, e pedindo a Deus pela boa felicidade de Vossa Mercê e de todos a quem desejares saúde, para que com ela serem restituídos aos seus Quarteis e que Deus vos guarde por muitos anos. Perperi, 19 de Abril de 1823 (Albano; Araujo, 2024, p.72).

Somadas às aflições dos pais dos filhos que tinham ido para a guerra, havia muitas dificuldades de comunicação naquele início do século XIX, como podemos constatar nesta carta de Francisco Massimo Queiroz também para o Capitão Raimundo de Oliveira Falcão datada de 3 de julho de 1823, que deseja saber se seu filho Luiz Plácido está vivo ou

morto. Nesta carta fica também documentada a participação de escravos nos combates, pois o fazendeiro informa que enviou dois dos seus escravos, Manoel e Domingos, juntamente com seu filho:

[...] rogo a Vossa Senhoria aja de me fazer o favor deixar recomendado os Amigos de Vossa Senhoria o meu filho Luiz Placido de Queiroz afim de olharem por ele sendo que seja vivo, na entrada que Vossa Senhoria pretendem fazer na dita Villa e juntamente dois negros Manoel e Domingos, de cujo favor lhe ficarei sumariamente agradecido a Vossa Senhoria, também rogo a Vossa Senhoria queira mandar solução da minha recomendação que fiz ao nosso Capitão Mor respeito ao dito filho Luiz, pois desejo saber se é vivo ou se é morto para ter um alívio grande. [...] (Albano; Araujo, 2024, p. 102).

Este conjunto de cartas havia pertencido ao Capitão mor João Gomes Caminha, um antepassado da família de Gracivalda Albano, uma das autoras da citada publicação e que foram cuidadosamente guardadas pela família de geração em geração por mais de duzentos anos. Estada descoberta nos faz imaginar quantos outros preciosos acervos são possíveis de existirem e que estão à espera da catalogação e transcrição paleográfica que muito contribuirão para futuras pesquisas sobre a História das guerras pela independência no Piauí.

Referências

BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História da Independência do Brasil*. Teresina: FUNDAPI, 2006.

ALBANO, Gracivalda Matos; ARAUJO, Johnny Santana de. *As cartas da guerra da independência no Piauí (1822-1824)*. Teresina: Cancioneiro, 2024.

ARAÚJO, Johny Santana de. O Piauí no processo de independência: contribuição para construção do império em 1823. *Clio: Revista de pesquisa histórica*, Recife, v. 33, n. 2, p.29- 48, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaclio/article/view/24527>. Acesso em: 27 jun. 2024.

CHAVES, Joaquim (Mons.). *Apontamentos biográficos e outros*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

CHAVES, Joaquim (Mons.). *O Piauí nas lutas da Independência do Brasil*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

CONDE, Hermínio. Independência no nordeste. In: SANTANA, R. N. Monteiro de; SANTOS, Cineas. *O Piauí e a Unidade Nacional*. Teresina: FUNDAPI, 2007.

COSTA, João Paulo Peixoto. Mata que é Corcunda! Os índios do Ceará na guerra de independência do Piauí. *Revista Habitus*, Goiânia, Brasil, v. 14, n. 2, p. 243-262, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18224/hab.v14.2.2016.243-262>. Acesso em: 10 jan. 2024.

COSTA, João Paulo Peixoto. *Na lei e na guerra: políticas indígenas e indianistas no Ceará (1798-1845)*. Teresina: EDUFPI, 2018.

DIAS, Claudete Maria Miranda. *Balaio e bem-te-vis: a guerrilha sertaneja*. 3. ed. rev. Atual. Teresina: EDUFPI, 2014.

DIAS, Claudete Maria Miranda. *O outro lado da independência do Brasil: aspirações, manifestações, natureza e formas de lutas das populações do Piauí – 1789-1850*. 2. ed. Teresina: Editora e Livraria Nova Aliança, 2023.

DIAS, Claudete Maria Miranda. *O outro lado da História: o processo de independência no Brasil visto pelas lutas no Piauí (1789/1850)*. 1999. Tese

(Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

FIDIÉ, João José da Cunha. *Vária fortuna d'um soldado portuguez, oferecida ao públicopelo brigadeiro Fidié*. Lisboa: Typ. de Alexandrina Amelia de Salles, 1850.

NEVES, Abdias. *A Guerra do Fidié*. Teresina: FUNDAPI, 2006.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2007.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitosantilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SOUSA, Luís Carlos Albano Duarte. *Mestiços e Corcundas: visões das independências noPiauí (1820-1840)*. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2022.

SOUSA, M. A. S. de; OLIVEIRA, N. de C. G. de. Entrevista com o Prof. Dr. João Paulo Pimenta (USP). *Politeia - História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v. 21, n. 2, p. 99-106, 2023. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/12911>. Acesso em: 20 jul. 2024.

SOUSA NETO, Marcelo de. Os filhos indesejados da Nação: as lutas pela Independência noPiauí e a exclusão dos grupos populares (1821-1823). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 48, n. 1, p. 1-20, jan./dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2022.1.42416>. Acesso em: 5 mar. 2024.

CIGANOS COCATELHENSES E O ENSINO DE HISTÓRIA

Denis da Costa Silva¹

RESUMO: Esta pesquisa propõe uma análise sobre o Ensino de História e a difusão da História Local a partir da educação formal implementada pelo Estado brasileiro sob a óptica cigana identificando os impactos desse modelo educacional sobre a cultura dos povos ciganos cocatelhenses. Desenvolvendo e ampliando o debate em torno da proposição de uma proposta de educação antirracista. A pesquisa busca situar a presença cigana no Brasil e em Cocal de Telha, situada no Estado do Piauí, por meio de revisões bibliográficas; Refletir sobre o Ensino de História e a história local a partir das entrevistas com membros da comunidade cigana e da educação para as relações étnico raciais; Identificar permanências e rupturas na cultura cigana considerando as interações históricas entre ciganos e não ciganos na sociedade cocatelhense. O recorte temporal centra-se de 1995 a 2025. Como metodologia recorreremos a fontes oficiais do município e do governo do Piauí, revisões bibliográficas tais como Coelho (1995), Moraes Filho (1886), China (1936), Moonen (2011), Karpowicz (2018), Delgado(2003), Bosi (1998) Delgado (2010), Nascimento (2006), Circe Bittencourt (2018), Albert (2009), Nadai(1993), Luca (2020), Peixoto (2015), Joutard (2000), Portela (2024) entre outros pensadores além de uso metodológico da História Oral, por meio de entrevistas realizadas com membros da comunidade cigana cocatelhense. Este trabalho poderá contribuir como fonte para pesquisas posteriores relacionadas aos estudos da etnia cigana neste espaço possibilitando o debate no âmbito do ensino de História sobre sujeitos historicamente invisibilizados. Entre outras possibilidades pode-se inferir que esta é uma pesquisa em construção e acreditamos que contribuir como mais uma

¹ Professor da Educação Básica e Mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Email: deniscosta110@gmail.com . Bolsista CAPES. Orientadora: Dra. Débora Strieder Kreuz.

possibilidade de visibilidade a um grupo historicamente silenciado, o grupo étnico composto pelos ciganos. A pesquisa tem relevância para a história local, pois busca conhecer e valorizar as memórias e as trajetórias migratórias que consolidaram a sedentarização deste grupo social no município, e buscando compreender a sua relação com o ensino de História.

Palavras-chave: Ciganos; Identidade; Ensino de História; História Local; História Oral

Introdução

Entre as ideias abordadas neste texto estão aquelas que versam sobre a história e cultura dos povos ciganos e as suas especificidades no âmbito histórico, onde podemos mencionar a perseguição como um elemento constante, ao mesmo tempo em que diferentes estratégias de resistência são construídas. Inicialmente o texto procura fazer uma análise sobre a origem dos povos ciganos com sua presença no Brasil desde o período colonial. Buscamos compreender o processo na sedentarização de povos ciganos em diferentes espaços e temporalidades promovendo debates sobre essa ação uma vez que contrasta com uma das características elementares da cultura cigana que é o nomadismo. Procuramos analisar diferentes interpretações que buscam explicar as possíveis origens dessa etnia que historicamente promove debates as vezes divergentes quanto a esses aspectos, onde pesquisadores apontam para o Egito, porém uma parcela considerável converge para a Índia como sendo o lar dos povos ciganos.

Em outro momento intentaremos compreender a relação entre a educação formal oferecida pelo estado brasileiro com a cultura cigana. A história da etnia cigana, assim como muitas minorias no Brasil como os afrodescendentes e indígenas, enfrenta adversidades e desafios no sentido de serem sujeitos visibilizados nas narrativas históricas.

As minorias obviamente resistem e lutam para que possam ser ouvidas e ter acesso a espaços de poderes e de fala numa sociedade ainda amplamente racista, preconceituosa e notabilizada por um forte aspecto de discriminação social. O racismo que permanece irradiando suas mazelas ainda não conseguiu ser contido, mesmo com a existência de legislações como a Lei 7.716/89 que embora amenize muitas ocorrências fica evidente que ainda é insuficiente.

A vigência de legislações como as leis 10.639/03 e 11.645/08 nos evidencia que as mazelas que assolam as minorias no Brasil são ainda muito sólidas. Mas enquanto os afrodescendentes e os indígenas legalmente estão sob a tutela do Estado por meio dessas legislações assim como outras correlatas, o que de fato fica reservados a outras minorias como a etnia cigana no Brasil?

A resposta para essa indagação parece estar distante de uma solução que contemple de modo mais amplo os anseios e angústias dos povos ciganos no Brasil, restando-lhes como premissas incontestáveis as lutas e resistências em prol de maiores conquistas em solo brasileiro. A luta por um estatuto cigano que desde 2015 vem sendo requerido junto ao Congresso Nacional embora tenha avançado ainda permanece uma esperança angustiante.

Assim, intentaremos compreender alguns elementos que compõe a cultura cigana e a sua relação com o ensino de História.

Etnia cigana: do nomadismo à sedentarização

A cultura cigana tem despertado de o olhar de muitos pesquisadores, os quais historicamente possibilitaram um conjunto de informações que contribuíram para consolidar ideias sobre a história e cultura da etnia cigana. A origem cigana é motivo de debate tem levado a ideias que corroboram a perspectiva de que apesar de muitos indícios apontarem para uma vasta afinidade com os egípcios, há uma preponderância hegemônica de que os ciganos tem origem indiana. Segundo Karpowicz (2018), ambos os pesquisadores Mello Moraes Filho (1886) e Oliveira

China (1936) convergem quanto a possível origem indiana dos ciganos conforme evidencia:

Com base em estudos históricos, linguísticos e etnográficos, Oliveira China analisa as hipóteses que tentam provar que a pátria primitiva dos ciganos é a Índia, de onde em época remota e por motivos acidentais, teriam se deslocado para o Ocidente. (Karpowicz, 2018, p.57).

Corroborando com essa perspectiva, pode-se apontar Pereira (2024) que faz apontamentos de que há fortes indícios de uma origem indiana quando faz referência aos povos ciganos:

A Índia em 1976 lhes concedeu a condição de cidadãos hindus no exílio – e valoriza a dispersão pelo mundo como um aspecto importante de sua sobrevivência enquanto etnia. Por causa disto a família é fundamental pois é ela que lhes dá a consciência de comunidade mesmo sem ter pátria. (Pereira, 2024, p.36).

O nomadismo, um modo de vida característico dos povos ciganos, propiciaram-nos a acessarem os mais distintos espaços. Todo espaço, obviamente apresenta suas especificidades, os elementos culturais intrínsecos a cada lugar por vezes constituíam-se verdadeiros entraves para que sua cultura fosse compreendida, no sentido de apresentarem um modo de vida específico e com elementos culturais que os simbolizavam de modo nítido.

A etnia cigana tem uma história marcada por muitos desafios, sobretudo relacionados ao preconceito e a discriminação que são encontradas, muitas vezes em função da sua mobilidade constante. A própria dinâmica econômica de um mundo cada vez mais globalizado, assim

como outras minorias, levou a etnia cigana a buscar mecanismos de adaptações e superações nesta conjuntura.

Historicamente houve mudanças na cultura, contudo ainda há permanências que os identificam de modo indiscutível. Um dos traços culturais que pode nos indicar como um dos mecanismos de sobrevivência e da cultura e do grupo em si, indubitavelmente pode-se indicar o sentimento de união entre os grupos. Evidentemente há ressalvas, pois sabe-se que não há uma unidade coesa e indiscutível quando apontamos para coletividades humanas, mas de modo genérico, a história tem mostrado que esse aspecto apresenta-se com um dos pilares dessa sobrevivência.

Em diferentes tempos históricos a presença cigana é visibilizada sob a óptica dos grupos dominantes que sob distintas justificativas provocaram sequelas ao modo de vida e a cultura de comunidades ciganas nos mais distintos espaços. O preconceito e a discriminação que sofreram e continuam a resistir a essas mazelas sociais que ainda de modo bem constante encontram respaldo na sociedade contemporânea por camadas sociais que insistem em manter ativas esses pensamentos preconceituosos.

Podemos exemplificar a partir do contexto da Segunda Guerra Mundial, quando ficou evidenciado, a partir dos escritos de Hannah Arendt, que naquele momento na Alemanha a presença cigana, era vista como um problema a ser solucionado. Essa solução obviamente seria sinônimo de aprisionamentos ou extermínio assim como era feito com outras minorias, tidas como inferiores e degeneradas para aquela sociedade. Hanna Arendt nos diz:

Além do fato que o extermínio dos ciganos era do conhecimento geral, Eichmann, admitiu durante o interrogatório da polícia que tinha conhecimento dele: ele se lembrou vagamente que isso tinha sido ordem de Himmler, que não havia 'diretivas' para os ciganos como existia para os judeus e que não tinha

sido feita nenhuma pesquisa sobre ‘o problema cigano. (Arendt, 2001, p. 148).

O processo de sedentarização dos grupos ciganos em lugares distintos foi viabilizado por fatores distintos e em consonância com as realidades locais onde as comunidades ciganas fixavam-se. Além do processo de adaptação à nova conjuntura socioeconômica outro desafio não pode ser minimizado: a integração social local superando todo um conjunto de adversidades consequentes da sedentarização.

A presença cigana no Brasil, é perceptível desde o século XVI a partir dos relatos em torno da figura de João Torres, cigano que foi deportado para o país, conforme relatos oficiais da coroa lusitana, o que demonstra a presença no território brasileiro desde o início da sua conquista. O processo de sedentarização obviamente não era uma tarefa fácil uma vez que toda sorte de estereótipos era direcionada aos grupos ciganos que buscavam uma maior integração econômica e social numa sociedade fortemente marcada pelo preconceito e por um modelo de sociedade imbuída de práticas racistas estruturais que se tornavam sobretudo convencionais.

A presença cigana no Estado do Piauí pode ser mencionada já no século XIX conforme nos evidenciam algumas fontes jornalísticas. Publicações feitas no Estado do Piauí, na edição de fevereiro de 1890 apontam para essa ideia conforme menciona Portela (2024), que também diz: “Essa presença na região que corresponde ao atual Estado do Piauí pode ser identificada por meio de documentos oficiais produzidos nos períodos colonial e imperial” (Portela, 2024, p.27).

Em consonância com essa dinâmica que levou ao processo de sedentarização de grupos ciganos, podemos mencionar a presença de uma comunidade cigana na cidade de Cocal de Telha, situada no Estado Piauí. A comunidade residente neste local preserva traços pertinentes à cultura cigana apresentando uma visível integração com os demais componentes dessa sociedade alcunhados de Gadjés pelos integrantes da comunidade cigana.

As uniões matrimoniais, entre ciganos e não ciganos, a composição no Legislativo local, a integração efetiva no funcionalismo público, assim como em outras áreas, como esporte, entre outras reverberam uma forte integração social da comunidade cigana na sociedade cocatelhense, mas que também apresenta desafios.

A educação e a cultura cigana

A educação formal ofertada pelo Estado brasileiro tem permeado um caminho rumo a uma universalização progressiva de modo que venha a contemplar toda a sociedade brasileira. O histórico de acessibilidade a educação por parte das camadas mais vulneráveis comporta muitas restrições, embora nos últimos períodos históricos tenha começado a se alterar, com visões a minimizar as distorções de acesso ao sistema educacional na sociedade brasileira.

A oferta do ensino público e gratuito foi uma conquista que refletiu e continua a transformar vidas de sujeitos que outrora não esperavam mudanças robustas e significativas nas realidades em que se encontravam. A Constituição Cidadã, e não por acaso recebe essa alcunha, nos indica que as conquistas para a sociedade devem ser preservadas e que diante das mudanças que a sociedade passa faz-se pertinente que as lutas por direitos ainda submersos possam emergir à luz das legislações no âmbito educacional. Assim expressa a referida constituição no Artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

A educação tem múltiplas funções que cumpre funções pedagógicas, cognitivas e sociais contribuindo de modo expressivo para

múltiplos campos relacionados ao ser humano e suas ações no tempo e no espaço em que está inserindo, sendo, portanto, capaz de promover mudanças significativas na sua própria realidade. Embora as conquistas tenham alcançado patamares relevantes, múltiplos sujeitos integrantes da sociedade brasileira continuam a lutar por espaços de representatividade. As minorias em suas distintas representatividades como negros, indígenas e outros grupos étnicos tais como os povos ciganos lutam para ter suas vozes e reivindicações ouvidas pelos demais segmentos sociais e nos espaços de poder.

O ambiente escolar indubitavelmente é um desses espaços, onde ainda é perceptível a perspectiva de um modelo de educação eurocêntrico e que inibe diferentes representatividades a partir de instrumentos reguladores e consolidados pelo sistema que majoritariamente é controlado pelos grupos sociais privilegiados historicamente. Não é difícil detectar espaços em que as manifestações artísticas, culturais, religiosas entre outras são rechaçadas e conseqüentemente discriminadas em muitos aspectos nesses espaços.

A luta das minorias brasileira por uma educação que contemple os diferentes setores da sociedade é constante a vigência de leis que possam minimizar os impactos reais no cotidiano desses espaços não basta para que seja de fato efetivadas. Os profissionais de educação enfrentam muitas adversidades a partir de conjunturas diversas, destacando o preconceito ainda arraigado em vários setores.

O Ensino de História como reitera Circe Bittencourt tem uma função imprescindível conceituando a História como uma “disciplina constituída sob paradigmas metodológicos que buscam incorporar a multiplicidade de sujeitos construtores da nação brasileira e da história mundial” (Bittencourt, 2018, p. 127). Ou seja, a História deve contemplar a multiplicidade que caracteriza a sociedade brasileira.

Quando se observa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana fica evidente a relevância de diferentes

grupos étnico-raciais no processo de construção identitária da sociedade brasileira. Isso fica evidente quando essas diretrizes informam que:

À compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história (Brasil, 2004).

Em consonância com essa perspectiva a Base Nacional Curricular Comum informa na parte destinada às competências específicas para as ciências humanas no Ensino Fundamental a premissa de que uma das ideias cruciais nos permite entender que “Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercer o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos” (Brasil, 2018).

A legislação brasileira ainda apresenta um histórico lacunar quando se refere a promulgação de políticas públicas em relação às minorias, notadamente aos povos ciganos. Muitas vezes quando se refere a essas minorias ainda é de forma indireta como pode-se evidenciar no texto proveniente do Decreto N° 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e menciona no seu artigo 1° o seguinte princípio:

O reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desrespeitar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade. (Brasil, 2007).

O reconhecimento da emergência de políticas públicas mais efetivas que contemplem as comunidades ciganas difundidas no Brasil é uma luta que há séculos se revigora neste país, visto que a presença cigana no Brasil remonta há mais de quatro séculos. A legislação educacional por meio da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional reitera em seu Artigo 26 no parágrafo § 4º dizendo que “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia” (Brasil,1996), e nos lembra do compromisso da promoção de propostas de educação antirracista considerando os múltiplos sujeitos sociais que compõem a sociedade brasileira.

A menção aos povos ciganos, bem como políticas voltadas para essa etnia no âmbito da educação e a promoção de políticas neste campo ainda são escassas ou quase inexistentes como nos informa Frans Moonen ao afirmar que:

Apesar de todas estas belas palavras, desconhecemos qualquer resultado, qualquer medida prática tomada pelo Ministério da Educação para implementar as demandas ciganas ou as demandas que mencionam também ciganos. Pelo menos até meados de 2011. No site do MEC – <http://portal.mec.gov.br> - constam temas como “Diversidade étnico racial” e “Diversidade e inclusão educacional”, mas os ciganos não são citados. Desconhecemos qualquer programa educacional especificamente para os ciganos, em qualquer lugar do Brasil. Até prova em contrário, para o Ministério da Educação, os ciganos continuam não existindo. (Moonen, 2011, p. 213)

Mais de uma década se passou e as conquistas ainda são tímidas em relação aos povos ciganos que mantendo uma luta constante em busca da consolidação de suas reivindicações estas ainda não se configuraram como uma realidade. Embora não se pode deixar de mencionar uma

conquista relevante quando em 1º de agosto de 2024 foi publicado o Decreto de N° 12.128/24 que instituiu o Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos.

A compreensão de algumas minorias ganhou um forte aliado com a promoção e aceitação de estudos a partir do uso metodológico da História Oral, pois vozes que por muito tempo foram silenciadas podem por meio desta ecoar de modo mais frequente e incisivo na sociedade. Embora esse campo metodológico nos permite fazer ponderações como reitera Philippe Joutard ao afirmar que:

Estou convencido de que a história oral fornece informações preciosas que não teríamos podido obter sem ela, haja ou não arquivos escritos; mas devemos, em contrapartida, reconhecer seus limites e aquilo que seus detratores chamam suas fraquezas, que são as fraquezas da própria memória, sua formidável capacidade de esquecer, que pode variar em função do tempo presente, suas deformações e seus equívocos, sua tendência para a lenda e o mito. Estes mesmos limites talvez constituam um de seus principais interesses. (Joutard, 2000, p. 34).

Lígia Pereira (2000) faz indicações que convergem com esse pensamento informando que: “A História oral, como se sabe, tem desempenhado importante papel, ao dar a palavra e tornar pública a voz daqueles que não têm acesso à escrita: os trabalhadores rurais e urbanos, as camadas populares, em geral, as minorias” (Pereira, 2000, p. 125).

Evidentemente o papel da História Oral que contribui como mais uma das múltiplas possibilidades de verbalização dos sujeitos na historiografia é irrefutável obviamente faz-se pertinente considerar as ponderações advertidas por Joutard. Os apagamentos e silenciamento propositais ou fortuitos nos incitam a desenvolver posturas cada vez mais combativas e resistentes contra esses artifícios apropriados pelos grupos dominantes. O resgate, a preservação de memórias, seja por meio

da História Oral ou por outros mecanismos que as preservam nos permite partilhar do pensamento de Lucília Delgado quando diz:

O passado apresenta-se como vidro estilhaçado de um vitral antes composto por inúmeras cores e partes. Buscar recompô-lo em sua integridade é tarefa impossível. Buscar compreendê-lo através da análise dos fragmentos é desafio possível de ser enfrentado. (Delgado, 2003, p. 13-14).

Os desafios que se apresentam para as minorias no Brasil quando se refere à promoção de políticas públicas ou efetivação destas quando já promulgadas parece muito dispendioso. Alguns segmentos da sociedade têm alcançados avanços consideráveis, no entanto ainda há grupos que pouco conseguiram em seus múltiplos espaços de reivindicações. Os espaços de saberes desde o chão da escola até os campos universitários são espaços que podem apresentar mutações consideráveis quando a promoção de perspectivas decoloniais e antirracistas tornarem-se realidade por meio da luta e resistência dos sujeitos sociais que assuma vanguarda desses ideais. Os povos ciganos se encontram nesse local, tendo em vista a sua constante invisibilização.

Considerações finais

A pesquisa que se desenvolve sobre a história da cultura cigana e a relação coma educação a partir da perspectiva de povos ciganos sedentarizados em solo cocatelhense obviamente não nos proporciona uma visão uniforme e conclusa sobre os povos ciganos e sua relação histórica com a educação formal.

Contudo as ideias em curso permitem-nos compreender de forma mais específica a relação de parte dos povos ciganos em relação as abordagens que estes remanescentes reagem à educação formal ofertada pelo Estado brasileiro e de que modo essa relação pode ser construída.

As ideias em debate neste texto são uma tentativa inicial de compreender dois elementos: a história dos povos ciganos e a relação que estes estabelecem com o Estado brasileiro, sobretudo quando este busca oferecer a educação formal.

Buscamos, com a pesquisa em curso, pensar um espaço de debate nas escolas em que o antirracismo seja a tônica, sobretudo aquele relacionado com os ciganos sedentarizados em Cocal de Telha, tendo em vista a sua presença na sociedade e no espaço escolar.

Assim, promover o debate sobre ideias que versam sobre as lutas e resistências de minorias com enfoque na etnia cigana, demonstrando a relação dos povos ciganos com a educação, o simbolismo, a contribuição sociocultural desta etnia no Brasil estão entre as principais ideias que norteiam essa pesquisa em andamento. O assunto relativo à ideia central desta pesquisa obviamente não sucumbirá outras contribuições sobre o tema mas contribuirá e fortalecerá ideias e pesquisas posteriores que possam ser desenvolvidas em solo cocatelhense e que remete à história e cultura dos povos ciganos e sua relação com o Ensino de História.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. EICHMANN EM JERUSALÉM: *Um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo. Cia. das Letras, 2001.

BITTENCOURT, C. F. (2018). *Reflexões sobre o ensino de História*. Estudos Avançados, 32(93), 127-149,2018.

BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado federal, 1988. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm .Acesso em 03 de março de 2025.

BRASIL. *Decreto N° 12.128, de 1° de agosto de 2024*. Institui o Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos.

BRASIL. *Decreto N° 6.040, DE 7 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

BRASIL. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana*. Brasília/DF: SECAD/ME, 2004.

BRASIL. *Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008*. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em: 07 de março de 2025.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182° da Independência e 115° da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm . Acesso em: 07 de março de 2025.

BRASIL. *Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989*. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996; 175° da Independência e 108° da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 19 de setembro de 2024.

BRASIL. *Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *História Oral*, 6, 2003, p. 9-25.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI, Verena (org.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.

KARPOWICZ, Débora Soares. *Ciganos: História, Identidade e Cultura* [recurso eletrônico] Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. <https://www.precog.com.br/bc-texto/obras/2019-pack-109.pdf> . Acesso em 01/06/2024.

MOONEN, Frans (1944 -) *Anticiganismo: os Ciganos na Europa e no Brasil*. 3ª edição digital revista e atualizada Recife – 2011.228 pp.

PEREIRA, Cristina da Costa. Ciganos: A oralidade como defesa de uma minoria étnica. Em: https://www.lacult.unesco.org/docc/oralidad_04_34-39-ciganos-a-oralidade.pdf . Acessado em 16/09/2024.

PEREIRA, Ligia Maria L. P. Reflexões sobre história de vida, biografias e autobiografias. In. *História Oral*. Revista da Associação Brasileira de História Oral. São Paulo, n. 3, jun. 2000, p. 117-128.

PORTELA, L. R. *Calins piauienses: identidade, condições de existência e trabalho de mulheres em comunidades ciganas Calons do Norte do Piauí (1970-2023)*. 01. ed. Teresina - PI: Cancioneiro, 2024. v. 01. 246p.

MAREZIA POLÍTICA: DISCURSOS DO PODER POLÍTICO NA FOLHA DO LITORAL DO PIAUÍ (1961-1964)

*Everton Brito de Carvalho*¹

*Danilo Alves Bezerra*²

Resumo: O jornal *Folha do Litoral*, fundado por João Batista Silva, vereador e prefeito de Parnaíba, teve um papel relevante na comunicação local, abordando tanto questões regionais quanto nacionais, com destaque para a política. Durante o período analisado, entre 1961 e 1964, o periódico demonstrou apoio às políticas desenvolvimentistas do governo João Goulart e à Reforma Agrária, pautas que marcaram o cenário político da época. Entretanto, à medida que a crise política se aprofundava e se aproximava o golpe militar de 1964, o jornal passou a atuar como um veículo de propaganda das elites regionais, especialmente do prefeito Lauro Correia Lima. Apesar de afirmar uma postura independente, a *Folha do Litoral* mantinha fortes vínculos políticos com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), evidenciando sua proximidade com determinados grupos políticos. A pesquisa revela como o periódico refletiu e foi influenciado pelas dinâmicas políticas locais e nacionais, funcionando como uma ferramenta estratégica para diferentes interesses. Esse posicionamento ficou mais

¹ Graduado em Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI.

² Foi professor na educação básica, é mestre e doutor em História pelo Programa de Pós Graduação em História - História e Sociedade - da Universidade Estadual Paulista - Unesp/Assis, com doutorado-sanduiche na Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelynes - França. Atualmente é professor adjunto do curso de licenciatura em História na Universidade Estadual do Piauí, campus de Parnaíba; e do Programa de Pós Graduação em Ensino de História (ProfHistória) onde foi coordenador (2022-2024) e coordenador adjunto (2019-2022). Tem investigado temas referentes à cultura popular do Brasil Republicano, tais como: festas e sociabilidades; memória e patrimônio; identidades e Ensino de História. É vice-líder do Laphic - Laboratório de Pesquisa em Política, História, Identidades, Cultura e Contemporaneidades.

evidente no contexto de polarização política da década de 1960, quando o jornal gradualmente mudou seu discurso e alinhamento ideológico. A análise das edições do jornal entre 1961 e 1964 demonstra que a *Folha do Litoral* acompanhou as transformações políticas do Brasil, oscilando entre o apoio ao governo João Goulart e a adesão ao discurso conservador das elites locais. O periódico, que inicialmente se mostrava defensor das reformas estruturais propostas pelo governo, passou a adotar um viés alinhado aos interesses da oligarquia local, sobretudo no que se refere à Reforma Agrária. Essa mudança de postura reflete não apenas o impacto das tensões políticas nacionais, mas também a forma como os meios de comunicação regional estava inserida nesse processo. O estudo sobre a *Folha do Litoral* contribui para a compreensão da relação entre imprensa e política em períodos de instabilidade, demonstrando como jornais podem ser tanto instrumentos de apoio a governos quanto meios de difusão de ideologias e interesses locais. O caso do jornal parnaibano ilustra como a mídia pode ser um agente ativo na formação da opinião pública e no direcionamento das disputas políticas. Assim, a pesquisa evidencia que, mais do que um simples veículo de notícias, a *Folha do Litoral* foi um reflexo das tensões políticas da época, participando ativamente dos debates que culminaram no golpe militar de 1964.

Palavras-chave: Política; Discurso político; Imprensa; Parnaíba.

Introdução

A imprensa, de modo geral, é responsável por uma série de formulações ideológicas no mundo desde que seu objetivo principal era apenas circular em massa e com menos tempo. Nós trabalharemos nesta pesquisa o papel formador de opinião da imprensa, e até onde ela mesma pode ser moldada à luz do ambiente em que está inserida. Antes disso, pensemos a pesquisa histórica de qualquer tema como uma análise de fonte, para além daquilo que está descrito nela. Por exemplo, essa

pesquisa é uma análise hemerográfica e todo nosso recorte foi analisado para além daquilo que estava escrito, ou seja, com mais criticidade.

É como ler uma biografia e imediatamente pesquisar se aquilo que foi descrito corresponde com o contexto de vida de quem está sendo relatado, afinal, o que uma biografia omite pode ser tão revelador quanto o que ela narra. Usamos esse exemplo da biografia apenas para dar sentido investigativo na pesquisa histórica, sobretudo dentro dos rastros deixados na fonte que captamos as relações de poder intrínsecas nela. Essas relações de poder referidas, podem ser tanto financeiros como social, no caso do jornal que analisamos, ele segue a linha ideológica de um partido que estava muito forte no começo da década de 1960, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) fundado por Getúlio Dornelles Vargas em 1945. Em Parnaíba, esse partido tinha vários filiados, dentre eles, João Batista Silva, fundador do *Folha do Litoral do Piauí-FL*, exercendo ainda o cargo de diretor chefe do jornal que possuía inicialmente uma linha pró-trabalhista pelo menos até 1964, sendo essa mudança complexa o objetivo da nossa análise. Um ano antes do golpe, nas eleições de 1963, o jornalista foi eleito vereador pelo PTB.

O título “Maresia Política” é o nome de uma coluna do jornal que noticiava a política local e nacional. Além disso, “Maresia” remete ao fenômeno natural dos ventos que parte do litoral em direção ao continente. Essa é a dinâmica de circulação do *Folha do Litoral do Piauí*, que dá sentido ao nome desse matutino, porque ele sopra as notícias políticas da cidade litorânea de Parnaíba para o resto do continente, tal qual o fenômeno que ocorre a partir do oceano e posteriormente, aos transformar-se em ventania, refrigera a terra. O recorte dessa pesquisa é de 1961 até 1964 porque, no início dos anos sessenta, o Piauí passava por uma onda de desenvolvimentismo proposta pelo então governador petebista José Caldas Chagas Rodrigues (Castro, 2021, p. 90). Além disso, o ano de 1961 é o mais próximo da data de fundação desse jornal, conforme o acervo disponível. Nessas condições, procuramos observar a formação estrutural da folha na primeira sessão do trabalho.

Os anos seguintes que seguem, respectivamente, 1963 e 1964, são os anos de eleições municipais e o Golpe Civil-Militar. Conforme destacou Carlos Fico, o golpe de 1964 não foi apenas uma intervenção militar, mas contou com significativa participação de setores civis, os quais contribuíram ativamente para a legitimação e manutenção do regime autoritário. Considerando essa questão do contexto ditatorial, busca-se responder neste recorte à seguinte pergunta: como o jornal *Folha do litoral do Piauí* se posicionou politicamente mediante às ruínas da democracia no ano do golpe civil militar? Diante disso, precisamos entender o recorte histórico que estamos analisando no periódico em questão e seus desdobramentos dentro da cidade piauiense de Parnaíba. As edições de 1964 do *FL* são inéditas porque embora haja pesquisas sobre 1964 no Piauí, nenhuma delas utiliza essa fonte nesse recorte, e a organização dessa fonte analisada em um artigo científico abrirá novos problemas e novos objetos para os historiadores que irão lançar mão desse período, concluindo a relevância acadêmica do jornal *Folha do Litoral do Piauí* ser pesquisado exatamente nesses primeiros quatro anos de existência. O recorte encerra em 1964 o ano do golpe porque vamos compreender as mudanças que o periódico fez diante do fim da democracia naquele período. Tal contraste é discutido na seção três e final do presente artigo. Todas as edições do *Folha do Litoral do Piauí* fazem parte do acervo hemerográfico organizado pelo grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Sociedade, Imprensa e Literatura piauiense (NESILPI) da Universidade Estadual do Piauí, trata-se de um acervo digital com fotografias das edições do *FL que estavam* guardados na casa do ex-prefeito Lauro Correia Lima. É importante destacar também que as versões físicas dos anos 1970 - 1980 estão disponíveis para leitura e pesquisa no acervo físico da biblioteca do SESC Caixeiral, no centro de Parnaíba.

A formação do jornal *Folha do litoral do Piauí*

O *Folha do Litoral do Piauí* circulou entre 1959 (data de sua fundação) até aproximadamente 1988, sua primeira proposta era de circular

apenas aos domingos, mantendo-se assim em seus quatro primeiros anos de vida, mas conforme foi conquistando assinantes, se tornou bissemanário da cidade de Parnaíba em 1963. Segundo o historiador Celso Pinheiro Filho: “Parnaíba teve oportunidade de possuir jornais antes mesmo que Oeiras e Teresina” (Pinheiro Filho, 1997, p. 106). A difusão de jornais é mais densa em regiões de ligação marítima (Pinheiro Filho, 1997, p.106), ou seja, com esse fator, Parnaíba tinha ao seu favor a localização geográfica litorânea para circular melhor seus periódicos, sendo assim a circulação de periódicos e comunicação em Parnaíba, foi gradualmente tomando corpo.

Esse periódico passou quatro anos como hebdomadário e, em 1963, tornou-se bi-semanário “A segunda fase do FL, como bi-semanário; em tempos não remotos, sua terceira fase como jornal diário, a maior glória dos que compõem seu corpo redacional na concretização de um ideal elevado.” (FOLHA DO LITORAL, 09/1963, p.01). O jornal estampava em suas páginas notícias de diversas partes do estado, como, por exemplo, a coluna “Flashes da capital” assinada por João Batista Carneiro, nela, eram veiculadas as notícias de Teresina.

Em suas páginas, o jornal ainda contemplava Buriti dos Lopes, Cocal, Luís Correia e outras cidades, recebendo até mesmo contribuições de pessoas fora do Piauí, como Rubem Freitas, que escrevia direto da antiga capital federal na coluna “Carnet social”. Essa coluna social noticiava a classe média de Parnaíba (FOLHA DO LITORAL, 11/1963, p. 02), em suma formada por médicos, engenheiros e empresários locais, na qual eram descritas suas festas em comemoração a algum evento tradicional, como “a rainha das flores” ou bailes noturnos promovidos no Igara Clube.

Em 1961 o número avulso custava Cr\$ 5,0 e tinha entre 8 a 10 páginas. Em 1962 e 1963 o valor passou para Cr\$ 20,00, sendo reajustado para Cr\$ 30,00 em 1964. Tais mudanças no valor da folha mudavam conforme o preço do papel aumentava, todos os reajustes eram justificados partindo dessa motivação. O jornal também denunciava como as pessoas pobres estavam sofrendo com a carestia dos produtos

alimentícios na cidade. Dentro dos mercados públicos municipais, o valor da carne de segunda aumentava cada vez mais em Parnaíba (FOLHA DO LITORAL, 11/1962, p.01) e a problemática do aumento do custo de vida era amplamente discutida no periódico.

Naquele momento, durante a gestão do governador petebista Chagas Rodrigues (1962-1963), o Piauí foi marcado pelo desenvolvimentismo sintomático da época. A cidade precisava entrar junto ao estado na onda progressista de indústria e desenvolvimento. Sobre desenvolvimento, o Piauí necessitava de investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE, órgão focado em desenvolver economicamente a região Nordeste tal qual era investido na região Sul.

O jornal permaneceu circulando em Parnaíba com influência em classes hegemônicas e do comércio em geral, apesar das dificuldades financeiras que passou. João Batista Silva, vereador de Parnaíba do PTB, mesmo partido de Lauro Correia (prefeito de Parnaíba que assumiu em 1963) também foi deputado estadual no começo da década de 1970, vice-prefeito na gestão Elias Ximenes do Prado (1973-1977), tornando-se o próximo prefeito de Parnaíba pelo MDB (Moura, 2019, p. 29). Como afirma o historiador Gustavo Moura:

O Jornal Folha do Litoral circulou nas décadas de 1960 e 1980. Carregou em suas edições os dizeres "Independente e Noticioso", tomando essa frase como um lema que, na prática, destoava das escolhas e pessoas envolvidas no periódico. Assim como outros periódicos da região, tinha vínculos com a política local e, por conta disso, eram constantes as críticas que alegavam propaganda política dos detentores de cargos políticos. Um de seus fundadores e diretor, J. Batista da Silva, foi eleito Prefeito da cidade de Parnaíba pelo MDB, exercendo mandato entre 1977 a 1983. Neste período, o jornal Folha do Litoral era acusado pelos outros periódicos constantemente, sob a alegação de que era um órgão midiático

propagandístico da Prefeitura municipal e não informava à população a verdadeira realidade regional.

Como o referido historiador argumentou, o jornal destoava de sua proposta de ser crítico ou independente. Na realidade, para além do recorte em que esse historiador analisou, durante o começo dos anos 1960, percebemos, ao compararmos a respectiva edição de 1963 com as anteriores, no ano de eleições municipais, o jornal foi propagandista de Lauro Correia Lima, prefeito eleito em 1963 pelo PTB. Não é explícito a lisonja que ocorre neste jornal sobre a política municipal, mas se observarmos bem, era o primeiro ano de mandato de Lauro Correia.

A relação entre imprensa e propaganda política segue o conceito de Maria Helena Capelato, segundo quem a propaganda aquece sensibilidades e provoca paixões. O jornal, aliado a Lauro Correia, o enaltece como líder. O acervo de 1963 comprova essa construção de imagem: Lauro Correia destacou trechos que exaltavam suas conquistas, como a parceria com a Sudene para solucionar o abastecimento de água e energia elétrica. O periódico denuncia a falta d'água em Parnaíba, que, apesar de sua influência econômica, ainda sofria com a ausência de saneamento. Esse destaque na primeira página demonstra a função da imprensa na formulação da opinião pública. Segundo Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca, a imprensa e a história brasileira evoluem juntas, sendo os jornais tanto objetos quanto sujeitos da história. Pierre Bourdieu chama isso de “poder simbólico”, no qual meios de comunicação moldam percepções políticas e sociais.

O historiador deve historicizar essas informações, pois desde Gutenberg a imprensa influencia a circulação de ideias. Segundo Cruz e Peixoto, a concentração midiática contemporânea fortalece a formação da opinião pública. No caso da *Folha do Litoral*, na década de 1960, o jornal apoiava a Reforma Agrária, alinhando-se à política de João Goulart. No entanto, com a Revolução de 1964, o periódico reduziu o debate agrário e adotou um tom anticomunista, refletindo mudanças políticas nacionais. A próxima parte do estudo analisará a influência do PTB na linha

editorial da *Folha do Litoral*, considerando o contexto do desenvolvimentismo e a busca por recursos da Sudene. Também será abordado o papel do jornal na interpretação de eventos políticos nacionais e sua inserção nas tensões políticas da época.

O Jornal *Folha do Litoral* em tempos de Piauí petebista e na política de João Goulart

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) representou, antes mesmo dos anos 1960, o ideal de modernização econômica. A imprensa piauiense construiu a imagem de seus líderes, como o governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues e seu irmão, o prefeito José Alexandre Caldas Rodrigues, como agentes do desenvolvimento estadual (Castro, 2021, p. 90). No início da década, predominava um discurso otimista sobre a integração econômica do Piauí, reforçando os ideais petebistas alinhados ao contexto nacional, como explica Leandro Castro:

Durante a gestão do petebista Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (1958-1962), houve amplo investimento [...] na abertura de estradas de rodagens, bem como na busca de melhorias nos recursos energéticos locais, pois estes grupos estavam afinados com a necessidade de integração do Piauí ao contexto econômico nacional (Castro, 2021, p. 91-92).

Esse “desenvolvimentismo” ampliou pautas reformistas, provocando reações conservadoras e um sentimento anticomunista diante da crescente participação dos sindicatos e confederações de trabalhadores na política (Castro, 2021, p. 94-95). A imprensa nacional retratava o Piauí como um estado carente de investimentos em infraestrutura, enquanto a *Folha do Litoral* cobrava a SUDENE, especialmente seu superintendente Celso Furtado, por maior atenção à região. O jornal frequentemente criticava a lentidão da SUDENE, especialmente no último ano do governo

Chagas Rodrigues. Para compreender seu papel no Piauí nos anos 1960, vale destacar a explicação de Anderson Cardozo:

O final da década de 1950 trouxe um ar de esperança para o povo nordestino [...]. Celso Furtado recebeu a incumbência de elaborar um plano de política econômica, levando à criação da Sudene (Lei nº. 3.692). Uma de suas metas era o desenvolvimento industrial, esperando-se que a indústria possibilitasse a criação de novos empregos a fim de reter a mão de obra que migrava para o Sudeste e Sul do País (Correia de Andrade, 1988).

A criação da Sudene teve um importante objetivo, mas no Piauí enfrentou desafios devido à predominância da agropecuária e à falta de infraestrutura, como energia elétrica eficiente. Em Parnaíba, o jornal *Folha do Litoral* denunciava recorrentemente a precariedade do abastecimento de energia, essencial tanto para uso industrial quanto doméstico. Além disso, antes dos anos 1960, o Piauí não era considerado parte do Nordeste, e essa inclusão tardia dificultou a superação de estigmas que o associavam ao "atraso" e à "seca" (Rabelo, 2027, p.38). A imprensa local refletia e reforçava essa visão, impactando a construção de uma identidade regional mais positiva. O jornal, ao abordar a questão energética, alinhava-se ao projeto de modernização federal, mas também expunha a persistência de problemas históricos. Nos anos 1960, a Sudene investiu no Piauí, priorizando o acesso à água e à eletricidade. Em 1964, o *Folha do Litoral* criticava a lentidão na construção da usina elétrica:

A famosa Usina da Sudene que há cerca de 3 anos está sendo montada em Parnaíba, permanece como cerca de um mês, com a instalação de sua turbina paralisada. Acabamos de passar 3 dias nas trevas com nossas

atividades paralisadas. Até quando, senhores? (Folha do Litoral do Piauí, 1964, p. 5).

Parnaíba enfrentava uma crise energética e hídrica, e o jornal se posicionava a favor do progresso. As principais demandas do estado na época incluíam a Ferrovia, a Barragem de Boa Esperança e o Porto de Luís Correia. O periódico, ligado a grupos trabalhistas, defendia a construção do porto, essencial para o escoamento da produção piauiense. Segundo Leandro Castro:

No final dos anos 1950 e início da década de 1960, as velhas queixas dos grupos econômicos locais, como a construção e término do Porto de Luís Correia, longamente reclamado como uma possível solução para o escoamento da produção extrativista, foram novamente ventiladas como urgente e agora palpáveis (Castro, 2021, p. 910).

O jornal também tinha forte vínculo com o PTB, partido que, segundo Lucília de Almeida Neves Delgado, se estruturou com base nos sindicatos urbanos e na burocracia do Ministério do Trabalho. A presença de colunistas ligados ao PTB reforçava essa conexão, especialmente na defesa da reforma agrária, pauta central do partido durante o governo João Goulart (1961-1964). A reforma agrária gerou intensos debates na década de 1960 e, no jornal, aparecia como uma questão de interesse público. Antonio Gramsci argumenta que a imprensa busca se posicionar como uma força superior e independente para conquistar credibilidade (Gramsci, 1991, p. 22-23). No entanto, ele também ressalta que a neutralidade jornalística é ilusória, já que os periódicos sempre atuam dentro de determinadas ideologias. Dessa forma, o Folha do Litoral do Piauí exerceu um papel fundamental na mediação do poder político e social, funcionando como instrumento de hegemonia, como discutido por Gramsci. Sua atuação refletia a luta pelo consenso cultural e a construção de um

discurso legitimador, moldando percepções e consolidando narrativas políticas.

O ano do Golpe Civil-Militar e o Jornal *Folha do Litoral* (1964)

Como podemos concluir no tópico acima, o PTB é o partido de posicionamento da redação do jornal *Folha do Litoral*, pró-trabalhista, até o momento do golpe de 1964. Isso significa que o periódico fez reformas internas em sua maneira de comunicação. As condições da Ditadura Civil Militar exigiram um novo posicionamento do jornal. Esse é o contraste que iremos analisar nesta última sessão, bem como refletir sobre a memória desse período. Na citação seguinte, de Marylu Alves, a historiadora destaca uma singularidade importante para entendermos o contexto da imprensa piauiense no quadrante político entre os anos cinquenta e sessenta:

[...] Ao se tentar refletir sobre a cultura política partidária no Piauí, observou-se que a investidura dos partidos na produção sistemática de jornais impressos diante de uma população enormemente iletrada pode ajudar na compreensão da forma de exercício da política praticada no Estado. Para quem os “jornalistas” escreviam? Para os leitores-eleitores dos partidos certamente, mas, de forma especial, para os próprios políticos locais.

A reflexão proposta por Marylu Alves sobre a imprensa piauiense oferece uma chave de leitura essencial para compreendermos o vínculo intrínseco entre mídia e poder político no período, especialmente no caso do periódico aqui estudado. A historiadora acentua a fórmula de atuação dos jornais da época: conexão aos partidos. O contraste entre o período pré e pós-1964, como destacado, reflete a adaptação estratégica da *Folha do Litoral do Piauí*, que se afastou da linha pró-trabalhista para garantir sua sobrevivência em um novo cenário de censura e controle.

Dessa forma, o estudo desse periódico no contexto ditatorial revela não apenas sua flexibilidade editorial, mas também a complexa relação entre mídia e política no Brasil.

De modo geral, o século XX foi conturbado porque todos os acontecimentos pareciam uma reação em cadeia que não acabava mais. O historiador Eric Hobsbawm traçou isso a partir do conceito de “Breve século XX”, no qual ele afirmou que: “A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX”. Ou seja, quase todos os jovens hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que viviam (Hobsbawm, 1995, p.13). Dito isso, o nosso papel com a memória não é meramente cronista, mas recordar e historicizar essa memória tão presente, por exemplo, em trabalhos que discutam a memória da Ditadura civil-militar no Brasil.

A partir do recorte espacial da cidade de Parnaíba, Leandro Castro explicou as questões das profundas disputas de memória da ditadura que causam apagamentos e construção de novos significados referentes a uma direita conservadora e reacionária. Sobre essa construção de memória, ele destacou:

Alguns agentes, por meio de determinados usos políticos do passado, insistiram em apontar que Parnaíba não viveu nenhum reflexo direto do golpe, pois a cidade naquele momento, não teria tamanha importância política e econômica que justificasse medidas repressivas em seu espaço. Por outro lado, muitos dos perseguidos pelo golpe guardaram, ao longo do tempo, sigilo quanto às suas prisões, indiciamentos e interrogatórios [...].

É preciso entender, de imediato, que as memórias são sempre seletivas, parciais, localizáveis no tempo e espaço, pois são também, diga-se, produtos de embates políticos e identitários.

Embora até mesmo no *Almanaque da Parnaíba* exista essa negação das consequências negativas do golpe, historiadores como Leandro Castro demonstram que essas informações estavam equivocadas, isso faz parte de um projeto arbitrário de famílias tradicionais parnaibanas em apagar ou silenciar o passado. Sobre isso, Pollak descreveu: “os esquecimentos e silêncios, propositais ou não, dizem muito sobre o grupo do qual se deseja pertencer”. Como destacado por Pollak, esses silêncios são tão reveladores quanto os próprios relatos, evidenciando os interesses de grupos que moldam o que deve ser lembrado ou esquecido.

A imprensa, no contexto parnaibano, desempenhou um papel ambíguo, isso significa que em alguns momentos é possível vê-la colaborando com o regime para garantir sua continuidade, mas também sendo forçada a negociar suas publicações diante da violência perseguidora que estava acontecendo em busca de infiltrados comunistas. Portanto, a relevância desse trabalho reside na capacidade de trazer à tona essa fonte nesse recorte, mostrando que o impacto da ditadura em Parnaíba foi real e profundo, seja por meio de ações contra a luta de professores de Parnaíba, como apontou Roberto Kennedy Gomes Franco (2014), ou da intervenção militar na Estrada de Ferro Central do Piauí, na mesma cidade, conforme estudou Claudia Cristina da Silva Fontineles e Maria Dalva Fontenele Cerqueira (2020), contrariando dessa maneira, as tentativas de apagamento histórico promovidas por setores conservadores da cidade,

A partir desse panorama, é importante mencionarmos e entendermos a relevância de trabalhos acadêmicos como esses, e a partir da análise crítica, podemos perceber a contribuição da imprensa na construção dessa memória presente. Retomando a fonte, o jornal, durante o período estudando, fez de tudo para permanecer circulando quando a repressão começou, isto é, precisou negociar suas publicações, entrevistando, inclusive, militares. Sim, a repressão chegou a Parnaíba e, diferente das negações descritas acima, ela chegou com força e como uma onda forte do mar, arrastou consigo medo aos cidadãos parnaibanos.

No contexto piauiense, logo após a instauração do Regime, iniciou-se uma ação estatal denominada de “Operação Limpeza”, que

começou em Teresina-PI e se estendeu para outras cidades do estado” (Fontineles; Cerqueira, 2020, p. 365). Conforme as ações repressivas pelo Piauí, Roberto Kennedy Franco Júnior (2014) comenta que a “Operação Limpeza” teve como um dos alvos Campo Maior, Piripiri e Parnaíba. Acerca das ações realizadas na principal cidade do norte do Piauí, a política repressiva estava em Parnaíba, batendo nas portas de trabalhadores e trabalhadoras, líderes de sindicatos e até mesmo fechando estradas em busca de infiltrados comunistas (Castro, 2021, p.174). Dentre as ações repressivas, merece destaque a intervenção militar feita contra a estrada de ferro, na qual foram presos membros da União dos Ferroviários do Piauí e Diniz Alberto da Mota Solheiro, engenheiro e diretor superintendente da Rede Ferroviária, todos, acusados “de apoiar as práticas subversivas e a ideologia comunista dentro da empresa” (Fontineles; Cerqueira, 2020, p. 368). Sobre essa violência em Parnaíba, é importante nomear quem estava por trás dessas ações. Leandro Castro argumenta sobre as intenções desses militares e principalmente como agiram na cidade litorânea, como ele afirma:

[...] Quanto a política repressiva adotada em Parnaíba, logo após o golpe, um Inquérito Policial Militar foi aberto pelo comandante da Guarnição Federal em Teresina, o coronel Francisco Mascarenhas Façanha, e pelo capitão da infantaria Gladstone Weyne Rodrigues, tendo o capitão de infantaria Clidenor de Moura Lima, sido encarregado pelo IPM. O argumento utilizado, bastante frágil e genérico, era o de que “elementos ligados a ideologias extremistas estavam praticando atos de subversão e agitação contra a ordem social e política”, nessa cidade. Mas, quais eram os temores dos militares quanto à organização da classe trabalhadora local que justificasse tal medida? Percebe-se de imediato, que estavam atentos a quaisquer sinais de que pudesse ocorrer o fechamento de canais de acesso à Estrada de Ferro Central do Piauí, ou uma greve geral em órgãos

importantes da cidade, como forma de demonstração de apoio ao governo João Goulart pela classe trabalhadora norte-piauiense. Bem como temiam a circulação de armas de fogo nos meios sindicais locais.

O autor detalha a atmosfera da cidade de Parnaíba no início do ano de 1964, mais precisamente entre abril e maio. O clima de repressão tomou conta das instituições públicas e a principal ameaça para os militares foi muito bem desenhada na *Folha do Litoral do Piauí*. O público não é uma massa amorfa, para se avaliar a força da imprensa há que se levar em conta também a resposta do público e os efeitos reais do periódico, isso significa que pode haver apropriações diferentes e usos diversos pelos editores de modo que análises ingênuas do jornal devem ser evitadas (Motta, 2013, p.65). Em outros termos, o jornal segue uma demanda do público, mas cabe ao veículo escolher o “como” fará para atender essa demanda. Isto é, se em 1964 Parnaíba já anunciava prisões de líderes sindicais por militares justificadas em “evitar ideologias extremistas” as pessoas iriam querer saber, que ideologia é essa? Por que tantos presos?

O jornal *Folha do Litoral* respondeu às questões entrevistando diretamente os responsáveis. Em vez de adotar outros caminhos, os editores deixaram claro o inimigo, os combatentes e os prognósticos para o período seguinte a abril. A seguir, veremos trechos dessas entrevistas.

INICIADAS EM PARNAÍBA BATIDAS CONTRA ELEMENTOS COMUNISTAS, AGITADORES OU COLABORADORES DO CREDO VERMELHO. INÚMEROS LÍDERES SINDICAIS DETIDOS PARA AVERIGUAÇÕES.

BLITZ EM PARNAÍBA DE REPRESSÃO A ATIVIDADES SUBVERSIVAS (trecho de entrevista do jornal FL diretamente com o chefe da missão policial-militar que operava a repressão em Parnaíba Cap. Gladstone Weyne Rodrigues)

– Em virtude da ausência de uma entidade militar com comando nesta área, Parnaíba era tida como

uma terra livre, no que tange a atividades subversivas. Apesar disto, a situação local não corresponde ao quadro que era apresentado, sendo por conseguinte, pouco assustador.

– E por que tantas prisões? Perguntamos.

– Tivemos que efetuar, como está ocorrendo em todo o Brasil e várias batidas nos sindicatos de classe. Seus principais dirigentes, tiveram de ser detidos para que possam esclarecer sua participação ou não no movimento de comunização do País. Mas é conveniente que todos saibam, que na ausência de quartel de exército em Parnaíba, tivemos que recolher a todos na Cadeia Pública, porém, com tratamento humano e compatível e inteiramente separados de presos comuns, sem quaisquer constrangimentos pessoais ou maltratos físicos.

– Essas prisões se justificam pelo lado de culpa?

– Claro. Apesar de já muito tarde, conseguimos reunir algum material subversivo, como recortes de jornais, jornais comunistas, panfletos, revistas de doutrinação marxista, correspondência e mais alguma coisa. Por exemplo, (e exibiu-nos: esta carta de um redator da Rádio de Praga, solicitando vinculação ideológica. Foi encontrada nos arquivos do sindicato dos foguistas (entidade da navegação marítima)

- Já identificou algum elemento realmente comunista?

– Sem dúvidas. Entre os líderes sindicais recolhidos à prisão, destaco elementos agitadores que atuam em classe sindicalizadas. Vamos proceder uma investigação completa nas suas diversas frentes de atividades, naturalmente com o cuidado necessário de modo a ser evitado qualquer abuso ou injustiça (*Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, 1964, p. 1).

A entrevista ilustra a construção do discurso anticomunista, amplamente divulgado pela mídia da época. O tom alarmista sobre a

"comunização do País" e as "atividades subversivas" reflete a estratégia de espalhar medo para justificar a repressão. Mesmo sem provas, as ações autoritárias eram defendidas como necessárias. Periódicos da época, como o *Folha do Litoral*, propagaram a ameaça comunista, evidenciando o papel da imprensa na disseminação do anticomunismo (Oliveira, 2008, p. 385). O clima de terror se intensificou desde 1961-1962, especialmente após a ofensiva reformista de 1963-1964, ampliando o apoio ao golpe de 1964, inclusive entre setores além dos conservadores (Castro, 2021, p. 176).

Em 1964, no Piauí, o jornal tentou explicar os acontecimentos no país, mas a perspectiva era predominantemente militar, sem críticas à repressão aos trabalhadores e à crise econômica. As colunas "A voz do povo" e "Notícias da cidade" apenas registravam reclamações sobre os preços altos dos alimentos. Noticiar de forma superficial não explicava a repressão aos trabalhadores sindicais e a ausência de democracia. O *Folha do Litoral* — que antes apoiava a Reforma Agrária — se silenciou, adaptando-se às novas condições políticas, uma postura de "acomodação", conforme Sá Motta (2008), em que atores sociais se ajustam ao regime autoritário para preservar seus interesses, sacrificando princípios democráticos. O jornal e o prefeito Lauro Correia negociaram com os militares para garantir sua sobrevivência política e do periódico. Como por exemplo nessa edição:

EXTIRPAÇÃO DO COMUNISMO": Levando em conta a atual decisão das Forças armadas de extirpar a propagação comunista no Brasil, o Capitão Julio César de Almeida Dutra conclui:

– O nosso propósito é tranquilizar o país, é proteger o nosso regime de liberdade e de modo particular, a família brasileira. Aqui mesmo em Parnaíba, fomos forçados a determinar medidas rigorosas visando a paralisar a ação nefasta de agitadores comunista ou pseudo-comunistas, no sentido de a cidade não sofrer qualquer perturbação da ordem. Estamos

vigilantes e o nosso patriotismo nos impõe o sentido de legalidade e respeito às instituições democráticas. Finalmente chegou a vez do comunismo desaparecer.

O jornal noticiou que a entrevista tinha como objetivo orientar a opinião pública, sendo o Capitão dos Portos do Piauí escolhido para essa missão, após sua participação na tomada da Estrada de Ferro e subsequente nomeação como interventor militar (Fontineles; Cerqueira, 2020). A partir desse ponto, é possível perceber as mudanças no *Folha do Litoral* em 1964, que assumiu uma postura de não-criticidade, motivada pelo medo de fechamento. Foram publicadas diversas entrevistas, mas não mais artigos de opinião sobre as invasões ou prisões em Parnaíba. A opinião da redação refletiu o contexto da época, influenciada pela crença no mito da defesa de uma pátria livre do comunismo, como evidenciado em um artigo de capa do jornal daquele mês.

O editorial fez uma clara recomendação aos leitores ao afirmar que “Devemos saudar o novo mandatário da nação”. Seguiram-se dias de aclamação aos militares em Parnaíba, com eventos como palestras no SESC e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. A aliança entre a igreja católica e os conservadores já estava estabelecida desde 1962, com Marcos Napolitano destacando o uso do rosário contra o comunismo, que ganhou apoio das classes médias (Napolitano, 2015, p. 74). Dessa forma, a igreja não apenas apoiou o golpe, mas também fortaleceu sua execução, com a imprensa local acompanhando cada passo. Os meios de comunicação eram considerados fundamentais pela Doutrina da Segurança Nacional, como observa Lucas Borges de Carvalho. O Estado via a imprensa como um espaço central na luta contra o comunismo, pois poderia influenciar a opinião pública de forma negativa, caso não fosse controlada. A vigilância sobre os meios de comunicação era crucial para garantir que o golpe não fosse ameaçado.

Para os líderes políticos de Parnaíba, manter a confiança no *Folha do Litoral* era vital. A “Operação Limpeza” se desdobrou em duas fases: uma para “livrar” a sociedade da ameaça comunista e outra para remover

elementos corruptos. O jornal foi usado para apaziguar a população e justificar a repressão, acompanhando o movimento de limpeza, com o objetivo de afastar os inimigos políticos e prolongar a repressão. Como afirma Rodrigo Motta, a operação visava afastar comunistas e socialistas do cenário público, e 1964 foi marcado por perseguições que tiveram seu reflexo nas páginas do jornal. Essa abordagem jornalística revela as tensões e os debates do contexto local, amplificados pelas tensões nacionais. A pesquisa em História utilizando jornais locais é essencial para entender como as decisões políticas impactam o cotidiano e como as narrativas jornalísticas moldam a percepção pública. O *Folha do Litoral* ilustra bem a relação entre política, ideologia e o poder da mídia local na construção de uma narrativa sobre o golpe de 1964.

Considerações finais

A importância desta pesquisa reside não apenas na análise do *Folha do Litoral do Piauí* entre 1961 e 1964, mas também na abertura de um novo campo de investigação sobre o papel da imprensa local durante um dos períodos mais sombrios da história brasileira. Ao olhar para este periódico, vemos mais do que um simples relato de eventos. Percebemos como um jornal pode ser um reflexo, mas também um ator ativo, moldando e sendo moldado pelos eventos políticos que cobre. O que aqui apresento é apenas o começo de uma jornada mais profunda. A pesquisa sobre o *Folha do Litoral* não se encerra com a constatação de sua adaptação aos militares, mas deve servir como um convite para que outros pesquisadores explorem a relação entre mídia, poder e memória em tempos de repressão. Como a memória da ditadura é tratada na imprensa local? Como o papel da mídia em Parnaíba e em outros cantos do país pode nos ajudar a entender a complexidade do autoritarismo e seus desdobramentos no cotidiano da sociedade? São questões que merecem ser refletidas e investigadas com a atenção e a seriedade que o tema exige. Em tempos de silenciamento e repressão, a memória se torna um campo de resistência. Cada documento, cada reportagem, cada palavra escrita tem o poder

de manter viva a chama da crítica, da cidadania e da democracia. O *Folha do Litoral*, em suas diversas facetas, é uma peça-chave nesse processo.

Referências

Fontes

- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 2, n. 8, 11 fev. 1961. np
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 3, n.65, 5 mai. 1962, p.6-7
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 5, n.168, 9 jan. 1964, p.1-2
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 4, n.125, 15 jun. 1963
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, ano 5, n 115, 6 abr 1963
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 3, n.120, 11 mai.1963
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 5, n.171, 19 jan. 1964, p.5
- Jornal *Folha do litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 4, n. 135, 24 ago. 1963
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 4, n. 139, 18 set. 1963
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 3, n.116, 13 abr. 1963
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 3, n.110, 2 mar. 1963
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 3, n.112, 15 mar. 1963
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 3, n.114, 30 mar.1963
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 3, n. 196, 23 abr. 1964, p.01
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 5, n. 198, 30 abr. 1964, p.02
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 5, n.200, 7 mai. 1964, p.05
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 5, n. 203, 17 mai. 1964, p.01
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 5, n. 204, 21 mai. 1964, p.01-05
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 5, n. 208, 4 jun. 1964, np
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 5, n.196, 23 abr. 1964, p.01-05
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 5, n.195, 19 abr. 1964, p.95
- Jornal *Folha do Litoral do Piauí*, Parnaíba, Ano 5, n. 193, 12 abr. 1964, p.05-06

Bibliografia

BARBOSA, Marialva Carlos. Imprensa e poder no Brasil pós-1930. *Em Questão*, v. 12, n. 2, p. 215-234, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARDOZO, Anderson. 1960. Sudene—resistência e desconfiança. *CADERNOS DO DESENVOLVIMENTO*, v. 6, n. 8, p. 35-43, 2018.

CAPELATO, Maria Helena. *Propaganda política e controle dos meios de comunicação*. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, p. 167-178, 1999.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. Em nome de Deus, da democracia e da terra: representações anticomunistas na década de 1960 no Piauí. *Antíteses*, p. 373-406, 2008.

DE CASTRO, Francisco José Leandro Araújo. *1964: Memórias e Culturas políticas no Piauí*, vol. 1. 2022.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano*, vol. 3. 2003.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História*, v. 28, p. 43-59, 2012.

O DISCURSO DA NOVA DIREITA NO BRASIL E EM PORTUGAL ACERCA DA HISTÓRIA E DA ALTERIDADE

Kaylane Moraes da Costa¹

Resumo: O presente trabalho refere-se ao projeto de Iniciação Científica intitulado “O Discurso da Nova Direita no Brasil e em Portugal Acerca da História e da Alteridade”, tal pesquisa se faz importante para compreendermos a história do tempo presente, as influências que discursos de extrema-direita têm em diferentes sociedades de diversos contextos e como eles ganham força. A pesquisa apresenta como objetivo entender como se constitui o discurso da direita brasileira e portuguesa a partir das figuras de Jair Bolsonaro e André Ventura por meio do negacionismo histórico e da relação com as alteridades. Serão analisadas as principais similaridades e convergências entre os discursos de ambos os políticos, quais foram os principais apontamentos negacionistas históricos e sobre aquelas pessoas por eles consideradas não-cidadãos de bem, inimigos da nação e como se dá a polarização no interior do discurso de ambos os líderes.

Palavras-chave: Jair Bolsonaro; André Ventura; Extrema Direita; Negacionismo; Alteridade.

Introdução

Os grandes escândalos de corrupção que se sucederam no Brasil nas últimas décadas contribuíram para consolidar no imaginário da população uma ideia de que políticos não prestam, o que os instigou a

¹ Graduanda em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. Email de contato: kaylanebandeir19@gmail.com. Id lattes: <http://lattes.cnpq.br/2584936830603597>. Orientador Prof. Dr. Fernando Bagiotto Botton.

procurar por outras soluções para seus problemas: as pessoas voltaram sua atenção para políticos que se dizem contra o sistema (Almeida, 2019). Essa foi apenas uma das estratégias utilizadas por Jair Messias Bolsonaro durante sua campanha para a eleição presidencial de 2018. A promessa de que todos os políticos são corruptos, menos ele mesmo e sua família, suas críticas ao sistema legislativo e suas falas disruptivas que juram a capacidade de salvar o país parecem sido boas ideias para a sociedade brasileira naquele momento, que encontrou sentido nessa figura.

Em Portugal, as coisas não pareciam tão distantes da realidade brasileira. De acordo com José Reis, as mudanças globais e a ascensão do neoliberalismo cada vez mais afastaram a classe trabalhadora das políticas de esquerda, abrindo espaço para uma identificação com a extrema-direita (Reis, 2020). André Ventura, enquanto líder do partido “Chega!”, por mais que não tenha sido eleito ainda, apresenta ações muito semelhantes aquelas que levaram Bolsonaro à presidência em 2018, como ódio à esquerda e pautas de costume, como a fúria contra a comunidade LGBTQIAPN+, além de também se considerar um político contra o sistema. O grande diferencial do contexto português se faz presente nas pautas de imigração, esse é um ponto extremamente sensível no território devido ao próprio discurso de que os problemas econômicos-sociais seriam supostamente causados pelo aumento de imigrantes, que gera na população um sentimento de invasão, empobrecimento e estranhamento. André Ventura se aproveitou desse sentimento insatisfação coletiva em seus discursos e fez da cara do seu partido a defesa do português nativo contra os imigrantes, como diz o próprio Programa Político do partido “Chega!”.

Fortalecimento das nossas fronteiras dando à polícia e às forças armadas todos os recursos materiais e humanos para que possam cuidar dessas fronteiras com total eficácia junto com o indispensável amparo legal; Expulsão dos imanes que propaguem o integrismo, o menosprezo pela mulher ou a jihad; Proibição

de erigir mesquitas promovidas pelo wahabismo, o salafismo ou qualquer interpretação fundamentalista do Islão [...]; Deportação dos imigrantes ilegais para os seus países de origem (Chega, 2019, p. 40).

A partir dessa documentação pretendemos realizar uma amostra da nossa pesquisa PIBIC em andamento, que busca problematizar os discursos políticos das novas direitas no Brasil e em Portugal, centralizando as figuras de Bolsonaro e Ventura, especialmente quando se referem à alteridade e ao negacionismo histórico. Nessa pesquisa, buscaremos comparar essas declarações políticas no recorte de 2018 a 2021, refletindo sobre os sentidos políticos sociais e culturais das manifestações de Bolsonaro e Ventura a respeito da diferença (imigrantes, mulheres, LGBTQI-APN+ e demais pessoas por eles não consideradas “cidadãos de bem”) e entender as construções, desconstruções e revisões históricas e historiográficas operadas pelo discurso bolsonarista e do Chega, de maneira a delimitar que tipo de narrativas são criadas por ambos e quais são seus interesses políticos por trás de tais narrativas.

É necessário compreender os meandros pelos quais o bolsonarismo e o Chega atingem distintas narratividades para a história de seus países. Isso é relevante, uma vez que não apenas dialogamos com temas latentes da contemporaneidade política e epistemológica, mas também porque procuramos desvendar a argumentação de partidos políticos que já tomaram ou estão tomando o poder nacional e apresentam projetos de sociedade muito específicos, vinculados diretamente à discursividade política propagada pela propaganda e nos meios de comunicação e redes sociais. Compreender essas lógicas é parte ética constitutiva da formação em Ciências Humanas, e por isso nossa pesquisa se destina a compreender as lógicas dos discursos tanto desses dois líderes políticos quanto seus seguidores em redes sociais, alcançando assim uma compreensão de como se posicionam acerca da diferença e da história.

Nossa pesquisa iniciou com leitura de textos que nos esclareceram as principais nuances sobre o contexto sociopolítico de cada país e

com trabalhos acadêmicos da área da história que abordaram esse tema. Consideramos importante ter uma visão geral do que foi produzido recentemente e de que maneira essas pesquisas foram conduzidas, além dos seus resultados. Com relação ao aparato teórico nos valem das teorias do discurso de Michel Foucault (1996) e Michel Pêcheux (2012).

Após esse aparato teórico, partiremos para a procura das fontes documentais da pesquisa que se enquadram em duas categorias. A primeira são os discursos proferidos por Jair Bolsonaro e André Ventura em entrevistas, podcasts, eventos oficiais e passeatas de rua que estiverem disponíveis na internet. Em seguida, será feita a coleta de informações das redes sociais dos seguidores dos dois líderes ou perfis dedicados a eles.

No presente momento, a pesquisa se encontra na busca dos perfis das redes sociais. Finalizada essa etapa, daremos início à análise das fontes coletadas que forem selecionadas.

Revisão Bibliográfica

O Partido Chega emerge em 2019 com valores conservadores, conquistando uma quantidade assustadora de apoiadores nas redes sociais, militantes inscritos no partido e votos nas urnas das eleições de 2020. André Ventura, fundador e líder do partido, manuseia sua campanha com pautas muito específicas, programadas para chamar atenção e gerar polêmica, se colocando como figura capaz de resolver um dos problemas que parece afligir a população portuguesa: a imigração (Costa, 2023). Esse é um dos diferenciais principais que distanciam André Ventura de Jair Bolsonaro (apesar de eles estarem mais próximos no cenário político do que separados). Na carona de outros líderes regionais como Le Pen e Orbán, Ventura incita no contexto europeu um ambiente de medo e pavor relacionado ao terrorismo e aos imigrantes para ganhar apoio e notoriedade, enquanto essa não é uma realidade brasileira comparável. Além disso, Jair Bolsonaro não se funde tanto ao seu partido quanto André Ventura, tanto que ele inclusive mudou de partido nas eleições de 2022,

enquanto “Hoje André Ventura é o Chega e o Chega é André Ventura” (Marchi, 2020, p. 217). Sendo a cara do partido, é muito difícil separar um de outro.

As pautas defendidas por André Ventura encontram apoio em um grupo de votantes característico: “eleitores brancos, mais idosos, de classe trabalhadora, com baixos rendimentos e poucas qualificações” (Madeira, Silva, Malheiros, 2021). Madeira, Silva e Malheiros defendem que essas pautas da nova direita nacionalista se baseiam na sensação de perda de identidade que a população tem ao ter que migrar para outras regiões ou ao receber imigrantes no seu território. Essa suposta ameaça à cultura é acentuada com dificuldades econômicas que geram insatisfações propícias ao surgimento de discursos que propõem soluções simples a problemas complexos, como no caso de Ventura. O eleitorado característico citado acima é um dos que mais se enquadra também nesse perfil, apresentando medo ao outro do exterior na possibilidade de tomar seus empregos, qualidade de vida e acabar com suas tradições, tais temores são amplificados para atender os interesses políticos dos emissores discursivos de extrema direita que capitalizam votos ao se mostrarem como rigorosos, intransigentes e impiedosos.

A ideia de uma ameaça no próprio território que mexe com o imaginário da população também é aproveitada na direita brasileira, embora aqui não estejamos falando de imigrantes e sim de um suposto comunismo, que assombra os lares de direita não por imigrantes forâneos mas pelo inimigo interno, composto por vizinhos, amigos e familiares que acreditam em outra ideologia antinacionalista e incompatível com as tradições católicas de nação brasileira. Para João Dias (2020), o ódio programado à esquerda está presente tanto nos discursos de André Ventura quanto de Jair Bolsonaro. Ele argumenta que as denúncias ao sistema e a constante repetição de promessas anticorrupção reforçam esses discursos: “O discurso anticorrupção de Bolsonaro serviu de pretexto para antagonizar a sociedade brasileira, enfatizando duas narrativas: a do “cidadão de bem” ou “pessoas de bem”, e a de que “bandido bom é bandido morto” (Dias, 2020, p. 52). É possível que esses “cidadãos de bem” se

sintam representados nessas figuras messiânicas por identificarem nos seus discursos a defesa dos valores tradicionais que ficaram em segundo plano enquanto o Partido dos Trabalhadores e o Partido Socialista governavam no Brasil e em Portugal, respectivamente. Um dos pontos principais dessa querela são aquelas chamadas pautas identitárias e progressistas, em que as ondas de defesa dos direitos humanos, das mulheres, indígenas, imigrantes e homossexuais pareciam demonstrar que os valores conservadores não serviam mais para a sociedade contemporânea. Entretanto, foi nesse argumento antiidentitário que vozes da nova direita encontraram coro para sustentar suas candidaturas. Os números alcançados por Jair Bolsonaro e André Ventura nas urnas, nas redes sociais e nos apoios de partido demonstram que essas franjas sociais insatisfeitas estão cada vez mais engajadas e dispostas a colocarem no poder quem está em conformidade com os seus padrões morais.

Para Santos e Tanscheit (2018), essa direita que se radicalizou foi representada:

Em relação às desigualdades socioculturais, por pautas conservadoras no âmbito comportamental e pela defesa da ingerência do Estado nas escolhas privadas de indivíduos e famílias em questões relativas à orientação sexual, religiosa, cultural e educacional (Santos e Tanscheit, 2018, p. 157).

De forma similar, Fraga e Hoff (2021) abordam como Jair Bolsonaro mobiliza em seus discursos a família como centro dos valores morais para a nação brasileira. Aqui a família é um símbolo nacional que pretensamente vem sendo destruída pelo inimigo da nação, tendo seus valores sacrossantos invertidos pela ideologia comunista.

Esses discursos também encontram sustento na defesa de valores considerados tópicos sensíveis a serem discutidos, como, por exemplo, a ideologia de gênero. Jair Bolsonaro já proclamou, durante sua entrevista ao programa Roda Viva, que as escolas estavam recebendo materiais

ensinando os meninos a serem gays, com o que ele chama de “kit gay” (Bolsonaro, 2018). Apesar dessa declaração ter virado sinônimo de piada no exterior, fazendo inclusive com que Bolsonaro perdesse uma homenagem do Museu de Nova York, no Brasil, a falácia do “kit gay” parece ter invadido as casas mais tradicionais e o medo de que as escolas estivessem transformando os filhos dos patriotas em homossexuais ou transexuais iniciou uma série de ofensivas a professores e projetos que trabalhassem inclusão de alunos LGBTQIAPN+ na realidade cotidiana escolar.

Segundo João Dias, André Ventura se apropria de discursos já existentes para reafirmar que Portugal não seria um país racista. Esse argumento pode ser analisado em uma das fontes selecionadas durante essa pesquisa, onde André Ventura diz, durante uma coletiva, em uma manifestação convocada pelo Chega em 02 de agosto de 2020:

Se continuarmos com esta ladainha de que Portugal é um país racista, de que tudo o que acontece no país é racismo, que as forças policiais são racistas, os portugueses são racistas... o que vai acontecer...em breve, é que o PSD (Partido Social Democrata) desapareça de cena completamente e o Chega assumirá. E não é por mim, nem por vocês, é porque já estamos fartos desta conversa de que tudo é racismo em Portugal (Ventura, 2020).

Esse discurso forte vem para afastar da imagem do português o passado escravocrata e colonizador. Ora, isso é o mesmo que acontece no Brasil nas falas de Jair Bolsonaro quando se refere à escravidão. Enquanto André Ventura afirma que brancos também são vítimas de negros e ciganos, Jair Bolsonaro diz em sua entrevista ao Roda Viva que os brasileiros brancos não devem nada aos negros e ao ser questionado sobre a dívida com a escravidão sua resposta foi: “nunca escravizei ninguém na vida” (Bolsonaro, 2018, minuto 27:05 até 27:12). Essas tentativas de negar o passado escravocrata desses dois países ganharam apoio de seus seguidores

e reforçaram outras narrativas como racismo reverso², o apelo pelo fim das cotas raciais nas universidades brasileiras, o incentivo ao apagamento cultural cigano em Portugal, mesmo que essa população esteja presente no território há séculos. Esses discursos de seguidores são o que estamos atrás nas redes sociais, para entender até que ponto as falas desses líderes influenciaram essas ideias a estarem em alta e o benefício que esse apoio teria trazido em suas respectivas campanhas.

Entrando em uma perspectiva diferente, o negacionismo histórico também ocupa uma parte importante da nossa pesquisa. Jair Messias Bolsonaro é negacionista desde muito antes de ocupar o cargo da Presidência da República (Bauer, 2024) e os seus discursos não passaram despercebidos, mesmo o que parece ser velado carrega uma característica negacionista, como explica Caroline Bauer em seu artigo sobre o negacionismo da ditadura civil-militar em Bolsonaro. Para ela, “O negacionismo é sempre deliberado e intencional, e, por isso, não deve ser confundido com o desconhecimento, o equívoco e o erro” (Bauer, 2024, p. 8). Podemos perceber em algumas falas de Bolsonaro que ele se refere ao período da ditadura militar como um passado distante que merece permanecer enterrado, entretanto, não parece sensato pensar que esses discursos são despreziosos e que não têm objetivos. Esses discursos precisam ser analisados compreendendo que essas são estratégias que se adequam ao contexto social e político do período.

Em sua entrevista ao programa Roda Viva em 2018 durante a campanha eleitoral, Jair Bolsonaro foi questionado sobre qual seria o seu livro de cabeceira e a resposta foi “Verdade Sufocada” de Carlos Alberto Brilhante Ustra, o torturador de Dilma Rousseff e de muitas outras

² O racismo reverso é um equívoco interpretativo histórico-social que defende que pessoas brancas sofrem discriminação por serem brancas, tal qual por exemplo os negros sofrem discriminação por serem negros. Essa pauta surgiu no Brasil encabeçada por conservadores após ondas de direitos dos negros e outros grupos minoritários não-brancos, com a expectativa de marginalizar esses grupos que vêm ganhando voz e colocar o branco como também sofredor. Essa falácia do racismo reverso também é atrelada ao passado escravocrata, que é negado ou minimizado por essa parte da sociedade (Fontoura, 2022).

pessoas durante a ditadura militar. É interessante pensar que quando questionado sobre os horrores da ditadura, os desaparecimentos, mortes e torturas, Bolsonaro se mostra disposto a deixar essa parte da história no passado, quando na realidade sempre que pode, ele está enaltecendo o regime, negando os relatos de tortura, participando de comemorações no aniversário do golpe em 31 de março.

Para Caroline Bauer (2020), as memórias da ditadura estão em disputa, elas são trazidas para a contemporaneidade e a elas são atrelados diferentes significados. Existem grupos que se utilizam da memória coletiva para se inserir em eventos que não participaram, outros buscam para reforçar uma identidade nacional, outros querem instrumentalizar o período para reforçar alguma ideologia. Esse último foi característico de apoiadores de Jair Bolsonaro, que invocam as memórias da ditadura para dizer como naquela época não houve repressão e para clamar por um novo golpe, como de fato ocorreu em 08 de janeiro de 2023. Os discursos de Jair Bolsonaro ensejam aberturas para processos de reinterpretções falsificadas de fatos pretensamente históricos. Um líder político que ganhou tanto apoio e visibilidade estava possibilitando tornar aceitável duvidar da existência de uma ditadura civil-militar.

Para trabalhar os discursos de Jair Bolsonaro e André Ventura, mobilizamos Michel Foucault e o seu conceito de discurso, utilizando os seus métodos de análise. Para Foucault, é necessário entender a genealogia do discurso, ou seja, de que forma ele surge, como ele varia (auge e declínio) e como cresce (Foucault, 1996, p. 27). O princípio da regularidade também é importante, entender de que forma discursos podem explodir ou ficar em segundo plano durante um período dependendo das condições do contexto e da condição de possibilidade, o que permitiu a perpetuação de determinado discurso durante o período analisado. A análise de discurso em Foucault irá potencialmente ajudar a construção da argumentação da pesquisa sobre os discursos de Jair Bolsonaro e André Ventura, suas características novas e aspectos já utilizados antes, entender as falas de formas separadas e analisá-las em uma série e os meios de produção discursiva (grupo destinatário e relação com o poder).

No desenvolvimento dessa pesquisa, trabalhamos com as fontes selecionadas em forma de série, seguindo a teoria de Pêcheux (1990). Isso, pois entendemos que a análise de fontes avulsa não traria material suficiente para essa pesquisa, tendo em vista que as conclusões da análise de discurso devem vir acompanhadas de um entendimento daqueles discursos em uma sequência com outros para compreender padrões, comportamentos, disparidades em cada um.

Metodologia

A base da nossa pesquisa é interpretação de discursos. Entendemos que por meio dela conseguimos extrair ideologias e práticas políticas cujo objetivo é utilizar tópicos sensíveis para comover a população que se sente deixada de lado pelo discurso identitário/includente e até mesmo promover discurso de ódio contra certos segmentos da sociedade. É necessário entender também os impactos que esses assuntos trabalhados aqui durante esse artigo influenciam os seus eleitores e apoiadores.

Com essas fontes selecionadas, buscamos compreender como elas se encaixam no contexto político social em seus respectivos países e de que forma esses discursos se aproximam e em que ponto eles divergem, considerando que trabalharemos com a alteridade, como imigrantes, mulheres, indígenas, e com passagens negando fatos históricos.

No presente momento da pesquisa, as fontes foram coletadas e serão selecionadas para análise, tendo em vista que nos bancos de dados virtuais existe uma grande abundância desse material e que precisamos descartar o que não entrar no nosso recorte.

Além disso, iremos iniciar a procura das redes sociais. Para isso, buscaremos no Facebook em perfis de seguidores e apoiadores de Bolsonaro e Ventura postagens entre 2019-2021 durante a ascensão política deles.

Após a seleção das fontes (discursos dos políticos e postagens nas redes sociais) iremos dar continuidade à análise com a escrita de um artigo, usando como base o referencial teórico escolhido durante a

pesquisa. Com isso, finalizaremos nosso PIBIC apresentando tais resultados em eventos especializados e no congresso do PIBIC/PIBIT 2025.

Considerações finais

Compreendemos como função do historiador se munir de conhecimentos sobre o passado para entender os acontecimentos do presente. O estudo da História do Tempo Presente (Dosse, 2012) pode ser desafiador pela necessidade de trabalhar com temas que não tem tantas pesquisas finalizadas ou bibliografia disponível para sustentar melhor a análise, entretanto, somos recompensados pela repercussão social e política que isso proporciona nos dias atuais. Aqui, buscamos fazer o mesmo.

Esse estudo sobre as novas direitas permite reflexão crítica sobre os limites ultrapassados durante os últimos anos quando falamos sobre apologia a ditadores e regimes militares autoritários, preconceito e xenofobia com imigrantes (aqui, é interessante dizer que o problema não parece ser imigrantes brancos e sim de outras etnias com religiões que não são católicas), regressão nos direitos das mulheres e equiparação com os negros vítimas do racismo estrutural vigente da escravidão. Todos esses temas são abordados com seriedade pela direita e encontram voz nas figuras de André Ventura e Jair Bolsonaro. Quando falamos em discurso, não podemos permitir que se espalhe uma visão equivocada de que um líder político defender a ruptura dos direitos humanos é apenas falta de caráter, ignorância ou liberdade de expressão, é acima de tudo um projeto político de destruição da esfera democrática e imposição de ordens intolerantes e preconceituosas.

Referências

ALMEIRA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, 2019. Disponível em: <http://novosestudos.com.br/wp->

[content/uploads/2019/06/11_almeida_113_p184a213.pdf](#). Acesso em: 29 jan. 2025.

BAUER, Caroline Silveira. Jair Messias Bolsonaro e suas verdades: o negacionismo da Ditadura Civil-Militar em três proporções legislativas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 82, 2024. Disponível em: [scielo.br/j/eh/a/47FGdR7fHvpvzXCbzHdGYMq/](https://sielo.br/j/eh/a/47FGdR7fHvpvzXCbzHdGYMq/). Acesso em: 30 jan. 2025.

BAUER, Caroline. Usos do passado da ditadura militar brasileira em manifestações públicas de Jair Bolsonaro. In: KLEM, Bruna; PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei (Org.). *Do fake ao fato: des(atualizando) Bolsonaro*. Vitória: Milfontes, 2020. p. 183-203. Disponível em: https://www.academia.edu/44262259/Usos_do_passado_da_ditadura_brasileira_em_manifesta%C3%A7%C3%B5es_p%C3%BAblicas_de_Jair_Bolsonaro. Acesso em: 30 jan. 2025.

COSTA, Maria Eduarda Odilia. *A ascensão do populismo de direita nas redes sociais: Uma análise comparativa do Instagram de Jair Bolsonaro (BR) e André Ventura (PT) nas últimas eleições presidenciais*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade da Beira Interior. Covilhã, 2023. 223p. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/13932>. Acesso em: 31 jan. 2025.

CHEGA. *Programa Político 2019*. Disponível em: <https://partido-chega.pt/programapolitico-2019/>. Acesso em: 25 jan 2025.

DIAS, João Ferreira. O Messias já chegou e livrará as “pessoas de bem” dos corruptos: messianismo político e legitimação popular, os casos Bolsonaro e André Ventura. *Polis: Revista de Estudos Jurídico-Políticos*, v. 2, n. 2, 2020. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/22351>. Acesso em: 25 jan. 2025.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. *Revista Tempo e Argumento*, v. 4, n. 1, p. 5-23, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3381/338130378002/html/>. Acesso em: 31 jan. 2025

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996. Disponível em: https://www.academia.edu/40654973/FOUCAULT_Michel_A_ordem_do_discurso. Acesso em: 27 jan. 2025.

FONTOURA, Julian Silveira Diogo de Ávila. O Debate Sobre O Racismo Reverso: A Negação Do Conceito Pelo Viés Histórico-Social. *Revista em favor de igualdade racial*, Rio Branco, v. 5, n. 02, p. 43–54, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/4791>. Acesso em: 31 jan. 2025.

FRAGA, Lucas L.; HOFF, Tânia MC. Nós versus Eles: A Construção do “Eu” e do “Outro” no Discurso Político Populista. *Compólitica*, v. 11, n. 2, p. 5-30, 2021. Disponível em: <https://revista.compolitica.org/index.php/revista/article/view/456>. Acesso em: 31 jan. 2025.

MADEIRA, Paulo Miguel Fernandes; SILVA, Katielle Susane do Nascimento; MALHEIROS, Jorge Silva Macaísta. A geografia da direita nacionalista em Portugal: contornos de um processo emergente. *Cadernos Metrópole*, v. 23, p. 469-498, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/pwf5mpjSBzQww5ZYgrpdMfv/>. Acesso em: 26 jan. 2025.

PÊCHEUX, Michel. *Análise de Discurso*. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, 1990.

RODA, Viva. Jair Bolsonaro. Youtube, 30 jul. 2018. Disponível em: https://youtu.be/IDL59dkeTi0?si=Bw_BdNBwF68JdxHF. Acesso em: 30 jan. 2025.

REIS, José Pedro. André Ventura - por Portugal pelos portugueses. *Revista Movimentação*, Dourados, v. 7, n. 13, p. 73-90, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/11328>. Acesso em: 29 jan. 2025.

SANTOS, Fabiano; TANSCHKEIT, Talita. “Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil”. *Colombia Internacional*. N. 99, o.151-186, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/colombiaint/4899>. Acesso em: 26 jan. 2025.

“HÉRCULES-QUASÍMODO”: O HOMEM SERTANEJO E REPRESENTAÇÕES NO CINEMA NACIONAL (1953-1964)

Luiz Ayrton Silva Furtado¹

Resumo: O presente texto vislumbra as representações realizadas no cinema brasileiro, da população nordestina, especificamente o que foi delimitado, ao longo das décadas, como sertão. É brevemente apresentado como o cinema brasileiro se desenvolveu tardiamente, demonstrando o subdesenvolvimento em tantos parâmetros tecnológicos do país. Nas décadas de 1950-60 diversas obras cinematográficas se destacaram em aspectos visuais e discursivos. Com isto, foram considerados 3 filmes para análise: *O Cangaceiro*; *O Pagador de Promessas*; *Deus e o Diabo na Terra do Sol*. Em pouco mais de uma década, os diretores destes filmes registraram 3 representações, cujo tema é o homem sertanejo. Retratando a vida, o trabalho, a fé, a violência, a dominação, a cultura e a mentalidade relacionada a população sertaneja, esses 3 diretores conquistaram prestígio pelas temáticas recém trabalhadas no cinema brasileiro. A investigação acerca dos 3 filmes surge para compreender a representação desse homem sertanejo, considerando as condições social, cultural e política do país, além de pontuar como estas representações exprimem as condições técnicas e mercadológicas do cinema nacional. De base bibliográfica, foram utilizadas as considerações literárias de Euclides da Cunha, bem como as pesquisas de Durval Muniz, Ismael Xavier, e outros, buscando-se compreender como foi realizado esse processo imagético no audiovisual nacional, entre Nordeste, Sertão, trabalho, fé e violência.

Palavras-chave: Cinema Brasileiro, Sertão, Nordeste, Cinema Novo

¹ Graduando de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba-PI. E-mail: layrtonsfurtado@aluno.uespi.br. Orientadora: Prof. Dra. Lêda Rodrigues Vieira.

Introdução

Euclides da Cunha (1866-1906) foi o grande responsável por elucidar, nos seus escritos, a guerra de Canudos, principalmente em *Os Sertões* (1902), considerada sua maior obra. Além de noticiar, *in loco*, para a população alfabetizada das grandes cidades os eventos que ocorreram no interior da Bahia na década de 1890, retrata poeticamente a geografia, a cultura e a vida das famílias sertanejas. Um retrato um tanto angustiante, pois, como apontado ao longo da obra, esse ambiente escaldante e petrificado do sertão nordestino acaba por dominar todos os parâmetros da vida dessa população. Em um livro marcado por metáforas e outros aparatos linguísticos, especialmente na primeira e segunda parte, pode-se destacar duas expressões da segunda parte do livro, denominada *O homem*. No terceiro capítulo intitulado *O sertanejo*, o autor manifesta uma observação acerca da natureza do indivíduo do sertão, reservando um destaque para sua vitalidade: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte” (Cunha, 2013, p. 115).

Essa descrição é uma das particularidades influentes da obra, especificamente na descrição dos capítulos da segunda parte. No final do século XIX e início do século XX, ideias como evolucionismo e darwinismo social, oriundas do continente europeu, já estavam bem estabelecidas no pensamento dos novos acadêmicos da recente república brasileira. Como apontado por Vanderlei Souza (2010, p. 5): “vale lembrar que com o advento da República e seus ideais progressistas e civilizatórios, o discurso científico transformou-se em palavra de ordem tanto no meio intelectual quanto em determinados setores das elites brasileiras”, discurso este notadamente presente no texto de Euclides.

No decorrer das considerações realizadas pelo autor, Euclides declara outra característica do homem sertanejo, característica esta sobretudo interessante: Hércules-Quasímodo (Cunha, 2013). Para retratar o corpo do sertanejo, Euclides utiliza de Hércules, personificação mitológica greco-romano da perfeição, força e beleza, e transpõe com a imagem de Quasímodo, personagem principal da obra de Victor Hugo *O*

Corcunda de Notre-Dame, reconhecível pelas deformidades ao longo de sua baixa estatura. Com essa relação, o homem nordestino é apresentado por dois extremos: a virilidade, um dos poucos elementos capazes de sustentar a vida no ambiente sertanejo apresentado por Euclides, e o corpo atrofiado que, como apontado, torna este homem fatigado e repleto de preguiça. Além dessa comparação, Euclides aponta, em diversos momentos do texto, a dicotomia entre civilização e barbárie, o encontro entre as diferentes raças, assim como o maniqueísmo fraco-forte destacado acima. Apresentando o homem sertanejo desta forma, o autor, seguindo a tendência intelectual do período, limita este grupo humano como um elemento atrasado em diversos aspectos. Se no campo literário os discursos notórios apresentavam-se deste modo, a novidade cinematográfica era iniciada lentamente, feita pela e para as elites.

O cinema brasileiro se desenvolveu, nas primeiras décadas do século XX, de forma precária. Com seu surgimento datado de 1896, essas primeiras produções nacionais, que coincidem com o lançamento de *Os Sertões* no ano de 1902, são filmes curtos e de aspecto documental. Como explicitado por Noel Carvalho

Os documentários do começo do século tinham a função de registrar os eventos realizados por autoridades políticas e pela burguesia como visitas, inaugurações, festas comemorativas, desfiles de carnaval etc. De um modo geral, esses filmes são retratos e discursos visuais dos poderes instituídos da política, economia e ciência da época (Carvalho, 2003, p. 162).

Ao longo da década de 1930, algumas produções nacionais se destacam pelas temáticas e estéticas apresentadas, como *Limite* (1931), de Mário Peixoto, e *Ganga Bruta* (1933), de Humberto Mauro. É importante destacar que, nas décadas de 1940 e 1950, o monopólio de produtoras dos Estados Unidos cresceram absurdamente no espaço nacional, e na produção brasileira firmavam-se nomes atualmente conhecidos, como Cinédia, Vera Cruz e Atlântida, produtoras responsáveis por realizarem

filmes de grande apelo popular - o gênero que receberia a alcunha de chanchada.

De acordo com Flávia Costa (2018, p. 185) “entre os anos 1930 e 1950, esse termo designava pejorativamente os filmes que se configuravam como comédias compostas por uma mistura de números musicais e situações cômicas, mais ligadas ao carnaval do que propriamente conectadas a uma narração consistente” (apud Vieira, 2012, p. 141-142). Durante as décadas destacadas, é possível notar outra mudança no cinema nacional: seu público. Se no início, o cinema brasileiro era voltado para as elites, no contexto ressaltado por Flávia elevou-se o número de espectadores de outras classes sociais. Além disso, é importante enfatizar que o rádio era, naquelas décadas, umas das grandes formas de comunicação, o que tornou os filmes de chanchada uma possibilidade do grande público ter um contato próximo com seus ídolos da música, como Ângela Maria (Albuquerque Jr, 2011). Nesse contexto, é lançado *O Cangaceiro* que, além de ganhar projeção mundial, destoava das comédias produzidas pelas produtoras nacionais, e lança uma estética capaz de traçar paralelos com a obra de Euclides da Cunha.

Portanto, a pesquisa apresentada será de caráter bibliográfico, com base em livros, teses e artigos que abordam sobre cinema, cultura, nordeste e sertão. A primeira e principal fonte foi *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (1902), devido suas observações e comentários sobre o sertão do Nordeste e a população. Outra obra essencial na pesquisa foi *A invenção do Nordeste e outras artes*, de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1999), livro importante por desbravar como uma parte específica do país foi delimitada como Nordeste. A dissertação de mestrado em Ciências Humanas de Anderson Rodrigues Neves (2013) também foi de extrema importância, já que apresenta dois filmes que também são referenciados aqui neste trabalho. Por fim, também é importante destacar *O Cinema Brasileiro Moderno*, de Ismail Xavier (2001), ilustre por apresentar os novos paradigmas do cinema nacional, especialmente a figura de Glauber Rocha. Nas obras pesquisadas, foi possível compreender como esses autores, por meio de seus escritos, traçaram as representações do homem

sertanejo, seja o Euclides da Cunha possuindo uma contribuição primordial por meio do caráter jornalístico e literário de *Os Sertões*, seja outros autores apresentando pesquisas acerca do cinema nacional.

O Cangaceiro

Este longa-metragem marca um novo tipo de produção e interesse cinematográficos no Brasil, contrastando com os filmes populares dos anos anteriores. Dirigido por Lima Barreto (1906-1982) e lançado em 1953, neste filme de cangaço é apresentado Galdino, capitão do grupo que norteia a história, e cujas características certamente foram inspiradas na imagem de Virgulino Ferreira, conhecido como Lampião, um dos símbolos da masculinidade sertaneja (Neves, 2013). É importante destacar que a Companhia Cinematográfica Vera Cruz, produtora responsável pela execução do filme, surgiu com grande animação no espaço nacional, já que era o prelúdio de novas técnicas, equipamentos e estúdios que modernizaram certos aspectos do audiovisual brasileiro (Neves, 2013).

É possível destacar dois momentos do filme: o contraste entre Teodoro e Galdino, e a presença de Olívia, professora sequestrada pelo bando. O embate entre civilização e barbárie, apresentado na segunda parte de *Os Sertões*, é personificado entre esses dois personagens masculinos, e é na figura de Teodoro que se firma essa outra possibilidade de masculinidade sertaneja, com racionalidade e polidez, além de se opor ao sequestro de Olívia, sendo que esta não reclama da ação e torna-se acompanhante do bando de Galdino. Além disso, a relação formada entre Teodoro e Olívia é intrigante, visto que ele é o responsável pela fuga dela, e nessa empreitada, Olívia percebe que o cangaceiro não é a personificação da violência que ela imaginou, visto que Teodoro demonstra certos sentimentos, em uma conduta de cuidado e proteção, levando Olívia a considerá-lo um cavalheiro.

Em um dos momentos finais da relação apresentada, Teodoro entrega para Olívia um colar com dentes de onça, conquistado em uma troca com um indígena local. Com o uso do colar como um amuleto para

proteção, retoma-se para os escritos de Euclides, quando o autor pontua que a fé e religião do povo sertanejo é mestiça, resultado do contato das culturas originárias, ibéricas e africanas, “resumo dos caracteres físicos e fisiológicos das raças de que surge, sumaria-lhes identicamente as qualidades morais. É um índice da vida de três povos” (Cunha, 2013, p. 140).

Figura 1: Cena do filme *O Cangaceiro* (1953).



Fonte: YouTube. Disponível em: [O Cangaceiro \(1953\)](#)

Este homem sertanejo é marcadamente católico, carregado de terços e venerando santos, mas também é intrínseco à sua fé hábitos ligados aos povos indígenas e africanos, como o uso do colar de onça representando na cena da figura 1 que traz o seguinte diálogo: “diz os índios que o colar de dentes de onça dar coragem e protege a vida de quem usa. Coragem você já tem muita, pois esse colar sirva para lhe proteger sempre. Viu como o colar dar coragem? Só porque eu toquei nele eu fiquei outro” (Barreto, 1953).

Outro fator que o filme de Lima Barreto demonstra são os processos de violência – ao longo do filme, presencia-se a invasão de uma cidade, roubo, o sequestro de Olívia e a morte de Teodoro. Essa violência caótica torna-se um componente principal ao longo do filme, rege a vida e as relações dos personagens que aparecem e, conseqüentemente, é

percebida como “natural” por esses indivíduos, sendo notório, por exemplo, na apatia que Olívia apresenta ao ser raptada (figura 2).

Figura 2: Olívia, uma das personagens centrais do filme



Fonte: Youtube. Disponível em: [O Cangaceiro \(1953\)](#)

A Vera Cruz, seguindo os moldes do cinema norte-americano que expandia e difundia suas produções nos cinemas vizinhos, promoveu em *O Cangaceiro* certa semelhança com cinema de faroeste (*western*). Neste gênero cinematográfico, a figura do *cowboy* simboliza a busca pela identidade nacional e os mitos do nascimento de uma nação (Neves, 2013), dado alinhado com as representações de *O Cangaceiro*, com personagens que evidenciam um Brasil profundo, pouco referenciado e distante das capitais.

A Companhia Vera Cruz, antes de vir à falência, produziu um filme que trouxe novas encenações, um caso à parte do que era produzido nas cômicas chanchadas e, mesmo interessada em seguir um padrão de execução estadunidense, expôs um Brasil rural (Schwarcz, Starling, 2018). Mesmo que o direcionamento das produções brasileiras fosse pautado pelas estéticas estrangeiras, o filme de Lima Barreto apresentou cenários, comportamentos e diálogos pouco realizados no cinema da década de

1950 e, como explicitado por Ismail Xavier, “inserido numa esfera dominada pelo produto industrial, o cineasta brasileiro opta por um determinado tipo de cinema em meio às tensões e cálculos relacionados à política de produção, num contexto cultural e ideológico específico” (2001, p. 60).

O cangaceiro representa a força do sertanejo, bem como a dualidade entre duas composições: o homem instintivo e tradicional, e uma certa mudança nesses velhos hábitos, personificado na figura de Teodoro, que infelizmente tem sua vida finalizada. Os últimos momentos de Teodoro são significativos pois, ao reproduzir que, além da valentia necessária para viver nas condições expostas, o vínculo com o ambiente foi necessário para sua sobrevivência: O lamento final “Olha a terra do meu sertão” (Barreto, 1953) expressa a concreta conexão entre homem e ambiente.

O pagador de promessas

Se *O Cangaceiro* foi um dos primeiros filmes nacionais a receber reconhecimento internacional, *O Pagador de Promessas* possui, até hoje, um prêmio que nenhum outro filme brasileiro conquistou: a Palma de Ouro (*Palme d'or*), prêmio entregue no Festival de Cannes para o melhor filme de cada edição. O filme dirigido por Anselmo Duarte (1920-2009) e lançado em 1962, traz elementos comuns ao filme de Lima Barreto: dualidade entre rural e urbano, tradicional e moderno, violência e fé, com este último sendo elemento chave para compreender a trama do filme. Já nos primeiros momentos, presencia-se Zé do Burro e Rosa percorrendo por diversos ambientes, com Zé carregando uma cruz descomunal, apontando para a cruz que Jesus Cristo carrega na *Via Crucis*.

O personagem principal do filme e sua esposa realizam esse percurso até a Igreja de Santa Bárbara, em Salvador, para cumprir uma promessa: se o burro de Zé, Nicolau, sobrevivesse a um acidente ocasionado por um raio, Zé carregaria a cruz até a igreja na capital. Porém, o que surpreende o padre do local é como essa promessa foi realizada: em um terreiro de Candomblé. O sincretismo religioso representado nas figuras

de Santa Bárbara e Iansã, que Zé proclama que “são a mesma coisa”, além de confessar para o padre que tinha tentado de tudo para salvar Nicolau, como recorrer para a reza de Preto Zeferino, aponta novamente para as considerações de Euclides da Cunha: a fé do povo sertanejo, assim como seus costumes, hábitos e modos de vida, é mestiça. Zé do Burro demonstra inocência ao falar que, mesmo possuindo um claro comportamento católico, não percebe qualquer problema em frequentar um terreiro de Candomblé e reconhecer a força dos Orixás, representados no culto inicial do filme. O padre, ao saber das condições da promessa, não permite a entrada de Zé na igreja, o que, conseqüentemente, move as outras ações das personagens envolvidas no filme.

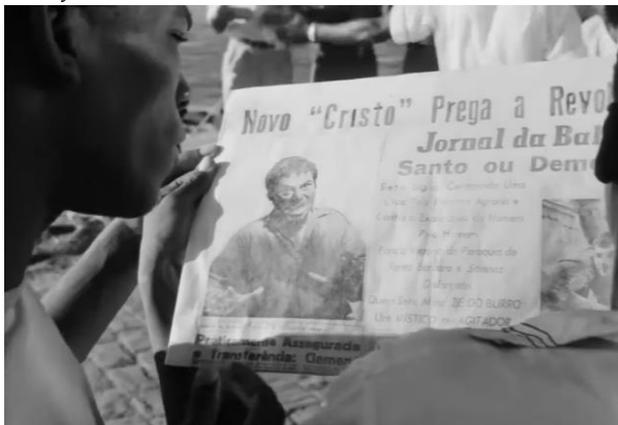
Figura 3: Zé do Burro e Padre Olavo nas escadarias da Igreja



Fonte: Youtube. Disponível em: [O Pagador de Promessas \(1962\), de Anselmo Duarte, filme completo em HD](#)

Por exemplo, o jornal local aproveita-se da história extraordinária de um sertanejo carregando uma cruz, o que provoca a publicação de um periódico proclamando Zé do Burro como um “Novo Cristo”.

Figura 4: Jornal anunciando Zé do Burro como “Novo Cristo”



Fonte: Youtube. Disponível em: [O Pagador de Promessas \(1962\), de Anselmo Duarte, filme completo em HD](#)

Todos esses encontros transformam a ação inicial de Zé, ligada à fé e à promessa, um dos comportamentos característicos do catolicismo no Nordeste. Se no filme de Lima Barreto a fé mestiça é simbolizada pelo amuleto indígena, a ênfase encontrada no filme de Anselmo Duarte é para as raízes africanas da cultura nordestina e, conseqüentemente, sertaneja. Considerando a reprodução de símbolos e costumes da cultura afro-brasileira, é possível destacar 3 situações que estabelecem similaridades: A primeira, uma mulher negra, vestida de branco, passa próximo de Zé do Burro, exclamando que está vendendo abará. Na segunda situação, um grupo de mulheres, tipicamente trajadas, se reúnem em torno da escadaria da igreja para limpá-la. Por último, quando o monsenhor oferece a Zé a possibilidade de renunciar à promessa feita para Santa Bárbara, uma mulher, igualmente trajada de branco, grita “Eparrei”, saudação ligada a Iansã.

A figura dessas mulheres citadas nos 3 momentos remete a um elemento tipicamente soteropolitano: a baiana de acarajé. Como observado em diversos momentos do longa, mulheres negras na capital baiana

estão vestidas tipicamente, trajando “saia, bata, camizu, torço ou ojá de cabeça, fios de conta, brincos entre outros símbolos que notabilizam e identificam a baiana” (Santos, 2013, p. 97 apud Lody, 2007, p. 26). Esse grupo de mulheres que são símbolos de Salvador, sempre vistas vendendo comidas com raízes afro-brasileiras, tinham, inicialmente, o intuito de angariar fundos voltados para sua própria iniciação nos cultos, e nas suas vendas é comum a presença de comidas relacionadas a estes cultos, como o vatapá, acarajé e abará (Santos, 2013). É considerável frisar a presença das baianas no filme pois, mesmo não abarcando o grupo que, a priori, estão categorizados como personagens principais, é inegável sua presença nos momentos decisivos da trama. Além da categoria religiosa, as relações sociais e raciais, percebidas nestas personagens, revelam as culturas múltiplas que se estabeleceram no território nacional, ressaltando que “um processo de [...] adaptação [...] ocorreu nas terras do Novo Mundo e acima de tudo no Brasil, onde desde o início da imigração compulsória povos recriaram cultos mesmo nas condições adversas da escravidão” (Schwarcz, Starling, 2018, p. 86).

Assim como Teodoro em *O Cangaceiro*, Zé acaba assassinado, deliberadamente massacrado por um sistema que não compreende os costumes de um Brasil rústico e mestiço. Como demonstrado por Albuquerque Jr (2011, p. 301), “toda a luta de Zé do Burro é para ser reconhecido e aceito pela ordem, ser recolhido e integrado numa ordem reformada com a sua presença”. O filme de Duarte também acaba por demonstrar as contrariedades e violências presentes na vida do homem sertanejo, expressadas de diferentes formas e vindas de diferentes instituições consolidadas.

Deus e o Diabo na terra do sol

Por fim, este filme apresenta para o espectador uma vertente de violência, fome, religião, elementos que são combinados visualmente no contraste do nordeste. Dirigido por Glauber Rocha (1939-1981) e lançado em 1964, este longa-metragem é símbolo dos discursos travados em

relação ao cinema nacional. Os movimentos de luta por terra, cultura, identidade nacional e militância política, característicos da década de 1960, inspiraram jovens artistas brasileiros a tornar evidente a realidade nacional, distanciando-se progressivamente das referidas chanchadas. Cineastas como Paulo César Saraceni, Gustavo Dahl e Nelson Pereira dos Santos produziram filmes emblemáticos do Cinema Novo, movimento preocupado em representar, esteticamente, o subdesenvolvimento e a miséria do país (Albuquerque Jr, 2013).

Glauber tornou-se figura central deste movimento, dirigindo uma sequência de filmes localizados na região Nordeste e registrando cenas pouco reveladas nas produções nacionais, sendo assim “o cinema de Glauber é grande referência para uma iconografia mítico-agrária no Cinema do Terceiro Mundo” (Xavier, 2001, p. 73). Em *Deus e Diabo*, Manoel e Rosa são os protagonistas que levam uma rotina à mercê das relações entre empregado e patrão que se firmam no sertão. Manoel pretende fazer uma partilha de gado com Coronel Moraes, personificação das relações de dominação e exploração de trabalho no nordeste brasileiro e, com uma possível venda de gado, Manoel vislumbra a possibilidade de compra de terra, uma conquista para uma melhora de vida.

Porém, o Coronel recusa fazer qualquer acordo com Manoel, e uma fala do Coronel, nesse momento, é intrigante: “A lei está comigo” (Rocha, 1964). Uma lei afirmada, que protege os mais abastados, enquanto ignora a necessidade das camadas mais vulneráveis da população. Em um ímpeto de fúria, Manoel assassina o Coronel e foge com Rosa, largando sua casa e, nessa fuga inóspita, o casal acaba encontrando Sebastião, líder religioso que reúne um grupo de pessoas, totalmente atentas a suas falas messiânicas.

Seu falatório, repleto de religiosidade, confere ao personagem não só a representação de um profeta no semiárido nordestino, como é perceptível a influência que Antônio Conselheiro teve na construção discursiva de Sebastião, discurso este direcionado para um povo oprimido que encontra na fé a esperança da transformação material. Manoel aproxima-se desse grupo de pessoas em torno do profeta, em um monte quase

próximo dos céus, e demonstra estar arrependido. Em diversas passagens d'Os Sertões, o autor pontua que a penitência foi uma característica particular da vida religiosa de Conselheiro, como nas suas passagens pelo sertão, onde era visto “alimentando-se mal e ocasionalmente, dormindo ao relento à beira dos caminhos, numa penitência demorada e rude” (Cunha, 2013, p. 164). Este elemento também se encontra presente no filme, quando Manoel, acompanhado por Sebastião, caminha de joelhos, carregando uma pedra grande em cima da cabeça.

Figura 5: Manoel e Rosa, casal protagonista do filme



Fonte: Youtube. Disponível em: [Deus e o Diabo na Terra do Sol \(1964\)](#)

Rosa torna-se acética com a devoção repentina do marido, fazendo com que ela perceba que a dimensão mística e religiosa do beato não é forte o suficiente para transformar a realidade de Manoel (Albuquerque Jr, 2013). A defesa de Rosa das atitudes do marido e do profeta, direcionam a história para o encontro com Antônio das Mortes e Corisco. Antônio é um caso específico na história do filme, possuindo uma relação de “serviçal” dos homens poderosos da região, demonstrando um papel onde “é conhecido pelos povoados como matador de cangaceiros, e ele

próprio entende que esse é um ‘ofício’ para um homem que não se organiza segundo suas decisões pessoais” (Neves, 2013, p. 122). Outro símbolo do cangaceiro sertanejo, Corisco é um personagem instigante. Carregado de uma violência anárquica (Xavier, 2001) que orienta os personagens nos momentos finais do filme, Corisco pontualmente direciona seu olhar para a câmera, evoca questionamentos acerca da existência e é marcado por uma moral indefinida, e nenhum desses elementos são capazes de não evitar o confronto final.

Enquanto o embate entre Antônio e Corisco é expresso visualmente, o casal foge, e o filme finaliza com Manoel e Rosa correndo em meio a aridez do sertão, enquanto este sertão torna-se um grande mar, profecia presente em um caderno encontrado em Canudos: “Em 1896 há de rebanhos mil correr da Praia para o certão; então o certão virará Praia e a Praia virará certão” (Cunha, 2013, p. 173). A referência ao livro de Euclides também é um elemento que demonstra o contato que Glauber teve com a obra, bem como a necessidade de apontar, novamente, a religião do homem sertanejo.

Figura 6: Manoel e Rosa nos momentos finais do filme



Fonte Youtube. Disponível em: [Deus e o Diabo na Terra do Sol \(1964\)](#)

Assim como nos dois filmes analisados acima, o filme de Glauber apresenta personagens conflituosos, caracterizados na linha tênue entre civilização e selvageria, modernidade e atraso, fé e violência. É importante ponderar que esses maniqueísmos, que se direcionam no comportamento do homem sertanejo, foram ressaltados por Euclides, definidos a partir das perspectivas surgidas no século XIX. As definições literárias acerca da religião, de uma suposta resistência ao ambiente árido do sertão, das festas e da convivência entre seus comuns foram inovadoras. Paradoxalmente, as novas representações e temas tratados no cinema brasileiro durante as décadas de 1950-60, distantes das conhecidas chanchadas e outros gêneros de filme explorados, retornam novamente para esses paradigmas descritos nas décadas anteriores. Em outros termos, as inovações no espaço audiovisual, que acabou categorizando a produção deste período como “cinema moderno”, regressaram para questionamentos similares, elaborados no campo da literatura e das artes plásticas, questões envolvendo a vida, a cultura e a sociedade do homem nordestino/sertanejo.

Considerações finais

A representação do homem sertanejo na obra de Euclides da Cunha, notória e precursora de muitos trabalhos literários, jornalísticos e acadêmicos, foi utilizada exaustivamente em outras realizações artísticas, entre elas, o cinema. O cinema foi porta de entrada para muitas dessas representações, justamente pela capacidade técnica de representar a realidade. Um aspecto brasileiro que demorou para receber considerável representação no cinema foi o sertão, visto que as companhias cinematográficas que se consolidaram estavam localizadas no eixo Rio-São Paulo, e tornava-se mais viável investir nas produções de chanchada. Do mesmo modo, é importante considerar os custos com transporte relacionado a técnicos e equipamentos, caso o filme não fosse realizado em estúdio.

Nas décadas de 1950-60, essa lógica nacional começa a mudar, e certas transformações surgem nos horizontes. Um dos marcos desse

momento é *O Cangaceiro*, um dos primeiros filmes a representar o espaço do sertão nordestino, além de ser um dos primeiros filmes brasileiros a alcançar sucesso internacional. Outros marcos, na década de 1960, são *O pagador de promessas* e *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, filmes que também alcançaram sucesso internacional, e tornaram-se emblemáticos do cinema novo, movimento de jovens cineastas, empenhados em buscar as identidades do Brasil e apresentar ao público novos temas e técnicas.

Nos três filmes, diversos elementos são semelhantes, como os personagens masculinos tomados de dúvidas e questionamentos, personagens femininos submissos, além da atmosfera de violência, fé, desesperança, servidão, e términos trágicos, apresentando novas possibilidades artísticas sobre o que é o sertão, o Brasil, e o próprio cinema. Relacionando com os escritos de Euclides e dos demais autores citados e referenciados, o aspecto visual compartilhado nos filmes comentados é a miséria presente nos mínimos detalhes, e a religião, fator significativo para a construção das personagens, bem como norteia as ações cruciais destas. Seja pela fé, pelo sincretismo religioso, pelo poder da instituição ou de sujeitos messiânicos que despontam no sertão, a crença destaca-se como um impulso que revela e fundamenta ações significativas dos personagens principais.

Portanto, esses filmes são considerados emblemáticos na história do cinema brasileiro, já que os respectivos diretores construíram, por meio da imagem, a representação de homens nordestinos em diferentes circunstâncias, correlacionados por meio das vivências, devoção e valores representados de forma eloquente nos escritos de Euclides da Cunha sobre o sertão e o sertanejo.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.

CARVALHO, Noel dos Santos. O negro no cinema brasileiro: O período silencioso. *Plural*, São Paulo, Brasil, v. 10, p. 155–179, 2003. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs.2003.68073. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/68073>.. Acesso em: 29 out. 2024.

COSTA, Flávia Cesarino. Considerações sobre os números musicais das chanchadas. *Significação: Revista de Cultura Audiovisual*, [S. l.], v. 45, n. 50, p. 179–203, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-7114.sig.2018.138619. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/138619>.. Acesso em: 29 out. 2024.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

NEVES, Anderson Rodrigues. *Entre o western e o nordestern: os possíveis diálogos de Lima Barreto e Glauber Rocha no cinema cangaço (O cangaço 1953, Deus e o diabo na terra do sol 1964 e O dragão da maldade contra o santo guerreiro 1969)*. 2013. 216 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

SANTOS, V. *O sincretismo na culinária afro-baiana: o acarajé das filhas de Iansã e das filhas de Jesus*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 159 f. 2013.

SCHWARCZ, Lilia M. STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. O Naturalismo de Euclides da Cunha: Ciência, evolucionismo e raça em Os Sertões. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 1–22, 2010. Disponível em:

<https://revistafenix.emnuvens.com.br/revistafenix/article/view/258>.

Acesso em: 1 fev. 2025.

XAVIER, Ismael. *O cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Guerra, 2001.

Filmes

DEUS e o diabo na terra do sol. Direção: Glauber Rocha. Produção: Glauber Rocha, Jarbas Barbosa, Luiz Paulino dos Santos, Luiz Augusto Mendes. Brasil: Copacabana Filmes, 1964.

O CANGACEIRO. Direção: Lima Barreto. Produção: Cid Leite da Silva. Brasil: Companhia Cinematográfica Vera Cruz, 1953.

O PAGADOR de promessas. Direção: Anselmo Duarte. Produção: Oswaldo Massaini. Brasil: Cinedistri, 1962.

O ANUÁRIO ALMANAQUE DA PARNAÍBA E A EXALTAÇÃO DO PODER CONSTITUÍDO DURANTE O ESTADO NOVO

Samylla de Sousa Pereira¹

Resumo: A presente pesquisa tem como escopo analisar o anuário *Almanaque da Parnaíba*, especificamente durante os anos relativos ao período do Estado Novo (1937-1945). Voltado para as elites comerciais da região, e fundado no final do ano de 1923 pelo comerciante maranhense radicado na cidade Benedito dos Santos Lima, conhecido pela alcunha de Bembém, a publicação sempre trazia em suas edições diversas poesias, artigos de opinião, charadas, pequenas biografias de homens considerados ilustres e variados anúncios publicitários. Dessa forma, abordaremos que o discurso dotado de uma narrativa ufanista e defensora do progresso pelo qual a cidade de Parnaíba estava passando durante a primeira metade do século XX, foi colocado para os seus leitores por meio da ótica de um desenvolvimento possível, sobretudo, graças ao trabalho realizado pelas classes mais abastadas e influentes da região. Ademais, durante os anos em que foi publicado, o anuário serviu como uma espécie de porta-voz das aspirações da alta sociedade parnaibana. Portanto, observaremos ao longo deste trabalho que ao se alinhar ao lado de quem se encontrava no poder, o anuário replicou na cidade de Parnaíba os valores defendidos pelo estadonovismo durante a presidência de Getúlio Dornelles Vargas. Contudo, examinaremos ainda que esse posicionamento não se tratou de uma simples escolha editorial, haja vista que ao longo desse período estava ocorrendo em todo o país a censura imposta pela ditadura de Vargas, que foi exaltado como o principal líder político nacional nas páginas do *Almanaque* piauiense. Por fim, após as análises de nossa fonte,

¹ Graduada no curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí-UESPI. Especialista em Educação, Ética e Política pela mesma instituição. Mestra em História pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA. E-mail: samyllade-sousa@gmail.com.

apontaremos que mais do que simples homenagens realizadas para louvar o presidente brasileiro, ou mais do que publicitar seus atos como chefe do executivo, essas exaltações direcionadas ao político gaúcho foram utilizadas também para legitimar seu poderio político e reforçar as estruturas de poder de seu governo autoritário no estado do Piauí.

Palavras-chave: *Almanaque da Parnaíba*; Imprensa; Getúlio Vargas.

Introdução

O *Almanaque da Parnaíba* se trata de uma publicação fundamental para poder compreender a história da cidade que lhe dá nome. Voltado para as elites comerciais da região, e fundado em 1923 pelo comerciante Benedito dos Santos Lima, sempre trazia em suas edições anuais poesias, artigos de opinião, pequenas biografias de homens considerados ilustres e anúncios publicitários.

O anuário, portanto, assumiu o papel de emissário do discurso do progresso, da modernidade e do desenvolvimento pelo qual Parnaíba estava vivenciando, graças a fatores como o comércio extrativista realizado durante a primeira metade do século XX. Logo, os chamados “grandes vultos”, grupo composto pelos homens considerados importantes na sociedade local da época, foram homenageados de forma recorrente nas páginas da publicação. Esses indivíduos foram considerados os responsáveis pela pujança da cidade por meio de suas atuações no comércio e na política da região.

Desse modo, ao prestar seus louvores a esses homens, o *Almanaque* não se furtou de exaltar também o então presidente brasileiro Getúlio Dornelles Vargas, especialmente durante a ditadura do Estado Novo, ocorrida entre os anos de 1937 a 1945. Contudo, é preciso ressaltar que nesse período, divulgar realizações do governo e a figura do presidente era uma ação fundamental para a circulação de vários periódicos do país, que sofriam ainda com a censura imposta a todos os veículos de

comunicação. Com o *Almanaque da Parnaíba* não foi diferente. Todavia, a publicação sempre soube se alinhar com desenvoltura ao lado de quem se encontrava no poder.

O porta-voz das elites: o anuário e a ascensão da cidade

Ao longo das primeiras décadas do século XX, Parnaíba, cidade considerada a segunda maior do Piauí, vivenciou um próspero momento de desenvolvimento cultural e econômico em seu território. Essa escalada em direção ao progresso foi causada principalmente pelo comércio de produtos relacionados ao extrativismo vegetal, se sobressaindo a cera da carnaúba e o babaçu, itens amplamente exportados para diversos países². O período de ascensão vivido pela localidade e inclusive do próprio estado foi atribuído as figuras masculinas que gozavam do poderio econômico, e conseqüentemente, de prestígio e poder resultante de tal momento.

Em meio a essa conjuntura, surgiu o anuário *Almanaque da Parnaíba*, fundado em dezembro de 1923 por Benedito dos Santos Lima, conhecido como Bembém, que foi responsável por sua edição até 1941³. Desde a data de sua fundação, o *Almanaque* foi publicado de maneira ininterrupta por quase sessenta anos, e trazia em suas páginas artigos de

² No que diz respeito a esse apogeu econômico: “As narrativas sobre a prosperidade da cidade de Parnaíba, já desde a década de 1920, de modo geral, anunciam-se como decorrentes de uma vocação comercial, onde se desenvolveram projetos a partir dos negócios com o charque e couro, sendo ampliadas e diversificadas as iniciativas exportadoras, com produtos regionais, sob as graças de estrangeiros europeus; a princípio portugueses, e posteriormente, ingleses, franceses e alemães, até a chegada da decadência, quando a imagem de um Porto, dinâmico em exportação e importação com a frequente presença de estrangeiros desaparece” (Tourinho, 2015, p. 42), após a Segunda Guerra Mundial. No entanto, em contraponto a essa narrativa sobre o momento de fausto parnaibano, os estudos de Alvarenga (2017) pontuam que a cidade precisava de maiores investimentos para se desenvolver, e não possuía uma infraestrutura necessária para isso.

³ “Benedito dos Santos Lima editou o anuário como diretor-proprietário. Em 1941, passou os direitos autorais a Raulfo Torres Raposo [...]” (Rego, 2010, p. 264), um próspero comerciante local.

opinião, curiosidades, charadas, poesias, estatísticas e inúmeros tipos de anúncios publicitários de variadas empresas, mas principalmente de firmas locais. Lima era comerciante de origem maranhense⁴ que se estabeleceu em Parnaíba. Segundo os apontamentos de Rego (2010), sua casa comercial foi assiduamente frequentada por homens tomados como intelectuais. Quando reunidos, promoviam debates sobre diversas temáticas.

Concebido nessa atmosfera, o anuário também cumpriu a função de servir como arauto das elites comerciantes locais, noticiando as transformações e os melhoramentos urbanísticos⁵, e sendo “um veículo modernizador, que procurou instituir um padrão de gosto e consumo a partir do culto à civilidade, ao progresso e aos bons costumes” (Silva, 2013, p. 81). Por ser direcionada para as elites, embora também fosse consumida por um público dos setores médio e baixo, a publicação pode ser vista como um fator de distinção social, pois nem todos poderiam usufruir de suas informações tendo em vista o alto índice de analfabetismo existente à época (Rego, 2010).

Dessa forma, o discurso dotado de uma narrativa ufanista e defensora do progresso pelo qual a cidade estava passando durante a primeira metade do século XX, foi colocado para os leitores do anuário através da ótica de um desenvolvimento possível graças ao trabalho realizado pelas classes mais abastadas e influentes. Por conseguinte, a publicação sempre se alinhou ao lado de quem estivesse no poder:

No que diz respeito à vida política, o Almanack se manteve ideologicamente “conservador”, sem sectarismo, porém sempre legitimando e enaltecendo o poder constituído. Exemplo claro desse “pragmatismo” diante do poder é que muitas vezes no próprio Almanack se encontravam matérias elogiosas a

⁴ Lima nasceu no Sítio São Raimundo, localizado no atual município de São Bernardo-MA em 1893 e transferiu-se para Parnaíba em 1910 (Passos, 1985).

⁵ Para Tourinho (2015), às transformações urbanísticas realizadas em Parnaíba na primeira metade do século XX, ficaram marcadas pelas ações ocorridas durante a gestão do prefeito municipal Ademar Gonçalves Neves (1930-1934)

grupos em disputa. A “Revolução de 30”, por exemplo, foi bem recebida, Getúlio Vargas e o interventor federal no Piauí, Landri Sales, foram destaque no anuário, embora um ano antes o governo deposto tenha sido cumprimentado pelo periódico. Outras presenças políticas constantes nas páginas do Almanack da Parnaíba eram os prefeitos municipais. Nesse sentido, o Anuário assumia a função de representar e reproduzir com certo ufanismo os “melhoramentos” urbanísticos que a cidade vivia, seja o calçamento de ruas, a reforma de uma praça, a construção de novos centros de ensino de lazer, ou seja, vida pública e doméstica da cidade (Silva, 2013, p. 84).

Os nomes dos chamados “grandes vultos”, seletos grupo composto pelos homens que gozassem de algum tipo de relevância no comércio regional, na política, ou na escrita, por exemplo, foram colocados em destaque e exaltados com frequência nas páginas do periódico. Essa característica pode ser observada desde seus primeiros anos de circulação, e foi conservada nas edições posteriores. Nesse sentido, o estratagema realizado pelo anuário parnaibano “em estampar os nomes de prestígio político ou econômico, geralmente aliados a elogios de toda ordem vinha a calhar, posto ter conquistado a simpatia deles e seus importantes auxílios financeiros, tão urgentes ao órgão” (Ciarlini, 2015, p. 114).

O anuário, então, replicou em Parnaíba, e por consequência no estado piauiense, a propaganda e os valores pregados pelo Estado Novo. Por outro lado, esse posicionamento editorial não se tratava de uma simples escolha. Novamente, se faz importante ressaltar que a propagação da imagem de Vargas nesse momento era imposta para todos os periódicos em funcionamento. Para continuar a circular e receber financiamentos, era necessário publicitar o presidente e suas realizações (Pereira; Botton, 2021), e o *Almanaque* soube habilmente realizar esse trabalho, como observaremos a seguir.

“Por ser da estóica Naú tão hábil timoneiro!”: as exaltações do *Almanaque da Parnaíba* a Getúlio Vargas

De acordo com Tourinho (2015), o primeiro governo de Getúlio Vargas, principalmente o momento do Estado Novo, está atrelado à história parnaibana no que diz respeito a imagem que se construiu sobre a cidade, e a fatores ligados a projetos de remodelação urbana, questões sanitárias e de ordenação social.

A presença do chefe do executivo no periódico parnaibano pode ser observada na edição correspondente ao ano de 1939, na qual há uma fotografia do presidente seguida de um pequeno texto enaltecedor de seu censo diretivo em meio a um momento turbulento então vivenciado pela sociedade brasileira da época. Dessa maneira, de acordo com o que foi publicado:

A figura do Presidente Getúlio Vargas, através de menos de uma década de ebulição social, à frente das grandes responsabilidades da direção da máquina estatal brasileira, atêa-se, progressivamente, no seio da nacionalidade, circundada de um halo resplandecente de prestígio, de confiança e de maior firmeza no prosseguimento do incentivo ao desenvolvimento das novas forças econômicas e sociais, a cujo impulso, de certo, se evidenciará a grandeza da Pátria. Governando os períodos mais agitados da vida nacional, de 1930 a esta parte, venceu um por um todos os óbices, surgidos na escalada da evolução do país, notabilizando-se a toda a prova, por uma energia dos atos essenciais da sua rota de Governo. Estatuído o Estado Fôrte na atualidade brasileira, continua o Presidente Getúlio, a sua mesma norma governamental, apesar da enorme soma de poderes avocada à Presidencia, no vigente Estatuto Político oriundo da extraordinária visão patriótica que dominou os espíritos responsáveis pelos destinos do

Brasil, a 10 de Novembro de 1937: - o Governo, o Povo e as Forças Armadas da Nação (Almanaque da Parnaíba, 1939, p. 19).

Vargas foi considerado o estadista “enérgico” e “sereno”, fatores que segundo essa concepção o auxiliaram a ser desvencilhar dos desafios colocados em seu caminho desde a Revolução de 1930. Todavia, as homenagens prestadas ao presidente nesta edição não se reduziram somente ao citado texto acima. Com o intuito de divulgar a alfândega da cidade e o seu então inspetor, Almir de Oliveira, é anunciado que houve uma solenidade, cujo mote seria o de celebrar o retrato de Vargas colocado no salão principal da instituição. É dito ainda que esse ato foi uma iniciativa do próprio Oliveira.

Logo, é mencionado que tal realização foi executada no prédio da Alfândega da cidade “Para realçar a ação vivaz e patriótica do Presidente Vargas” (Almanaque da Parnaíba, 1939, p. 161). Para dar mostra do tom comemorativo emanado por essa situação, o anuário colocou ainda imagens do referido momento, como podemos observar na fotografia abaixo:

Figura 1: Inauguração do retrato de Vargas na Alfândega de Parnaíba



Fonte: Almanaque da Parnaíba (PI), Ano XVI, 1939.

Na imagem reproduzida pelo anuário, o retrato do presidente está posicionado ao centro, entre outras imagens, uma à sua esquerda e outra à sua direita. Ao redor da fotografia, pode-se ver diversas pessoas prestigiando a solenidade. Esses indivíduos se tratariam de representantes do comércio, funcionários da própria alfândega, além de integrantes de outros setores da sociedade local.

Outrossim, em 1941, em uma seção intitulada “Notícia da casa” (Almanaque da Parnaíba, 1941, p. 315), que se trata de uma matéria publicada originalmente no jornal local “O Norte”, e republicada pelo anuário, é relatada a distribuição do periódico referente ao ano de 1940. Para compor esse momento, se encontravam em frente à redação a banda municipal da cidade, visitantes e convidados. Foi nesse ambiente festivo que a filha do editor Benedito dos Santos Lima, Maria Luiza, proferiu para as pessoas ali presentes seu laudatório discurso, transmitido pelo periódico. Após rememorar as origens do *Almanaque* pelas mãos de seu pai, a moça agradece “a inteligência de Mirócles Vêras e a bondade de Leônidas Mélo” (Almanaque da Parnaíba, 1941, p. 317), pelo auxílio prestado à publicação.

Depois de louvar os políticos piauienses, ela finaliza sua fala saudando a pessoa do presidente. De acordo com o discurso dito por Maria Luiza: “Ele é o maior brasileiro, não por ser o primeiro magistrado, - mas porque é a realidade do presente e a esperança do futuro” (Almanaque da Parnaíba, 1941, 317). Não por acaso, nesse mesmo ano de 1940, o anuário prestou emblemática homenagem ao presidente, ao colocar em sua capa uma imagem de Getúlio Vargas:

Figura 2: Capa do *Almanaque da Parnaíba* de 1940



Fonte: Almanaque da Parnaíba (PI), Ano XVII, 1940.

A figura que ilustra a capa da publicação refere-se a uma tela nomeada “Sentinelas do Brasil”, e é de autoria do pintor maranhense Nestablo Ramos⁶. É relatado no anuário que a mesma foi exposta durante poucos dias na cidade. Compreendemos que a imagem foi concebida com o objetivo de suscitar sentimentos patrióticos na população por meio da figura do presidente. Para alcançar esse fim, a tela é carregada de simbolismos, como o fato de Vargas estar utilizando a faixa presidencial. Além disso, na bandeira do Brasil ao lado da figura do presidente podemos ler a palavra “Ordem”, fazendo referência ao lema “ordem e progresso” presente na fâmula nacional. Isto posto, de acordo com os sentidos auferidos

⁶ Nestablo Ramos era natural de Alcântara-MA e atuava como artista visual. Segundo o *Almanaque da Parnaíba* (1938) ele exercia a profissão de tesoureiro da Estrada de Ferro Central do Piauí.

pela capa do periódico, o político encarnava o posto do líder escolhido pelo destino para impor a ordem nos lugares mais recônditos do país.

Getúlio foi ainda homenageado pelo impresso parnaibano em virtude do seu aniversário. Dessa vez, na edição de 1942, na qual o escritor e intelectual maranhense radicado em Parnaíba, Alarico da Cunha⁷ compôs dois sonetos em homenagem ao político. Os versos que formam o poema seguem um tom solene e respeitoso a pessoa do presidente, como se pode deprender do seguinte trecho de um dos poemas:

Saúdo, nesta data, o grande brasileiro,
O Chefe da Nação e amigo do seu povo,
O herói que se mostrou sereno e sobranceiro,
Da Pátria salvador, fundando o Estado Nôvo!
No palôr de um soneto, a minha pena movo
Para felicitar, sincero e alviçareiro,
O nosso Presidente, e com justiça o louvo
Por ser da estóica Naú tão hábil timoneiro!
(Almanaque da Parnaíba, 1942, p.83).

No soneto, Cunha saúda Vargas por suas qualificações de líder político. Por isso, faz uso de determinados termos específicos, como “Chefe amigo”, ou “o herói salvador da pátria”, o que denota a ideia de que o presidente possuiria características parecidas com a de um Messias, retirando o país do atraso que até então estava inserido pela Revolução de 1930, e posteriormente através da deflagração do Estado Novo. Publicações desse tipo durante o governo autoritário poderiam por vezes assumir um caráter religioso para referir aos vínculos existentes entre o líder e seus liderados, culminando a partir disso, na veneração da pátria (Lenharo, 1986).

⁷ Frequente colaborador do anuário, Alarico da Cunha nasceu em Timon-MA, porém estabeleceu residência em Parnaíba e trabalhou como agente na Companhia Booth de navegação. Cunha foi também um estudioso do folclore, tendo publicado textos sobre essa temática na imprensa local (Almanaque da Parnaíba, 1938).

Outro ponto que chama a atenção se trata do verso que faz menção à imagem da Nau, a embarcação conduzida pelo presidente no poema de Cunha. Esse recurso metafórico foi utilizado de forma recorrente à época para transmitir a ideia do homem de ação que saberia conduzir sua tripulação para um bom porto⁸. Logo, Vargas segundo tal comparação, seria o chefe timoneiro que comandaria com excelência o Brasil e seus cidadãos.

Além disso, a nau que Cunha cita em seu poema faz parte da imagética de uma embarcação “estoica”. Segundo essa doutrina “A moral estoica concerne ao acontecimento; ela consiste em querer o acontecimento como tal, isto é, em querer o que acontece enquanto acontece” (Deleuze, 1974, p. 146). Nessa perspectiva, os estoicos procuravam viver uma vida boa e sábia. Para isso era preciso viver em conformidade com a natureza. O oposto desse modo de vida harmônico seria uma existência desequilibrada, acarretada pela má utilização da razão, “Dessa forma surgem os medos, as ansiedades, as preocupações, em suma: as paixões” (Luz, 2019, p. 112). No que diz respeito a essa alegoria utilizada pelo autor, infere-se que o presidente faria um bom uso da razão para governar o Brasil, não sendo, portanto, um político desenfreado e guiado por suas paixões.

O segundo soneto de Alarico da Cunha vem acompanhado de uma pequena fotografia de Vargas. Seus versos continuam com a temática do soneto anterior, visto que novamente o autor suscita no leitor imagens que evocam grandeza, bravura e heroísmo para se referir ao presidente, a exemplo do que podemos analisar na íntegra do soneto:

Não fôra o braço forte, indômito, valente,
E a estrutura moral em que vive escudado
O Chefe da Nação, - intrépido soldado,
A pátria cairia em mão de estranha gente
Que nos arrastaria a sucumbir.

⁸ Sobre isto, recomendamos a leitura da obra *Diálogos sobre o comando* (1996) do escritor francês André Maurois.

E à frente Do abismo da anarquia a ser despedaçado,
O colossal País, de rútilo passado,
Cumpriria, por certo, um destino inclemente...
Mas, Deus que nos protege, ampara e nos defende,
Deu-nos o salvador, na hora do perigo,
E a corte do Mal diante do Bem se rende:
Foi nosso defensor o Homem de vistas largas,
Que confundiu sorrindo o bárbaro inimigo.
Grande como o Brasil - o Presidente Vargas!
(Almanaque da Parnaíba, 1942, p. 82).

A visão de Cunha sobre o presidente o concebe como o político predestinado, aquele que ao conseguir desvencilhar-se da anarquia por meio de sua força moral, defende a nação e a conduz para um bom caminho. Isso teria ocorrido pelas suas marcantes características de líder. Quando reunidas todas as virtudes de Vargas, temos assim, nas palavras do autor “O Chefe da Nação, - intrépido soldado”.

Dessa forma, o *Almanaque da Parnaíba* exaltava em suas páginas o chefe do governo federal, exibindo fotografias e textos pomposos. Porém, isso não se tratava somente de realizar a propaganda de Vargas ou do regime, posto que esses discursos eram igualmente dotados de simbolismos para se referir a pessoa do presidente e as suas ações como homem público. Todos esses louvores direcionados ao político gaúcho foram, portanto, utilizados para legitimar o governo, reforçando as estruturas de poder do Estado Novo no Piauí.

Considerações finais

O *Almanaque da Parnaíba* foi um anuário fundado nas primeiras décadas do século XX. Por ter sido concebido na mesma época da atmosfera de prosperidade pela qual a cidade estava passando, a publicação traduziu em suas páginas as aspirações de desenvolvimento e modernidade pregadas pela elite comercial local. O *Almanaque* exerceu, assim, o papel de porta-voz das pessoas consideradas ilustres na região.

Dessa maneira, observamos que os homens tomados como indivíduos importantes para a ascensão da economia parnaibana foram amplamente exaltados através de discursos laudatórios. Esses escritos, portanto, os saudavam por trabalharem pelo crescimento da cidade por meio do comércio extrativista ou na cena política da região.

Foi nessa conjuntura, que o *Almanaque da Parnaíba* exaltou outro “grande vulto” em suas páginas, isto é, homenageou com frequência o presidente Getúlio Vargas, especificamente durante o Estado Novo, regime repressivo que censurava todos os meios de comunicação nacionais. Apesar de também estar sujeito à censura estadonovista, razão pela qual não se tratou de uma simples escolha o fato de apresentar textos e fotografias que fossem favoráveis ao presidente, o anuário parnaibano sempre esteve ao lado do poder constituído desde o começo de sua existência. Por conseguinte, a publicação não se furtou de homenagear o presidente Vargas.

Assim, este trabalho observou que mais do que incólumes homenagens que reforçavam determinados aspectos da personalidade do presidente, como sua predestinação, ou capacidade de liderar os caminhos a serem seguidos pela nação brasileira, esse tipo de discurso buscava garantir a legitimação do poder de Vargas na cidade de Parnaíba e por consequência, no estado do Piauí.

Referências

ALVARENGA, Antonia Valtéria Melo. Parnaíba Historiografada: da cidade projetada à cidade habitada. *Vozes, Pretérito & Devir*, Teresina, vol. 7, nº 1, 2017.

CIARLINI, Daniel Castello Branco. *Contribuição da imprensa e da literatura de Parnaíba para a formação do sistema literário piauiense*. Dissertação - Mestrado em Letras - Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Teresina (PI). 2015.

DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas: Papirus, 1986.

LUZ, Diogo da. *Os sofrimentos da alma: as paixões sob a perspectiva do estoicismo*. Princípios: Revista de Filosofia, Natal, v. 26, n. 49, jan.-abr. 2019. ISSN1983-2109.

MAUROIS, André. *Diálogos sobre o comando*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

PASSOS, Caio. *Cada rua – Sua história*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1982.

PEREIRA Samylla de Sousa; BOTTON, Fernando Bagiotto. *Liderança e poder político: o discurso periodístico como construtor de chefes em Parnaíba-PI (1930-1945)*. In: Frederico Osanan Amorim Lima, Sérgio Luiz da Silva Mendes, Francisco Leandro Araújo de Castro (orgs.). *Parnaíba: história, memória, cidade*. Editora Cancioneiro, 2021.

REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão do Rego. *Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)*. Tese de doutorado, Niterói-RJ, UFF, 2010.

SILVA, Josenias dos Santos. *Almanack da Parnaíba: Política, sociedade e cultura em revista*. In: SOUSA, Cleto Sandys Nascimento e LIMA, Frederico Osanan Amorim (organizadores). *Parnaíba: A cidade que nos habita*. Parnaíba: Siart, 2013.

TOURINHO, Mary Angélica Costa. *Por dentro da história: mulheres operosas no mundo do comércio em Parnaíba (1930 a 1950)*. Tese de doutorado, Assis-SP, UNESP, 2015.

Fontes

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba, ano XV, 1938.

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba, ano XVI, 1939.

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba, ano XVII, 1940.

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba, ano XVIII, 1941.

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba, ano XIX, 1942.

SOBRE OS ORGANIZADORES DOS ANAIS E DOS EVENTOS CIENTÍFICOS

ORGANIZADORES DOS ANAIS

Fernando Bagiotto Botton

Coordenador e organizador dos eventos e dos anais

Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná, com Estágio de Doutorado Sanduíche na Universidad de Buenos Aires (UBA) (PDSE/CAPES). Professor Adjunto II (DE) e Coordenador do Mestrado Profissional em História (ProfHistória) da Universidade Estadual do Piauí (Campus Alexandre Alves de Oliveira - Parnaíba-PI). Pós-doutor em História e Regiões pelo PPGH da UNICENTRO-Irati. Professor Credenciado e membro do colegiado do Mestrado Profissional em História (ProfHistória – UESPI/Parnaíba) -Linha; Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0323206872397325>

E-mail: fernandobotton@phb.uespi.br

Lêda Rodrigues Vieira

Organizadora dos anais

Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos-São Leopoldo-RS) em 2024, cuja pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI). Mestra em História do Brasil (2010) e Graduada em Licenciatura Plena em História (2007), ambos pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora Adjunta I da Universidade Estadual do Piauí (UESPI/Parnaíba-PI). Desenvolveu pesquisa sobre o processo de constituição da viação férrea no Piauí, as relações de trabalho e lazer praticados por ex-ferroviários da extinta Rede Ferroviária Federal S. A., antiga Estrada de Ferro Central do Piauí, bem como, sobre o patrimônio industrial ferroviário piauiense. Líder do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Cidade, Memória e Patrimônio (NUPECIMP) cadastrado no diretório dos núcleos de pesquisa do CNPq.

Atua como Coordenadora Adjunta do GT “História, Cidades e Memória” da Associação Nacional de História – Seção Piauí e Membro Associada da Associação Brasileira de História Oral (ABHO).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-7567-5550>

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0766516852082037>

E-mail: ledarodrigues@phb.uespi.br

ORGANIZADORES DOS EVENTOS CIENTÍFICOS

Danilo Alves bezerra

Foi professor na educação básica, é mestre e doutor em História pelo Programa de Pós-graduação em História - História e Sociedade - da Universidade Estadual Paulista - Unesp/Assis, com doutorado-sanduíche na Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelynes - França. Atualmente é professor adjunto do curso de licenciatura em História na Universidade Estadual do Piauí, campus de Parnaíba; e do Programa de Pós-graduação em Ensino de História (ProfHistória/UESPI) onde foi coordenador (2022-2024) e coordenador adjunto (2019-2022). Tem investigado temas referentes à cultura popular do Brasil Republicano, tais como: festas e sociabilidades; memória e patrimônio; identidades e Ensino de História. É vice-líder do Laphic - Laboratório de Pesquisa em Política, História, Identidades, Cultura e Contemporaneidades. É um estudante de psicanálise.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7297262440448283>

E-mail: danilobezerra@phb.uespi.br

Debora Strieder Kreuz

Professora Adjunta do curso de História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), campus de Oeiras e do Programa de Pós-graduação em Ensino de História (ProfHistória) - UESPI/Parnaíba. Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com mobilidade acadêmica realizada na Universidad Nacional del Sur (UNS-Bahia Blanca, Argentina). Mestre e licenciada em História e bacharela em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Desenvolve ensino,

pesquisa e extensão nos seguintes temas: História Contemporânea; ditadura civil-militar brasileira; exílio; memória; ensino de História. É coordenadora do Grupo de Pesquisa "Ditaduras e exílios latino-americanos na segunda metade do século XX".

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5540-8968>

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0619718757704066>

E-mail: deborastrieder@ors.uespi.br

Idelmar Gomes Cavalcante Junior

Formado em Licenciatura Plena em História, com doutorado em História Social pela Universidade Federal do Ceará (2017), mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2007) e estágio pós-doutoral em História do Brasil, sob a supervisão de Edwar de Alencar Castelo Branco, pela Universidade Federal do Piauí (2021). Atualmente é professor Adjunto III da Universidade Estadual do Piauí (Campus de Parnaíba). É autor dos livros Inventário de uma memória consagrada: Benjamim Santos nos interstícios do teatro pernambucano (1960-1970), com o qual foi finalista do prêmio Jabuti Acadêmico 2024; A ética da nulificação e a contranulificação e 1968 em disputa: o ano que inventou o movimento estudantil brasileiro. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Republicano investigando, preferencialmente, os seguintes temas: movimentos juvenis, cultura, memória e identidade.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4333255540626521>

E-mail: idelmargomes@phb.uespi.br

Mary Angélica Costa Tourinho

Doutorado em História Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2015), tem graduação em História Licenciatura pela Universidade Federal do Maranhão (1990), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (2008). Atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual do Piauí, da graduação e do Mestrado Profissional em História (ProfHistória/UESPI). Tem experiência na área de História, com ênfase em Contemporaneidade, Educação, Gênero,

Ensino e Teoria. É coordenadora do Laboratório de Pesquisa em Política História, identidades, cultura e Contemporaneidade (LAPHIC), com a linha de pesquisa Culturas e Identidades Contemporâneas- GECIC.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7399018955468592>

E-mail: mary.angelica@phb.uespi.br

Thiago Reisdorfer

Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História do Tempo Presente da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História, Poder e Práticas Sociais, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná -Unioeste. Professor efetivo do curso de História da UESPI/Oeiras-PI. Professor do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UE-SPI). Participa do grupo de pesquisa "Juventudes, Culturas e Identidades". Coordena o GT - História das Infâncias e Juventudes - ANPUH/PI.

Supervisor do Programa "Pode Falar" no Piauí. Atua principalmente nos seguintes temas: Universidade, Juventude, Ensino de História, História do Tempo Presente, História Oral.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5658850237898637>

E-mail: thiagoreisdorfer@ors.uespi.br

Para saber mais sobre nossos títulos e autores, visite nosso site:



editora.uespi.br

Formato 14,8 x 21,0 cm

Margens

superior/inferior 2,5 x 2,5 cm

interna/externa 2,0 x 1,5 cm

Fonte Palatino Linotype

A realização da VI Semana de História em conjunto com o I Simpósio Regional ProfHistória UESPI/Parnaíba foi justificada pela crescente necessidade de promoção do diálogo entre os diferentes níveis de ensino e pesquisa na área de História, especialmente no contexto educacional do estado do Piauí. O evento não só fortaleceu a formação acadêmica de estudantes da graduação e pós-graduação, como também contribuiu para a formação continuada de professores da educação básica, criando um espaço essencial para a atualização de práticas pedagógicas, desenvolvimento de novas estratégias de ensino, bem como, a disseminação e divulgação de produções científicas.

A relevância do evento está atrelada à sua capacidade de integrar a formação teórica e prática, unindo diferentes perspectivas sobre a ciência histórica e o ensino de História. Ao longo de sua trajetória, o evento tem se destacado pela promoção de debates atuais, como as discussões sobre Direitos Humanos, identidades culturais e metodologias inovadoras no ensino. Esses temas são cruciais para a formação crítica de educadores e estudantes, considerando o papel da História na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Além disso, o evento tornou-se um espaço consolidado para a divulgação científica, fomentando a pesquisa acadêmica e criando oportunidades para que os participantes compartilhem suas investigações com um público mais amplo. Por meio dos Simpósios Temáticos, Oficinas, Minicursos, palestras e mesas-redondas, o evento contribuiu para a construção e disseminação do conhecimento científico, promovendo a interação entre diferentes instituições de ensino e pesquisa do Brasil. Essa troca é fundamental para o desenvolvimento de inovações educacionais e o fortalecimento da ciência no estado.

Fernando Bagiotto Botton

